

Conselho Editorial do livro

Prof^a. Dr^a. Beatriz Corrêa Pires Dornelles
(Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul)

Prof. Dr. Bruno Bernardo de Araújo
(Universidade Federal de Mato Grosso)

Prof. Dr. Helder Filipe Rocha Prior
(Universidade Beira Interior/Portugal;
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul)

Prof^a. Dr^a. Maria Cristina Gobbi
(Universidade Estadual Paulista)

Prof. Dr. Wilson Bueno
(Universidade do Estado de São Paulo)

Prof^a. Dr^a. Sônia Virgínia Moreira
(Universidade do Estado do Rio de Janeiro)

Esta obra foi publicada com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de
Pessoal de Nível Superior (CAPES), Código de Financiamento 001



**UNIVERSIDADE FEDERAL
DE MATO GROSSO DO SUL**

Reitor

Marcelo Augusto Santos Turine

Vice-Reitora

Camila Celeste Brandão Ferreira Ítavo

Obra aprovada pelo

CONSELHO EDITORIAL DA UFMS

Deliberação N° 50, DE 18 DE JUNHO DE 2020

Conselho Editorial

Rose Mara Pinheiro (presidente)

Além-Mar Bernardes Gonçalves

Alessandra Borgo

Antonio Conceição Paranhos Filho

Antonio Hilario Aguilera Urquiza

Delasnieve Miranda Daspert de Souza

Elisângela de Souza Loureiro

Elizabete Aparecida Marques

Geraldo Alves Damasceno Junior

Marcelo Fernandes Pereira

Rosana Cristina Zanelatto Santos

Vladimir Oliveira da Silveira

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Coordenadoria de Bibliotecas – UFMS, Campo Grande, MS, Brasil)

Regionalidade e discursos midiáticos : mapeamento e análise em Mato Grosso do Sul /
organizadores: Daniela Cristiane Ota, Mario Luiz Fernandes, Tais Tellaroli Fenelon.
– 1. ed. -- Campo Grande, MS : Ed. UFMS, 2020.
391 p. : il. (algumas color.) ; 21 cm.

Inclui bibliografia.

ISBN 978-65-86943-24-25-2

1. Comunicação de massa – Aspectos sociais – Mato Grosso do Sul. 2.
Regionalismo – Mato Grosso do Sul. I. Ota, Daniela Cristiane. II. Fernandes, Mario
Luiz. III. Fenelon, Tais Tellaroli.

CDD (23) 302.23098171

Bibliotecária responsável: Wanderlice da Silva Assis – CRB 1/1279

REGIONALIDADE E DISCURSOS MIDIÁTICOS: MAPEAMENTO E ANÁLISE EM MATO GROSSO DO SUL

1ª edição
Campo Grande/MS

Organizadores:
Daniela Cristiane Ota
Mario Luiz Fernandes
Taís Tellaroli Fenelon



Autores

Aline de Oliveira Silva	Marcelo Vicente Cândia Soares
Alline Ribeiro de Góis	Márcia Gomes Marques
Ana Barbosa de Souza	Marcos Paulo da Silva
Ângela Eveline Werderberg dos Santos	Mario Luiz Fernandes
Cláudia Regina Ferreira	Maurício de Melo Raposo
Daniela Ota	Naiane Gomes de Mesquita
Gerson Luiz Martins	Oswaldo Ribeiro da Silva
Gesiel Rocha de Araújo	Patrick Alif Fertrin Batista
Hélder Samuel dos Santos Lima	Rose Mara Pinheiro
Hélio Augusto Godoy de Souza	Taís Marina Tellaroli Fenelon
Katarini Giroldo Miguel	Victor Hugo Sanches Pereira
Lynara Ojeda de Souza	

1ª edição: 2020

Projeto Gráfico, Editoração Eletrônica
Life Editora

Revisão
A revisão linguística e ortográfica
é de responsabilidade dos autores

A grafia desta obra foi atualizada conforme o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, de 1990, que entrou em vigor no Brasil em 1º de janeiro de 2009.



Divisão da Editora UFMS - DIEDU/AGECOM/UFMS

Av. Costa e Silva, s/nº - Bairro Universitário, Campo Grande - MS, 79070-900
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Fone: (67) 3345-7203
e-mail: diedu.agecom@ufms.br

Editora associada à



ISBN: 978-65-86943-24-25-2



Agradecimentos

O Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul agradece a todos os alunos e professores que fizeram a construção dessa trajetória; a todos os alunos e professores que, de alguma forma, participaram na produção e organização desta obra. De modo especial, homenageamos o professor Dercir Pedro de Oliveira (*in memoriam*) que, quando pró-reitor de Pesquisa e Pós-Graduação, desempenhou papel decisivo na criação deste Programa. Agradecemos também à Capes pela oferta de bolsas de estudos aos mestrandos ao longo desses dez anos, o que viabilizou parte das pesquisas desenvolvidas no Programa, bem como pelos recursos destinados que possibilitaram a impressão deste livro.



Prefácio

Cicilia M. Krohling Peruzzo

A coletânea *Regionalidade e discursos midiáticos: mapeamento e análise em Mato Grosso do Sul* é uma relevante iniciativa para comemorar os dez anos de existência do Programa de Pós-Graduação em Comunicação (PPGCOM) da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), na Região Centro-Oeste. Ao apresentar à sociedade uma pequena amostra da pesquisa que já foi produzida pelos estudantes, o PPGCOM cumpre uma de suas missões: difundir o conhecimento científico produzido. É certo que os trabalhos completos estão disponíveis para acesso público, mas as sínteses destes produzidos para este livro aceleram o processo de divulgação científica. Também é motivo de comemoração o feito de o Programa de Pós-Graduação já ter formado quase uma centena de mestres, cujos percursos na pesquisa possibilitaram a investigação de temas relevantes da Comunicação Social ajudando a fortalecer a área acadêmica e o próprio campo do conhecimento. A estratégia do PPGCOM de enfatizar como linhas de pesquisa as problemáticas regionais relativas às identidades, linguagens e processos midiáticos, sem deixar de olhar para as universalidades trazidas pelas tecnologias de informação e comunicação, é de suma importância porque viabiliza cobrir temas de pesquisa num espaço territorial geográfico e simbólico que dificilmente seria abarcado de modo intenso por estudos de pós-graduação de outras regiões do País.

O comunitário, o local e o regional, apesar de pouco estudados, pois os interesses acabam sendo mais canalizados para onde miram os holofotes da grande mídia convencional e os “movimentos” tecnológicos que alteram as formas de informar, publicizar e comunicar, também merecem ser olhados atentamente pela academia. É no local que assentamos nosso morar e a vida cotidiana. É nele que se conseguem vislumbrar as coisas mais de perto de modo a se perceber criticamente as contradições entre os acontecimentos e as narrativas sobre eles. É nele que as diversidades se constituem, inclusive, aquelas mediadas pelos meios de comunicação. É nele que os arranjos políticos e políticos eleitorais se articulam até se espriarem em nível nacional. Apesar da abrangência, alcance e poder das grandes mídias nacionais e globais, a comunicação comunitária, local e regional desempenha papéis políticos, econômicos e culturais que também merecem ser estudados. Uma amostra desse panorama pode ser percebida no conteúdo do

livro *Regionalidade e discursos midiáticos*, organizado por Daniela Cristiane Ota, Mario Luiz Fernandes e Taís Tellaroli Fenelon. Por intermédio dos vários textos que compõem a coletânea, podemos entender, por exemplo, que os meios locais e regionais de comunicação e os ambientes comunicacionais digitais, no bojo de sua performance em torno do informar, entreter, publicizar e “educar”, repercutem regionalmente os interesses econômicos, políticos e ideológicos dos grupos regionais e nacionais empoderados do poder midiático, mas também o econômico e o político-partidário, atualmente e na história. Por outro lado, alguns estudos evidenciam ainda que o local e o regional não se constituem em algo isolado, mas sim inter-relacionado. Não estão à margem do desenvolvimento tecnológico que marca as sociedades em cada tempo histórico. As potencialidades que as tecnologias digitais disponibilizam hoje estão tão presentes nas mídias regionais quanto nas nacionais. Contudo, não é demais frisar que, nas práticas sociais, o local e o regional não permitem a definição rígida de fronteiras, pois estão em constantes relações entre si e em âmbito nacional e internacional. Nas especificidades do estado de Mato Grosso do Sul, ainda se agregam as especificidades das zonas de fronteira com o Paraguai e a Bolívia que perpassam as identidades socioculturais e os conteúdos dos meios de comunicação ali situados. Enfim, o regional é rico em fenômenos dignos da pesquisa científica. A pesquisa sobre eles é também um ato político na intenção de questionar determinados dogmas, inclusive, reproduzidos por revistas científicas de referência internacionais que tentam prescrever os assuntos que lhes interessam como aqueles a serem investigados no resto do mundo para que ganhem repercussão nos seus indexadores.

O papel da ciência é servir às sociedades, o que torna imprescindível sua contribuição para interpretar nossas realidades e, como tal, oferecer subsídios para a formulação de políticas públicas e de leis, e no caso da Comunicação, que possam melhorar seu desempenho e, ao mesmo tempo, instituir mecanismos de responsabilização pública de modo a que se cumpra o papel social dos meios de comunicação e dos ambientes comunicacionais digitais. O avanço tecnológico é uma conquista da humanidade e deve servi-la no sentido de contribuir para fazer avançar o caráter civilizatório, aquele capaz de realizar a plenitude de direitos e deveres universalmente. Numa época em que a desinformação ganha tanta repercussão, a ciência ajuda a entender as transformações, bem como os mecanismos de transformação das transformações. Ou seja, cabe também transformar aquilo que se alterou de forma a subtrair o sentido de interesse público-cívico da atuação dos agentes – individuais, corporativos e governamentais – que dominam dos meios de comunicação, tanto os regionais quanto os nacionais e internacionais.

São Paulo, 30 de setembro de 2020

Sumário

Prefácio.....	09
Introdução.....	13
Parte I – Contextos midiáticos regionais e fronteira.....	19
O contexto radiofônico em Mato Grosso do Sul: cartografia, migração para FM e presença na web <i>Aline de Oliveira Silva; Hélder Samuel do Santos Lima; Daniela Ota.....</i>	21
A programação informativa no rádio fronteiriço em Ponta Porã e Pedro Juan Caballero <i>Ana Barbosa de Souza; Daniela Ota.....</i>	41
Imprensa fronteiriça <i>on-line</i> : fórum de debates ou espaço de superficialidade factual? <i>Gesiel Rocha de Araújo; Marcelo Vicente Cância Soares.....</i>	67
Pantanal, Documentário e Semiótica <i>Victor Hugo Sanches Pereira; Hélio Augusto Godoy de Souza.....</i>	89
Parte II – Discurso midiático político e social.....	115
O <i>Correio do Estado</i> e o discurso udenista na ditadura militar <i>Alline Ribeiro de Góis; Mario Luiz Fernandes.....</i>	117
Conflitos entre indígenas e ruralistas nos editoriais de jornais sul-mato-grossenses: enquadramentos a partir da ideologia da cultura <i>Maurício de Melo Raposo; Marcos Paulo da Silva.....</i>	145
As marcas do estigma nos enunciados sobre suicídio em portais de notícias campo-grandenses <i>Patrick Alif Fertrin Batista; Márcia Gomes Marques.....</i>	165
Direitos humanos no <i>Campo Grande News</i> : análise do discurso jornalístico a partir da interseccionalidade gênero e infância <i>Lynara Ojeda de Souza; Katarini Giroldo Miguel.....</i>	187

Os desafios para a continuidade da Educomunicação no ensino público de Campo Grande

Naiane Gomes de Mesquita; Rose Mara Pinheiro.....209

Parte III – Produção midiática, tecnologias digitais e interatividade....231

A participação do público pelo *WhatsApp* no telejornal MS Record

Cláudia Regina Ferreira; Taís Marina Tellaroli Fenelon.....233

Pouca interação e muita televisão no jornalismo ao vivo de Campo Grande no *Facebook*

Oswaldo Ribeiro da Silva; Marcelo Vicente Câncio Soares.....255

Whatsapp: mensageiro instantâneo móvel utilizado na rotina de produção em ciberjornais de Mato Grosso do Sul

Ângela Eveline Werdemberg dos Santos; Gerson Luiz Martins.....275

Introdução

O Programa de Pós-Graduação em Comunicação (PPGCOM) da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) era um sonho acalentado desde o final da década de 90, após a formação das primeiras turmas graduadas pelo curso de Comunicação Social/Jornalismo da UFMS, o primeiro de MS, criado em 1989. Porém, sua concretização só ocorreu em agosto de 2011, e agora completa dez anos de atividades. Nesse período titulou 92 mestres. Curso ainda jovem, mas, considerando a realidade da pós-graduação brasileira, especificamente da área das humanidades, e mais especificamente ainda por se situar fora dos grandes centros do País, esta é uma conquista que merece ser comemorada.

O livro *Regionalidade e discursos midiáticos: mapeamento e análise em Mato Grosso do Sul* é uma das ações para marcar esses dez anos completados em 2021. Mais do que isso, contém uma síntese de parte da densa produção científica do curso acumulada nessa década. É uma demonstração inequívoca do avanço da pesquisa científica na área da comunicação em Mato Grosso do Sul e também uma forma de prestação de contas à sociedade sobre as análises, pesquisas e reflexões sobre os meios de comunicação, segmento que tem papel fundamental no desenvolvimento de uma sociedade, em sua formação cultural, social, econômica política e identitária. Ou seja, estudar a mídia é buscar conhecer elementos constituintes da sociedade e do comportamento social.

O PPGCOM da UFMS é o primeiro de Mato Grosso do Sul e o quarto da Região Centro-Oeste, após o da Universidade de Brasília (UnB – 1974), Universidade Federal de Goiás (UFG – 2007) e ao da Universidade Católica de Brasília (UCB – 2008). O Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Mato Grosso foi criado em 2020.

A expectativa em torno da criação do PPGCOM da UFMS se acentuou em 2005 quando a instituição chegou a anunciar oficialmente sua criação para o início de 2006, em parceria com a Universidade de Brasília.¹

¹ De acordo com Fernandes (2020, p. 75), “Em dezembro de 2005, com a manchete *Reunião em Brasília define Mestrado em Jornalismo para 2006*, o site da UFMS estampava a notícia da criação do curso na modalidade Minter (Mestrado Interinstitucional), resultante da parceria entre as duas instituições. O site da UFMS (apud FERNANDES, 2020, p. 75) assim enfatizava a conquista: “O resultado da reunião de trabalho no prédio da reitoria da Universidade de Brasília, no dia 20 de dezembro, não poderia ser mais auspicioso: representantes da UFMS e da UnB definiram que será lançado em 2006, em Campo Grande, o pioneiro Mestrado em Jornalismo. A proposta que será encaminhada à Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), do Ministério da Educação, deve ter como área de concentração “Jornalismo e Cultura Regional”. Na época, havia apenas 17 Programas de Pós-Graduação em Comunicação no País, dois de Ciências da Comunicação e um em Multimeios.

Porém, a proposta não se concretizou. Não por acaso, em razão desse tempo de espera, quando da implantação do curso em agosto de 2011, 47 candidatos inscreveram-se no primeiro processo seletivo. Dos dez selecionados, nove obtiveram a titulação de mestre em 2013: Barbara Cunha Ferragini, Cleidson de Lima Silva, Eduardo Pereira Romero, Fabrício Barbosa Casiano, Janaína Ivo da Silva, Júlia Celi Torrecilha, Lucas Marinho Mourão, Michelle Rossi e Sidnei Carlos Santos Bonfim Ferreira. Iniciava, assim, a produção científica dos discentes do Programa.

Os docentes que iniciaram o curso foram: Álvaro Banducci Júnior, Daniela Cristiane Ota, Dercir Pedro de Oliveira, Gerson Luiz Martins, Greicy Mara França, Márcia Gomes Marques, Marcelo Vicente Câncio Soares, Mario Ramires Marques, Mario Luiz Fernandes e Ruth Penha Alves Vianna. Com algumas alterações naturais do tempo, o curso conta atualmente com os professores Daniela Cristiane Ota, Gerson Luiz Martins, Júlio Bezerra, Katarini Giroldo Miguel, Márcia Gomes Marques, Marcos Paulo da Silva, Mario Luiz Fernandes, Rose Mara Pinheiro e Taís Fenelon. Desde março de 2020 é coordenado por Marcos Paulo da Silva e já teve como coordenadores Mario Luiz Fernandes (08/2011 a 10/2014), Marcelo Vicente Câncio Soares (10/2014 a 12/2018) e Gerson Luiz Martins (12/2018 a 03/2020).

Sua Área de Concentração é Mídia e Representação Social e tem como Linhas de Pesquisa Mídia, Identidade e Regionalidade; Linguagens, Processos e Produtos Midiáticos. Tem como objetivos: formar pesquisadores; desenvolver estudos e técnicas voltadas à qualificação profissional e para o exercício da docência em comunicação; promover pesquisas científicas que busquem investigar a complexidade da comunicação, notadamente no que diz respeito ao seu caráter regional e às linguagens e processos midiáticos, visando contribuir para o conhecimento científico.

A Área de Concentração, entre outros aspectos, “investiga os meios de comunicação social como instrumentos culturais nas mediações do processo de construção da identidade, da sociabilidade, da memória social e das práticas sociais, políticas e culturais” (PPGCOM UFMS), estabelecendo, desse modo, o vínculo do Programa com o contexto social e midiático sul-mato-grossense.

Nesses dez anos, foram inúmeras ações visando à qualificação do curso. Entre elas, vale citar a edição da *Esferas – Revista Interprogramas de Pós-Graduação em Comunicação do Centro-Oeste*, desde novembro de 2012. A publicação é resultado da cooperação acadêmica entre os Programas de Pós-Graduação em Comunicação da UNB, UCB, UFG e UFMS. Entre 2014 e 2020, o PPGCOM da UFMS também celebrou parceria com o PPGCOM da Universidade de São Paulo (USP) e da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) e desenvolveu o projeto de pesquisa *Comunicação e mediações em contextos regionais: usos midiáticos, cul-*

turais e linguagens, financiado pela Capes através do edital Procad. Além da publicação de dois livros em parcerias com esses Programas, realização de seminários com a participação de alunos e professores e de cursos de pós-doutorado, o projeto propiciou que 11 (20,7%) dos 53 mestrands que ingressaram no PPGCOM entre 2014 e 2018 cursassem um semestre de disciplinas na USP e na UFRN.

Uma ação que fortaleceu sobremaneira a criação do curso foi a co-operação acadêmica internacional firmada entre o Departamento de Jornalismo da UFMS e o Laboratório de Audiovisual e Comunicação (LAI-COM) da Universidade Autônoma de Barcelona (UAB), articulada entre 2007 e 2008 pela professora Ruth Penha Alves Vianna quando da realização do seu pós-doutorado naquela instituição. O *Projeto Cooperación científica entre España e Brasil para el desarrollo de un protocolo de control de calidad de los contenidos audiovisuales (QC)*, com o apoio da Capes e DGU (Espanha), além de amplo intercâmbio de pesquisa, missões de estudos de docentes e dois seminários internacionais, também viabilizou a realização do pós-doutorado dos professores Gerson Luiz Martins e Márcia Gomes Marques na UAB.

O Congresso Internacional de Ciberjornalismo, criado em 2007 pelo grupo de pesquisa “Estudos de Ciberjornalismo”, coordenado pelo professor Gerson Luiz Martins, também deixou sua marca no curso quando da sua realização até 2017.

Neste percurso, a produção científica do Programa já acumula considerável nível de conhecimento sobre a mídia de Mato Grosso do Sul. Camy e Pinheiro realizaram um estudo sobre as dissertações defendidas entre 2013 e 2018 para analisar os principais elementos constitutivos dessas pesquisas. Primeiros indicadores: no período foram 58 dissertações orientadas por 12 docentes, sendo 30 na Linha de Pesquisa de Regionalidade e 28 na Linha de Linguagens. Dos mestres titulados (30 mulheres e 28 homens), 81% desenvolveram suas pesquisas na área do jornalismo; 40% haviam realizado sua graduação na própria UFMS. Desses 58 mestres, 82% atuam na área da comunicação na região ou em outros estados, sendo que desses, 31% seguiram a carreira acadêmica.

Avançando em relação às pesquisas propriamente ditas, quanto ao tipo de mídia, 16 tiveram como objeto de estudo a internet, 13 a televisão, 11 o jornal impresso, o cinema e rádio foram quatro cada. Na avaliação das pesquisadoras, este perfil revela “um crescimento de interesse na influência das tecnologias digitais, no modo de produção jornalística e na relação com o usuário (CAMY; PINHEIRO, 2020, p. 93). Nesse contexto, os veículos mais estudados foram, respectivamente: *Campo Grande News*, *Correio do Estado*, *O Estado MS*, *MídiaMax*, *O Progresso*, Rádio Educativa 104, Blink FM, TV Morena, SBT TV e Record MS.

Como o exposto nesta breve síntese histórica e sobre o perfil das pes-

quisas desenvolvidas, este livro é uma extensão de parte dessa produção. Os capítulos nas páginas a seguir trazem adaptações de 12 dissertações defendidas entre 2017 e 2020 e da pesquisa de pós-doutorado realizada pelo professor Oswaldo Ribeiro (UCDB) no PPGCOM da UFMS, sob a orientação do professor Marcelo Câncio. As dissertações foram selecionadas pelos respectivos orientadores. Como se observará, estes trabalhos estão articulados com a Área de Concentração, bem como com as Linhas de Pesquisa do Programa. São estudos e análises que têm a mídia sul-mato-grossense como principal objeto de pesquisa, constituindo-se, assim, em uma nova fonte de conhecimento para pesquisadores, estudantes e interessados em geral sobre esse segmento tão presente no cotidiano das pessoas.

O livro está dividido em três eixos estruturantes. A primeira parte – *Contextos midiáticos regionais e de fronteira* – reúne pesquisas específicas sobre a mídia na região de fronteira e mapeamento do rádio em todo o Mato Grosso do Sul. O primeiro capítulo, desenvolvido por Aline de Oliveira Silva e Hélder Samuel dos Santos Lima, sob orientação da professora Daniela Ota, traz a cartografia da migração das rádios AMs para as FMs em todo o estado. A pesquisa de Ana Barbosa de Souza, também orientada pela professora Daniela, analisa a programação informativa de emissoras de rádio em Ponta Porã e Pedro Juan Cabalero. No terceiro capítulo, Gesiel Rocha de Araújo e o professor Marcelo Vicente Câncio Soares investigam a dicotomia na imprensa *online* de fronteira como um fórum de debates ou espaço de superficialidade. A análise do documentário *Planuras*, sobre o Pantanal, é o enfoque da pesquisa desenvolvida por Victor Hugo Sanches Pereira, orientada pelo professor Hélio Godoy.

Na segunda seção – *Discurso midiático político e social* – estão trabalhos sobre análises discursivas da mídia envolvendo temas políticos e sociais. A pesquisa de Alline Ribeiro de Góis, orientada pelo professor Mario Luiz Fernandes, analisa o discurso do jornal *Correio do Estado* em apoio à instalação do governo ditatorial no Brasil em 1964. A cobertura da imprensa local sobre conflitos entre indígenas e ruralistas é o objeto da pesquisa de Maurício de Melo Raposo, orientado pelo professor Marcos Paulos da Silva. O discurso sobre o suicídio por portais de notícias de Campo Grande, outro tema de relevante alcance social, é o enfoque de estudo de Patrick Alif Fertrin Batista, orientado pela professora Márcia Gomes. O portal de notícias *Campo Grande News* também foi objeto de estudos relativo à sua cobertura sobre os direitos humanos, pesquisa de Lynara Ojeda de Souza sob orientação da professora Katarini Miguel. O capítulo de autoria de Naiane Gomes de Mesquita e da professora Rose Mara Pinheiro investiga a trajetória da educomunicação em Mato Grosso do Sul, tendo como ponto de partida a promoção do projeto Educomrádio.Centro-Oeste.

Por fim, a terceira parte – *Produção midiática, tecnologias digitais e interatividade* – apresenta estudos sobre o uso das mídias digitais/redes so-

ciais na produção da notícia ou na interação dos veículos de comunicação com seu público. Cláudia Regina Ferreira Anelo, orientada pela professora Taís Fenelon, estudou o uso do *WhatsApp* na interação do Telejornal da MS Record com os telespectadores. Em sua pesquisa de estágio pós-doutoral desenvolvido no PPGCOM da UFMS, Oswaldo Ribeiro, sob orientação do professor Marcelo Cândia, analisou as transmissões de conteúdos jornalísticos ao vivo no *Facebook* por diferentes veículos de Campo Grande. O uso do *WhatsApp* no processo de produção da notícia no ciberjornalismo de Mato Grosso do Sul foi o foco do estudo de Ângela Eveline Werderberg dos Santos, orientada pelo professor Gerson Luiz Martins.

Referências

FERNANDES, Mario Luiz. Mestrado com foco na regionalidade e linguagens jornalísticas. In FERNANDES; PERES. **Entre tempos: 30 anos do curso de Jornalismo da UFMS**. Campo Grande: Editora UFMS, 2020. Disponível em <https://jornalismo.ufms.br/entre-tempos/> Acessado em 04/10/2020.

CAMY, Marcele Aroca; PINHEIRO, Rose Mara. Análise das dissertações defendidas no Mestrado. In FERNANDES; PERES. **Entre tempos: 30 anos do curso de Jornalismo da UFMS**. Campo Grande: Editora UFMS, 2020. Disponível em <https://jornalismo.ufms.br/entre-tempos/> Acesso em 04/10/2020.

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO DA UFMS. www.ppgcom.ufms.br.



Parte I

Contextos midiáticos regionais e fronteira



O contexto radiofônico em Mato Grosso do Sul: cartografia, migração para FM e presença na web¹

Aline de Oliveira SILVA²
Hélder Samuel dos Santos LIMA³
Daniela Cristiane OTA⁴

Introdução

Um dos meios de comunicação mais resistentes ao avanço das transformações tecnológicas, o rádio completou em 2019 seu centenário de existência no Brasil. Desde a inauguração da Rádio Clube de Pernambuco em 6 de abril de 1919 por Oscar Moreira (BARBOSA FILHO, 2009, p. 39), o meio tem-se adaptado e convergido em novas plataformas no intuito de se manter atrativo sem perder sua essência principal: o áudio.

No então estado Mato Grosso uno⁵, o rádio fora implementado na década de 1930 de forma artesanal e amadora, semelhante ao que aconteceu na Rádio Clube de Pernambuco. Coube ao município de Corumbá o pioneirismo da primeira estação a partir da transmissão de *A voz de Corumbá*, instalada pelo engenheiro Carlos Miguel Mônaco e inaugurada oficialmente em 13 de junho de 1935 (BÁEZ *apud*, MOREIRA, 2010, p. 7).

Após o impulso corumbaense, outras emissoras foram sendo constituídas em diversos municípios da porção sul de Mato Grosso operando em Ampli-

¹ Este capítulo resulta de dados de duas dissertações. A primeira: *A migração do Rádio AM para FM em Mato Grosso do Sul: um estudo comparado das Rádios Caçula e Difusora Pantanal*, desenvolvida por Helder Samuel dos Santos Lima, foi defendida no dia 24 de abril de 2018 no Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (PPGCOM/UFMS). A banca foi composta pela orientadora Profa. Dra. Daniela Cristiane Ota (UFMS), Prof. Dr. Mário Luiz Fernandes (UFMS) e Prof. Dr. Oswaldo Ribeiro da Silva (UCDB). A segunda: *Programa Grande FM Rural: Um estudo de caso sobre jornalismo rural em Dourados (MS)*, desenvolvida por Aline de Oliveira Silva, foi defendida em 30 de abril de 2020, tendo como membros da banca a orientadora Profa. Dra. Daniela Cristiane Ota (UFMS), Prof. Dr. Mário Luiz Fernandes (UFMS) e Prof. Dr. Wilson da Costa Bueno (USP).

² Mestra em Comunicação pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). Especialista em Assessoria de Comunicação pela Faculdade Estácio de Sá, graduada em Comunicação Social – Jornalismo pela Universidade para o Desenvolvimento do Estado e da Região do Pantanal (Uniderp). E-mail: alineolsilva@hotmail.com.

³ Doutorando em Comunicação pela Universidade Federal de Goiás (FIC/UFG). Mestre em Comunicação pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (FAALC/UFMS). Graduação em Jornalismo e Administração pela mesma universidade e especialização em Gestão Pública Municipal pela Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS). E-mail: helder.lima@ufms.br.

⁴ Professora associada da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e do curso de Jornalismo. Doutora em Comunicação pela Universidade de São Paulo (ECA/USP). Pós-doutora pela ECA/USP. E-mail: daniela.ota@ufms.br.

⁵ O território onde hoje está situada o município de Corumbá pertence ao estado de Mato Grosso do Sul criado a partir da Lei Complementar N° 31 de 11 de outubro de 1977, após o desmembramento do Mato Grosso Uno.

tude Modulada (AM). Em levantamento atualizado de julho de 2020, o atual estado de Mato Grosso do Sul registra 230 emissoras cadastradas com outorga no Sistema de Radiodifusão (SRD) da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), sendo 89 emissoras em Frequência Modulada (FM) de baixa potência de caráter comunitário; 124 emissoras em FM nas modalidades educativa, comercial; e 13 AM em Ondas Médias e quatro Ondas Tropicais⁶.

Este capítulo é resultado de duas pesquisas desenvolvidas no Programa de Pós-Graduação em Comunicação (PPGCom) da UFMS. A primeira realizada entre 2016 e 2018, que resultou na dissertação *A migração do Rádio AM para FM: um estudo comparado das Rádios Caçulas e Difusora Pantanal*, um dos autores desse capítulo realizou o estudo cartográfico das estações sonoras sul-mato-grossenses tendo como suporte dados da Geografia tais como tamanho populacional das cidades, extensão territorial e a importância econômica que elas representam para a microrregião na qual estão inseridas.

A segunda pesquisa, desenvolvida a partir de 2018, resultou na dissertação *Programa Grande FM Rural: Um estudo de caso sobre jornalismo rural em Dourados (MS)*, defendida no ano de 2020 por uma das autoras na qual se abordou o único programa de radiojornalismo rural no estado, veiculado no município de Dourados. Soma-se às pesquisas; também, um levantamento referente ao número de web rádios existentes no estado, no mês de abril de 2020, por intermédio do portal Rádios.com. Com um total de 385 emissoras, observou-se a predominância de conteúdo musical e religioso. A título de esclarecimento, na capital Campo Grande, existem 112 rádios virtuais das quais três priorizam o conteúdo jornalístico.

A Geografia e a distribuição espacial das rádios em Mato Grosso do Sul

Com a sexta maior área territorial do Brasil, equivalente a 357.145,531 km² correspondendo a 4,19% do total do País e 22,23% da área do Centro-Oeste, o estado de Mato Grosso do Sul possui 79 municípios concentrados em seus centros urbanos administrativos e 86 distritos (BRASIL, 2015).

De acordo com dados de 2016 do IBGE, o estado possui uma população estimada em 2.682.386 habitantes, sendo a sétima menor do Brasil. Com a segunda menor densidade demográfica do Centro-Oeste de 7,51 habitantes/km² (IBGE, 2016), a maior parte da população se encontra na região urbana dos municípios correspondendo a 85,64% da população estadual (IBGE, 2014).

⁶ As quatro outorgas para emissoras em Ondas Tropicais são: Rádio Novo Tempo de Campo Grande que já migrou e opera apenas em FM; Rádio Difusora de Aquidauana que também já opera em FM e desde 2000 não transmite em OT; Rádio Imaculada Conceição de Campo Grande que aguarda os trâmites do Ministério das Comunicações para concluir a migração; e a Rádio Alvorada de Dourados que não possui registro de funcionamento, embora a concessão esteja cadastrada no Sistema de Radiodifusão da Anatel.

Com o intuito de traçar metas de planejamento, subsidiar estudos regionalizados e locais e promover políticas públicas para o desenvolvimento, o IBGE divide o estado de Mato Grosso do Sul em quatro mesorregiões (Pantanal Sul-Mato-Grossense, Leste, Sudoeste e Centro-Norte) levando-se em consideração as realidades geográficas, econômicas, sociais e política dos 79 municípios (BRASIL, 2015, p. 18).

As quatro mesorregiões, por sua vez, são subdivididas em 11 microrregiões, conforme Tabela 1: duas na mesorregião do Pantanal sul-mato-grossense (Aquidauana e Baixo Pantanal) e no Centro-Norte de Mato Grosso do Sul (Alto Taquari e Campo Grande), quatro na mesorregião Leste (Cassilândia, Nova Andradina, Paranaíba e Três Lagoas) e três na Sudoeste (Bodoquena, Dourados e Iguatemi).

Tabela 1- Mesorregiões geográficas, Microrregiões e respectivos municípios

Mesorregiões	Microrregiões	Municípios	População (2016)	PIB (2013) %
Pantanal sul-mato-grossense	Aquidauana	Aquidauana, Anastácio, Dois Irmãos do Buriti e Miranda	99.491	2,15
	Baixo Pantanal	Corumbá, Ladário e Porto Murtinho	148.208	4,73
Centro-norte de Mato Grosso do Sul	Alto Taquari	Alcinópolis, Camapuã, Coxim, Figueirão, Pedro Gomes, Rio Verde de Mato Grosso, São Gabriel do Oeste e Sonora	125.714	4,70
	Campo Grande	Bandeirantes, Campo Grande, Corguinho, Jaraguari, Rio Negro, Rochedo, Sidrolândia e Terenos	966.860	32,73
Leste	Cassilândia	Cassilândia, Chapadão do Sul, Costa Rica e Paraíso das Águas	70.055	4,16
	Nova Andradina	Anaurilândia, Bataguassu, Bataiporã, Nova Andradina e Taquarussu	97.531	3,59
	Paranaíba	Aparecida do Taboado, Inocência, Paranaíba e Selvíria	80.481	5,04
	Três Lagoas	Água Clara, Brasilândia, Ribas do Rio Pardo, Santa Rita do Pardo e Três Lagoas	173.387	11,79
Sudoeste	Dourados	Amambai, Antônio João, Aral Moreira, Caarapó, Douradina, Dourados, Fátima do Sul, Itaporã, Juti, Laguna Carapã, Maracaju, Nova Alvorada do Sul, Ponta Porã, Rio Brilhante e Vicentina	558.403	21,65
	Bodoquena	Bela Vista, Bodoquena, Bonito, Caracol, Guia Lopes da Laguna, Jardim e Nioaque	109.097	2,55
	Iguatemi	Angélica, Coronel Sapucaia, Deodápolis Eldorado, Glória de Dourados, Iguatemi, Itaquiraí, Ivinhema, Japorã, Jateí, Mundo Novo, Naviraí, Novo Horizonte do Sul, Sete Quedas, Paranhos e Tacuru	242.110	6,90

Fonte: BRASIL, 2015.

Os dados da Tabela 1 revelam que as microrregiões lideradas por Campo Grande, Dourados e Três Lagoas apresentam os maiores índices de desenvolvimento econômico. As três são responsáveis por 66,17% da riqueza gerada em Mato Grosso do Sul, segundo os resultados do PIB de 2013.

Enquanto na microrregião de Campo Grande o desenvolvimento advém do setor de comércio, serviços e da atividade industrial, a microrregião de Dourados é impulsionada pelo setor agropecuário com a produção de grãos e cana-de-açúcar e principalmente pela agroindústria.

Com posição estratégica privilegiada na divisa com o estado de São Paulo, a microrregião de Três Lagoas se desenvolve graças ao fortalecimento da atividade industrial no município. A economia dessa região é reforçada também pela pecuária de corte e atividade florestal (BRASIL, 2015, p. 10). As outras oito microrregiões juntas representaram 33,82% do PIB estadual em 2013, cuja economia gira em torno da pecuária de corte, produção de leite, lavouras e a agroindústria.

A partir da catalogação desses dados fornecidos pela Geografia tais como estimativa populacional tendo como referência o ano de 2016 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Produto Interno Bruto (PIB) *per capita* de 2013, e o total de municípios por microrregião, realizamos a cartografia das estações radiofônicas sul-mato-grossense. Por meio desse levantamento, observamos que o rádio é sem dúvida o meio de maior abrangência estando presente em 76 dos 79 municípios, ou seja, praticamente 96% do território estadual, conforme será detalhado a seguir.

Tabela 2 - Distribuição das Emissoras Radiofônicas por Microrregião

Microrregiões	Nº de Municípios	População	PIB	Total de FMs Comerciais	Percentual	Total de FMs Comunitárias	Percentual
Campo Grande	8	966.860	32,73	22	17,7%	15	16,9%
Dourados	15	558.403	21,65	20	16,1%	18	20,2%
Iguatemi	16	242.110	6,9	19	15,3%	13	14,6%
Três Lagoas	5	173.387	11,79	9	7,3%	7	7,9%
Baixo Pantanal	3	148.208	4,73	8	6,5%	4	4,5%
Alto Taquari	8	125.714	4,7	12	9,7%	7	7,9%
Bodoquena	7	109.097	2,55	9	7,3%	8	9,0%
Aquidauana	4	99.491	2,15	7	5,6%	4	4,5%
Nova Andradina	5	97.531	3,59	5	4,0%	6	6,7%
Paranaíba	4	80.481	5,04	8	6,5%	4	4,5%
Cassilândia	4	70.055	4,16	5	4,0%	3	3,4%
Total	79	2.682.836	100%	124	100	89	100%

Fonte: Do autor com informações do IBGE, SRD

De acordo com a Tabela 2, podemos observar que as emissoras co-

merciais e comunitárias estão predominantemente situadas nas microrregiões de Campo Grande e Dourados, que, além de apresentarem o maior contingente populacional do estado, respondem pela maior fatia do PIB *per capita* estadual. Embora Campo Grande lidere os índices PIB e população, Dourados sai à frente no número de emissoras comunitárias por possuir maior extensão territorial representada por quinze municípios, ante os oito que compõem a micro de Campo Grande.

Outro destaque que a Tabela 2 aponta é a predominância de emissoras na microrregião de Iguatemi. Destaca-se que esta é formada pelo maior número de municípios do estado e apresenta o terceiro maior contingente populacional, o que justifica a quantidade considerável de estações outorgadas. Por outro lado, a micro de Cassilândia, além de apresentar o menor número de emissoras, possui também a menor população do estado, conforme indica a Tabela 2.

Embora não haja emissoras constituídas em todos os municípios de Mato Grosso do Sul, a pesquisa traz dados que levam a pressupor que a transmissão radiofônica das estações sonoras consiga cobrir praticamente 100% do território do estado. Dentre os municípios do estado que não possuem estações de rádio estão Figueirão na microrregião do Alto Taquari; Jateí na microrregião de Iguatemi e Douradina na microrregião de Dourados, ambos no Cone-Sul do estado.

O município de Figueirão foi fundado em 2005, oriundo do desmembramento dos territórios de Camapuã e Costa Rica e está a um raio de 55 km de Alcínópolis, onde há cobertura de emissora FM. Já o município de Jateí está numa distância de 15 km de Glória de Dourados e 32 km de Deodápolis. Assim, partimos da suposição de que o município capte o sinal das cidades vizinhas. Situação semelhante é também vivenciada por Douradina que fica a aproximadamente 38 km de distância do município de Dourados e 32 km de Itaporã.

Migração para FM

O fenômeno da migração das rádios em Amplitude Modulada (AM) representou um divisor de águas para o setor de radiodifusão brasileiro. Diante da concorrência acirrada dos demais meios de comunicação de massa, inicialmente com o surgimento da televisão na década de 1950 e posteriormente com a criação das estações em Frequência Modulada (FM), as rádios AM já não possuíam mais fôlego para driblar a concorrência, agora digital através da internet.

Para se reposicionar no mercado e superar este cenário de concorrência estabelecido pela Internet e sobretudo pelas próprias FM, que por sua natureza possuem qualidade de áudio superior as AM, diversas alternativas foram discutidas pelo Governo Federal e pela Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e

Televisão (Abert) a partir de 2010. Em maio daquele ano, a Anatel publicou um estudo de viabilidade técnica da migração do rádio AM para a faixa de FM que foi apresentado ao Conselho de Rádio da Abert e aos presidentes das associações estaduais de radiodifusão pelo Ministério das Comunicações.

Após a aprovação da proposta pela Abert, um novo documento foi entregue ao ministro das Comunicações, Paulo Bernardo, para análise técnica da Casa Civil. Finalizadas as negociações e confirmada a viabilidade do processo, no dia 7 de novembro de 2013, data em que se comemora o dia do radialista, a então presidente Dilma Rousseff (PT) assinou o decreto 8.139 permitindo a migração das emissoras AM para FM. A data anunciava o fim da transmissão sonora em Ondas Médias (OM) de caráter local, modelo de rádio pioneiro no país.

Em todo o Brasil, radiodifusores celebraram a medida antevendo a abertura de novas possibilidades para as emissoras AM no intuito de conter o cenário de crise. De acordo com dados do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC) de um total de 1.781 emissoras AM em OM, 1.421 solicitaram a mudança de faixa para FM. Em Mato Grosso do Sul, das 55 aptas a migrarem para o novo dial, 53 solicitaram a mudança, ou seja, 96% do total de estações em Ondas Médias do estado.

Em relação atualizada em julho de 2020, o Ministério das Comunicações revela que 40 estações que solicitaram a migração já foram autorizadas a operar no novo dial, conforme relação abaixo:

Tabela 3 - Emissoras em Ondas Médias que migraram para FM em MS

Ordem	Município	Nome Fantasia	Faixa de Frequência
1	Amambaí	Rádio Jornal	94,5
2	Anastácio	Rádio Pantaneira	103,5
3	Aparecida do Taboado	Rádio Cidade de Aparecida do Taboado	99,5
4	Aquidauana	Rádio Independente	90,9
5	Aquidauana	Rádio Difusora de Aquidauana	91,7
6	Bandeirantes	Rádio Moriá	91,7
7	Bataguassu	Rádio Portal	98,9
8	Bela Vista	Rádio Bela Vista	98,5
9	Caarapó	Nova Difusora AM	99,9
10	Camapuã	Rádio Princesa do Vale	99,5
11	Campo Grande	Rádio IPB Novo Tempo	97,3
12	Campo Grande	Rádio Cultura	92,3
13	Campo Grande	Rádio Difusora Pantanal	101,9
14	Campo Grande	Rádio AM Capital	95,3
15	Campo Grande	Ativa AM	107,1
16	Campo Grande	Rádio Concórdia	93,7
17	Cassilândia	Rádio Patriarca de Cassilândia	97,9
18	Corumbá	Rádio Fronteira	106,9
19	Corumbá	Rádio Difusora Matogrossense	95,9

20	Costa Rica	Rádio Costa Rica	105,9
21	Coxim	Rádio Vale do Taquari	102,9
22	Coxim	Rádio Pantanal	90,7
23	Eldorado	Rádio Independência	106,7
24	Fátima do Sul	Rádio Guaicurus	91,1
25	Glória de Dourados	Rádio Paiaçuás	95,5
26	Ivinhema	Rádio Piravevê	98,1
27	Ivinhema	Rádio Difusora Ivinhema	103,1
28	Jardim	Rádio Laguna	102,1
29	Maracaju	Rádio Cidade	104,3
30	Mundo Novo	Serra FM	89,7
31	Naviraí	Rádio Cultura	105,7
32	Nova Andradina	Rádio Difusora Cacique	99,5
33	Paranaíba	Rádio Difusora	91,9
34	Ponta Porá	Super Rádio Fronteira	93,5
35	Rio Brillhante	Rádio Difusora Rio Brillhante	103,9
36	Rio Verde de Mato Grosso	Rádio Campo Alegre	104,9
37	São Gabriel do Oeste	Rádio Difusora Nortestado	90,3
38	Sidrolândia	Rádio Pindorama	100,7
39	Três Lagoas	Rádio Difusora de Três Lagoas	99,5
40	Três Lagoas	Rádio Caçula	96,9

Fonte: SRD Anatel, 2020.

Dentre 13 as entidades que ainda não receberam autorização do Ministério das Comunicações para operar em FM estão: Bonito Comunicação de Bonito; Camy Telecomunicações Ltda e Rádio Imaculada Conceição de Campo Grande; Xaraés Comunicações Ltda de Chapadão do Sul; Rádio Clube de Corumbá; Rádio Dourados do Sul, Rádio Clube de Dourados e Empresa de Radiodifusão Tupinambás Ltda (as três de Dourados); Rádio Regional de Fátima do Sul; Sociedade Rádio Itaporã; Sistema de Rádio e Televisão Vale do Sucuriú de Nioaque e de Ribas do Rio Pardo; e Sociedade Rádio Ponta Porã. Como já mencionado em trabalhos anteriores, a Rádio Atalaia de Sete Quedas não consta como requisitante de migração no Ministério das Comunicações.

A Rádio Caçula de Três Lagoas foi a primeira a migrar e opera em FM desde o dia 9 de janeiro de 2017, seguida da Rádio Portal de Bataguassu, que migrou para FM no dia 28 de março de 2017. Na capital do estado, a Rádio Difusora Pantanal foi a pioneira iniciando as transmissões em FM no dia 1º de junho de 2017.

Em pesquisa realizada entre 2016 e 2018, pudemos identificar que a migração ocasionou impactos diferenciados nas emissoras pesquisadas. Na capital, por exemplo, a migração apresentou mudanças significativas nas emissoras e passaram a apostar numa programação segmentada. Conforme

Ferraretto (2014, p.48-49), a segmentação pode englobar programas específicos ou a grade geral da emissora, correspondendo a um “processo em que, a partir da conciliação entre os anseios, interesses, necessidades e/ou objetivos do emissor e do receptor, além da identidade construída pelo primeiro, foca-se o rádio, em qualquer uma de suas manifestações comunicacionais, em dada parcela do público”.

Ortriwano (1985, p.28) ressalta que, além de oferecer uma programação para faixas de público específicos, a “especialização” ou “segmentação” conforme definição de Ferraretto (2014) possibilita aos anunciantes divulgarem produtos voltados para aquele determinado público. Segundo ela, a especialização ou segmentação ocorreu pela “necessidade de atender ao mercado, onde existem diversas faixas socioeconômicas que precisam ser exploradas adequadamente” (ORTRIWANO, 1985, p.29).

Na capital, a *Rádio Difusora Pantanal* em AM, objeto de estudo de um dos pesquisadores, possuía uma programação que priorizava os gêneros entretenimento com formato musical, jornalístico e policial, jornalístico e opinativo, e programas esportivos. Boa parte dos programas tradicionais de AM com enfoque em notícia policial e jornada esportiva foram retirados da grade para priorizar conteúdos mais homogêneos.

O processo de migração na Difusora Pantanal resultou numa programação que prioriza o formato musical sertanejo, visando atingir um público definido e se diferenciar das demais emissoras FM comerciais e educativas que já operam em Campo Grande. Com a identidade em construção, a emissora se orgulha de ser uma rádio voltada para o público que aprecia a música sertaneja. Tanto é assim que o *slogan* da emissora passou a ser “A rádio que toca modão”, em alusão ao gênero musical predominante.

Fenômeno semelhante de segmentação ocorreu na *Rádio Concórdia AM* que passou a ser denominada *CBN Campo Grande*⁷ cuja programação é totalmente destinada ao gênero jornalístico. A mudança na programação foi significativa, pois a emissora durante anos esteve arrendada para igrejas. Assim, a emissora substituiu o formato religioso pelo jornalístico.

Movimento inverso ocorreu numa das emissoras AM pioneiras e tradicionais de Campo Grande, a *Rádio Cultura*. Ao migrar para FM, passou a ser denominada *Rádio H'ora*⁸ com programação gospel voltada exclusivamente para o segmento evangélico. O slogan, inclusive, reforça a identidade religiosa “A rádio que você ora e adora toda hora”.

7 A CBN Campo Grande integra o sistema *all News* e faz parte do Sistema Globo de Rádio com mais de trinta afiliadas em todo o País. Em Mato Grosso do Sul, a CBN Campo Grande faz parte do grupo RCN de Comunicação com sede em Três Lagoas. O grupo soma 9 veículos entre jornal impresso, TV, *site* e estações de rádio no estado (JP NEWS, 2017). Disponível em: < <https://www.jpnews.com.br/campo-grande/cbn-fm-lanca-modelo-inovador-de-jornalismo-em-campo-grande/104772/>>. Acesso em: 18 ago. 2020.

8 Disponível em: <<http://www.ojicare.com.br/2017/08/01/cultura-some-apos-68-anos-e-cede-lugar-para-3a-radio-evangelica-24-horas-de-campo-grande/>>. Acesso em: 25 jan. de 2018.

A *Rádio Ativa* inicialmente, ao migrar, esteve vinculada à *Rádio Deus é Amor*, e transmitia em rede a programação religiosa da Igreja Peten-costal Deus é Amor. Desde agosto de 2019 se tornou *Rádio Morena Easy* adotando formato de programação adulto-contemporâneo e integra a Rede Matogrossense de Comunicação (TUDO RÁDIO, 2019).

Em dezembro de 2017, a *AM Capital* iniciou as transmissões em FM e passou a ser denominada *Rádio Globo*. A emissora integrava o Sistema Globo de Rádio e retransmitia a maior parte da programação na frequência 95,3. Em 1º de junho de 2020, afiliou-se à *Rede Jovem Pan* paulista conhecida nacionalmente pelo programa *Pânico* (A CRÍTICA, 2020).

No interior do estado, na *Rádio Caçula*, que foi objeto de estudo de um dos autores, o processo de migração representou mudanças pontuais na programação. Isso se deve à realidade local do município no qual está inserida, relacionado sobretudo à posição geográfica, aspectos econômicos, culturais e históricos que resultam em públicos distintos. Na emissora, a migração para FM representou apenas uma adaptação à tecnologia, ou seja, uma alteração de dial, uma vez que a emissora manteve em FM características de sua programação em AM com a replicação de maior parte dos programas. Ao contrário das emissoras da capital, é comum no interior que a segmentação ocorra por horários e não na grade da emissora como um todo.

Outro aspecto identificado em nosso mapeamento da mídia radiofônica de Mato Grosso do Sul, que tem sido uma tendência em nível nacional, é a aquisição de programas gravados de agências de produção para complementar parte da programação, ou ainda a adesão as redes de rádio numa reprodução completa da cabeça de rede desprezando neste caso o contexto local.

Se, por um lado, os custos são menores para os radiodifusores, o que acaba se tornando uma vantagem para a direção da emissora, a reprodução de programas gravados ou a transmissão em rede, como tem acontecido em outras rádios migradas como a *CBN Campo Grande* (extinta *AM Concórdia*) e *Rádio Jovem Pan* (extinta *AM Capital*), torna as emissoras reféns de uma programação engessada e sem vínculos com a realidade local. Esta tem sido uma das preocupações levantadas por diversos pesquisadores do rádio no Brasil.

Em 1985, Ortrivano já repercutia essa problemática ao destacar que a formação de redes impactava nas características culturais, restringia o mercado de trabalho aos profissionais de rádio e impedia a manifestação da criatividade local. “[...] o rádio corre o risco de apresentar programas desvinculados da realidade local, perdendo com isso a força da proximidade, da programação feita com base em hábitos e costumes específicos com o linguajar da região” (ORTRIVANO, 1986, p.33-34).

Além de trazer ao local aspectos de outra realidade espacial, os programas gravados excluem as características principais do meio tais como o

imediatismo, a instantaneidade e a interatividade. O ouvinte quer falar com o locutor. Ele sente a necessidade de ter o seu pedido musical atendido. Ele gosta do afago, do alô, muito comum nas tradicionais rádios AM, algo que se tem perdido em estações que apostam nesse modelo de programação.

Aspectos regionais dos gêneros radiofônicos em Mato Grosso do Sul

O histórico do rádio em Mato Grosso do Sul demonstra que o meio sempre esteve presente no cotidiano da população, mesmo antes da emancipação política, consolidada há pouco mais de quatro décadas. Quando se analisa o modelo de programação das emissoras (BARBOSA FILHO, 2003), observa-se ainda que os gêneros radiofônicos predominantes no cenário regional são: entretenimento, publicitário, propagandístico, de serviço e jornalístico.

Contudo, faz-se necessário estabelecer a diferença entre gênero radiofônico e radiojornalístico, conforme conceituado por Lucht (2009, p.36). “Enquanto, o primeiro refere-se a todos os gêneros praticados no rádio, o segundo contempla os preceitos jornalísticos de imediatismo, proximidade, mobilidade e universalidade”.

Para McQuail (2012, p.336), um gênero midiático é definido por seu enquadramento enquanto “categoria de conteúdo” e deve conter algumas características básicas: “identidade coletiva que possa ser reconhecida tanto pelos produtores e consumidores, compatibilizar forma e conteúdo, preservar padrões culturais e possuir uma estrutura narrativa que comporte um repertório de variantes dos temas básicos”.

A explicação se faz necessária para justificar o perfil observado em dois temas de pesquisa elaborados pelos pesquisadores, no que se refere à preferência do público pelo entretenimento, em detrimento das informações jornalísticas nos programas radiofônicos regionais.

O primeiro estudo foi tema de uma dissertação de mestrado em comunicação, que apresentou um estudo de caso sobre o único programa de radiojornalismo rural no estado, veiculado no município de Dourados. Em seguida são apresentados resultados de pesquisas desenvolvidas com foco nas web rádios em atividade no estado, a fim de traçar um perfil dos gêneros radiofônicos em funcionamento, bem como o espaço dedicado ao jornalismo regional.

Radiojornalismo Rural

As emissoras pioneiras na criação de programas com foco no conteúdo e público rural foram a *Rádio Difusora AM* de Corumbá, que em 1956, deu início à veiculação do programa *Alô Pantanal* e a *Rádio Educação Rural de Campo Grande* que, em meados da década de 1960, criou *A Hora*

do *Fazendeiro*. Oferecendo uma programação direcionada às comunidades rurais dos dois municípios, destacaram-se pela adoção do formato utilidade pública, o qual, na conceituação de Klöckner (2000), atende a uma necessidade imediata dos ouvintes ao prestar orientação para as pessoas sobre assuntos que podem variar de documentos perdidos até orientações sobre o trânsito. “A utilidade pública é serviço, mas não podemos reduzir serviço à utilidade pública, o que tradicionalmente ocorre nas emissoras” (KLÖCKNER, 2000, p. 12).

No caso corumbaense, o programa *Alô Pantanal* está no ar há 50 anos e é responsável por expressiva parcela de audiência da *Rádio Difusora AM* de Corumbá. Veiculado de segunda-feira a sábado, das 12 às 14 horas, funciona como o principal meio de comunicação entre os moradores das propriedades rurais, localizadas na região do Pantanal (Nhacolândia e Paiaçuás). De acordo com um dos proprietários, Uriel Raghiant, a média diária de anúncios alcança 40 solicitações, no entanto, há algumas décadas, o número chegou a 200 avisos.

Em Campo Grande, o programa que se consagrou na prestação de serviços e por oferecer conteúdo noticioso focado no meio rural foi *A Hora do Fazendeiro*, na *Rádio Educação Rural*, eternizado na memória dos ouvintes, da área urbana e rural, pelo radialista Carlos Sebastian Achucarro, o Juca Ganso, autor do bordão conhecido até os dias atuais “Quem ouvir, favor avisar” (CORRÊA, 2014). O profissional de rádio comandou o programa por mais de quarenta anos, quando teve que se afastar por problemas de saúde.

Entretanto, a emissora analisada no projeto de dissertação de mestrado de Silva (2020) foi a rádio *Grande FM 92,1* pelo fato de contar com o único programa de radiojornalismo rural em funcionamento diário desde 2003, o *Grande FM Rural*. A produção e a apresentação são realizadas pelo jornalista, Cícero Faria, idealizador da iniciativa. Em entrevista realizada pela autora, o entrevistado alega que, ao chegar a Dourados, percebeu que os produtores e trabalhadores rurais necessitavam de conteúdo informativo sobre o setor agropecuário, por isso apresentou a proposta do programa, que foi aceita pelo proprietário da emissora, Antônio Tonanni.

A veiculação do *Grande Rural FM* é diária e transmitida das 6 às 6h30, de segunda-feira a sábado. A estrutura do programa é construída na seguinte sequência: jingle do programa, destaques, meteorologia, cotações agropecuárias, notícias do campo, sala de visita e fechamento. Além disso, conteúdo é transmitido em tempo real pelo Facebook e gravado e armazenado no canal do YouTube da emissora.

No entanto, o problema que norteou a pesquisa está subsidiado nos resultados obtidos pela atividade agropecuária regional. O levantamento divulgado pela Federação de Agricultura e Pecuária de Mato Grosso do Sul (Sistema Famasul, 2018), subsidiado com informações do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC) comprovam o destaque nacional da

produção: 2º produtor nacional de carne bovina e produtos florestais, 4ª colocação na produção de cana-de-açúcar e milho e 5º na produção de soja.

Outra informação relevante diz respeito aos dados do último Censo Agropecuário realizado no país pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2017. Mato Grosso do Sul registra 71.164 mil propriedades rurais economicamente ativas, das quais 43.223 (61%) são de famílias integrantes da agricultura familiar. Ainda que os números comprovem que a principal atividade econômica do estado é a produção rural, os meios de comunicação locais dedicam pouco espaço à produção de conteúdo noticioso especializado.

A trajetória da imprensa rural aponta que o setor agropecuário sempre sofreu resistência com espaço nos veículos de comunicação brasileiros, salvo as produções especializadas, categorizadas como jornalismo especializado ou científico. O pesquisador Wilson da Costa Bueno foi responsável pela organização de um livro sobre o assunto (2015) e relatou que, apesar de a cobertura jornalística de temas ou áreas específicas não ser considerada um fenômeno recente, demonstrou mais efetividade a partir da segunda metade do século XX.

No caso regional, a primeira publicação rural foi o *Jornal do Comércio* que circulou no período de 1921 a 1971 (PEREIRA, 2005), antes da divisão territorial com Mato Grosso. Após a emancipação, o primeiro jornal sul-mato-grossense com produção jornalística especializada em rural foi o *Terra e Safra*, lançado em 1985 e permanecendo em atividade até 1988.

O panorama dos veículos que produzem conteúdo focado em jornalismo rural na cidade de Campo Grande foi atualizado em maio de 2019 e chegou aos seguintes resultados: um jornal impresso com conteúdo semanal em jornalismo rural (*Correio do Estado*), dois jornais semanários impressos, sendo um produzido especificamente com conteúdo rural (*Jornal Agroin*) e o *Correio de Corumbá*, que conta com a editoria de agronegócio. Quanto aos sites de notícias, 20 apresentam a editoria, no audiovisual, o *MS Rural*, da TV Morena (retransmissora da Rede Globo) transmite um programa semanal (domingo) e a *Rádio CBN 93,7*, do grupo RCN (em Campo Grande) registra a veiculação semanal (sábado) do programa *CBN Agro*.

A conclusão da pesquisa demonstrou que o público rural de Mato Grosso do Sul, especificamente os agricultores familiares, não são representados nos programas de rádio regionais, visto que o material veiculado prioriza os interesses dos empresários rurais e grandes produtores de commodities como soja, milho, cana-de-açúcar e pecuária de corte. Nesse sentido, entende-se que as transformações da sociedade contemporânea apontam para a construção de uma realidade social, na qual os grupos e comunidades desejam ser representados. Culturas, hábitos, costumes, modernidade e tradição se reconfiguram para atender às novas possibilidades de consumo tecnológico.

Web Rádio: pesquisa em construção

As primeiras experiências em web rádio datam do começo da década de 1990, nos Estados Unidos, com a possibilidade de as emissoras ampliarem a transmissão radiofônica via satélite, por meio do sistema Digital Audio Broadcasting (KUHNS, 2000). A partir dos resultados positivos, em 1995 teve início o funcionamento da primeira emissora comercial, a rádio KLIF de Dallas, transmitindo a programação ao vivo pela internet.

No cenário nacional, a Rádio Totem foi a primeira emissora a operar exclusivamente no ambiente virtual, em 1998. No entanto, pesquisadores apontam que, no mesmo período, foram identificadas iniciativas como o programa Manguetronic (ITINOSI, 1997) e a Rádio Itatiaia de Minas Gerais, que defende o pioneirismo de ser a primeira a veicular o sinal pela internet (TRIGO-DE-SOUZA, 2003).

Ainda que tenham registrado um crescimento exponencial, dificultando inclusive o monitoramento, faz-se necessário esclarecer a categorização dos novos meios digitais em áudio. A pesquisadora Rachel Neuberger argumenta que existem duas nomenclaturas distintas, as “rádios na web” e as “web rádios”. O primeiro caso se refere às rádios tradicionais com oferta de serviços radiofônicos ao vivo, em podcast, além de elementos hipermidiáticos como som, imagens e textos na internet. Já as webs rádios são consideradas um novo formato sonoro, tendo em vista que funcionam exclusivamente no ambiente virtual. “Nesse caso, a rádio pode estar disponível somente em *streaming* ou utilizando recursos como gráficos, fotografias, textos, vídeos e outros elementos” (NEUBERGER, 2012, p. 125).

As mudanças estruturais e de conteúdo em web rádio ainda estão em desenvolvimento, considerando que, no Brasil, registra 22 anos de atividade. Ainda assim, pesquisadores apontam que a essência do rádio se mantém no que se refere à proposta de interatividade com o público, à imediatividade da informação e ao alcance ainda mais abrangente proporcionado pela internet. Segundo Marcelo Kischinhevsky, alguns elementos confirmam essa condição:

No âmbito dos conteúdos, surpreendentemente, persistem formatos e gêneros consolidados na programação das emissoras desde os anos 1980 ou mesmo antes, tais como informativos, esportivos e shows de variedades, apesar do avanço das plataformas digitais e de suas novas possibilidades. Percebe-se, no entanto, o surgimento de novas formas de interação entre ouvintes e emissoras, bem como dos ouvintes entre si, sobretudo via mídias sociais e microblogs, extensões dos fóruns e chats nos primórdios da internet (KISCHINHEVSKY, 2016, p.55).

Em Mato Grosso do Sul, pesquisa realizada no mês de abril de 2020

identificou a existência de 385 web rádios em funcionamento, das quais 112 estão localizadas na capital, Campo Grande. O material foi coletado em levantamento realizado no portal Rádios.com⁹, especializado na hospedagem de rádios virtuais de todas unidades da federação. Na busca de informações referentes às emissoras estão classificados os gêneros radiofônicos, número de acessos totais mensais e os links para acesso.

Em Campo Grande, do total de emissoras com presença virtual, a maioria apresenta programação musical e religiosa, sendo que somente três se intitulam jornalísticas: Rádio CBN 93.7 FM, Rádio Jovem Pan 95.3 FM e Rádio Web MS. Outras 44 emissoras informam ter conteúdo eclético, por mesclarem boletins informativos, quadro de entrevistas e músicas.

As pesquisas realizadas pelas autoras em web rádio iniciaram em 2018, com a análise da Rádio Web MS, considerada a primeira emissora privada, no formato digital. O canal surgiu em 2005 com objetivo de ser um negócio jornalístico com foco em notícias para capital, Campo Grande e cidades do interior do Estado. O proprietário João Flores Júnior explicou que a ideia foi inspirada no formato apresentado pelo programa institucional do governo do Estado, o “MS no Rádio” que disponibilizava conteúdo informativo em arquivos de podcast e posteriormente passou a ter uma web rádio.

De acordo com Flores, a intenção inicial era criar uma agência de notícias, porém o jornalista percebeu que a rádio digital atraía muito mais pessoas, tanto anunciantes quanto ouvintes e rádios comunitárias que realizavam *downloads* dos arquivos de áudio para disponibilizar na programação do interior do Estado. “Existe uma dificuldade muito grande nas cidades mais distantes, pois existe pouca mão de obra especializada (jornalistas profissionais) e os pequenos negócios não têm condições de pagar um salário condizente. Então, alcançamos um índice de penetração em 40 municípios, porém, conforme íamos aperfeiçoando o conteúdo das reportagens e entrevistas, passamos a cobrar pelo *download* e muitos parceiros alegaram que não tinham condições de pagar pelo serviço”, observou. Atualmente o conteúdo da página é acessado por dez municípios sul-mato-grossenses e periodicamente de outros estados brasileiros, informou o proprietário.

O segundo objeto de estudo envolvendo rádios virtuais foi realizado com relação ao programa *MS no Campo*, veiculado pela web rádio institucional do governo estadual, por apresentar conteúdo focado em jornalismo rural. Idealizado por uma equipe de jornalistas que compõem a assessoria de comunicação, a emissora iniciou a transmissão pela internet em 8 de outubro de 2017. O objetivo foi reunir informações sobre a administração pública, serviços de utilidade pública, educação, cultura e agronegócio e disponibilizar gratuitamente o conteúdo para as emissoras de rádio existentes nas localidades mais afastadas da capital.

⁹ Portal Rádios.com. Disponível em: <https://www.radios.com.br/busca/?q=Mato+Grosso+do+Sul&qfilter=complete>. Acesso em 01 de abril de 2020).

A programação é desenvolvida em Campo Grande e disponibilizada para 107 veículos, distribuídos nos 79 municípios sul-mato-grossenses. A partir desse contexto e recortando um período de análise com duração de um mês, em programa segmentado para o público rural - o MS no Campo - observou-se que o conteúdo, ainda que seja de cunho institucional, atende às prerrogativas do fato jornalístico, segundo consultado no Dicionário de Comunicação, de Ciro Marcondes Filho. “O que é apreendido em relação aos acontecimentos da realidade objetiva e possível de produção de informação nele baseada, ou ainda, o substrato para produção e difusão de conteúdo de interesse coletivo” (MARCONDES FILHO, 2014, p. 194).

A análise do programa rural foi determinada pela falta de programas que privilegiassem as informações para o homem do campo. O intuito foi pontuar a realidade econômica do estado, considerado um dos maiores produtores de alimento e matéria-prima do Brasil. E em seguida provocar a reflexão acadêmica sobre o alcance de programação que privilegie produtores e trabalhadores rurais, além de todos os personagens envolvidos na cadeia produtiva do agronegócio.

O terceiro momento da pesquisa sobre web rádios regionais demonstrou outro cenário peculiar, desta vez, na região sul de MS. O município escolhido foi Dourados, distante 224 quilômetros de Campo Grande e próximo a fronteira com o Paraguai, especificamente a 124 quilômetros de Pedro Juan Caballero. Conforme levantamento realizado pelo IBGE (2018), a cidade soma 220.949 habitantes, considerada a segunda maior do estado em números populacionais e a terceira em Produto Interno Bruto (PIB).

Com uma rica complexidade cultural, o município se destaca no âmbito regional pelo desenvolvimento econômico proporcionado pela produção agrícola tecnificada e a existência de quatro instituições de ensino superior, das quais duas são públicas. O fluxo de pessoas que transitam em Dourados, advindas de diferentes regiões do país e do mundo contribuiu para que a localidade registre números expressivos em veículos de comunicação.

Levantamento realizado em 2019 confirma o seguinte panorama de empresas de comunicação: três publicações impressas (jornais diários), 24 portais de notícias, cinco emissoras de televisão (retransmissoras) e 31 rádios, das quais 11 são irradiadas na frequência AM, FM e Comunitária. Os 20 veículos restantes operam no sistema digital (web rádio), conforme relatório consultado no período, pelo portal Rádio.com, responsável pela hospedagem das emissoras em atividade no Brasil.

A perspectiva que norteia a pesquisa é a diversidade de veículos midiáticos e a preferência dos ouvintes pelo ambiente virtual. Nesse sentido, é oportuno lembrar uma das considerações feitas pelo filósofo Pierre Levy, em sua obra “Cibercultura”:

A verdadeira democracia eletrônica consiste em encorajar, tanto quanto possível - graças às possibilidades de comunicação interativa e coletiva oferecidas pelo ciberespaço -, a expressão e a elaboração dos problemas da cidade pelos próprios cidadãos, a auto-organização das comunidades locais, a participação nas deliberações por parte dos grupos diretamente afetados pelas decisões, a transparência das políticas públicas e sua avaliação pelos cidadãos (LEVY, 2010, p. 190).

Temos ainda, nas contribuições da Geografias da Comunicação, uma gama de possibilidades para analisar como acontecem essas transformações nos processos de comunicação, seja na preferência do público por determinados veículos, programas ou opções de entretenimento.

A contribuição de Milton Santos é fundamental para compreender e esclarecer o acelerado processo de transformações registradas em diferentes regiões do globo. No caso local, defende-se a conceituação feita pelo pesquisador: “O mundo está marcado por novos signos globalizadores, os quais resultam em novos papéis do Estado, além de uma sociedade e economia mundializadas” (SANTOS, 2013, p. 61).

Contudo, as mudanças se estendem para construção de uma realidade social, na qual os grupos e comunidades desejam estar representados. Cultura, hábitos, costumes, modernidade e tradição se reconfiguram para atender às novas possibilidades de consumo tecnológico. O cidadão busca a personalização da informação, da leitura, da música e dos meios de comunicação que consome. Nesse sentido, cabe à academia aprofundar os estudos regionais que apontem as lacunas e êxitos dos processos comunicacionais localizados em diferentes regiões.

A pesquisadora e docente Sônia Virgínia Moreira destaca que as principais características das cidades midiáticas globais são verificadas nos índices de produção, ofertas de serviços e no desenvolvimento de projetos de mídia para distribuição internacional. Por isso é oportuno perceber que fenômenos midiáticos, aparentemente isolados, podem ser identificados em diferentes estruturas de comunicação. “Assim, a escala de mercado da comunicação (a distância) em rede é local e global - e a participação de países ou continentes nessas redes varia de acordo com o grau de acesso e de consumo nacional” (MOREIRA, 2011, p. 16).

Considerações finais

As pesquisas realizadas sobre rádio em Mato Grosso do Sul demonstram a participação do meio na vida da população e os reflexos da identidade cultural da região. Uma gama de elementos econômicos e sociais moldou a formatação da programação, passando pelo conteúdo informativo até

o entretenimento. Os recortes apresentados em todos os capítulos apontam para um material valioso a ser explorado posteriormente.

Identificar o processo de produção radiofônica, a escolha da programação, a recepção do público e as transformações advindas da chegada da internet são apenas alguns dos temas que permeiam as narrativas sonoras. Ainda há muito a se pesquisar a fim de construir uma identidade regional para o rádio. No entanto, o meio demonstra sua resistência, seja pelos produtores de conteúdo seja pelos ouvintes que permanecem fiéis à programação.

Uma das alternativas para avançar na qualidade e profundidade dos estudos é a interdisciplinaridade com outras áreas de conhecimento como a Sociologia, Antropologia, Geografia e História. A junção desses saberes possibilitará o registro de uma cultura rica, diversa e que se transformou em velocidade, acompanhando a agilidade das plataformas digitais.

Referências

A CRÍTICA. **Jovem Pan chega a Campo Grande para substituir Rádio Globo.** Disponível em: <<http://www.acritica.net/editorias/entretenimento/jovem-pan-chega-a-campo-grande-para-substituir-radio-globo/453041/>>. Acesso em: 21 jul. 2020.

ANATEL. **Sistema de controle de Radiodifusão.** 2020. Disponível em: <<https://sistemas.anatel.gov.br/srd/>>. Acesso em: 20 jul. 2020.

BARBOSA FILHO, André. **Gêneros radiofônicos: os formatos e os programas em áudio.** São Paulo: Paulinas, 2009.

BRASIL. Mato Grosso do Sul. Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Econômico - SEMADE. **Perfil Estatístico de Mato Grosso do Sul 2015:** Ano base: 2014. Campo Grande: SEMADE, 2015a. Disponível em: <<http://www.semade.ms.gov.br/wp-content/uploads/sites/20/2015/12/Perfil-Estatistico-de-MS-2015-revisao.pdf>>. Acesso em: 9 ago. 2017.

BUENO, Wilson da Costa.; SANTOS, Marli dos. (org.) **Jornalismo Especializado no Brasil: teoria, prática e ensino.** 1. ed. São Bernardo do Campo: Editora Metodista, 2015. 331 p.

CORREA, Angela. Miguel. PRI-7: Achegas para uma historiografia do rádio no Centro-Oeste. In.: **Revista Rádio-Leituras.** Ano V, 1. ed. Janeiro-Junho, 2014. ISSN: 2179-6033. Disponível em: <<https://periodicos.ufop.br:8082/pp/index.php/radio-leituras/article/view/337>>. Acesso em: 10 ago. 2020.

FAMASUL - Federação da Agricultura e Pecuária de Mato Grosso do Sul. **Produção Agropecuária Famasul.** Campo Grande, MS: 2018. Disponível em: <https://portal.sistemafamasul.com.br/sites/default/files/servicos-produtor/PDF___COLETIVA%20DE%20IMPRESSA%202018%20FAMASUL_0.pdf>. Acesso em: 06 ago.2020.

FERRARETTO, Luiz Arthur. **Rádio: teoria e prática.** São Paulo: Summus Editorial, 2014.

IBGE. **Estimativas da população residente para os municípios e para as unidades da federação brasileiros com data de referência em 1º de julho de 2016**. Brasília, 2016. Disponível em: <ftp://ftp.ibge.gov.br/Estimativas_de_Populacao/Estimativas_2016/estimativa_dou_2016_20160913.pdf>. Acesso em: 9 ago. 2017.

_____. **Perfil dos estados: Mato Grosso do Sul, 2014**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/estadosat/perfil.php?sigla=ms>>. Acesso em: 09 ago. 2017.

ITINOSI, Luciana dos Santos. **Rádio na Internet: concessão para quê?** Trabalho de Conclusão de Curso, São Paulo, Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, 1997.

KISCHINHEVSKY, Marcelo. **Rádio e mídias sociais: mediações e interações radiofônicas em plataformas digitais de comunicação**. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora Mauad X, 2016. 143 p.

KLÖCKNER, Luciano. **Radiojornalismo de serviço: o rumo da AM em Tempos de Internet**. In: XXIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Manaus, 2000. **Anais da Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação (Intercom)**. Disponível em: <<http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/db13d7e27293179e7c234860228b7203.pdf>>. Acesso em: 06 ago. 2020.

KUHN, Fernando. **O Rádio na Internet: rumo a quarta mídia**. 2000. Dissertação (Mestrado em multimeios) - Instituto de Artes, Universidade Estadual de Campinas, 2000. 126 p.

LEVY, Pierre. **Cibercultura**. Tradução: Carlos Irineu da Costa. 3. ed. São Paulo: Editora 34. 2010. 272 p.

LUCHT, Janine Passini. Marques. **Gêneros Radiojornalísticos: análise da Rádio Eldorado de São Paulo**. 2009. 204 p. Tese (Doutorado em Comunicação Social) - Universidade Metodista de São Paulo. São Bernardo do Campo (SP), junho de 2009.

MARCONDES FILHO, Ciro. **Dicionário da Comunicação**. (org.) 2. ed. São Paulo: Editora Paulus, 2014. 391 p.

MCQUAIL, Denis. **Teoria da comunicação de massas**. 6. ed. Porto Alegre: Penso, 2012. 584 p.

MEDITSCH, Eduardo.; VOGEL, Daisi.; SILVA, Gislene. (org.) **Jornalismo e acontecimento**. Tramas Conceituais. 2 ed. Florianópolis: Insular, 2013, vol.4, 256 p.

MOREIRA, Sonia Virginia. **70 anos de radiojornalismo no Brasil (1941-2011)**. 1. ed. Rio de Janeiro: Eduerj, 2011. 384 p.

MOREIRA, Diego. Abelino. José. Maximo. **O começo do rádio no antigo sul de Mato Grosso: instalação das primeiras empresas e seus objetivos (1930-1970)**. In: **Revista História em Reflexão**: Vol. 4 n. 8 - UFGD - Dourados jul/dez 2010. Disponível em: <<http://ojs.ufgd.edu.br/index.php/historiaemreflexao/article/view/944/579>>. Acesso em: 12 ago. 2017.

NEUBERGER, Rachel Severo Alves. **O rádio na era da convergência das mídias**. 1.ed. Bahia: UFRB, 2012. 164 p.

OBANDO, Mireli. **Censo Agropecuário aponta que 61% de propriedades economicamente ativas em MS são da agricultura familiar**. **Portal MS**, Campo Grande, 04 nov.2019. Disponível em: <<http://www.ms.gov.br/censo-agropecuario-aponta-que-61-de-propriedades-economicamente-ativas-em-ms-sao-da-agricultura-familiar/>>. Acesso em: 06 ago. 2020.

ORTRIWANO, Gisela Swetlana. **A informação no rádio**: os grupos de poder e a determinação do conteúdo. 4 ed. São Paulo: Editora Summus, 1985.

OTA, Daniela Cristiane.; SILVA, Aline de Oliveira.; SOUZA, Ana Barbosa. Comunicação Pública no contexto da produção de conteúdo informativo em jornalismo rural: análise da web rádio MS no Rádio. In: XXI Congresso de Ciências da Comunicação na Região Centro-Oeste. Goiânia, 2019. **Anais** da Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação (Intercom). Disponível em: <<https://portalintercom.org.br/anais/centrooeste2019/resumos/R66-0563-1.pdf>>. Acesso em: 06 ago. 2020.

OTA, Daniela Cristiane.; SILVA, Aline de Oliveira. Rádio Digital como mecanismo de difusão no interior: pioneirismo e alcance da Rádio Web MS. In: XX Congresso de Ciências da Comunicação na Região Centro-Oeste. Campo Grande, 2018. **Anais** da Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação (Intercom). Disponível em: <<https://portalintercom.org.br/anais/centrooeste2018/resumos/R61-0287-1.pdf>>. Acesso em: 06 ago. 2020.

PEREIRA, Eudete Faria Petelinkar. **Voz do produtor e a comunicação rural em Mato Grosso do Sul**. 2005, 150 p. Dissertação (Mestrado em Produção e Gestão Agroindustrial) - Universidade para o Desenvolvimento do Estado e da Região do Pantanal, Uniderp, Campo Grande (MS), 2005.

RÁDIOS.COM. Disponível em: <https://www.radios.com.br/busca/?q=campo+grande+ms&qfilter=completo> Acesso em: 1 abr. 2020.

SANTOS, Milton. **Técnica, espaço, tempo**: globalização e meio técnico-científico-informacional de Milton Santos. 5.ed. São Paulo: Edusp. 2013. 176 p.

SILVA, Aline de Oliveira. **Programa Grande FM Rural: um estudo de caso sobre jornalismo rural em Dourados (MS)**. 2020. Dissertação (Mestrado em Comunicação) - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, UFMS, Campo Grande (MS), 2020. 136 p.

TRIGO-DE-SOUZA, Ligia Maria. Rádios.Internet.br: o rádio que caiu na rede. **Revista USP - 80 anos de Rádio**, São Paulo, v. 56, p. 92-99, 2003. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/33810/36548>>. Acesso em: 06 ago. 2020.

TUDO RÁDIO. **Rede Matogrossense de Comunicação lança Rádio Morena FM Easy em Campo Grande**. 2019. Disponível em: <<https://tudoradio.com/noticias/ver/22157-rede-matogrossense-de-comunicacao-lanca-radio-morena-fm-easy-em-campo-grande>>. Acesso em: 18 ago. 2020.



A programação informativa no rádio fronteiriço em Ponta Porã e Pedro Juan Caballero¹

Ana Barbosa de SOUZA²
Daniela Cristiane OTA³

Introdução

O tema da fronteira é singular e suscita muitas reflexões, está sempre imerso numa problemática teórico-conceitual, uma vez que, para compreender todas as dimensões inerentes ao conceito, faz-se necessária uma amplitude inter, multi e transdisciplinar. Contribuições de várias áreas do conhecimento contemplam o estudo das fronteiras e diversos pesquisadores têm-se debruçado sobre esse campo de estudo nas últimas décadas, considerando as várias possibilidades que o tema permite.

No entanto, as referências bibliográficas são consideradas escassas e ainda há muita investigação a ser explorada em torno do assunto. Nota-se que as discussões sob a perspectiva da comunicação são importantes porque permitem desvelar uma heterogeneidade particular, marcada pelas vivências, relações sociais, cotidiano e dinamicidade das comunidades fronteiriças, que são espaços de integração e intercâmbio.

Nos espaços de integração entre os povos estão envolvidas questões históricas, culturais e sociais que normalmente são incentivadas e até, de certa forma, possibilitadas pela influência dos meios de comunicação que disseminam conteúdos abordando o contexto fronteiriço. Como exemplo, podemos citar o estado de Mato Grosso do Sul, que possui extensa linha divisória com dois países, Paraguai e Bolívia, totalizando 1.517 quilômetros de fronteira, e compreende as regiões Sul, Sudeste e Oeste do estado, dos quais 1.131 quilômetros são com o Paraguai e 386 quilômetros com a Bolívia. Desse espaço, 730,8 quilômetros constituem uma faixa de fronteira seca com esses dois países (IBGEa, 2018).

Nessa faixa de fronteira seca, as cidades de Ponta Porã, no Brasil (BR), limítrofe com Pedro Juan Caballero, no Paraguai (PY), capital do

1 Capítulo baseado na dissertação *A programação informativa no rádio fronteiriço: um estudo das emissoras Nova 96,9 FM de Ponta Porã e Mburucuyá 980 AM de Pedro Juan Caballero*, defendida em 26 de maio de 2020 no Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (PPGCOM/UFMS). A banca foi composta pela orientadora Profa. Dra. Daniela Cristiane Ota (UFMS), Prof. Dr. Mário Luiz Fernandes (UFMS) e Prof. Dr. Luã José Vaz Chagas (UFMT).

2 Mestra em Comunicação pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). E-mail: anabarbosapro@gmail.com

3 Professora associada da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e do curso de Jornalismo. Doutora em Comunicação pela Universidade de São Paulo (ECA/USP). Pós-doutora pela ECA/USP. E-mail: daniela.ota@ufms.br.

departamento de Amambay, destacam-se por possuírem características próprias, tipo de integração regional e importância histórica. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Ponta Porã está distante 310 quilômetros da capital Campo Grande e tem população estimada de 91.082 mil habitantes (IBGEb, 2018). Pedro Juan Caballero encontra-se distante 448 quilômetros da capital Assunção e, de acordo com Dirección General de Estadística, Encuestas y Censos (DGEEC, 2018), a cidade possui 118.939 mil habitantes. Juntas, essas cidades reúnem mais de 210 mil moradores.

Em tal espaço social, a atividade jornalística contribui para retratar a região, ora integrando, ora retratando conflitos e tensões entre as duas nações. Seja no meio impresso, digital, televisivo ou radiofônico, a prática jornalística na fronteira apresenta características particulares. Dentre os destaques noticiosos, é rotineiro observar temas que tratam de contrabando, tráfico de drogas, crime organizado, pistolagem e outras práticas ilícitas. Mas também, nas pautas transcorrem assuntos como política, saúde, educação, segurança pública, meio ambiente, economia, trabalho, entre outros.

No que refere especificamente ao rádio, considerando uma pesquisa exploratória realizada no primeiro semestre de 2019 e atualizada em 2020, constatou-se que, na cidade de Ponta Porã, estão instaladas quatro emisoras radiofônicas: *Nova* e *Mais*, ambas operam em frequência modulada (FM) e são de modelo comercial; *Líder* e *Educadora*, que também operam em FM, mas são comunitárias. Já em Pedro Juan Caballero, a presença de emisoras é bem maior, totalizando 11: *Mburucuyá* e *Amambay*, que operam em Amplitude Modulada (AM) e são de modelo comercial; as demais *Amambay*, *Cerro Corá*, *Sin Fronteras*, *Oásis*, *Império*, *Favorita*, *Futura*, *Estación 40* e *América* operam em FM e também têm caráter comercial; outras duas, *Jesús es el Salvador*, e *Ministério Cristiano*, também operam em FM, mas são gospels, isto é, com programação inteiramente voltada para temas religiosos.

Território e espaço: os elos de integração da fronteira

Na área da comunicação, as pesquisas que envolvem regiões onde aglutinam povos distintos, como é o exemplo das cidades fronteiriças de Ponta Porã (BR) e Pedro Juan Caballero (PY), implicam a noção de território. As cidades mencionadas possuem peculiaridades não somente pelas múltiplas identidades formadas a partir das crenças, costumes, tradições ou leis de cada povo, mas também pelo convívio, pela diferença, tensões e conflitos gerados nesse espaço, que vão além da demarcação geográfica. Por exigirem tantas interpretações, começa-se pela definição de território.

Milton Santos, um dos principais geógrafos brasileiros, entende que o território revela os movimentos de fundo da sociedade e ajuda a entender

o mundo. Para esse autor, “o território deve ser considerado em suas divisões jurídico-políticas, suas heranças históricas e seu atual conteúdo econômico, financeiro, fiscal e normativo” (SANTOS, 2002, p. 84). No entanto, é comum observar o termo banalizado, empregado, muitas vezes, por pura comodidade de linguagem e também confundido com espaço ou região. De acordo com Almeida (2005), território permite um sentido alusivo ao espaço efêmero de grupos sociais em deslocamento, como é o exemplo dos ciganos ou sem-terra, e é empregado também como espaço político, limitado pelas fronteiras do poder. O autor destaca que, dentre as ideias utilizadas habitualmente pelos geógrafos está a de limite face às fronteiras.

Sobre o termo território ser muitas vezes confundido com a ideia de espaço, Raffestin (1993) esclarece que ambos não são equivalentes, tampouco sinônimos. Explica que o espaço está em posição que antecede ao território, constituindo o resultado de uma ação conduzida por um ator social. Haesbaert (2013) considera que, na ação conduzida pelo ator social, existe uma relação de poder que está sempre presente em todo processo de construção do espaço. Para Saquet e Silva (2008), o espaço é organizado socialmente, com formas e funções definidas historicamente, pois se trata da morada do homem e do lugar de vida que precisa ser constantemente reorganizado.

Cancio (2011) observa que o sentido etimológico do termo “fronteira” abrange o universo geográfico, histórico, econômico, social, cultural, jurídico, ambiental, político e urbanístico, nos espaços habitados da terra. Não obstante, além de representar um espaço demarcado, divisório, limítrofe de uma área, região ou país, implica questões políticas, sociais e econômicas que se misturam à comunicação. Dessa maneira, as fronteiras surgem a partir de um processo de fixação do homem em determinados locais, envolvendo também um processo comunicacional.

É comum observar que as Ciências Sociais importam noções de outras áreas - desde que não estejam invalidadas - para criar seus conceitos. Um exemplo é o do antropólogo argentino Néstor García Canclini (2009), que parte do conceito de hibridação⁴ para tratar a fronteira, considerando os aspectos de identidade, cultura, diferença, desigualdade, multiculturalismo e outros conflitos. Canclini observa que a fronteira abriga, simultaneamente, mistura racial e étnica, é um ambiente de inclusão e exclusão, uma área rica, complexa e, ao mesmo tempo, contraditória. “Destaco as *fronteiras* entre países e as grandes *ciudades* como contextos que condicionam os formatos, os estilos e as contradições específicos da hibridação. As fronteiras rígidas estabelecidas pelos Estados modernos se tornaram porosas” (GARCÍA CANCLINI, 2006, p. 29).

4 De acordo com definição do próprio investigador “hibridação [são] processos socioculturais nos quais estruturas ou práticas discretas, que existiam de forma separada, se combinam para gerar novas estruturas, objetos e práticas. [...] A hibridação ocorre em condições históricas e sociais específicas, em meio a sistemas de produção e consumo que às vezes operam como coações, segundo se estima na vida de muitos migrantes” (CANCLINI, 2006, p. 19).

As fronteiras constituem-se como um instrumento de separação entre unidades políticas soberanas e, em outro sentido, a fronteira é um lugar de comunicação e troca, onde ocorrem transições permanentes e interpenetrações das comunidades com relação à língua, à religião, aos costumes e ao comércio. Enquanto unidade política refere-se a um limite jurídico do território, sustentado pela ação institucional no sentido de controle efetivo do Estado territorial. Se consideradas um lugar de comunicação e troca, as fronteiras pertencem ao domínio dos povos, que, por sua vez, podem se expandir para além do limite jurídico do Estado. Contudo, não é surpresa que as fronteiras, historicamente, têm sido objeto permanente de preocupação dos Estados, no sentido de controle e vínculo (Machado, 2000).

Para Grimson (2011, p. 113), as áreas fronteiriças da América do Sul são espaços de referências empíricas, nos quais podem ser investigados diversos processos sociais. Na percepção do autor, muitas vezes o debate é confuso em razão de que o tema permite múltiplos olhares e os diversos tipos de fronteiras não são considerados. O pesquisador avalia como distintas as fronteiras culturais das identitárias e as fronteiras de significados das de sentimentos de pertença.

A fronteira de Mato Grosso do Sul considerada neste estudo, entre Ponta Porã e Pedro Juan Caballero, apresenta a característica de fronteira viva. Entende-se, dessa maneira, a partir da ampliação do conceito de Padrós (1994, p. 69), no qual explica que tais regiões são

permeáveis, caracterizadas por zonas isoladas e afastadas dos centros dinâmicos nacionais, com escasso e desigual desenvolvimento econômico com relação ao país, sem autonomia para tomar decisões locais, mas que têm recursos naturais pouco explorados e pouco conhecidos. Possuem deficientes vias de comunicação e acesso e estão próximas de áreas de países vizinhos de conformação humana e geográfica semelhantes.

Müller (2002, p. 230-231) corrobora e acrescenta que, nas fronteiras vivas, “as relações entre os povos são dinâmicas, as interações são constantes, muito embora pareça não existir uma integração completa, mas várias formas de cooperação e entrelaçamento entre os campos sociais presentes”. A autora ainda explica que essa característica é própria desse tipo de fronteira e as interações acontecem de maneira que as ações de uma comunidade complementam a outra em suas necessidades, criando, assim, um ambiente diferenciado.

Entre fronteiras: as cidades gêmeas de Ponta Porã e Pedro Juan Caballero

A fronteira gêmea de Mato Grosso do Sul, representada por Ponta Porã e Pedro Juan Caballero, Brasil e Paraguai respectivamente, possui uma representatividade importante no cenário regional ao qual as cidades pertencem.

cem. Segundo dados do IBGE (2019b), Ponta Porã é a quinta maior cidade de Mato Grosso do Sul e está localizada no extremo Sul do estado. Pedro Juan Caballero é a capital do Departamento de Amambay, localizada na região nordeste do país e está entre as maiores cidades de todo o Paraguai.

Inicialmente, a região era habitada por indígenas das etnias Kaiowá e Nhandeva, descendentes do povo Guarani. Atualmente, outras culturas como coreana, japonesa, chinesa, libanesa, indiana e descendentes de europeus dão uma identidade muito peculiar para a região. Nessa localidade, falam-se três idiomas: português, castelhano e guarani, língua dos povos indígenas, e isso dá a fusão linguística, chamada popularmente pelos moradores de “portuguaranhol”.

Embora hoje o espaço territorial seja ocupado por cidades distintas e em países diferentes, a região surgiu por volta de 1893, território paraguaio, num local deserto onde havia uma lagoa, Punta Porã, que, no idioma guarani, significa Ponta Bonita. No começo, a principal atividade econômica era a exploração e industrialização da erva-mate pela Companhia Erva-Mate Laranjeiras, de Tomás Laranjeiras, que exportava o produto para a Argentina. Convém ressaltar que o município de Ponta Porã foi anexado ao território brasileiro depois da Guerra da Tríplice Aliança (1864-1870), travada entre o Paraguai e outros três países, sendo Brasil, Argentina e Uruguai.

Oficialmente, Pedro Juan Caballero foi fundada em 30 de agosto de 1901 e leva o nome e sobrenome do capitão militar, considerado herói da luta pela independência do país. Inicialmente, quatro atividades econômicas contribuíram para o desenvolvimento econômico da região: a exploração da erva-mate, o café, o cultivo da cana-de-açúcar e a exploração madeireira. Na década de 1930, o comércio de produtos importados trouxe crescimento singular para a região, tendo como destaque a instalação da *Casa China*, atual Shopping China Importados, pelo imigrante italiano Felipe Cogorno. Esse tipo de comércio, juntamente com dezenas de outras lojas e mercados atacadistas, fomentam o turismo de compras, mantém diversos hotéis e restaurantes e outros tipos de comércios dos dois lados da fronteira e, dessa maneira, contribui para o desenvolvimento das duas cidades.

Como capital departamental, Pedro Juan Caballero possui representatividade e estrutura política diferentes da sua cidade irmã. Conta com sede governamental, Junta Departamental, Assembleia Legislativa e Intendência Municipal, que equivale à prefeitura. Sobre esse aspecto, Cancio (2011) considera que Pedro Juan Caballero possui uma importância política maior em relação ao Paraguai do que Ponta Porã em relação ao Brasil. A representatividade de Ponta Porã limita-se à esfera pública municipal com prefeitura e câmara de vereadores.

Ambas as cidades são chamadas gêmeas ou irmãs porque se conectam por uma linha imaginária de aproximadamente 13 quilômetros de

extensão de área urbana e os limites são estabelecidos apenas por ruas, avenidas ou marcos divisórios. Não existe aduana e nenhum controle para entrada e saída de um país para o outro. A peculiaridade dessa fronteira é que a linha divisória une e, ao mesmo tempo, divide um território comum em que o fluxo de pessoas, mercadorias e veículos é livre, intenso e diário.

Nesse espaço social fronteiriço, a proximidade é marcada pelo convívio mútuo dos dois povos, permitindo que brasileiros trabalhem, adquiram bens de consumo, contraiam matrimônio, estudem e se beneficiem de vários serviços do país vizinho e, da mesma maneira, os paraguaios em relação ao Brasil. Sherma (2018, p. 11) observa que as duas cidades estão em um nível de desenvolvimento semelhantes, se comparadas a outras cidades-gêmeas do Estado. “Como as assimetrias ali são menores, existe, ao menos no plano teórico, um potencial maior para a integração, já que ambos os lados têm condições de ofertar recursos de toda sorte”.

A criminalidade é uma forte característica da região, que carrega o estigma de ser propensa para práticas criminosas, especialmente as lideradas por facções brasileiras como Primeiro Comando da Capital (PCC), de São Paulo, e Comando Vermelho (CV), do Rio de Janeiro, que atuam fortemente nessa fronteira, disputando o controle do tráfico de drogas e armas não só para o Brasil, mas para vários países. Pouco se veem na imprensa local e nacional notícias positivas ou por motivos que não associados à criminalidade. Em janeiro de 2020, foi destaque na imprensa internacional uma controversa fuga em massa de 75 presos ligados ao PCC do presídio de Pedro Juan Caballero. E, no mês seguinte, o destaque foi para o assassinato do jornalista Lourenço Vera, conhecido com Léo Veras, em razão das investigações e denúncias que o jornalista fazia sobre práticas criminosas das facções e a relação de autoridades paraguaias com o crime organizado.

Aspectos e características do gênero radiojornalístico

Intenta-se, neste tópico, observar alguns aspectos mais relacionados à estrutura dos conteúdos informativos no rádio, ou seja, radiojornalismo, a partir do padrão de apresentação de um programa noticioso. Nesse percurso, leva-se em consideração o gênero informativo e seus formatos, sem abranger, no entanto, os demais gêneros radiojornalísticos (opinativo, interpretativo, utilitário e diversional), tampouco alcança os gêneros radiofônicos (publicitário, educativo, religioso ou científico, por exemplo) já que esta pesquisa se limita à programação informativa.

Dessa maneira, destaca-se a pesquisa pioneira de Janine Lucht (2009), que propôs uma nova classificação dos gêneros no radiojornalismo brasileiro a partir das bibliografias já existentes, dentre elas as de Luiz Beltrão, na década de 1960, Marques de Melo (1994), Barbosa Filho (2003), como exemplos, mas que, até então, não distinguiram entre gêneros jornalísticos, radiofônicos

e radiojornalísticos. A autora observa que é uma dificuldade prevaiente dada à falta de interesse pelo assunto, fazendo com que “ainda existam tantos conflitos na literatura corrente quanto à conceituação do que são gêneros e formatos afinal” (LUCHT, 2009, p. 17).

Para compreender o radiojornalismo, é preciso levar em consideração o seu contexto peculiar, isto é, estilo, conteúdo e estrutura dos gêneros e formatos que são a base da organização e construção de um programa noticioso no rádio. Daí a necessidade de entender o conceito de gênero informativo. Na definição de Lucht (2010, p. 274), é “aquele que se limita a narrar os acontecimentos, sem emitir qualquer juízo de valor, opinião ou interpretação”. Esse é, no entender de Ferraretto (2000, p. 201), o gênero preponderante no radiojornalismo porque “retrata o fato com o mínimo de detalhes necessários à sua compreensão como notícia”.

A seguir, procurou-se ilustrar, no quadro, os formatos do gênero informativo no radiojornalismo, de acordo com a duração ideal de cada um:

Tabela 1 - Gênero Informativo

Formato	Conceito	Duração *
Nota	Um informe curto de um fato atual que ainda não foi concluído, informações que acabaram de chegar à redação e ainda vão ser confirmadas e ampliadas. É transmitido em frases diretas (LUCHT, 2015; BARBOSA FILHO, 2009; VICENTE, 2002).	15” a 30”
Notícia	Pode ser entendida como a nota ampliada. “É o relato integral de um fato que já eclodiu no organismo social (MARQUES DE MELO, 2003, p. 66).	30” a 1’
Reportagem	“Uma narrativa que engloba, ao máximo, as diversas variáveis do acontecimento[...] consegue ampliar o caráter minimalista e oportuniza [grifo nosso] aos ouvintes [...] uma noção mais aprofundada a respeito do fato narrado” (BARBOSA FILHO, 2009, p. 92). “Matéria específica e de maior fôlego sobre determinado tema. Pode incluir entrevistas, externas” (VICENTE, 2002, p. 2)	3’ a 5’
Boletim	Segundo Chantler; Harris (1998, p. 63) “dá ao ouvinte, em poucos minutos, um panorama do que está acontecendo naquele momento”. Barbosa Filho (2009, p. 92) explica que é distribuído ao longo da programação e constituído por notas e notícias e pode conter pequenas entrevistas e reportagens.	1’30” a 3’
Flash	Uma pequena informação de 15 a 30 segundos que é lida pelo apresentador e equivale ao <i>lide</i> da matéria (LUCHT, 2015).	15” a 30”
Manchete	O mesmo que flash, um resumo da matéria. É lido pelo locutor, ou dupla de locutores, e é, normalmente, apresentado nos radiojornais de hora em hora (LUCHT, 2015).	15” a 30”
Entrevista	De acordo com Barbosa Filho (2009, p. 93) é “uma das principais fontes de coleta de informação de um jornal e está presente, direta ou indiretamente, na maioria das matérias jornalísticas”. “Depoimento dado a um ou mais repórteres tanto em estúdio quanto em externas” (VICENTE, 2002, p. 2)	Varia de 5’ a 30’

Fonte: Desenvolvido pelas autoras (2020). *Tempo apresentado por Lucht (2015).

Outro aspecto importante na construção noticiosa de radiojornalismo são as especializações temáticas. Jorge (2008) comenta que não existe uma quantidade específica, podendo criar quantas quiser, desde que sirvam às especificidades dos assuntos que se propõe a cobrir. A autora expõe e descreve as principais especializações, que estão descritas a seguir, em forma de quadro:

Tabela 2 – Especializações temáticas

Editórias	Conceito
Geral	Trata dos temas inesperados que acontecem no cotidiano. Traz assuntos sobre a cidade e psicologia do relacionamento humano (JORGE, 2008).
Cidade	É uma ramificação da Geral; trata de temas sobre a cidade em que está instalado o veículo informativo (JORGE, 2008).
Polícia	Pode aparecer acoplada na editoria Cidade. Cobre crimes e assuntos sobre segurança (JORGE, 2008).
Política	De acordo com Jorge (2008), traz assuntos ligados à Câmara de Vereadores, Prefeitura, além de Congresso Nacional, Assembleia Legislativa, Governo do Estado e outros poderes.
Economia	Oferece análises e interpretações sobre projetos, metas e resultados, índices e balanços econômicos. Objetiva trazer ao público, de forma didática, aquilo que lhe afeta o bolso a partir das decisões do Governo (JORGE, 2008).
Esportes	Cobrem as atividades desportivas.
Ciência e Meio Ambiente	A editoria de Ciência, às vezes, absorve a de Meio Ambiente. É adequado que repórteres dessa área sejam capacitados com cursos, visto que são temas que pressupõem informação e atualizações constantes (JORGE, 2008).
Cultura	Tratam de temas culturais não apenas como tradição, mas com profundidade numa perspectiva histórica, política ou social que expresse a multiplicidade do indivíduo (JORGE, 2008).
Internacional ou Mundo	Traz assuntos de geografia e do globo terrestre, das regiões, dos problemas políticos, territoriais e econômicos, diplomacia e relações internacionais (JORGE, 2008).

Fonte: Desenvolvido pelas autoras (2020).

O rádio na fronteira de Ponta Porã e Pedro Juan Caballero

A rádio começa sua história no lado paraguaio no dia 12 de outubro de 1959 com a *Amambay 570 AM*. A emissora não só foi a primeira de Pedro Juan Caballero, mas também a primeira da região Norte e Nordeste do país e foi fundada por três amigos: Antônio Delgado, Oscar Charbel, que era radiotécnico e Epifanio Rolón. Para montá-la, os sócios fundadores tinham bem poucos recursos e utilizaram equipamentos velhos e até obsoletos, inclusive, o primeiro transmissor passou por uma série de consertos e modificações, feitos pelo próprio Charbel, para que conseguisse cumprir o seu papel, o de propagar os sinais eletromagnéticos, e tinha potência para cobrir, no máximo, dez quilômetros no entorno. Naquela época, não havia energia elétrica na cidade e poucas pessoas tinham um aparelho de rádio para ouvir as transmissões.

Anos depois, em dezembro de 1975, iniciaram-se as transmissões da *Mburucuyá 980 AM*, fundada por Santiago Máximo Leguizamón, que denunciava corrupção política e as atividades do crime organizado e acabou sendo o primeiro jornalista executado naquela fronteira, no ano de 1991. Por essa razão, Leguizamón foi homenageado em um busto, numa das praças públicas de Pedro Juan Caballero, localizada bem na linha de fronteira com o Brasil. Até fevereiro de 2020, já se somam vinte⁵ jornalistas assassina-

⁵ Com relação ao número de jornalistas mortos, cabe uma ressalva: a listagem oferecida por Stabile apontou 19 assassinatos e não considerou a execução do brasileiro Paulo Rocaro, morto em Ponta Porã em fevereiro de 2012.

dos no lado paraguaio e também em Ponta Porã (Stabile, 2020).

Em 1977, a Cerro Corá 97,5 iniciou suas atividades, transmitindo em Frequência Modulada, tornando-se a primeira nesse modelo. Em 1979, foi inaugurada a Amambay FM, com uma proposta voltada mais para o conteúdo musical e de entretenimento.

Do lado brasileiro, ainda em 1977, iniciava a difusão da Ponta Porã 1110 AM, que, desde o ano de 2002, transmite a programação da Rádio Globo e não possui nenhuma produção local. Em 1988, o Sistema Sul-Matogrossense de Radiodifusão, sob o nome comercial Super Rádio Fronteira AM, hoje Mais FM 93,5, começava suas transmissões e, no ano seguinte, em 1989, foi a vez da Rádio Transamérica FM LTDA 96,9, atual rádio Nova FM 96,9.

Atualmente, em Pedro Juan Caballero, estão em operação treze rádios e, em Ponta Porã, quatro.

Tabela 3 - Emissoras de rádio em Pedro Juan Caballero

Rádio	Frequência	Modelo	Programação
Amambay	570 AM	Comercial	Musical e Informação
Mburucuyá	980 AM	Comercial	Musical e Informação
Cerro Corá	91,5 FM	Comercial	Musical, Informação e Esporte
Amambay	100,5 FM	Comercial	Musical e Entretenimento
Sin Fronteras	98,5 FM	Comercial	Musical e Informação
Oásis	94,3 FM	Comercial	Musical e Informação
América	94,9 FM	Comercial	Musical e Informação
Império	103,1 FM	Comercial	Musical, Entretenimento e Informação
Favorita	93,3 FM	Comercial	Musical e Informação
Futura	95,5 FM	Comercial	Musical e Informação
Estación 40	90,5 FM	Comercial	Musical e Entretenimento
Jesús es el Salvador	88,3 FM	Gospel	Religiosa
Ministério Cristiano	107,5 FM	Gospel	Religiosa

Fonte: Desenvolvido pelas autoras (2020).

Tabela 4 - Emissoras de rádio em Ponta Porã

Rádio	Frequência	Modelo	Programação
Nova	96,9 FM	Comercial	Musical e Informação
Mais	93,5 FM	Comercial	Musical e Informação
Líder	104,9 FM	Comunitária	Musical e Informação
Educadora	104,9 FM	Comunitária	Musical e entretenimento

Fonte: Desenvolvido pelas autoras (2020).

Foi verificado que, nas rádios do lado brasileiro, o conteúdo da programação é transmitido em português e com algumas palavras em espanhol. Durante os programas informativos, os apresentadores leem manchetes ou trechos de matérias produzidas por sites e jornais paraguaios. “Procuramos falar um pouco de espanhol, tipoportunhol, e o diálogo funciona bem. A audiência no lado paraguaio é grande, os *hermanos* gostam de participar por isso” afirma Paulo César, que apresenta o programa

musical e de entretenimento matutino *Conexão Máxima* na *Nova FM*.

Do lado paraguaio, a programação é transmitida em espanhol e guarani e, eventualmente, os locutores também falam algumas expressões em português. Uma particularidade pôde ser observada no programa *FM Notícias*, da emissora *Cerro Corá 95,5 FM*, que tem duração diária de uma hora, em que todo o noticiário é transmitido em português em razão de o apresentador ser o brasileiro Sebastião Neri Prado, conhecido como Tião Prado. Essa peculiaridade acontece como forma de marcar a identidade local, típica no rádio fronteiriço, e de se aproximar do ouvinte da outra nacionalidade.

O cenário radiofônico para o lado de Ponta Porã é de incertezas, pois os radialistas vivem inseguros com futuro por não saberem até quando as emissoras vão seguir no ar. A infraestrutura das rádios é precária. Em dias de chuva forte, por exemplo, é comum as transmissões caírem e as emissoras ficarem fora do ar por muitas horas. O salário é baixo e os apresentadores são quase obrigados a conseguir parceiros comerciais para aumentar a renda. “É a gente que tem que fechar os comerciais e somos muito cobrados por isso”, revela Paulo César, que está na *Nova FM* há três anos. Ainda de acordo com o locutor, a situação das comunitárias é um pouco melhor. “Nas comunitárias existe negociação para anunciar que é o apoio cultural. A nossa, comercial, não tem conversa ou paga o preço que ela quer ou não anuncia. E não é barato”, diz. Tal condição desmotiva os locutores que, muitas vezes, sentem-se limitados e inseguros para desenvolverem as atividades.

Metodologia da pesquisa

No sentido de explorar o campo e como parte dos procedimentos metodológicos, foram realizadas visitas às estações de rádio da fronteira e, para esse fim, elaborou-se um roteiro de visita, com o propósito de atualizar o mapeamento das emissoras fronteiriças. O mapeamento aconteceu nos dias 13, 14 e 15 de fevereiro de 2019, atualizado na mesma época de 2020, nas cidades de Ponta Porã e Pedro Juan Caballero, cidades gêmeas, na fronteira de Mato Grosso do Sul com o Paraguai. Na cidade de Ponta Porã, foram visitadas quatro emissoras radiofônicas. Em seguida, do outro lado da fronteira, em Pedro Juan Caballero, foram visitadas onze rádios, nove comerciais e duas religiosas; sendo catalogadas, ao todo, quinze emissoras.

Quanto à coleta de dados, pontua-se que foi empregada a técnica da entrevista em profundidade e gravações dos programas, no período de 15 a 19 e julho de 2019, através de *software* especializado. O período representa uma amostra temporal baseada na rotina das veiculações que aconteceram na fronteira. Da rádio *Nova FM*, foram cinco horas totais (uma hora de programação por dia, considerando os dias de segunda à sexta-feira) e da

Mburucuyá AM, vinte e cinco, o programa tem cinco horas diárias; totalizando das duas emissoras 1.800 minutos, o que representa 30 horas. Todo esse material foi decupado, observando, dentro do gênero informativo, os respectivos formatos, temas abordados com foco nos temas locais.

A análise de conteúdo, proposta por Laurence Bardin (1977), foi utilizada nesta pesquisa para organizar os elementos do gênero informativo que compõem a programação gravada das duas emissoras deste estudo. Tais elementos foram organizados em categorias, considerando os diferentes formatos e temas, colocando ênfase no conteúdo das mensagens, para, posteriormente, descobrir se os temas locais apresentados na programação atendem às duas comunidades.

Contudo, as categorias são constituídas de um grupo de subcategorias que auxiliaram no entendimento do gênero informativo, denominadas temas. As subcategorias foram importantes para explorar o material das gravações dos programas e esses temas possibilitaram uma resposta à questão de pesquisa apresentada. As principais especializações temáticas estão aqui apresentadas como subcategorias da pesquisa: Cotidiano, Cultura, Economia, Educação, Esporte, Geral, Internacional, Polícia, Política e Saúde.

Rádio Nova FM de Ponta Porã

Das quatro emissoras radiofônicas em operação atualmente em Ponta Porã, a *Nova 96,9 FM* é a mais antiga e foi fundada em 1989, com o nome de *Rádio Transamérica FM LTDA 96,9*, no entanto teve que atender a uma ordem judicial e mudar de nome porque a Rede Transamérica de São Paulo moveu uma ação judicial contra a rádio, exigindo a mudança de nome. Passou-se então a chamar *Nova FM*. A rádio pertence ao Grupo Zocolaro Salomão de Comunicação e teve várias fases. Inicialmente, tinha o propósito de investir em programação local, mas, por um período, no início dos anos 2000, operou por um tempo pela Rede Jovem Pan. Atualmente está sob a direção da empresária Danilda Zocolaro Salomão e a programação voltou a ser local.

A emissora está localizada na região central da cidade, opera no modelo comercial e suas transmissões alcançam um raio de 100 quilômetros. Hoje conta com um quadro de doze funcionários entre radialistas, recepção, departamento comercial, administrativo e serviços gerais. A programação musical é eclética, estendendo-se do sertanejo raiz aos últimos sucessos internacionais; mas há também programas religiosos (católico e evangélico) e informação. A emissora fica no ar de segunda-feira a sábado, das 5h30 às 22 horas, e aos domingos, das 6 às 18 horas.

Embora a emissora conte com funcionários em vários departamentos, são os locutores que fazem todo o trabalho no estúdio para colocar o

programa no ar. “Aqui a gente faz tudo; a gente é sonoplasta, é o locutor e de repente até o atendente de telefone, o pautador da programação, enfim”, comentou Giovani César (EM ENTREVISTA, 2020). As instalações são bem amplas, o estúdio da Nova FM possui uma parte anexa integrada, porém dividida por um aquário, que é uma separação de vidro onde são recebidos os convidados que vão realizar entrevistas. No entanto, por não ter isolamento acústico, o som que o ouvinte recebe pelas ondas do rádio ou por transmissão na internet é, geralmente, alto e agudo.

A emissora disponibiliza todo o seu conteúdo em áudio ao vivo, através da sua página na internet, no endereço <https://radionovafm96.com/>. Mas alguns apresentadores transmitem seus programas em vídeo, em suas páginas pessoais no *Facebook*.

Especificamente, a pesquisa compreendeu o Informativo do Meio Dia, o único programa 100% voltado para o conteúdo informativo. Vai ao ar de segunda-feira a sábado, das 12 às 13 horas, apresentado por Giovani César. De acordo com o apresentador, é um dos programas mais antigos da emissora e está na grade no mesmo horário há cerca de 30 anos, mas, até oito anos atrás, tinha outro nome, era *Rádio Cidade*, apresentado por Otaviano Cardoso, atualmente vereador, já no terceiro mandato.

O Informativo do Meio Dia é apresentado em três blocos de 15 minutos, com intervalo comercial entre eles, sem música. O conteúdo é genérico, e quase não aparecem produções locais, salvo as entrevistas, que acontecem esporadicamente no transcorrer do programa, para as quais são recebidas autoridades, empresários, políticos prestando esclarecimentos ou então pessoas que desejam divulgar algum evento. Os temas rotineiros abordam, especialmente, política, polícia, saúde, educação e economia. A emissora não produz materiais como reportagens, notas, notícias, boletins e utilitários, os conteúdos são retirados de agências que produzem materiais para rádio, por exemplo, a estatal Empresa Brasil de Comunicação (EBC), Agência Rádio Web, Rádio Mais, Rádio França Internacional, jornal da CUT. Sites do estado como o Campo Grande News ou Dourados News também são utilizados como fonte para as notícias regionais.

Das nove emissoras radiofônicas comerciais em operação atualmente em Pedro Juan Caballero, foi escolhida para compor esta pesquisa a *Mburucuyá 980 AM* por ser a que tem mais tempo dedicado à programação informativa. Inicialmente, a emissora operou por dois meses em caráter experimental, firmando as transmissões em 15 de dezembro de 1975 e completará 45 anos no final de 2020. Foi fundada por Santiago Máximo Leguizamón, o primeiro jornalista assassinado na fronteira, no ano de 1991, por denunciar corrupção política e atividades do crime organizado. Atualmente o proprietá-

rio é o jornalista Humberto Rubim, que vive em Assunção e é dono de outras três emissoras: *Ñandutí 1020 AM*, *Rock and Pop 95,5 FM*, e *Rádio Concert 107,7 FM*. Juntas, essas quatro rádios formam um *holding* cuja controladora é a *Ñandutí*.

Localizada no Maria Victória, bairro periférico de Pedro Juan Caballero, o conteúdo informativo é predominante, mas também tem esporte e cultura paraguaia, expressas nas músicas folclóricas e na língua guarani. De segunda a sexta-feira, os trabalhos iniciam-se às 5 horas, horário local, e segue até às 21 horas, mesclando programas da rede com produções locais. A antena transmissora da *Mburucuyá AM* tem potência para alcançar cerca de 60 quilômetros no entorno, favorecendo as pessoas sem acesso à internet e as comunidades distantes que têm o rádio como único meio de informação.

A rádio possui como *slogan* “*La voz de los sin voces*”, por ter sido a primeira emissora na fronteira a abrir os microfones para a participação da comunidade. Com um quadro de doze jornalistas, a programação é focada na produção de conteúdo local informativo, esportivo e musical folclórico, além dos programas da rede que transmitem informações de várias regiões do Paraguai. Todos os colaboradores possuem vínculo empregatício, seguro médico e social. No entanto, nem todos se dedicam exclusivamente à emissora, alguns, como o apresentador Éder Rivas, o sonoplasta Marciano Sanchez e o repórter Adalberto Caballero têm empregos em outras empresas de comunicação local.

O principal informativo da *Mburucuyá 980 AM* é o *Puerta Abierta*, um programa produzido localmente, com a colaboração de uma equipe de cinco profissionais, sendo dois apresentadores, dois repórteres e um sonoplasta e começa às 6h30. Tem a duração de cinco horas e conta com inserções de duas produções transmitidas pela rede *Ñandutí*: *Rotativo Nacional* e o *Giro de Notícias*. Nesses dois quadros, os repórteres de Pedro Juan Caballero contribuem com notícias locais. Uma singularidade desse programa é o roteiro, o *Puerta Abierta* tem um estilo, como prefere descrever o apresentador, de transmitir os eventos à medida que estão acontecendo.

“Estamos baseados nos fatos do momento. Assim que vão acontecendo as coisas, vamos fazendo, digamos, na sua ordem do dia”, explica Éder Rivas. Num dia normal, em que não aconteceu algo diferente, logo no início do programa, cada repórter externo já se posiciona em lugares estratégicos de cobertura e aguarda a entrada no ar. O repórter Genaro Rivas, por exemplo, recebe os informes com antecedência das assessorias sobre a agenda do dia e se organiza para transmitir. De acordo com os dias da semana, o programa segue uma tendência de cobertura.

Na segunda-feira, são os temas do Legislativo, da Câmara Municipal de vereadores, já sabemos toda a ordem do dia o que vamos enfocar e o trabalho facilita para nós [ele mostra no celular o contato da assessoria da Câmara que envia as informações e agenda do legislativo]; aí já sabemos o que vai acontecer. E na terça-feira temos a mesma coisa, mas a nível do governo, na Câmara da Junta Departamental, [...] Aí eu olho isso aqui [o informe da assessoria] e digo isso aqui vai ser para as 9h30, 8h30, 10h30 aí eu vou fazer outra coisa e depois volto, é assim que coordeno o meu trabalho. [...] Não é que vou sem saber de nada pra ver se pego essas informações lá na hora. O jornalismo tem que ser contundente (GENARO RIVAS EM ENTREVISTA).

O *Puerta Abierta* segue até as 11h25. Logo após, até as 11h40, é transmitido o *Rotativo Nacional*, um boletim com os destaques das principais notícias de onde a rede tem emissoras.

Programação informativa no rádio fronteiriço

Neste tópico serão feitas observações a partir do conteúdo informativo transmitido pelas emissoras *Nova FM* e *Mburucuyá AM*, nos programas *Informativo do Meio Dia* e *Puerta Abierta*, respectivamente.

Do período em que foram feitas as gravações, observou-se que o programa *Informativo do Meio Dia* veiculou 78 matérias relacionadas ao gênero informativo e o *Puerta Abierta* 355. Conforme observado anteriormente, o programa *Nova FM* tem duração de uma hora diária e o da *Mburucuyá AM*, cinco horas; essa grande diferença de tempo entre os programas influenciou no total de conteúdos veiculados no período por cada emissora. No entanto, observa-se que, em média, por hora, possuem um total de conteúdos veiculados aproximados; isso se revela, por exemplo, dividindo-se 355 matérias referentes aos gêneros informativos da emissora paraguaia pelas horas correspondentes, tem-se um total de 71 matérias diárias. A aproximação total dos conteúdos acontece caso se compare uma hora diária da rádio brasileira com uma hora diária da rádio paraguaia; sob essa ótica, nota-se um equilíbrio do gênero informativo para as duas emissoras ($355/5h = 71$ - *Mburucuyá AM versus* $1h = 78$ *Nova FM*, conforme Tabela 1, apresentada logo à frente).

Destaca-se que o conteúdo das programações foi distribuído nos formatos conforme o modelo de Lucht (2009), exposto anteriormente, sendo: nota, notícia, reportagem, entrevista, manchete e boletim.

Análise da programação da Rádio Nova FM

A seguir, apresenta-se a Tabela nº 5, na qual se apresentam os formatos e a respectiva quantidade diária:

Tabela 5: Formatos do gênero informativo da rádio Nova FM

Formatos	Segunda-feira	Terça-feira	Quarta-feira	Quinta-feira	Sexta-feira	Totais
Boletim	1	0	0	0	0	1
Entrevista	0	0	0	1	0	1
Manchete	0	0	0	0	0	0
Nota	2	4	2	4	0	12
Notícia	6	5	3	4	10	28
Reportagem	5	9	11	1	10	36
Totais de Incidências de Formatos	14	18	16	10	20	78

Fonte: Resultado da pesquisa (2019)
Observação: Uma hora de programação por dia

Considerando a Tabela 5 em que se apresentam os formatos do gênero informativo da rádio *Nova FM*, as categorias nota, notícia e reportagem são as que predominaram no programa. Por sua vez, a entrevista e o boletim não são representativos, sendo utilizados apenas uma vez cada um. A manchete não foi utilizada.

A seguir, a Tabela nº 6 apresenta os formatos e a respectiva quantidade diária de temas:

Tabela 6 - Todos os formatos distribuídos em temas

Temas	Segunda-feira	Terça-feira	Quarta-feira	Quinta-feira	Sexta-feira	Totais
Cotidiano	2	0	0	0	0	2
Cultura	0	0	0	3	0	3
Economia	1	1	2	0	3	7
Educação	2	0	2	1	3	8
Esporte	0	2	2	1	1	6
Geral	0	2	3	0	2	7
Internacional	0	3	0	0	0	3
Polícia	4	3	2	2	3	14
Política	5	5	5	2	8	25
Saúde	0	2	0	1	0	3
Totais	14	18	16	10	20	78

Fonte: Resultado da pesquisa (2019).

Os quatro principais temas evidenciados no quadro geral acima foram política, polícia, educação e economia que representam 70% do total de temas tratados nos diversos formatos, durante a programação do período. Isto é, do total de 78 temas, 54 estão distribuídos dentre os quatro principais mencionados.

Análise da programação da Rádio *Mburucuyá AM*

A seguir, apresentam-se as observações a partir dos resultados que surgiram da coleta dos dados da emissora paraguaia *Mburucuyá AM*, no programa *Puerta Abierta*, no período de 15 a 19 de julho de 2019. Neste

momento, serão expostos os totais de conteúdos, distribuídos nos formatos do gênero informativo, conforme o estudo de Lucht (2009).

Tabela 7: Formatos do Programa Puerta Abierta rádio Mburucuyá AM

Formatos	Segunda-feira	Terça-feira	Quarta-feira	Quinta-feira	Sexta-feira	Totais
Boletim	0	0	0	0	0	0
Entrevista	6	8	5	3	4	26
Manchete	0	8	0	0	1	9
Nota	46	42	26	27	19	160
Notícia	44	43	25	32	16	160
Reportagem	0	0	0	0	0	0
Totais	96	101	56	62	40	355

Fonte: Resultado da pesquisa (2019)

Observação: Cinco horas de programação por dia

Diferentemente da emissora do lado brasileiro, em que as notícias e as reportagens predominaram toda a programação, na *Mburucuyá AM*, os formatos que prevaleceram durante o período da coleta de dados foram as notas e as notícias, sendo os mais expressivos. Esses dois formatos encontram-se equilibrados entre si; ambos apresentaram 160 inserções, representando, juntos, um total de 90% de toda programação da semana. A entrevista fez-se presente em vinte e seis entradas e a manchete, em nove. Esses dois formatos, somados, significam apenas 10% do total dos conteúdos representados pela Tabela 7.

Tabela 8: Todos os formatos distribuídos em temas

Temas	Segunda-feira	Terça-feira	Quarta-feira	Quinta-feira	Sexta-feira	Totais
Cotidiano	2	5	2	1	1	11
Cultura	0	2	0	1	5	8
Economia	1	5	2	3	1	12
Educação	5	3	5	2	5	20
Esporte	5	5	3	3	1	17
Geral	3	17	7	6	3	36
Internacional	8	5	2	6	4	25
Polícia	41	19	15	20	0	95
Política	21	35	12	13	19	100
Saúde	10	5	8	7	1	31
Totais	96	101	56	62	40	355

Fonte: Resultado da pesquisa (2019).

Destaca-se a importância dos temas política e polícia para a rádio *Mburucuyá AM*. Juntos, os dois temas representam, aproximadamente, 55% do total das informações veiculadas durante uma semana de programação. O primeiro, pela grande quantidade de crimes que acontecem na região e, o segundo, pelas relações do poder público dos dois países que, comumente, traçam ações a fim de beneficiar as duas comunidades.

Análise conjunta

Após a descrição e análise dos formatos e temas das programações informativas das rádios fronteiriças que compõem este estudo, serão feitas considerações sobre a abordagem dos temas locais veiculados na *Nova FM* e na *Mburucuyá AM*. O direcionamento inicial surgiu a partir do questionamento feito aos apresentadores Giovani César e Éder Rivas sobre os temas mais recorrentes em seus respectivos programas sobre assuntos locais que atendem às duas comunidades. Ao serem indagados, ambos os apresentadores afirmaram, durante entrevista, que, geralmente, são política, saúde, educação, polícia e economia.

Ponta Porã é só quando acontece coisa feia mesmo [...] quando alguém é assassinado a tiros, isso chama a atenção [...]. Então quando acontece uma coisa dessas no Brasil a gente fica mais atento. Mas tem um monte de coisas que podem ser também abordadas que formam a realidade do Brasil, mas que a gente, lamentavelmente até agora, não conseguimos cobrir. Essa é uma matéria pendente para nós. [...] Mas sem nos esquecermos de outros aspectos da fronteira como o movimento comercial e a deserção escolar que acontece aqui (ÉDER RIVAS EM ENTREVISTA, 2020).

Como estamos na fronteira, o que afeta Ponta Porã acaba afetando também os pedrojuaninos. Hoje por exemplo, nós estamos com o dólar a R\$ 4,50 e isso, se é ruim para os brasileiros, é bem pior para eles, porque os maiores clientes deles são os brasileiros. [...] Há pouco tempo o Ministério da Economia aumentou a cota para gastar no Paraguai, é uma boa notícia, evidentemente, para quem vende e pra quem vem comprar, então ao mesmo tempo que a informação é legal daí já vem o preço do dólar lá em cima que se torna ruim. Hoje, por exemplo, temos muitas universidades de medicina aqui que são pautas que a gente procura trazer (GIOVANI CÉZAR EM ENTREVISTA, 2020).

A partir da fala dos entrevistados, observou-se que, nas duas emissoras, o conteúdo produzido para a comunidade do outro lado da linha é esporádico e bem específico quanto aos temas (polícia, economia e educação para a *Mburucuyá AM* e economia e educação para a *Nova FM*). Sendo assim, de maneira geral, quando trazem temas na programação para a comunidade do país vizinho, estão mais relacionados à área policial, educação ou economia.

Para verificar quais temas locais atendem às duas comunidades fronteiriças, criou-se um quadro, detalhando o conteúdo informativo e os dias em que foram veiculados nos programas *Puerta Abierta* e *Informativo do Meio Dia*, explicitados a seguir:

Tabela 9: Conteúdo local para as duas comunidades - Informativo do Meio Dia

Informativo do Meio Dia rádio Nova FM			
Segunda-feira 15 de julho de 2019			
Gênero	Formatos	Temas	Abordagem
Informativo	Notícia	Política	Prefeitura de Ponta Porã obtém financiamento de 20 milhões da Caixa para revitalizar Linha Internacional.
	Notícia	Polícia	Brasileira e paraguaio são baleados por segurança em boate de Pedro Juan Caballero.
Terça-feira 16 de julho de 2019			
Não houve nenhum conteúdo			
Quarta-feira 17 de julho de 2019			
Gênero	Formatos	Temas	Abordagem
Informativo	Reportagem	Política	Presidente Bolsonaro chega à cidade argentina de Santa Fé para participar do Encontro de Presidentes do Mercosul e assina três acordos.
Quinta-feira 18 de julho de 2019			
Não houve nenhum conteúdo			
Sexta-feira, 19 de julho de 2019			
Gênero	Formatos	Temas	Abordagem
Informativo	Nota	Polícia	Fazendeiro brasileiro é executado na cidade paraguaia de Capitán Bado e pistoleiros são presos em seguida.

Fonte: Resultado da pesquisa (2020).

Tabela 10: Conteúdo local para as duas comunidades - Puerta Abierta

Puerta Abierta Rádio Mburucuyá AM			
Segunda-feira 15 de julho de 2019			
Gênero	Formatos	Temas	Abordagem
Informativo	Notícia	Polícia	Casal (brasileira e paraguaio) são baleados por segurança em boate em Pedro Juan Caballero. Rapaz morreu.
	Nota	Internacional	Política brasileira: Presidente Jair Bolsonaro traça planos para conseguir mais acordos com o Mercosul.
	Nota	Polícia	Brasileiro é preso no Paraguai conduzindo carro roubado com 750 kg de maconha.
	Nota	Polícia	Segurança de boate brasileiro em Pedro Juan Caballero dispara contra casal, mata rapaz e deixa mulher ferida.
	Nota	Polícia	Brasileira é morta por esposo paraguaio.
	Entrevista	Política	Por telefone: Coordenadora da Mulher de Pedro Juan Caballero dá <i>feedback</i> sobre encontro ocorrido em Brasília que reuniu alguns países que fazem fronteira com o Brasil (Paraguai, Argentina, Uruguai e Bolívia) para discutir ações para a violência contra a mulher em regiões de fronteira. Projeto de construir em albergue em Pedro Juan para abrigar mulheres vítimas de violência.
Terça-feira 16 de julho de 2019			
Gênero	Formatos	Temas	Abordagem
Informativo	Nota	Economia	Queda do dólar pode impulsionar consumo na fronteira.
	Manchete	Polícia	Manchete do jornal ABC Color: onda de insegurança atinge população fronteiriça.
Quarta-feira 17 de julho de 2019			
Não houve nenhum conteúdo			
Quinta-feira 18 de julho de 2019			
Gênero	Formatos	Temas	Abordagem
Informativo	Nota	Polícia	Veículo roubado em território brasileiro é apreendido no Paraguai em posse de menores.
	Entrevista	Saúde	Link ao vivo com o repórter Genaro Rivas que entrevista um residente do Hospital Regional de Pedro Juan Caballero sobre estudantes de medicina que estão aprendendo a falar guarani para melhorar o atendimento de pacientes da região.
Sexta-feira 19 de julho			
Não houve nenhum conteúdo			

Fonte: Resultado da pesquisa (2020).

Com base no detalhamento exposto acima, é possível notar que o programa *Informativo do Meio Dia* veiculou, no período de 15 a 19 de julho de 2019, quatro matérias com abordagem de interesse da comunidade de Pedro Juan Caballero, com temas relacionados especificamente à política e polícia. Cada tema apareceu com duas inserções, representando 6% do total dos 78 conteúdos disseminados no período. Os formatos em que foram apresentados dividiram-se em duas notícias, uma nota e uma reportagem. Os demais conteúdos são específicos para a comunidade brasileira.

Desse conteúdo, na segunda-feira, dia 15, foram veiculadas duas notícias, uma de política e outra de polícia. A primeira tratou de um financiamento de R\$ 20 milhões que a prefeitura de Ponta Porã obteve da Caixa Econômica Federal a fim de revitalizar a Linha Internacional. Sendo esse um espaço compartilhado e de integração entre os dois países, uma obra de revitalização dessa zona pública, envolvendo pavimentação de ruas e calçadas, medidas de saneamento como esgoto e lixo, são ações que, mesmo acontecendo apenas do lado brasileiro, sem a participação dos dois países, atendem e beneficiam as duas populações.

Outro tema em formato de notícia, veiculado no mesmo dia, tratou de uma brasileira e do seu companheiro, um paraguaio, que foram baleados em uma boate em Pedro Juan Caballero, na noite anterior. Tendo em vista que o cotidiano da fronteira é marcado por relações sociais que envolvem amizades, relações afetivas, casamentos e outros elementos condicionantes de aproximação, notícias com essa abordagem despertam o interesse da comunidade do outro lado da linha internacional.

A reportagem produzida pela Rádio Agência Nacional, ligada à Empresa Brasil de Comunicação (EBC), também foi de interesse da comunidade e tratada no programa *Informativo do Meio Dia*. O conteúdo foi sobre a viagem do presidente Jair Bolsonaro para a cidade de Santa Fé, na Argentina, para participar do Encontro de Presidentes do Mercosul, em que também esteve presente o presidente do Paraguai, Mário Abdo Benítez. A reportagem destacou três acordos assinados, sendo um deles o fim imediato da cobrança de *roaming* internacional em serviços de telecomunicações entre os países do Bloco e a transferência da presidência do Mercosul para o Paraguai, em dezembro de 2019.

Esse conteúdo veiculado na emissora brasileira atende a ambos os lados da fronteira porque a comunidade pôde, finalmente, utilizar as operadoras de seus países para realizarem ligações, mandar SMS e utilizar outros serviços, sem cobrança adicional. Até então, a comunicação via celular de um país para o outro era difícil, utilizar celular na fronteira era limitado a uma certa distância além da Linha Internacional. Além disso, a transferência rotativa da presidência do Mercosul para o Paraguai é de interesse da comunidade paraguaia.

Outro conteúdo veiculado na sexta-feira, dia 19, na emissora brasilei-

ra, foi uma nota com tema policial sobre um fazendeiro brasileiro executado na cidade paraguaia de Capitán Bado, com a prisão dos pistoleiros logo em seguida. Na ocasião, a motivação do crime não foi revelada, por ser um crime ainda a investigar. Considerando o local do crime, a prisão de pistoleiros (rara na fronteira⁶) e a questão do envolvimento de terras paraguaias, o conteúdo busca atender às duas comunidades.

No que refere ao *Puerta Abierta*, notou-se que o programa veiculou um total de dez conteúdos com direcionamento à comunidade brasileira, tratando de temas sobre polícia, política, internacional, economia e saúde, distribuídos em formatos de notas (sete), entrevistas (duas) e manchete (uma). Tal conteúdo representou, aproximadamente, 3% do total de 355 conteúdos difundidos no período. O tema com mais destaque foi polícia, com seis inserções.

Na segunda-feira, dia 15, também foram destaques no programa da *Mburucuyá AM* dois conteúdos tratados na Nova FM. O primeiro, em formato de notícia policial: episódio do casal (brasileira e paraguaio) baleado em uma boate em Pedro Juan Caballero, em que o rapaz morreu. Em outro momento, na programação do mesmo dia, saiu uma nota informando que o segurança que atirou contra o rapaz era brasileiro e estava foragido. Esse assunto foi abordado duas vezes, com o objetivo de dar mais detalhes do caso, que ainda estava sendo apurado pelas autoridades responsáveis por solucionar o crime.

Ainda na segunda-feira, dia 15, outro conteúdo também tema na *Nova FM* foi a nota sobre a viagem do presidente Jair Bolsonaro à Argentina para conseguir mais acordos com o Mercosul. Vale destacar que, na *Mburucuyá AM*, o assunto saiu em formato de nota dois dias antes de ser veiculado na emissora brasileira. Até então, o evento não tinha acontecido e estava em processo de configuração, formato conceituado por Marques de Melo (2003).

Outra nota da área policial do mesmo dia foi sobre um brasileiro preso no Paraguai, dirigindo carro roubado com uma grande quantidade de drogas. Conteúdo dessa natureza é rotineiro na fronteira; a cidade de Pedro Juan Caballero é muito conhecida pelas gigantescas plantações de maconha, que é distribuída no próprio Paraguai, no Brasil e em outros países (AGÊNCIA PÚBLICA, 2017).

A questão da violência contra mulher também teve espaço no programa do dia 15, com uma nota policial de um fato já consumado, em que uma brasileira foi morta pelo esposo paraguaio, e uma entrevista com tema de políticas públicas para combater a violência contra a mulher em regi-

⁶ Na maioria das situações, os crimes de execução são cometidos por dois criminosos a bordo de motocicleta sem placa e/ou roubada (um pilota e o outro dispara) e tudo acontece muito rápido. Geralmente, quando ocorre em solo paraguaio, rapidamente fogem para o Brasil e vice-versa; o que dificulta a identificação e prisão em flagrante. Além disso, as investigações levam muito tempo para serem concluídas ou nem são concluídas e, quando incidem em prisões, os casos demoram para serem julgados ou prescrevem.

ões fronteiriças. Esses dois assuntos correlacionados são de interesse para a comunidade de Ponta Porã não apenas porque, como dito anteriormente, na fronteira, são comuns casamentos entre pessoas dos dois países, mas também devido ao interesse do poder público de criar propostas de combate a esse tipo de crime.

Já na terça-feira, dia 16 de julho, foi veiculada uma nota de economia com a abordagem sobre a expectativa de que a queda do dólar poderia impulsionar o consumo da fronteira. Uma das características fortes de Pedro Juan Caballero, conforme comentado anteriormente, é o comércio de importados, que atrai milhares de turistas brasileiros anualmente e movimenta a economia local. Nos últimos anos, o preço do dólar tem subido e, com isso, o fluxo de visitantes na fronteira diminuíram bastante.

Ainda no mesmo dia, uma manchete do jornal ABC Color teve espaço no programa *Puerta Abierta*, ao afirmar que a população fronteiriça tinha sido atingida por uma onda de insegurança. Esse assunto não foi explorado no programa, apenas veiculou-se a manchete e informada a fonte do conteúdo, o jornal ABC Color.

Na quinta-feira, dia 17 de julho, outra nota com tema policial tratou sobre um veículo roubado no Brasil e que fora apreendido em posse de menores no Paraguai. Da mesma maneira que outros temas policiais dessa natureza, o roubo de carros em várias regiões no Brasil que são levados para o Paraguai é corriqueiro, a maioria dos veículos é usada para o tráfico de drogas e outras práticas, como crimes de pistolagem, por exemplo.

Por fim, no mesmo dia, o destaque foi para uma entrevista através de *link* ao vivo em que o repórter Genaro Rivas conversou com um residente de medicina brasileiro, do Hospital Regional, que contava sobre um projeto no qual outros alunos brasileiros estavam aprendendo a língua guarani para melhorar o atendimento de pacientes da região. A procura de brasileiros pelos cursos de medicina em Pedro Juan Caballero tem sido crescente a cada ano. Atraídos por mensalidades que chegam a custar menos de um terço do valor das faculdades particulares brasileiras, além da facilidade de ingressar nos cursos porque as instituições não realizam vestibular, os estudantes acabam se deparando com a barreira dos dois idiomas oficiais do Paraguai, o espanhol e o guarani.

Se considerarmos todos os formatos distribuídos em temas para a rádio *Nova FM*, de acordo com a Tabela 6, e se considerarmos, também, todos os formatos distribuídos em temas para a *Mburucuyá AM*, na Tabela 8, percebe-se que o conteúdo informativo, de acordo com esta pesquisa, que atende às duas comunidades, está distribuído nos seguintes temas: economia, internacional, polícia, política e saúde. No entanto, para a *Nova FM*, apenas a polícia e a política foram veiculadas de maneira a atender os dois lados da fronteira. Já do lado paraguaio, cinco temas foram destacados: economia, internacional, polícia, política e saúde.

Percebe-se que a emissora paraguaia abordou um número maior de temas em relação à brasileira, porém, se considerarmos a quantidade de horas das duas rádios, é perceptível que poucos conteúdos atendem às duas comunidades, o que pode evidenciar que o foco da programação jornalística está direcionado apenas para o seu lado da fronteira e, assim, deixa de atender de maneira mais ampla às necessidades de informações por parte das duas comunidades.

Considerações Finais

Embora o tema escolhido - o rádio fronteiriço - não seja inédito da perspectiva do meio informativo, este trabalho fez um recorte, procurando responder a questões ligadas às temáticas locais propagadas nas emissoras que mais dedicam tempo de notícias, nas cidades de Ponta Porã e Pedro Juan Caballero. Nessa fronteira, o rádio tem expressividade singular, uma vez que é um meio acessível e alcança pessoas das duas comunidades, chega a lugares em que o sinal de internet é ruim e onde a produção e a circulação de jornal impresso é cada vez menor.

Quanto à definição de perfil de programação e de cobertura dos temas locais pelas estações de rádio, as emissoras brasileiras, que têm pouca produção local, definem a sua programação focada no conteúdo musical, de entretenimento, e são dependentes da produção de outros veículos e agências para trazerem informações ao longo da programação. Um exemplo disso são as reportagens veiculadas, que, na semana estudada, representaram 46% dos formatos apresentados. Os temas mais abordados desse formato foram política, com 15 inserções; economia, com sete e esporte, com seis. No entanto, sendo a reportagem considerada um grande formato que demanda maior trabalho jornalístico e tempo de produção, nenhuma veiculada no período foi produzida localmente, todas foram trazidas a partir das agências de rádio, das quais a emissora possui cadastro e autorização para reproduzir.

As emissoras paraguaias, por sua vez, investem muito mais em produção local, mas concentram suas coberturas no lado do seu país e a fronteira, como espaço geminado e compartilhado por dois povos, pouco aparece. A maior incidência temática observada é para polícia, que, em certa medida, chegam a atender as duas comunidades, e política, que ocupam, para os formatos de nota e notícia, 45% de cada tema do total do conteúdo.

Do lado brasileiro, embora as emissoras possuam boa estrutura administrativa, os apresentadores precisam lidar diariamente com múltiplas funções (locução, sonoplastia, direção, captação de anunciantes e parceiros), o que limita uma programação diferenciada, com produção de conteúdo e foco na comunidade local. Os profissionais também ficam dependentes do conteúdo da internet para replicar. Já do lado paraguaio, as rádios têm a

figuras do diretor, do sonoplasta, dos apresentadores e repórteres, investem mais em programação local e, embora os temas policiais e políticos ocupem grande parte da programação, outros assuntos também são explorados.

A partir da análise dos temas locais que estão presentes na programação informativa do rádio fronteiriço, percebeu-se que a notícia local reforça os aspectos negativos da fronteira. No *Informativo do Meio Dia*, ainda que, durante a entrevista, o apresentador Giovani César tenha afirmado que os temas policiais não são os de maior ocupação no programa, “nós não fazemos sensacionalismo e também não trazemos em primeiro plano as informações policiais, sempre é em terceiro plano só pra concluir mesmo o horário”, a análise permitiu observar que essa temática ocupou metade dos temas locais, reforçando os acontecimentos negativos da fronteira. O *Puerta Abierta*, por sua vez, das dez inserções de temas locais no transcorrer da semana, seis foram sobre polícia.

Nem de um lado, nem do outro a programação informativa atende às duas comunidades de maneira ampla e com múltiplas temáticas. Na *Nova FM*, a maior parte das notícias são nacionais, com foco, sobretudo, em política, e a maior parte das notícias locais são de polícia, o que fortalece a visão pejorativa da fronteira. Na *Mburucuyá AM*, parte da programação é compartilhada com a rede Ñanduti, que transmite acontecimentos nacionais e regionais e o conteúdo local também tem o maior enfoque em polícia e política.

Em ambas as emissoras, os apresentadores reconhecem a carência de mais informações que favoreçam as duas comunidades. O destaque para os acontecimentos locais poderia fortalecer os laços entre os dois países e oportunizar a imagem positiva da fronteira. Assim, o cotidiano fronteiriço, raramente, é retratado no rádio, especialmente no lado brasileiro, que veicula muitas notícias nacionais. As trocas, as interações, as relações comerciais, de trabalho e a cultura local são quase nulas. A importância de ter, na programação radiofônica, temas como esses é que o fronteiriço teria a oportunidade de ter seus interesses representados e, conseqüentemente, suas necessidades informativas supridas.

Referências

AGÊNCIA PÚBLICA. *Destrinchando a maconha paraguaia*, 2017. Disponível em: <<https://apublica.org/2017/08/destrinchando-a-maconha-paraguaia/>>. Acesso em 04 de mar. 2020.

ALMEIDA, Maria Geralda. *Fronteiras, territórios e territorialidades*. Dourados, v, 2, n. 02, p. 103-114, 2005. DOI 10.5418/RA2005.0202.0009. Disponível em: <http://ojs.ufgd.edu.br/index.php/anpege/issue/view/276/showToc>. Acesso em 25 ago. 2019.

BARBOSA FILHO, André. *Gêneros radiofônicos: Os formatos e os programas em áudio*. São Paulo: Paulinas, 2003.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 1977.

CANCIO, Marcelo Vicente. **Televisão fronteiriça: TV e telejornalismo na fronteira do Brasil e Paraguai**. Campo Grande: Ed. UFMS, 2011.

CHANTLER, Paul; HARRIS, Sim. **Radiojornalismo**. São Paulo: Summus, 1998.

DGEEG - Dirección General de Estadística, Encuestas y Censos. **C15. Dpto. Amambay. Población estimada y proyectada, según distrito, sexo y grupos de edad, 2000-2025**. 2018. Disponível em: <https://www.dgeec.gov.py/default.php?publicacion=2>. Acesso em 23 de ago. 2018.

GARCÍA CANCLINI, Nestor. **Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade**. Tradução Heloísa Pezza Cintrão, Ana Regina Lessa; tradução da introdução Gênese Andrade. 4. ed. 1. reimp. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

GRIMSON, Alejandro. **Los límites de la cultura. Crítica de las teorías de la identidad**. Buenos Aires: Siglo XXI editores, 2011.

HAESBAERT, Rogério. De território e espaço, estrutura e processo. **Economía, Sociedad y Territorio**, v. XIII, n. 43, p. 805-815, septiembre-diciembre 2013.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades e Estados Mato Grosso do Sul**, 2018a. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/ms.html>. Acesso em: 15 de ago. 2018.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Ponta Porã**, 2018b. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/ms/ponta-pora.html>. Acesso em: 15 de ago. 2018.

JORGE, Thais de Mendonça. **Manual do foca: Guia de sobrevivência para jornalistas**. São Paulo: Contexto, 2008.

LUCHT, Janine Marques Passini. Gêneros radiojornalísticos: Análise da rádio Eldorado de São Paulo. Tese apresentada ao programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Universidade Metodista de São Paulo, 2009. Disponível em: <http://tede.metodista.br/jspui/bitstream/tede/881/1/Janine%20Marques%20Passini.pdf>. Acesso em: 12 set. 2019.

LUCHT, Janine Marques Passini. Gêneros no radiojornalismo. In: MELO, José Marques de. ASSIS, Francisco (orgs.) **Gêneros jornalísticos no Brasil**. São Bernardo do Campo: Universidade Metodista de São Paulo, 2010, p. 269-290.

MACHADO, Lia Osório. Limites e fronteiras: da alta diplomacia aos circuitos da ilegalidade. **Território**, Rio de Janeiro, ano V, n. 8, p. 7-23, jan. /jul. 2000.

MARQUES DE MELO, José. **A opinião no jornalismo brasileiro**. 2 ed. rev. - Petrópolis: Vozes, 1994.

MARQUES DE MELO, José. **Jornalismo opinativo: gêneros opinativos no jornalismo brasileiro**. 3ª ed. Campos do Jordão: Mantiqueira, 2003.

MÜLLER, Karla Maria. Práticas comunicacionais em espaços de fronteira: os casos do Brasil-Argentina e Brasil-Uruguai. In: MARTINS, Helena Maria (Org). **Fronteiras culturais: Brasil-Uruguai-Argentina**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2002.

PADRÓS, Enrique Serra. Fronteira e integração fronteiriça: elementos para uma abordagem conceitual. In: **Humanas: Porto Alegre**, v.17. n.1/2, p.63-85, jan./dez., 1994.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ativa, 1993.

SANTOS, Milton. **O País distorcido**: O Brasil, a globalização e a cidadania. São Paulo: Publifolha, 2002.

SAQUET, Marcos Aurélio; DA SILVA, Sueli Santos; Milton Santos: concepções de geografia, espaço e território. **Geo Uerj**, Rio de Janeiro, v. 2, n.18, p. 24-42, 2008.

SHERMA, Márcio Augusto. Cidades-gêmeas e integração: o caso de Ponta Porã e Pedro Juan Caballero. **Anais do II Simpósio Internacional Pensar e Repensar a América Latina**, 2018.

STABILE, Arthur. Em 23 anos, 18 jornalistas foram assassinados no Paraguai. **Ponte Jornalismo**, São Paulo, 13 fev. 2020. Disponível em: <https://ponte.org/assassinatos-jornalistas-paraguai-23-anos>. Acesso em 05 mar. 2020.

VICENTE, Eduardo. **Gêneros e formatos radiofônicos**. São Paulo: Núcleo de Comunicação e Educação - NCE - ECA / USP, 2002.

Entrevistas

CÉZAR, Paulo. Entrevista pessoal realizada com o apresentador do programa *Conexão Máxima* da rádio *Nova 96,9 FM* durante visita às emissoras em Ponta Porã em fevereiro de 2019.

RIVAS, Eder. Entrevista pessoal realizada com o apresentador do programa *Puerta Abierta e Ecos del Amambay* da rádio *Mburucuyá 980 AM*, gravada em dezembro de 2019, em Pedro Juan Caballero.

RI-VAS, Genaro. Entrevista pessoal realizada com o repórter do programa *Puerta Abierta* da rádio *Mburucuyá 980 AM*, gravada em dezembro de 2019, em Pedro Juan Caballero.

SANTOS, Giovanni Cesar. Entrevista pessoal realizada com o apresentador do programa *Informativo do Meio Dia*, gravada em fevereiro de 2020, em Ponta Porã.



Imprensa fronteiriça *on-line*: fórum de debates ou espaço de superficialidade factual?¹

Gesiel Rocha de ARAÚJO²
Marcelo Vicente Câncio SOARES³

Apresentação

As barreiras que separam nações, povos e culturas têm-se acirrado cada vez mais, mesmo no contexto de uma sociedade global e interconectada, fato que seria no mínimo paradoxal se a contradição e a ambivalência não fossem marcas profundas das fronteiras territoriais ao longo da história. A mobilidade material e simbólica é um dos fenômenos centrais da sociedade contemporânea, não sendo mais possível pensar o mundo pela velha lógica centro e periferia. Mesmo assim, não só os muros que restringem a circulação de pessoas desterritorializadas persistem, mas também quase 50 mil quilômetros de fronteiras foram traçados ou acordados internacionalmente em menos de 20 anos (1991 a 2009), conforme levantamento de Foucher (2009).

Considerando as dinâmicas das fronteiras à luz da história – ora limite e controle, ora aproximação e continuidade, e quase sempre ambos (WEBER, 2014) –, é sensato concordar com Foucher (2009, p. 27), para quem “o mundo, para ser habitável, precisa de fronteiras, esse terceiro elemento entre as culturas e a humanidade”. Ao descrever essa aparente contradição, Pesavento (2006, p. 11) compara as fronteiras a portas e janelas que, se permitem a passagem, também impedem a entrada: “Fronteiras limitam, encerram e fecham, negam o diálogo e o contato, tal como podem abrir, comunicando e aproximando as partes, criando laços, correspondências, percursos de vida em paralelo, convergências, oposições e competição”.

Essa multiplicidade da condição fronteiriça fica evidente na distinção apontada por Machado (2000), para quem a definição e proteção dos limites territoriais de um Estado são prerrogativa dos poderes político, di-

1 Síntese da dissertação de mestrado intitulada *A fronteira ignorada: cooperação e conflito na imprensa fronteiriça on-line*, defendida em 2018 no Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (PPGCOM/UFMS). A banca foi composta pelo orientador Prof. Dr. Marcelo Câncio Soares, Profa Dra. Daniela Cristiane Ota (UFMS) e Prof. Dr. Edgar Aparecido da Costa (UFMS). Disponível em: <https://posgraduacao.ufms.br/portal/trabalho-arquivos/download/5736>.

2 Doutorando do Programa de Pós-graduação em Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGCOM-UFRGS); jornalista e mestre em Comunicação pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). E-mail: gesiel.pro@gmail.com.

3 Professor aposentado da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS); doutor em Ciências da Comunicação pela Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo, com pós-doutorado em Ciências da Comunicação na Universidade Autônoma de Barcelona. E-mail: marcelo.cancio@ufms.br.

plomático e bélico, mas a ocupação e o avivamento das fronteiras pertencem ao povo, às comunidades, às pessoas. “Enquanto o limite jurídico do território é uma abstração, gerada e sustentada pela ação institucional no sentido de controle efetivo do Estado territorial, [...] a fronteira é lugar de comunicação e troca”, argumenta a autora (2000, p. 9-10). E é justamente por pertencer às pessoas que cada região fronteiriça busca as próprias soluções para lidar com as demandas que não podem esperar pela atenção do Estado nacional.

Além das trocas culturais entre quem vive dos dois lados da linha divisória, inúmeras relações políticas e institucionais estabelecem-se no plano subnacional e assumem caráter ao mesmo tempo locais e transnacionais (SOARES, 2011). E num emaranhado de burocracias e informalidades, atores subnacionais envolvem-se nas relações internacionais, estabelecendo “contatos formais e informais, permanentes ou provisórios com entidades estrangeiras públicas ou privadas, objetivando promover resultados socioeconômicos ou políticos” (PRIETO, 2004, p. 251). As transações político-institucionais que cruzam as fronteiras resultam em cooperação e integração, mas também em tensão e conflito.

Nesse cenário, partimos da premissa de que os meios de comunicação exercem um relevante papel ao oferecer o espaço no qual as fronteiras se manifestam e discutem publicamente os temas de interesse comum. Como aponta Soares (2011, p. 12), “a circulação de informações possibilita trocas sociais importantes e essenciais nas cidades localizadas em regiões de fronteira. É o caso, por exemplo, das televisões e dos telejornais existentes em cidades-gêmeas fronteiriças”. No mesmo sentido, conforme Ota (2015, p. 198), “o espírito de integração, próprio da comunidade fronteiriça e presente nas práticas sociais [...] é reproduzido também pela mídia radiofônica, demonstrando que os programas emitidos pelas rádios binacionais passam a compor a vida cotidiana das comunidades”.

As iniciativas institucionais que buscam suprir as demandas locais fazem parte de uma complexa teia de relações políticas e sociais entre as comunidades fronteiriças. Com o intuito de compreender o papel da imprensa nesse contexto, buscamos identificar e mensurar o espaço editorial dedicado por veículos fronteiriços aos assuntos institucionais relacionados às fronteiras, que abordavam ou apresentavam potencial para a cooperação ou o conflito. Entre 1º de janeiro e 30 de abril de 2017, monitoramos mais de 19,5 mil matérias jornalísticas veiculadas em sites de notícias estabelecidos e/ou atuantes em quatro cidades localizadas nas fronteiras do Brasil com o Paraguai e a Bolívia. Dentre elas, selecionamos 77 textos para análise, entre reportagens, notícias, notas e entrevistas que abordavam temas e fatos direta e exclusivamente relacionados às regiões em questão.

No trabalho, refutamos conotações dualistas para os conceitos de cooperação e conflito. Escolhemos esses termos não pela oposição que podem

sugerir, mas pela correlação que ensejam, num ambiente de confluência de nacionalidades, disputas identitárias e por bens materiais e simbólicos (NASCIMENTO, 2012). Adotamos a perspectiva na qual as fronteiras, guardadas suas diferenças e peculiaridades, podem ser analisadas como espaços de contradições, conflitos e ambivalências, com situações pontuais de cooperação política, econômica e cultural que resultam numa integração incompleta e controversa. Buscamos, assim, escapar da armadilha de interpretar a “fronteira híbrida” mencionada por Canclini (2008) como um ambiente definido por práticas de irmandade e integração, o que, a nosso ver, só encontraria respaldo no senso comum.

Abordamos os conceitos de cooperação e conflito acreditando *a priori* que os meios de comunicação, no sentido amplo, e a atividade jornalística em particular, podem contribuir para a construção de pontes entre os povos dos dois lados. Considerando as particularidades das localidades, investigamos se o jornalismo integra os povos e atua como uma espécie de mediador entre as culturas fronteiriças, “porque tem facilidade de circulação em quaisquer dos ambientes [...] e pode contribuir para uma articulação das questões que dizem respeito ao seu campo de atuação porque é um conhecedor da realidade e de seus melindres” (RADDATZ, 2015, p. 212). Tentamos responder, por fim, se a veiculação de textos jornalísticos sobre situações de cooperação e conflitos institucionais locais favorece ou não a integração das comunidades abordadas.

Múltiplos olhares sobre as fronteiras

Limites e fronteiras entre povos e nações têm sido discutidos e conceituados desde os primórdios da Idade Antiga, a partir de diferentes concepções próprias de cada região e período histórico. Em 1898, no auge da corrida imperialista entre as potências da Europa, o geógrafo e etnólogo alemão Friedrich Ratzel, considerado o fundador da Geopolítica, afirmou que “a tarefa do Estado, no que concerne ao solo, permanece sempre a mesma em princípio: o estado protege o território contra os ataques externos que tendem a diminuí-lo” (RATZEL, 2011, p. 96). Com isso, ele definiu a prioridade do Estado-Nação moderno: proteger suas fronteiras e expandi-las, se possível, ou ser pressionado no sentido oposto.

Quase um século mais tarde, Raffestin (1993) apontou as fronteiras como um fato social e não apenas geográfico, embora também passível de manipulação por parte dos Estados-Nações, que as transformaram num símbolo comunicante de uma ideologia. Neste sentido, o ator político territorializa o espaço na medida em que dele se apropria concreta ou abstratamente. Limite e fronteira seriam, portanto, além de expressões de uma “interface biossocial” sujeita às modificações e transposições conforme o curso da historicidade, “um sinal ou, mais exatamente, um sistema

sêmico utilizado pelas coletividades para marcar o território: o da ação imediata ou o da ação diferenciada” (RAFFESTIN, 1993, p. 165).

Contemporâneo de Raffestin, Foucher (2009) concebe as fronteiras como arcabouços estruturais e elementares dentro de um espaço delimitado, com a função de incerteza e descontinuidade de cunho geopolítico, delimitando os registros socioespaciais, simbólicos e socioculturais das regiões. As fronteiras são, portanto, “membranas assimétricas” que autorizam a saída ao mesmo tempo em que protegem a entrada (FOUCHER, 2009, p. 19). Para o Estado, são “um teatro onde a legitimidade de seu poder é observada com atenção. Nada de mais desastroso para uma autoridade soberana do que ser acusada de ter perdido o controle de sua fronteira”, afirma o autor (2009, p. 25).

Concentrando seus estudos nas fronteiras do Cone Sul latino-americano, Grimson (2000) define a fronteira como um “objeto/conceito e um conceito/metáfora” que transita entre elementos físicos e territoriais e culturais e simbólicos. Sua proposta implica conhecer de dentro a dinâmica das fronteiras para compreender e mostrar não apenas a porosidade de seus cruzamentos, mas sua historicidade, seus estigmas e disputas de poder.

A fronteira é um local de encontro de relatos geopolíticos e literários, historiográficos e antropológicos. [...] Na fronteira, há várias histórias mescladas. Uma diz respeito aos territórios estatais, espaços imaginados e desenhados como potencialmente bélicos; espaços de contato prévio da expansão e da soberania tanto como da cidadania, limites da repressão e dos direitos. (GRIMSON, 2003, p. 13, tradução nossa).

Tais conceitos favorecem a constatação de que, nas perspectivas geopolítica, simbólica, histórica e cultural, as fronteiras são por excelência ambientes de uma complexidade que se materializa nas relações e interações de diferenças em vários níveis. Seguindo este raciocínio, Raddatz (2015, p. 204-205) reforça que, além de uma nunca ser igual à outra, a “fronteira está em permanente construção”, alimentando-se de “si mesma e do conteúdo de quem a atravessa”. Diante dessas complexas relações, marcadas por processos simultâneos de fluxo, trânsito e interdição, elementos como território e identidade ganham dimensões muito evidentes.

O território, na visão de Haesbaert (2004), é um dos muitos instrumentos utilizados no interior de uma nação com o intuito de promover padronizações e classificações na relação com outros territórios, tomando por iguais ou semelhantes aqueles que compartilham um mesmo espaço geopoliticamente definido. Ademais, Santos (2006) salienta que a constru-

ção do território é um processo econômico, político e cultural, resultado da ação de apropriação e produção de um dado espaço. Para esse autor (2006), portanto, longe de ser aleatório, o território é fruto de intencionalidades sociais, historicamente produzido e diariamente reproduzido a partir do trabalho e de outras atividades humanas, revelando as contradições e desigualdades sociais.

A questão da identidade é outro elemento de destaque no âmbito das fronteiras. Nesse contexto, podemos considerar a perspectiva contrastiva de Barth (2000), que se refere a *nós* diante dos *outros* e entende a identidade a partir do ordenamento das relações estabelecidas entre os distintos grupos sociais, afirmando assim que uma cultura não pode elaborar isoladamente uma identidade para si e por si só. Já Raddatz (2015) aponta que, no ambiente de fronteira, a identidade é um elemento híbrido mais associado ao sentimento de pertença a determinados ambientes culturais do que às relações de cidadania formal dos indivíduos fronteiriços. A identidade, portanto, não estaria exclusivamente vinculada ao documento que comprova a origem dos indivíduos, mas à sua bagagem cultural.

Seguindo essa lógica, Müller (2000, p. 8) observa que os espaços fronteiriços, ricos em elementos produzidos a partir do contato constante entre sujeitos de diversas nacionalidades, “constituem-se como um espaço regional, cuja cultura é forjada por elementos específicos, comuns a determinados grupos, estabelecendo assim a ‘diferença’, as peculiaridades locais, eliminando ou borrando os limites oficiais, geopolíticos”. Dessa forma, não se poderia falar de fronteira geopolítica sem considerar as fronteiras culturais, que, de acordo com Raddatz (2015, p. 207), são a manifestação concreta da primeira, “com todas as ambiguidades oriundas de suas práticas no tempo e no espaço”. As fronteiras culturais devem ser pensadas em sua dimensão ambivalente e ambígua porque, como defende Pesavento (2002, p. 36), elas

remetem à vivência, às socialidades, às formas de pensar intercambiáveis, ao ethos, valores, significados contidos nas coisas, palavras, gestos, ritos, comportamentos e ideias. Basicamente, a fronteira cultural aponta para a forma pela qual os homens investem no mundo, conferindo sentidos de reconhecimento.

O fato de serem regiões que aglutinam uma imensa diversidade de aspectos políticos e valores morais, simbólicos, religiosos e culturais não atribui às fronteiras a condição de “populações unidas fraternalmente, ainda que separadas por uma linha divisória que lhes é exteriormente imposta” (NASCIMENTO, 2012, p. 19). Para Martins (2014, p. 11), esses ambientes

representam a fronteira da civilização (demarcada pela barbárie que nela se oculta), fronteira espacial, fronteira de culturas e visões de mundo, fronteira de etnias, fronteira da história e da historicidade do homem”. São, portanto, um dinâmico espaço de tensão e contradição entre quem as cruza e quem as reforça.

O fazer jornalístico na zona de impacto

Nesses complexos ambientes de interações e ambiguidades, a mídia tem papel fundamental porque, como destacam Müller *et al.* (2010, p. 122), “participa ativamente dos acontecimentos, relatando os fatos, selecionando os atores que irão conduzir as cenas, definindo quais as práticas socioculturais que serão abordadas como notícia, entretenimento ou anúncios publicitários”. Ao contribuir para delinear os elementos que compõem a pauta social e a opinião pública local, a mídia fronteira “funciona como a representação concreta das relações que se estabelecem na sociedade, a partir dos interesses e desejos desta, decorrentes das crises, conflitos e necessidades que se criam no dia a dia de vizinhança” (MÜLLER *et al.*, 2010, p. 124).

Por meio da mídia *on-line*, em qualquer um dos suportes ou formatos, o morador da fronteira - leitor, ouvinte ou telespectador - busca manter-se informado, de forma imediata, acerca dos fatos ocorridos no ambiente no qual está inserido, que não raro envolve pessoas do seu círculo de convivência ou conhecimento. Como apontam Müller, Raddatz e Bomfim (2013, p. 70), tais fatos podem variar de eventos políticos e culturais até quem esteve envolvido num acidente ou incidente policial no centro da cidade, por exemplo. Por outro lado, as plataformas do ambiente *on-line* são a alternativa para os veículos tradicionais manterem-se presentes no cotidiano do público e se viabilizarem comercialmente. Forma-se assim um círculo em que

a mídia de fronteira online interage com os cidadãos locais e com os cidadãos do mundo, o que leva a supor uma reorganização desse espaço, no sentido de pensar a sua programação tendo em vista este ouvinte, leitor, espectador internauta, procurando transformar e adequar as informações e os saberes de modo a refletir sobre suas práticas e seus fazeres. (MÜLLER; RADDATZ; BOMFIM, 2013, p. 70).

Além do aspecto local/internacional simultâneo das pautas abordadas pela mídia fronteira, Raddatz (2015, p. 211) entende que, diferente-

mente de outras regiões, há um caráter de tridimensionalidade: “o local do lado de cá, o local do lado de lá e o local que aborda interesses da fronteira como unidade, ou seja, que diz respeito aos interesses comuns dos dois lados do marco da fronteira”. Ao analisar como o jornalismo televisivo fronteiriço mescla interesses e convívios binacionais, Soares (2011, p. 51) chega a uma conclusão semelhante: “Nas necessidades fronteiriças há uma dualidade que não se dá em outros lugares. Na fronteira, o interesse informativo de um lado e de outro pode se chocar”.

Tal qual uma “zona de impacto” e “ao mesmo tempo lugar de integração e espaço de tensão” (RADDATZ, 2009), a fronteira se revela no fazer jornalístico e nos veículos de imprensa, que expressam a integração e o conflito entre as comunidades das cidades fronteiriças e, por conseguinte, os países. A partir dessa concepção, é possível cogitar que o jornalismo ajude a integrar os povos enquanto elemento mediador entre as culturas, por sua “facilidade de circulação em quaisquer dos ambientes [...] e pode contribuir para uma articulação das questões que dizem respeito ao seu campo de atuação porque é um conhecedor da realidade e de seus melindres” (RADDATZ, 2015, p. 212).

Há que se considerar ainda, de acordo com Soares (2011, p. 154-156), que o jornalismo fronteiriço “promove ações de proximidade e de conectividade entre as duas sociedades fronteiriças e realça valores identitários locais, criando possibilidades de diálogo entre as duas comunidades, porque é dirigido às populações das duas cidades”. E assim, num contínuo processo de retroalimentação, por um lado, a imprensa extrai da fronteira uma rica matéria-prima para o fazer jornalístico: conflitos, intrincadas interações e trocas de bens materiais e simbólicos; por outro, os moradores das fronteiras recorrem a ela como um dos principais mecanismos de articulação das ideias do lugar e reflexo de vivências dos sujeitos fronteiriços” (MÜLLER, 2015, p. 135).

Ambientes de cooperação e conflito

Com a compreensão de que as fronteiras são marcadas pela complexidade e ambivalência dos cruzamentos, entrelaçamentos e choques de culturas e identidades, é razoável entender que elas são ambientes férteis para o conflito social de toda espécie. Na opinião de Costa (2013, p. 144), os conflitos que emergem nessas regiões, muitas vezes, revelam processos de exclusão e de construção de “estigmas sociais, que são reforçados pela imagem negativa do senso comum, referida à fronteira como área de tráfico de drogas e de armas, de contrabando e falsificação de produtos”.

Se as fronteiras devem ser entendidas no contexto de intensos con-

flitos, onde “identidades nacionais são erguidas e reforçadas por meio de diferentes formas de autoclassificação e de classificação dos outros” (ALBUQUERQUE, 2008, p. 55), também são uma “periferia de tensão cultural, quase sempre criadora e não necessariamente bélica e agressiva”, como salientam Ferraro Júnior e Buitoni (2011, p. 3). Mais do que isso, as fronteiras se configuram como espaço onde a todo momento ocorrem processos de integração comercial e econômica, mas sobretudo cultural e simbólica, a partir de intrincados movimentos de cooperação política e social e de trocas culturais.

Em cidades fronteiriças conurbadas, como Pedro Juan Caballero (Paraguai) e Ponta Porã (Brasil), Bento (2013, p. 15) lembra que “a linha-limite é atravessada cotidianamente pelos cidadãos dos dois Estados que ali vivem, sendo de fato cidades-laboratório de integração por esses deslocamentos binacionais recíprocos, diários, de ida e volta”. A integração entre essas comunidades ocorre nas relações práticas e cotidianas, à margem dos circuitos oficiais e, principalmente, dos centros de poder dos países. É isso que argumentam Souza e Oliveira (2014, p. 76) ao descrever a fronteira Brasil-Paraguai como “um espaço também de ambiguidade por existirem conflitos gerados pelas diferenças culturais, mas também por possuírem uma conexão cultural, como por exemplo, o espaço ‘brasiguaiou’”.

Esse complexo cenário fronteiriço marcado por ensaios de integração pode ganhar contornos paradoxalmente conflituosos, já que um elemento vincula-se intrinsecamente ao outro, como aponta Machado (2002, p. 8): “No sentido mais geral, a noção de fronteira internacional como *lugar* de integração, de comunicação, de encontro, de conflito, advém do *a priori*, de que estamos na presença de sistemas territoriais diferentes e de nacionalidades distintas.” Ao tratar da interseção entre os conceitos conflito e integração, Albuquerque (2010, p. 583) defende não ser adequado buscar a contraposição dos discursos e práticas, mas sim perceber suas relações intrínsecas, “sem cair na dicotomia valorativa entre a negatividade do conflito e a positividade da integração”. Para esse autor (2010, p. 583), portanto,

os conflitos geram formas de integração [...] e explicitam tensões contemporâneas e passadas nas relações entre brasileiros e paraguaios. Por outro lado, a integração é um campo de forças, um movimento diferenciador de aproximação e distância entre os diversos agentes e instituições envolvidas nas relações diplomáticas, militares, econômicas, políticas, sociais e culturais entre os dois países.

Fronteiras são espaços físicos e sociais peculiares pela confluência dos mais variados elementos políticos e culturais que criam ambientes propícios aos conflitos. Se os conflitos geram integração, é lógico considerar que as

fronteiras também favorecem a manifestação de ações de cooperação. Embora essas ações se desenvolvam no âmbito local, geralmente restritas às comunidades que as empreendem, são também internacionais, pois envolvem os habitantes de pelo menos dois países. Tais iniciativas compõem um quadro de cooperação descentralizada, termo que descreve as “ações bilaterais ou multilaterais envolvendo atores subnacionais (municípios, províncias, estados ou departamentos) de dois ou mais Estados nacionais distintos” (BANZATO; PRADO, 2014, p. 19).

Cooperação, conflito, neutralidade ou ambivalência?

O conteúdo jornalístico que compõe o *corpus* do estudo mencionado foi coletado de quatro sites de notícias, sendo dois da fronteira Brasil-Paraguai: *Ponta Porã Informa*, de Ponta Porã-BR (<http://www.pontaporainforma.com.br>) e *Amambay 570*, de Pedro Juan Caballero-PY (<http://amambay570.com.py>); e dois da fronteira Brasil-Bolívia: *Diário Corumbaense*, de Corumbá-BR (<https://diarionline.com.br>) e *El Deber*, estabelecido em Santa Cruz de la Sierra-BO, com correspondentes em Puerto Quijarro e Puerto Suárez-BO (<https://eldeber.com.bo>). Como método da pesquisa, adotamos a Análise de Conteúdo, definida por Bardin (2011, p. 48) como

um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos, sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens.

A escolha dos veículos baseou-se na combinação de dois critérios: o primeiro (objetivo) levou em conta a relevância local medida pelo número de acessos e tempo médio despendido pelos usuários na leitura das notícias, a partir dos resultados de ferramentas de métricas digitais; o segundo (subjeto) considerou o tempo de atividade e a consolidação do veículo no mercado jornalístico. Após a escolha dos veículos - cujo crivo metodológico foi o do suporte midiático: sites de notícias e, portanto, veículos on-line -, limitamos o conteúdo coletado a textos escritos (excluindo todos os demais formatos de conteúdo, tais como áudio, vídeo, fotografia, infográfico e animação).

A partir do monitoramento de mais de 19,5 mil matérias jornalísticas ao longo de quatro meses (janeiro a abril de 2017), por meio da referenciação de índices (aparição de um tema no texto) e elaboração de indicadores (frequência de aparição do tema de maneira relativa ou absoluta) (BARDIN, 2011), foram selecionados inicialmente 172 textos para pré-análise. Para a fase de análise propriamente dita, estes foram reduzidos a 77 textos (confor-

me a Tabela 1, abaixo), diretamente enquadrados nos critérios definidos para a pesquisa: conteúdos jornalísticos que faziam referência a assuntos político-institucionais relacionados às respectivas fronteiras, e que faziam menção direta ou representavam potencial para promover a integração ou fomentar o conflito entre as comunidades em questão. Em seguida, foram classificados de acordo com formatos jornalísticos e editoriais temáticas, compondo o corpus definitivo extraído dos quatro veículos escolhidos.

Tabela 1 - Número final de textos selecionados para a análise nos quatro sites

VEÍCULO	TEXTOS
Ponta Porã Informa	17
Amambay 570	11
Diário Corumbaense	23
El Deber	26
TOTAL	77

Fonte: Do autor

Os textos foram novamente categorizados com foco na direção do conteúdo, ou seja, na ponderação da frequência que traduz um caráter quantitativo (intensidade) ou qualitativo, conforme expõe Bardin (2011, p. 141): “A direção pode ser favorável, desfavorável ou neutra (eventualmente ambivalente), no caso de um estudo de favoritismo/desfavoritismo. Os polos direcionais podem, no entanto, ser de natureza diversa: bonito/feio (critério estético), pequeno/grande (tamanho), etc.”. No que diz respeito à direção, buscamos entender quando e com que intensidade os textos favorecem a cooperação ou o conflito, ou mesmo se são neutros ou ambivalentes.

Durante a etapa de pré-análise do material coletado e seleção dos 77 textos para a etapa de exploração, formulamos as hipóteses e objetivos da análise, de acordo com o método proposto por Bardin (2011). Contrariamente às expectativas do início da pesquisa, a pré-análise indicou a necessidade de hipóteses significativamente diferentes. Inicialmente, cogitamos que a veiculação de conteúdos jornalísticos sobre ações de cooperação internacional local poderia contribuir para a integração das comunidades dos dois lados das fronteiras. A partir da coleta e pré-análise dos textos, reformulamos esse pensamento para: o espaço e o tratamento editoriais dedicados pela imprensa fronteiriça on-line à temática institucional local são reduzidos, superficiais, esporádicos e incompletos.

Com o apoio de índices, indicadores, unidades de registro e de contexto, de intensidade e direção, verificamos que os veículos escolhidos publicaram ao longo dos quatro meses um certo número de matérias jornalísticas em cada uma das categorias de direção: favoráveis à cooperação ou ao conflito entre as comunidades de fronteira, neutras ou ambivalentes –

sendo neutras as matérias que mencionavam elementos de cooperação e/ou conflito, mas sem uma problematização mais aprofundada; e ambivalentes as que apresentavam simultaneamente os dois componentes ou valores de sentidos opostos. Assim, quantificamos o espaço e relevância editorial com que cada veículo abordou os temas institucionais locais relacionados às fronteiras e à interação entre as comunidades dos dois lados.

Embora inúmeros aspectos tenham sido considerados, saltamos para a categorização final do conteúdo analisado, classificando os textos conforme a direção que a eles atribuímos: favoráveis à cooperação ou ao conflito entre as comunidades de fronteira, neutros ou ambivalentes. Neste quesito, conforme a Tabela 2 (abaixo), individualizamos os resultados por veículo, o que permitiu algumas inferências particulares:

Tabela 2 - Categorização dos textos conforme a direção nos quatro sites

VEÍCULO	CATEGORIAS DE DIREÇÃO			
	Favorável à cooperação	Favorável ao conflito	Neutro	Ambivalente
Ponta Porã Informa	14	2	0	1
Amambay 570	5	2	8	4
Diário Corumbaense	8	8	6	1
El Deber	8	4	10	4

Fonte: Do autor

Ponta Porã Informa - Avaliando o resultado isoladamente (14 matérias favoráveis à cooperação), o veículo demonstrou uma postura amistosa e incentivadora das iniciativas de integração das comunidades fronteiriças, dedicando espaço às citações e manifestações cooperativas entre os dois lados. No entanto, das 17 matérias analisadas, somente duas eram de autoria própria, sendo as outras 15 oriundas de assessorias de imprensa, cuja tendência é que tratem exclusivamente de iniciativas positivas. Não se pode afirmar, assim, que este veículo adota uma postura proativa para pautar e retratar as iniciativas institucionais locais que visem à cooperação entre as comunidades ou, ainda, para discutir e problematizar as questões sensíveis, polêmicas e conflituosas da região.

Amambay 570 - Com apenas 11 matérias que atenderam aos critérios definidos para a pesquisa, selecionadas ao longo de quatro meses, foi difícil traçar uma linha de raciocínio quanto ao conteúdo deste veículo, que pode ser classificada como levemente favorável à cooperação. Por outro lado, como seis dos 11 textos analisados foram de autoria do próprio veículo na maioria, transcrições de entrevistas e assuntos debatidos cotidianamente nos programas da emissora de rádio do mesmo grupo empresarial, é possível que exista alguma iniciativa própria ao abordar tanto temas integradores quanto conflituosos, embora também limitada. As duas matérias classificadas como favoráveis ao conflito retratam situações potencialmente conflitivas.

osas, mas não trazem em si elementos que incitem o confronto.

Diário Corumbaense – Este veículo apresentou equilíbrio entre os textos favoráveis à cooperação e ao conflito. A combinação numérica de 17 matérias de autoria própria, três reportagens, 10 da editoria de Política, 12 transnacionais e cinco fronteiriças, além de nove com desdobramento (suíte), indicou que o veículo demonstrou considerável envolvimento com as questões mais complexas e polêmicas da fronteira. Do ponto de vista da cooperação, destacaram-se as matérias da editoria de Política, principalmente aquelas relacionadas à visita de um ministro boliviano a Corumbá e ao corredor ferroviário bioceânico. Também identificamos uma correlação entre as cinco matérias da editoria de Segurança Pública, área importante na linha editorial do veículo, e os textos classificados como favoráveis ao conflito.

El Deber – Mais do que a favorabilidade para a cooperação ou o conflito (com prevalência da primeira), chamaram a atenção no veículo boliviano as categorias neutra, na qual foram classificadas 10 matérias, e ambivalente, com quatro textos. Uma das prováveis correlações é o fato de 10 matérias se enquadrarem na editoria de Economia que, *grosso modo*, pode dedicar menos espaço à problematização, na comparação com as áreas de política ou segurança. Outra explicação viável é que algumas matérias tratavam de questões de infraestrutura local, relacionadas à fronteira e classificadas na editoria de Geral, mas que não apresentavam elementos fortes o suficiente para indicarem favorabilidade.

Sendo o maior dentre os quatro veículos estudados, o El Deber abordou as questões integradoras com maior abrangência e menos localidade, como na matéria “*Perfilan un giro del comercio por el Atlántico*”⁴ (13 de março de 2017). Com profundidade jornalística maior do que a média dos veículos analisados, matérias que apontaram favorabilidade ao conflito ou ambivalência não foram insignificantes, em especial aquelas que trataram de segurança e polícia. Foram comuns textos que, ao mesmo tempo, abordaram iniciativas de cooperação entre as polícias dos dois países e atribuíram responsabilidades ao Brasil por atos criminosos, como “*Gobierno vincula atracos a cárteles de Brasil*”⁵ (27 de abril de 2017), por exemplo.

Mais do que as inferências individualizadas sobre as razões que levaram cada veículo a publicar mais ou menos matérias sobre um ou outro tema, um dado permitiu certamente a interpretação mais relevante de todo o estudo. Trata-se da comparação entre o número de matérias selecionadas para análise - e que, portanto, enquadraram-se nos critérios definidos para a pesquisa - e o volume total de matérias publicadas no período analisado (1º de janeiro a 30 de abril de 2017, exatos 120 dias). Desse modo, foi possível

4 Disponível em: <https://www.eldeber.com.bo/economia/Perfilan-un-giro-del-comercio-por-el-Atlantico-20170312-0045.html>. Acesso em: 13 mar. 2017.

5 Disponível em: <https://www.eldeber.com.bo/bolivia/Gobierno-vincula-atracos-a-carteles-de-Brasil-20170426-0109.html>. Acesso em: 27 abr. 2017.

saber o percentual de textos sobre temas político-institucionais relativos às fronteiras com relação à totalidade do conteúdo publicado pelos veículos, conforme a Tabela 3 (abaixo):

Tabela 3 - Total de matérias publicadas / percentual de textos selecionados nos sites

VEÍCULO	TOTAL DE MATÉRIAS	TEXTOS SELECIONADOS	PERCENTUAL
Ponta Porã Informa	5.502 textos	17	0,3%
Amambay 570	2.238 textos	11	0,49%
Diário Corumbaense	2.852 textos	23	0,8%
El Deber	8.987 textos	26	0,28%

Nenhum dos quatro veículos analisados alcançou 1% de matérias que versavam sobre temas político-institucionais relativos às fronteiras do total de matérias publicadas em quatro meses. Podemos afirmar matematicamente que o espaço editorial dedicado pela imprensa fronteiriça on-line aos assuntos político-institucionais que envolvem as fronteiras e que abordam ou apresentam potencial para a cooperação ou o conflito equivaleu, no máximo, a 0,8% do conteúdo publicado no período - Diário Corumbaense, maior percentual encontrado. E mesmo com a maior estrutura entre os veículos pesquisados, esse espaço foi inferior a 0,3% no El Deber – menor percentual identificado.

Seguindo a mesma lógica, quantificamos a frequência de publicação de matérias com as características descritas, conforme a Tabela 4 (abaixo), dividindo o número de dias analisados pelo número final de textos selecionados. Verificamos assim que, no período analisado, o site Ponta Porã Informa publicou, em média, um único texto por semana que fazia referência aos temas que eram foco da pesquisa, mesmo tendo publicado no total mais de 45 textos por dia ou 320 por semana, em média. Da mesma forma procederam os demais veículos, sendo o Amambay 570 o site que apresentou o período mais esparsos (um texto a cada 11 dias) e o El Deber o período mais curto (um texto a cada quase cinco dias), apesar de publicar, em média, quase 70 textos por dia e quase 500 por semana.

Tabela 4 - Média de publicação nos sites / frequência de textos no período analisado

VEÍCULO	MÉDIA DIÁRIA	MÉDIA SEMANAL	FREQÜÊNCIA
Ponta Porã Informa	45,8 textos	321 textos	1 texto a cada 7 dias
Amambay 570	18,6 textos	130,5 textos	1 texto a cada 11 dias
Diário Corumbaense	23,7 textos	166,3 textos	1 texto a cada 5,2 dias
El Deber	67,5 textos	473 textos	1 texto a cada 4,6 dias

Evitamos generalizações precipitadas e evidentemente limitamos essa constatação aos veículos estudados, que representam apenas uma minúscula fração da imprensa fronteiriça da América do Sul e do mundo. Mas, certa-

mente, mesmo essa pequena amostra é um importante indicativo de como os veículos de imprensa (sites de notícias, em particular) sediados e atuantes em regiões fronteiriças olham, pautam e cobrem a própria fronteira quanto aos movimentos político-institucionais que têm potencial para aproximar ou afastar as comunidades dos dois lados das linhas divisórias entre os países.

Imprensa fronteiriça e (ausência de) debate público

Foi neste contexto de complexidade e ambivalência, movimentos contraditórios de abertura e fechamento, divisão e aproximação, contato e impacto (RADDATZ, 2015), mas principalmente de mobilidade e fluxo, que situamos o estudo sobre um dos elementos inerentes à dinâmica das fronteiras: o jornalismo fronteiriço. Essa atividade vital para promover o fluxo de informações exerce, ou deveria exercer, função primordial na organização social e política das comunidades fronteiriças, servindo como a ferramenta, o fórum de debates por excelência das questões culturais, econômicas, sociais, políticas, históricas, ambientais, urbanísticas e comunicacionais locais e regionais, bem como o canal para o trânsito de ideias que contribuem para aproximar ou afastar os povos em contato.

Com essa concepção, a pesquisa realizada constituiu-se de diversas entrevistas em profundidade, vivências *in loco* nas cidades de Ponta Porã, Pedro Juan Caballero, Corumbá, Puerto Quijarro e Puerto Suárez, monitoramento de mais de 19,5 mil matérias jornalísticas, das quais 172 foram analisadas parcialmente e 77 em profundidade. O trabalho foi inicialmente pautado pela ideia de que o jornalismo é um instrumento a serviço da integração das comunidades das regiões de fronteira, ou seja, que a veiculação de conteúdos jornalísticos sobre ações de cooperação internacional local pode contribuir efetivamente para a aproximação das comunidades dos dois lados. Para investigar a veracidade dessa premissa, julgamos necessário compreender como e com que empenho a imprensa fronteiriça on-line aborda a temática político-institucional local.

Mas por que a temática político-institucional e não cultural, econômica ou mesmo policial? Todas essas áreas temáticas do jornalismo foram consideradas, desde que contivessem elementos textuais e contextuais que caracterizassem algum nível de relação institucional entre os dois lados das fronteiras, bem como algum potencial para a cooperação ou o conflito. Escolhemos esse caminho porque está na esfera político-institucional o poder para atuar sobre as demandas sociais e infraestruturais da população e, principalmente, de formular e executar as políticas públicas e as regulamentações que regem o convívio social, seja na esfera local, regional ou nacional. A imprensa fronteiriça seria, assim, o espaço de reverberação dos questionamentos da sociedade regida por tais políticas.

Sempre que o objeto da pesquisa era compartilhado, era comum al-

guém perguntar se há um número significativo de iniciativas locais de cooperação entre as comunidades fronteiriças. De fato, os exemplos encontrados de tais iniciativas foram escassos, muito aquém da expectativa, mesmo fora do período de análise. Também ficou evidente que o objeto da análise (o recorte de conteúdo) foi bastante específico, não abrangendo a totalidade das notícias sobre as fronteiras (análise inviável). No entanto, isso não invalida o problema central do estudo, pois, havendo ou não um número relevante de iniciativas com essas características, é fato que há problemas e necessidades vivenciados pelas comunidades, temas locais e questões abertas a serem discutidos exaustivamente, e também estes não são amplamente abordados pela imprensa fronteiriça on-line.

Quanto à escolha de veículos de imprensa situados nas fronteiras do Brasil com o Paraguai e com a Bolívia, foi essencial a compreensão de que essas são regiões com características e complexidades muito particulares, dada a singularidade de cada zona fronteiriça. Ambas têm o português e o castelhano como principais línguas faladas (além das línguas indígenas, também oficiais), fazem divisa com o território do Mato Grosso do Sul, são consideradas fronteiras secas e cidades-gêmeas conurbadas ou semiconurbadas e contam com contingentes populacionais não muito diferentes, entre outras semelhanças. Mesmo assim, são mais expressivas as diferenças geográficas, históricas, culturais e identitárias do que as similaridades nessas regiões.

Não se trata apenas do fato de Ponta Porã e Pedro Juan Caballero serem divididas (o termo correto seria “unidas” por uma linha imaginária, enquanto Corumbá e Puerto Quijarro são separadas por elementos físicos (um canal, um pântano, um riacho, uma faixa de terra de quase cinco quilômetros e até um aeroporto, além de uma aduana). Trata-se da formação histórica das duas regiões, sendo Corumbá resultado de esforços militares para proteger o território brasileiro, e Ponta Porã fruto de um povoamento oriundo de uma rota comercial, de troca, de fluxo. Trata-se de significativas diferenças étnicas e culturais entre as populações paraguaia (predominantemente hispânica) e boliviana (quase totalmente indígena na fronteira, principalmente *quéchua* e *aimará*), entre outros inúmeros aspectos.

Assim como as regiões, os veículos analisados trazem destacadas singularidades nos aspectos estruturais, empresariais e editoriais, tornando desafiadora a tarefa de encontrar entre eles elementos comuns que permitissem a análise sob os mesmos parâmetros científicos, do ponto de vista das ciências sociais. O Ponta Porã Informa é um veículo que nasceu na e para a internet, diferentemente do Amambay 570, oriundo de uma emissora de rádio, e do Diário Corumbaense e El Deber, que nasceram de jornais impressos; este último é de longe o maior veículo, com décadas de existência (o jornal impresso) e sediado em Santa Cruz de la Sierra, uma capital departamental, com correspondentes na fronteira, enquanto o Amambay 570 é de propriedade de um grupo político de Pedro Juan Caballero.

Apesar das diferenças, o principal fio que perpassou os quatro veículos esteve no fato de todos serem sites de notícia que atuam nas fronteiras, que têm o aspecto fronteiriço como parte de seu cotidiano jornalístico, em maior ou menor escala. Além disso, trazem como principal matéria-prima o gênero informativo e o formato notícia (*hard news*, no jargão jornalístico) e organizam seus conteúdos em editoriais temáticos. Apesar dos diferentes estágios de interatividade, multimídia, convergência e do uso de ferramentas tecnológicas, todos atenderam ao principal critério para a constituição do corpus da pesquisa: o texto escrito. Assim, acreditamos que os elementos comuns entre os veículos foram superiores aos contrastes, como apontaram os resultados da análise.

Tal combinação de aspectos permitiu compreender o espaço e o tratamento editoriais dedicados pela imprensa fronteiriça on-line à temática político-institucional local e, sobretudo, avaliar se a veiculação de conteúdos jornalísticos sobre iniciativas de cooperação internacional local ou temas conflituosos contribui para a integração das comunidades. Os resultados apontaram que esse espaço editorial foi inferior a 0,5% (meio por cento) da produção jornalística total dos quatro veículos analisados no período analisado. O número demonstra que a atenção dedicada pelos veículos às pautas que abordam as discussões políticas e institucionais sobre a própria fronteira é quase insignificante quando comparado à totalidade do conteúdo veiculado.

Considerando que, dentre mais de 19,5 mil matérias jornalísticas monitoradas ao longo de quatro meses, somente 77 textos atenderam aos critérios da pesquisa, concluímos que apenas 0,39% delas abordavam as questões relacionadas às fronteiras do ponto de vista das interações político-institucionais. Posto de outra forma, identificamos um texto com tais características a cada 254 matérias. A conclusão possível foi refutar a hipótese original e confirmar a hipótese formulada após o monitoramento e coleta do corpus: o espaço e o tratamento editoriais dedicados pela imprensa fronteiriça on-line à temática institucional local são reduzidos, superficiais, esporádicos e incompletos.

Contribuiu para essa conclusão a constatação de que 64 (83,1%) das 77 matérias analisadas eram notícias ou notas, mostrando que quase não há produção de conteúdos jornalísticos aprofundados, interpretativos, que abordavam diferentes angulações de um assunto. Notícias e notas são por essência formatos rápidos, instantâneos, que normalmente resumem-se a uma narrativa factual, rasa, descontextualizada e não problematizada dos acontecimentos. Além disso, somente 14 (18,1%) das 77 matérias analisadas trouxeram fontes dos dois lados das fronteiras, o que demonstrou um espaço ainda mais reduzido à pluralidade de posicionamentos dos agentes políticos e sociais atuantes nas fronteiras.

Não foi possível generalizar quem predominantemente pauta a im-

prensa fronteiriça on-line sobre os temas político-institucionais - se a iniciativa própria ou as assessorias de imprensa. Consideramos, portanto, as particularidades dos veículos: entre 11,7% (Ponta Porã Informa) e 96,1% (El Deber) de iniciativa própria, observando um alto índice de reprodução integral de textos de assessorias de imprensa ou de outros veículos não situados nas fronteiras, inclusive sobre assuntos relevantes para as comunidades fronteiriças. Ou seja, raramente os assuntos são abordados conforme o contexto local e repercutidos pelas comunidades, limitando-se à visão dos agentes externos à dinâmica fronteiriça.

Esse aspecto também se conecta ao fato de apenas 37,6% das matérias analisadas terem sido desdobradas em novos textos, com exceção do El Deber, em que 14 (53,8%) dos 26 textos tiveram desdobramento (suíte). Raramente verificamos situações em que um texto noticioso, instantâneo, motivou a produção de uma reportagem mais elaborada, com profundidade interpretativa e variedade de pontos de vista. A interpretação possível para a soma desses fatores é a composição de um cenário jornalístico em que as questões essenciais da vida política e social fronteiriça se perdem na instantaneidade e frivolidade das notícias factuais, na acelerada repetição de fragmentos da miséria humana nas notas sobre crimes, acidentes, confrontos policiais, agressões familiares, e nas reproduções de textos intactos produzidos por assessorias de imprensa de instituições e por outros veículos.

Avaliando os quatro exemplos, a constatação foi contundente: a veiculação de conteúdos jornalísticos por sites de notícias fronteiriços sobre iniciativas de cooperação ou de conflitos institucionais locais não contribui para a integração das comunidades dos dois lados de uma fronteira. Não contribui porque é mínima, quase insignificante. A imprensa fronteiriça on-line perde, dessa forma, a oportunidade de se posicionar como um fórum de destaque, um importante catalisador do debate público acerca das potencialidades, das necessidades, das ações integradoras e conflituosas nas fronteiras, como tem potencial para fazê-lo, conforme também acreditam Müller *et al.* (2012, p. 229-230):

O jornalismo online pode demarcar outras fronteiras, abrindo os espaços para a história e as vivências do homem do lugar, a partir da narração dos fatos e dos movimentos dos fronteiriços no contexto da fronteira. Mas para isso, precisa gerir as suas formas de posicionar estrategicamente o seu conteúdo nas redes e manter-se próximo dos seus leitores-internautas dialogando com eles quotidianamente.

Neste ponto, cabe uma importante reflexão: os veículos de comunicação atuantes nas fronteiras têm cumprido uma função social importante de interação com as populações fronteiriças? A resposta não é simples e não pode

ser generalizada, nem mesmo no âmbito dos veículos analisados. Podemos, no entanto, recorrer ao apoio de outras pesquisas que chegaram a resultados similares. Ao estudar a produção jornalística de emissoras de TV localizadas em Ponta Porã e Pedro Juan Caballero, Soares (2011) identificou que, somente em situações pontuais, os jornalistas fronteiriços cobrem ações na cidade vizinha e que, das 5h51m08s de programação jornalística televisiva analisada na pesquisa, apenas 10,4% foram classificadas como notícias transnacionais, ou seja, que incluíram o país vizinho na pauta.

Outra constatação nessa direção foi o resultado da pesquisa realizada por Camargo (2015) que, entre 2.724 matérias jornalísticas veiculadas pela TV Morena de Corumbá ao longo de dois anos, encontrou apenas 26 matérias que puderam ser classificadas como transnacionais (menos de 1% do total analisado), o que a levou a concluir:

Apesar de as cidades de Corumbá, Puerto Quijarro e Puerto Suárez estarem próximas, a emissora brasileira se propôs a cruzar a fronteira para produção de matérias especificamente sobre a Bolívia 26 vezes em dois anos. [...] Esses números refletem uma postura quase que de menosprezo em relação ao país vizinho, considerando sua proximidade e o nível de integração entre as cidades. (CAMARGO, 2015, p. 112-113).

Ao analisar o conteúdo de jornais impressos publicados na fronteira Corumbá-Puerto Quijarro-Puerto Suárez, Gaertner (2010, p. 73) também já havia constatado que “há uma tendência dos jornais locais de Corumbá a seguirem um discurso nacional, de que a fronteira é um lugar de permissividade a ilícitos e à criminalidade em geral”, o que a “Análise do Conteúdo mostrou-se eficiente em comprová-la”. Trata-se de conclusão semelhante à que Müller (2000, p. 13) já havia afirmado: “O jornal local tem papel fundamental que nem sempre é explorado [...], deixando de trazer temas que [...] cabem ser agendados e discutidos para que os indivíduos possam assumir seus lugares de atores, posicionando-se frente a questões diversas”.

Considerado por Raddatz (2009, p. 80) um “mediador da construção de identidades da fronteira”, é possível que o rádio seja, em alguns aspectos, uma exceção parcial a este cenário, pela maior participação e interação dos ouvintes fronteiriços, que podem contribuir mais com suas vivências, gostos, linguagem, opiniões e experiências de vida. Como verificou Ota (2006, p. 153), “pelas carências sociais e falta de acesso a bens básicos, o rádio na fronteira representa um porta-voz da comunidade [...]. Para a comunidade paraguaia e boliviana, os programas [...] representam a possibilidade de diálogo entre o povo e as esferas governamentais”. Ainda assim, Raddatz (2015, p. 216) reconhece:

A maior parte das notícias sobre a fronteira na mídia que está fora dela apresenta uma carga pejorativa, pois menciona principalmente dois aspectos: o tráfico e a violência. Estes termos não definem a fronteira, ao contrário, empobrecem-na. A mídia radiofônica de fronteira [...] poderia funcionar como um forte contraponto a essa visão, formando uma barreira argumentativa contra os preconceitos a respeito deste território. Muitas vezes, entretanto, vimos que esta visão é reforçada, posto que a maior parte das notícias nas emissoras fronteiriças é sobre o gênero policial.

Ao focar no cotidiano da criminalidade, dos temas policiais e das tragédias humanas individuais, os veículos locais fronteiriços acabam por reforçar o estigma, os preconceitos propagados pela mídia nacional sobre as fronteiras. Uma reclamação recorrente nos debates realizados nas e pelas comunidades fronteiriças é exatamente a de que a mídia nacional estigmatiza a fronteira “como se esta fosse exclusivamente um lugar da ilegalidade e da contravenção” (SOARES, 2011, p. 154), o que de fato ocorre. As fronteiras são muito mais do que isso, são ambientes de efervescência cultural e de intensos fluxos de bens, ideias, costumes e identidades, mas a imprensa fronteiriça parece limitar-se a mostrar o contrário.

Considerações finais

Diante dos resultados obtidos e do diálogo com outras pesquisas, constatamos que a imprensa fronteiriça não faz jus ao seu potencial integrador. Não que os veículos ou profissionais tenham a obrigação de enaltecer a integração das comunidades, atuando como militantes ou defensores das iniciativas institucionais. Pelo contrário, seu papel essencial é o de expor e discutir os conflitos comuns à vida nas fronteiras. Seria possível inferir sobre as razões que tornam essa imprensa tão pouco transnacional e pouco engajada na tarefa de desmistificar a ideia de fronteira como ambiente do crime e da tragédia? Para Soares (2011, p. 155), visão da qual compartilhamos, “existe um conjunto de fatores para explicar tal situação. São questões estruturais [dos veículos] e comportamentais dos jornalistas”.

Além disso, limitações estruturais e financeiras típicas de cidades do interior e de mercados comunicacionais insipientes mantêm a imprensa on-line num estágio próximo do modelo tradicional de jornalismo impresso. Ou seja, longe das características da quinta fase (MIELNICZUK, 2003) e da web semântica em que atualmente se encontram os grandes veículos de abrangência nacional ou global (produção multiplataforma, hiperlocalismo e informações de proximidade, produtos autóctones, entre outros). Do ponto de vista da utilização de recursos tecnológicos e informacionais, com poucas exceções, o jornalismo on-line produzido nas localidades fronteiriças ainda está no início dos anos 2000.

É plausível que se pergunte se não há fatores assertivos nos sites de notícias e no jornalismo on-line praticado nas fronteiras. Há muitos e, certamente, enumerá-los e discuti-los a contento renderiam um novo trabalho. Primeiramente, podemos destacar o esforço contínuo dos proprietários de veículos fronteiriços para se manter atuantes, produzindo e divulgando informações de interesse das comunidades, das instituições e dos indivíduos, ainda que o valor-notícia seja passível de discussão. As entrevistas realizadas com esses profissionais, que, em alguns casos, são também os jornalistas dos veículos, mostraram que manter as portas abertas num ambiente acostumado à efemeridade informacional e de precariedade publicitária é uma missão árdua, desgastante.

Em segundo lugar, precisamos reconhecer o valor do trabalho dos jornalistas fronteiriços, que enfrentam as mais variadas adversidades - limitação estrutural dos veículos, remuneração drasticamente achatada, periculosidade para apuração de informações mais sensíveis, entre outras - para informar a comunidade. Nessa tarefa, esses profissionais superam a precariedade das condições de trabalho e recorrem ao improviso e à criatividade para construir um recorte plausível do cotidiano fronteiriço, cobrindo o maior número possível de acontecimentos, ainda que a quantidade se confronte com a qualidade. Seu trabalho mostrou-se crucial na prestação de serviços e na apuração de informações de interesse individualizado (famílias de presos ou de acidentados, por exemplo).

Concluimos por fim que, se a imprensa fronteiriça on-line relega os temas político-institucionais locais a uma escala inferior a 0,5% - e não ocupa o espaço que poderia na discussão da condição fronteiriça, das negociações identitárias e culturais e da formulação de políticas públicas locais -, não é por falta de disposição para o trabalho. Também não é por desinteresse pela notícia. Pelo contrário, talvez seja por um excessivo interesse pela notícia que promove cliques, mas pouco interesse pelo conteúdo que faz pensar, questionar. Discutir as razões pelas quais isso ocorre seria uma tarefa difícil e custosa. Ainda assim, acreditamos que o jornalismo alimenta a vida nas fronteiras e constitui-se numa ferramenta crucial para a articulação das forças locais e a transformação da realidade social das comunidades.

Referências

- ALBUQUERQUE, José Lindomar Coelho. Conflito e integração nas fronteiras dos “brasiguaios”. *Caderno CRH*. Salvador, v. 23, n. 60, p. 579-590. 2010.
- ALBUQUERQUE, José Lindomar Coelho. Fronteiras e identidades em movimento: fluxos migratórios e disputa de poder na fronteira Paraguai-Brasil. *Cadernos CERU*, São Paulo, v. 19, n. 1, p. 49-63, 2008.
- BANZATTO, Arthur Pinheiro de Azevedo; PRADO, Henrique Sartori de Almeida. A paradiplomacia, a cooperação descentralizada e a integração fronteiriça no Mercosul. *Meridiano 47 – Journal of Global Studies*, Brasília, v. 15, n. 141, p. 18 a 24, 2014.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Tradução de Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70 LDA, 2011.

BARTH, Fredrik. **O Guru, o iniciador e outras variações antropológicas**. Tradução de John Cunha Comerford. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2000.

BENTO, Fábio Régio. **Cidades de fronteira e integração sul-americana**. Jundiaí: Paco Editorial, 2013.

CAMARGO, Cláudia Gabriela. **A imagem construída: a Bolívia no telejornalismo fronteiriço**. 2015. 169 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2015.

CANCLINI, Nestor Garcia. **Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade**. Tradução de Ana Regina Lessa e Heloísa Pezza Cintrão. 4ª ed. São Paulo: Edusp, 2008.

COSTA, Gustavo Villela Lima da. O muro invisível: a nacionalidade como discurso reificado na fronteira Brasil-Bolívia. **Revista Tempo Social**, São Paulo, v. 25, n.2, p. 141-156, 2013.

FERRARO JÚNIOR, Vicente Giaccagli; BUITONI, Marísia Margarida Santiago. A integração na fronteira seca: Ponta Porã (Brasil) e Pedro Juan Caballero (Paraguai). In: Reunião Anual da SBPC, 63, 2011. **Anais [...]**. Goiânia, 2011. On-line.

FOUCHER, Michel. **Obsessão por fronteiras**. Tradução de Cecília Lopes. São Paulo: Radical Livros, 2009.

GAERTNER, Livia Galharte. **A comunicação impressa na fronteira Brasil-Bolívia**. 2010. 103 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Fronteiriços) - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Corumbá, 2010.

GRIMSON, Alejandro. Disputas sobre las fronteras. In: JOHNSON, David; MICHAELSEN, Scott. **Teoría de la frontera: los límites de la política cultural**. Barcelona: Gedisa, 2003. p. 13-23.

GRIMSON, Alejandro. **Fronteras, naciones e identidades: la periferia como centro**. Buenos Aires: CICCUS; La Crujía, 2000.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

MACHADO, Lia Osório. Limites e fronteiras: da alta diplomacia aos circuitos da ilegalidade. **Revista Território**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 8, p 9-29, 2000.

MACHADO, Lia Osório. **Sistemas, fronteiras e território**. Rio de Janeiro: Grupo Retis/UFRJ, 2002.

MARTINS, José de Souza. **Fronteira: a degradação do Outro nos confins do humano**. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2014.

MIELNICZUK, Luciana. Sistematizando alguns conhecimentos sobre jornalismo na web. In: MACHADO, Elias; PALACIOS, Marcos (Org.). **Modelos de jornalismo digital**. Salvador: Calandra, 2003. p. 37-54.

MÜLLER, Karla Maria *et al.* Comunicação e Integração Latino-Americana: a participação da mídia local na construção da cultura e da identidade fronteiriça. **Revista Fronteiras - estudos midiáticos**, v. 12, n. 2, p. 116-125, 2010.

MÜLLER, Karla Maria *et al.* Marcas das fronteiras nacionais em textos noticiosos da web: participação da mídia local nas práticas socioculturais fronteiriças. **Revista Sociedades de Paisajes Áridos y Semiáridos**, Córdoba, v. 6, p. 211-234, 2012.

MÜLLER, Karla Maria. **Processos midiáticos em comunidades fronteiriças:**

o papel da mídia local impressa. *In: Congresso Latinoamericano de Ciencias de la Comunicación*, 5, 2000. **Anais** [...]. Santiago do Chile, 2000.

MÜLLER, Karla Maria; RADDATZ, Vera Lucia Spacil; BOMFIM, Ivan. Mídia local nas páginas da web: fronteiras culturais no espaço das fronteiras nacionais. **Revista Comunicação Midiática**, Bauru, v. 8, n. 2, p. 58-74, 2013.

NASCIMENTO, Valdir Aragão do. **Yo soy paraguayo, chamigo**: breve estudo sobre a identidade no Paraguai. 2012. 177 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2012.

OTA, Daniela Cristiane. **A informação jornalística em rádios de fronteira**: A questão da binacionalidade em Ponta Porã-Pedro Juan Caballero e Corumbá-Puerto Quijarro. 2006. 172 f. Tese (Doutorado em Comunicação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

OTA, Daniela Cristiane. Radiojornalismo na fronteira: especificidades na produção e disseminação do conteúdo jornalístico. *In: RADDATZ, Vera Lucia Spacil; MÜLLER, Karla Maria (Org.). Comunicação, cultura e fronteiras*. Ijuí: Editora Unijuí, 2015. p. 181-200.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Além das fronteiras. *In: MARTINS, Maria Helena (Org.). Fronteiras culturais: Brasil-Uruguai-Argentina*. Cotia: Ateliê Editorial, 2002. p. 35-39.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Fronteiras culturais em um mundo planetário: paradoxos da(s) identidade(s) sul-latino-americana(s). **Revista del CESLA**, Varsovia, n. 8, p. 9-19, 2006.

PRIETO, Noé Cornago. O outro lado do novo regionalismo pós-soviético e da Ásia-Pacífico. *In: VIGEVANI, Tullo (Org.). A dimensão subnacional e as relações internacionais*. São Paulo: UNESP/EDUSC, 2004. p. 251-282.

RADDATZ, Vera Lucia Spacil. Fronteiras culturais: o papel do rádio fronteiriço. *In: RADDATZ, Vera Lucia Spacil; MÜLLER, Karla Maria (Org.). Comunicação, Cultura e Fronteiras*. Ijuí: Editora Unijuí, 2015. p. 201-218.

RADDATZ, Vera Lucia Spacil. **Rádio de fronteira**: da cultura local ao espaço global. 2009. 187 f. Tese (Doutorado em Comunicação e Informação) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.

RATZEL, Friedrich. O solo, a sociedade e o Estado. Tradução de Mário Antonio Eufrásio. **Revista do Departamento de Geografia**, São Paulo, v. 2, p. 93-101, 2011.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**: Técnica e tempo. Razão e emoção. São Paulo: Edusp, 4ª ed. 2006.

SOARES, Marcelo Vicente Cancio. **Televisão fronteiriça**: TV e telejornalismo na fronteira do Brasil e Paraguai. Campo Grande: Editora UFMS, 2011.

SOUZA, Rita de Cássia Martins; OLIVEIRA, Ana Rita Fidelis de. As cidades fronteiriças na América do Sul: polêmicas e conflitos com o centro oeste brasileiro. **Revista Tamoios**, v. 10, n. 1, p. 67-87, 2014.

WEBER, Andréa Franciele. Como os meios de comunicação integram e separam nações: um olhar sobre a história da imprensa fronteiriça na Bacia do Rio da Prata. **Revista Brasileira de História da Mídia**, São Paulo, v. 3, n. 1, p. 105-113, 2014.

Pantanal, Documentário e Semiótica¹

Victor Hugo Sanches PEREIRA²
Hélio Augusto Godoy de SOUZA³

Introdução

A tradição do documentário tem praticamente a mesma idade da invenção do cinema e desde aquela época o documentário se reinventa a cada pressão tecnológica, estética ou antropológica, todavia, mesmo com suas diferentes facetas, o aspecto de representação da realidade permanece praticamente inalterado, não que ele busque alguma fidedignidade com o real, mas sim uma coerência com o real. Assim, para uma análise ou mesmo para a produção de documentários, a Realidade, que é o seu objeto, deve ser definida da forma mais coerente possível, baseando-se principalmente no conhecimento científico acumulado a seu respeito.

Neste capítulo, a Realidade circunscreve-se espacial e temporalmente ao Pantanal, região silvestre, alagável e conhecida da humanidade desde os povos pretéritos que por lá se detiveram. Quando nos referimos à representação da Realidade, devemos esclarecer seu sentido a partir das ideias de C. S. Peirce, que nos diz que é aquilo que continua sendo o que é independentemente do que venhamos a pensar a seu respeito. Junte-se a isso uma concepção de Realidade de cunho Metafísico que remonta ao ideal Aristotélico. É frente a essa Realidade que a Linguagem Audiovisual se mobiliza para nos trazer uma representação documentária coerente. Desse modo, este capítulo nos apresenta o objeto real, sua realidade semiótica e a linguagem que nos remeterá de volta ao objeto através do viés analítico audiovisual. Perfazendo este percurso, pretendemos demonstrar o próprio processo semiótico de representação coerente da realidade executado por um determinado documentário sobre o Pantanal.

1 Este capítulo é baseado na dissertação de Mestrado de autoria de Victor Hugo Sanches Pereira, intitulada *Pantanal, Realidade e Documentário: análise semiótica do filme Planuras (2014)*, que pode ser acessada no repositório da UFMS em: https://posgraduacao.ufms.br/portal/trabalho-arquivos/download/6967_Foi defendida em banca pública em 11 de agosto de 2020, tendo como membros da banca o orientador Prof. Dr. Hélio Godoy de Souza, Prof. Dr. Marcos Paulo da Silva (UFMS) e Prof. Dr. Marcio Luiz Costa (UCDB).

2 Mestre em Comunicação pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), jornalista, Fotógrafo. E-mail: victorhugosanches9@gmail.com

3 Professor Titular pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), com atuação no Curso de Mestrado em Comunicação. Doutor em Comunicação e Semiótica pela PUC-SP. E-mail: professor.heliogodoy@gmail.com

Geologia, Ecologia e História do Pantanal

O Pantanal é uma grande depressão localizada no centro da América do Sul, uma extensa planície sedimentar resultante do acúmulo de areia e outros materiais e está distribuída em território brasileiro, nos estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, e parte na Bolívia e no Paraguai (PROENÇA, 1997). Sua origem data o Pleistoceno, época do período Quaternário, compreendida pela Geologia entre 2,58 milhões e 11,7 mil anos atrás (ICS, 2018).

As características particulares do Pantanal são objeto de pesquisas científicas e de teorias que buscam explicar sobre sua formação e tamanha diversidade biológica. Durante muito tempo acreditou-se que a formação do Pantanal foi precedida por um grande mar, descrito nas expedições ibéricas do século XVI como *Mar de Xaraés*, devido às variadas formas e tamanhos de conchas, a existência de caramujos e, principalmente, pela morfologia do terreno arenoso (PROENÇA, 1997).

Somente em 1952, por meio do estudo intitulado *O Escudo Brasileiro e os Dobramentos de Fundo*, do geógrafo francês Francis Ruellan, foi possível obter uma primeira análise sobre a formação do Pantanal Mato-Grossense, como assim era chamada a região dentro do território brasileiro. Nesse estudo, Ruellan (1952) buscou compreender as causas profundas das mudanças, no aspecto temporal, ocorridas no desenvolvimento da região (AB'SÁBER, 2011). Tal análise incluía a hipótese de que aquela depressão, em determinado período do passado, foi uma estrutura elevada de característica curvada⁴, responsável por fornecer sedimentos a outras bacias, como a dos Parecis⁵.

A investigação permitiu a Ruellan (1952) classificar o rebaixamento da região pantaneira, situada à margem noroeste da bacia do Paraná, como um fato relacionado a uma grande *boutonnière* que, na geomorfologia francesa, é o conceito aplicado para caracterizar estruturas dômicas de grandes proporções, que ao longo do seu desenvolvimento sofrem processos erosivos em seu eixo maior e, por consequência, tornam-se vazias (ocas).

Outro estudo, talvez o principal sobre a formação geológica do Pantanal, é o intitulado “*Dos refúgios e Redutos (1988)*”, do então geógrafo brasileiro Aziz Nacib Ab'Sáber.

A partir do fenômeno descrito por Ruellan, o processo erosivo se fez lentamente responsável pelo desmoronamento da elevada estrutura em direção ao Sul, transformando a *Abóbada* em uma funda planície. Um receptáculo de rios, que foi conduzindo cascalhos e grande quantidade de sedimentos para o interior da depressão. Com o tempo, camadas sedimentares de 500 metros de espessura formariam os leques aluviais, processo

⁴ O soerguimento massivo dessa plataforma aconteceu entre o período Cretáceo e o Plioceno, que corresponde respectivamente a 135 e 1,8 milhões de anos atrás.

⁵ “A Bacia dos Parecis é uma das maiores bacias intracratônicas brasileiras. Localiza-se nas regiões Amazônica e Centro-Oeste do Brasil [...]” (BAHIA, *et al.*, 2007).

derradeiro na evolução fisiográfica e geoecológica das diferentes áreas, ora submersas, ora firmes, das regiões do Pantanal (PROENÇA, 1997).

Os rios que se formaram a partir desses leques aluviais exerceram a importante função de transportar grandes quantidades de areia em alguns períodos do ano, contribuindo para o processo de sedimentação da bacia do Pantanal. As mudanças climáticas e hidrológicas de condições *subtropicais semiáridas* para *tropicais úmidas* também foram determinantes, pois alteraram o sistema de distribuição das matérias orgânicas e não orgânicas pelo fluxo das águas, além de reduzir gradativamente toda a espessura destes materiais. Assim, “[...] os principais contornos e ecossistemas aquáticos, subaquáticos e terrestres do Pantanal Mato-Grossense teriam sido elaborados nos últimos cinco ou seis milênios” (AB’SÁBER, 2011, p. 41).

O Pantanal é considerado um conjunto de ecossistemas por ser uma região de conexão entre diferentes biomas (Cerrado, Mata Atlântica, Chaco, Bosque Seco Chiquitano e Amazônia) e abrigar alguns deles. As diferentes paisagens, nas quais se somam esses conjuntos de elementos que compreendem características próprias de solo, vegetação e clima contribuíram para a delimitação e quantificação das 11 sub-regiões do Pantanal: Cáceres; Poconé; Barão de Melgaço; Paraguai; Paiaguás; Nhecolândia; Abobral; Aquidauana; Miranda; Nabileque; e Porto Murtinho (SILVA; ABDON, 1998). Um mapa ilustrativo dessas regiões pode ser consultado em Barbosa (2011, p. 89).

Apesar dessas subdivisões, o Pantanal permite conexões entre os diversos agentes (natureza e os povos) a exemplo da grande conexão entre a dinâmica das águas que abarcam as sub-regiões, exercendo influências morfoclimáticas que refletem naqueles que têm seus meios de subsistência dependentes do meio ambiente.

Situado na Bacia do Alto Paraguai (BAP), o Pantanal abrange cerca de 4,3% do território nacional, e junto aos rios Paraná e Uruguai formam a Bacia do Prata, a qual drena quase 20% do continente sul-americano (ANA *et al.*, 2004). Na parte designada planalto estão as nascentes dos rios que abastecem e exercem influência sobre a planície. São responsáveis pela manutenção das espécies e determinantes para sobrevivência daqueles que habitam o Pantanal, as gentes pantaneiras, em especial as comunidades ribeirinhas.

O Pantanal possui regime sazonal, sendo que, durante alguns meses, boa parte de sua planície permanece alagada. O pulso de inundação, ou a chamada *onda de cheia*, faz com que diferentes áreas apresentem picos de submersão em épocas diferentes do ano (ECOIA, 2017). Este fator contribui diretamente para a manutenção da biodiversidade e renovação das espécies no Pantanal, bem como à dinâmica da vida ribeirinha.

No entanto, ações antrópicas no planalto e na planície têm colabo-

rado para intensificar os efeitos das mudanças climáticas na região. Desmatamento, queimadas e obras de infraestrutura como hidrelétricas nos principais rios afluentes do grande rio Paraguai, são algumas dessas alterações provocadas pelo ser humano no ambiente, que afetam diretamente a subsistência e condições de sobrevivência dos povos que vivem na região. Têm sido observados eventos climáticos extremos (ECOIA, 2011), como cheias extraordinárias, aquelas que superam os seis metros (GALDINO *et al.*, 2002), ou longos períodos de estiagem, propícios para queimadas e incêndios no Pantanal.

Essa contextualização sobre o Pantanal mostra a complexidade do território e dos fenômenos que exerceram e exercem influências sobre os modos de vida dessas populações, e como, ao longo dos anos, colaborou para a formação de medidas adaptativas que fazem parte de sua cultura há gerações. Em meio à carência de políticas públicas na região, as gentes do Pantanal precisam se adaptar aos efeitos e características da planície, o que gera uma relação permanente com as questões ambientais em seu entorno. Tal relação data dos povos pretéritos, as verdadeiras raízes culturais e tradicionais do Pantanal.

Para compreendermos as influências culturais das gentes pantaneiras é fundamental um olhar sobre a história, do descobrimento à colonização do território. Situar um contexto étnico sobre a origem de alguns povos que ocuparam determinadas regiões do Pantanal.

Sobre o aparecimento do *homem* no Pantanal, há a hipótese que os povos polinésios teriam migrado de suas terras, cruzando o Oceano Pacífico até chegar à América do Sul (SOUZA, 1973). Esses grupos de humanos teriam atravessado as montanhas dos Andes seguindo caminho em direção ao leste, até alcançar territórios ao sul dos pampas e também da região pantaneira.

Apesar de existirem controvérsias sobre o aparecimento humano nas terras do Pantanal, é indiscutível que desde priscas eras povos pré-históricos vincularam-se à bacia do Paraguai, atraídos pelas condições mesológicas favoráveis. (SOUZA, 1973, p. 89).

Segundo Martins (2008), os povos pretéritos que ocuparam o Pantanal de Mato Grosso do Sul conseguiram desenvolver uma cultura de sobrevivência a partir da adaptação sazonal. Devido às condições naturais do meio ambiente, “as populações pantaneiras, como fazem ainda hoje, tinham no fenômeno das cheias o seu principal determinante do seu modo de vida” (MARTINS, 2008).

A partir da análise laboratorial de evidências encontradas em escavações na região nordeste do estado, próxima à bacia do rio Paraná, foi possível identificar a existência (em unidades temporais distintas) de dois gru-

pos pretéritos: (1) *caçadores/coletores/pescadores*; (2) *indígenas/ceramistas/agricultores*; (MARTINS, 2002). Os vestígios mais antigos indicam grupos nômades de 20 ou até 30 pessoas, que não cultivavam o alimento necessário para sua subsistência. Atuavam como predadores da natureza, utilizando ferramentas simples de pedra lascada para sua proteção e procura de recursos. Acredita-se que esses grupos pré-históricos encontraram na região do Pantanal um abundante ecossistema tropical que proporcionou “condições plenas para o desenvolvimento das culturas humanas” (MARTINS, 2002, p. 11). Os *caçadores/coletores/pescadores* foram sendo substituídos pelos índios *ceramistas/agricultores*, tendo desaparecido com a chegada do colonizador europeu.

No início do século XVI, o atual território de Mato Grosso do Sul era intensamente povoado por diversas sociedades indígenas, que em sua maioria compartilhavam do mesmo idioma, o *Guarani*. Comunidades que teriam migrado das florestas tropicais, da região sudeste da Amazônia, em busca de melhores condições e espalharam-se pelas terras da Bacia Platina (MARTINS, 2008). Estima-se que a demografia dessas sociedades nos territórios do centro-sul do Brasil, da Argentina, Uruguai e Paraguai, ultrapassava um milhão de indivíduos.

As primeiras interações culturais entre europeus e indígenas ocorreram durante as expedições ibéricas do século XVI, que buscavam pelas riquezas de Potosí, nas lendárias montanhas de prata do Peru (MAGALHÃES, 1978). Jornadas de muitos conflitos e desfechos dramáticos, envolvendo, principalmente, duas tribos indígenas: os *Paiaguás*, atacando pelos rios; e os *Guaicurus*, emboscando pelas terras “[...] resistiram contra os intrusos, lutando por mais de três séculos e desenvolvendo técnicas de guerrilha [...]” (PROENÇA, 1997, p. 27).

Durante o século XVII, com a expansão das fronteiras, esses grupos indígenas sofreram os primeiros efeitos da colonização. A crescente necessidade de mão de obra para os empreendimentos econômicos (agrícolas) das colônias luso-paulistas, resultaram nos regimes de trabalho escravo nas lavouras do litoral brasileiro; além disso, os primeiros jesuítas, que chegaram ao atual território sul-mato-grossense com o propósito da catequização, promoveram a inculturação missionária.

Após décadas de investidas ibéricas no território, a demografia dessas sociedades indígenas (*Guarani*) seria drasticamente reduzida. Contexto que resultou na ocupação de outras tribos, que viviam em áreas periféricas do rio Paraguai. Em meados do século XVII, novos grupos étnicos, principalmente de origem *Chaquenha* (Paraguai), preencheram os espaços da região sul do Pantanal.

Podemos afirmar que a origem identitária das *gentes pantaneiras* é uma rica diversidade cultural entre povos indígenas, antes e durante as invasões de ocupação europeia. Dentre tantas etnias, destacam-se: os *Kadiwéu*,

índios cavaleiros, exímios caçadores e extremamente bélicos, eram localizados na região oeste; os *Payaguá*, índios canoieiros, considerados senhores absolutos no médio curso do rio Paraguai, também ofereciam resistência bélica e eram localizados na região noroeste; os *Terena*, sociedades tradicionalmente estratificadas, hábeis em técnicas agrícolas e artesanais, eram localizados na região sudoeste; e os *Guató*, possivelmente a sociedade que melhor se adaptou a sazonalidade da região pantaneira, pois não constituíam aldeias terrestres, eram grupos numerosos que viviam a maior parte do tempo sobre canoas, ocupando as margens dos rios do Pantanal, localizados na região noroeste⁶.

O elo de solidariedade existente entre os povos pantaneiros e o seu ecossistema é um aspecto determinante para a subsistência local. No entanto, o indivíduo forasteiro sempre se viu ofuscado pelas exuberâncias naturais, por concepções de uma realidade pantaneira paradisíaca, símbolo do belo, do extraordinário, mas suprimindo as problemáticas sociais, como qualidade de vida, saúde, educação, etc. Desse modo, acabam por diluir as diferentes etnias e identidades, bem como o complexo ciclo hidrológico da região, reduzindo o Pantanal a um ambiente edênico; de um povo tradicional primitivo.

Hoje, após séculos de ocupação do Pantanal pelo homem, pode-se dizer que pouco ou quase nada se conhece dele, ou seja, de suas origens, hábitos, costumes, crenças, tradições, enfim, de seu modo de ser e de encarar o mundo (NOGUEIRA, 2002, p. 30).

Segundo Ribeiro (2014), as gentes pantaneiras são moradores, produtores do Pantanal, grupos multiculturais e de diferentes classes sociais. “São homens, mulheres e crianças envolvidos diariamente na construção, reconstrução e ressignificação da Geografia do Pantanal” (RIBEIRO, 2014, p. 7). Isto é, um enlace de pessoas com a natureza, sem estar em equilíbrio perfeito, mas interdependentes.

Os povos que vivem no Pantanal adquiriram formas e técnicas para sobreviver do ambiente, utilizar dos recursos naturais, sem alterar o ciclo de renovação das espécies. De acordo com Nogueira (2002), o conhecimento de vida a partir da interação com os fenômenos naturais (não tão regulares) permite que as gentes pantaneiras realizem suas próprias previsões, interpretações dinâmicas do meio, apesar de utilizarem métodos diferentes, “[...] pode-se dizer que o pantaneiro é, ao mesmo tempo, um botânico, um zoólogo, um astrônomo, um geógrafo acostumado à leitura semiótica da natureza, com a qual aprendeu a conviver, no dia-a-dia” (NOGUEIRA, 2002, p. 31).

Estes mantêm hábitos tradicionais, mas também passaram por trans-

⁶ Para mais informações a esse respeito, verificar Pereira (2019).

formações importantes ao longo das décadas. A construção de estradas, a chegada das antenas parabólicas e energia elétrica foram alguns dos serviços que receberam as populações locais por meio das aspirações do mercado de turismo. As gentes pantaneiras passaram a receber mais turistas (fato positivo para a economia local), mas a exploração do ambiente e da mão de obra como produto do capital também se intensificou.

Segundo Ribeiro e Moretti (2014), a partir da década de 1970, por meio do processo conhecido como globalização, as práticas sociais das gentes pantaneiras foram moldadas à ordem econômica social vigente, a serviço do capital, sob pena de ficarem à parte do processo de transformação.

A modernização do Pantanal trouxe como consequência a exploração da natureza pelo mercado turístico, a renovação da pecuária extensiva e um reordenamento do modo de vida dos pantaneiros devido à urbanização das relações sociais e a própria dependência do turismo de pesca, para o qual os pescadores e pescadoras vendem pescado e iscas-vivas.

As tradições e costumes, e até mesmo toda a bagagem de conhecimento que possuem as gentes do Pantanal sobre o meio ambiente, existem hoje alinhadas com novos hábitos no trabalho e lazer, em razão dos processos de modernização supracitados, ainda que não seja uma condição total na região. Muitas famílias ribeirinhas, por exemplo, ainda não têm acesso à energia elétrica, água potável e outros bens básicos que são de direito da população. Neste contexto mais atual, com referências e relações históricas aqui colocadas, é que se propõe uma discussão teórica e, por fim, uma análise semiótica, acerca da representação da realidade das gentes pantaneiras pelo documentário brasileiro *Plamuras* (2014).

Realidade e Semiótica

O documentário, como gênero cinematográfico, estabelece uma relação com a Realidade que o diferencia do gênero ficcional. Isso o aproxima do pensamento filosófico a respeito do cognoscível, daquilo que se pode conhecer, conhecido pelo nome de Gnosiologia ou Teoria do Conhecimento. Com a finalidade de esclarecer alguns fundamentos dessa Ciência, bem como embasar parâmetros para o entendimento do documentário, passamos a desenvolver algumas considerações sobre esse tema.

Para Hessen (1980), o problema do conhecimento surge da diferenciação entre o sujeito e o objeto. A partir desse ponto de vista desenvolve as concepções filosóficas existentes sobre esse tema. Numa primeira dicotomia considera concepções metafísicas e pré-metafísicas, que poderiam ser traduzidas respectivamente como ontológicas e não ontológicas.

A abordagem não ontológica centra suas análises na consciência cognoscente, do que decorre duas possibilidades: o objetivismo e o subjetivismo. A primeira considera o objeto colocando-se diante da consciên-

cia, determinado em si mesmo, que será conseqüentemente incorporado ao cognoscente. A segunda, “[...] coloca o mundo das ideias, o conjunto dos princípios do conhecimento, no sujeito” (HESSEN, 1980, p. 91). Nenhuma dessas abordagens poderia verdadeiramente interessar à Teoria do Documentário.

A outra abordagem, a ontológica, de caráter metafísico, é a que considera a essência da Realidade; ela nos aponta a ocorrência de algo fora da consciência cognoscente. Nesse caso Hessen (1980) também nos indica duas vertentes: o Idealismo e o Realismo. A posição do Idealismo admite que todos os objetos do mundo contêm um ser ideal, presentes no pensamento. A diferenciação entre o subjetivismo e o idealismo possui sutilezas cuja explicação não cabe nesta discussão. Já a posição do Realismo Ontológico reconhece que, além dos objetos ideais, existem objetos reais, independentes do pensamento humano. É nesta vertente, a do Realismo Ontológico, que observamos maior interesse para nossa proposição sobre o documentário.

Existem críticas ao Realismo Ontológico que se deve ao desconhecimento das diferenças existentes entre as três categorias de Realismo: o Realismo Ingênuo, o Realismo Natural e o Realismo Crítico.

O Realismo Ingênuo não é capaz de distinguir a percepção de um conteúdo da consciência de um objeto percebido. Portanto, a concepção ingênua do realismo identifica os conteúdos de consciência tal como um conteúdo do objeto e, desse modo, atribui aos objetos todas as qualidades que estão incluídas na consciência.

O Realismo Natural mostra-se influenciado por reflexões críticas e epistêmicas sobre o conhecimento, ou seja, é capaz de distinguir entre os conteúdos da percepção e do objeto percebido.

O Realismo Crítico sugere que o conhecimento verdadeiro não está, propriamente, no conteúdo das coisas, pois acredita que, nem todas as qualidades apreendidas pela consciência humana advenham dos objetos, considera, portanto, que o conhecimento verdadeiro existe em nossas consciências.

As três vertentes realistas têm abordagens específicas sobre o conhecimento, mas elas compartilham um pressuposto comum: há objetos independentes da consciência. Já a concepção idealista parece afirmar que os objetos do conhecimento não são reais, mas sim ideais.

Pode-se notar que, embora o Realismo Crítico assegure o conhecimento da realidade por meio da racionalidade, é na percepção que se evidencia a existência dos objetos da Realidade, possuidores de um ser real, localizado para mais além dos nossos sentidos e pensamentos. Por esse motivo é o Realismo Natural que mais nos interessa no desenvolvimento da abordagem documentarista neste capítulo e nos remete à origem da filosofia ocidental.

De acordo com Realle (2012), Aristóteles (384-233 a.C.) defendia a posição do Realismo Natural. Para Aristóteles, o conhecimento encontrava-se nas coisas, em qualidades percebidas pelo ser que efluíam independente da consciência humana. O realismo aristotélico, predominou até meados da Idade Moderna ocidental (1453-1789 d.C.), quando o pensamento crítico ressurgiu das luzes das ciências da natureza, o conjunto de disciplinas (Física, Química, Biologia, Matemática, Astronomia, etc.) que investiga a natureza e seus fenômenos.

O que mais diferencia o pensamento do Estagirita é sua formulação Metafísica, a qual foi denominada de Filosofia Primeira. Nesta concepção, a Metafísica é uma parte da Filosofia que compreende e fundamenta todos os saberes particulares. Ela trata da Essência (Ser) de todas as coisas, de uma estrutura real ordenada de significado. Assim, seria no Ser (Essência) do respectivo objeto que se obteria o conhecimento sobre a Realidade. Logo, a Realidade não é tão somente sua aparência Física, mas contém uma potência Transfísica. É nessa potência Transfísica, no Ser (Essência), que Aristóteles localiza a conceituação de Forma (a fórmula) e Substância (o suporte dos atributos e qualidades). Esse pensamento veio a ser uma revelação que muitos filósofos posteriores reencontraram em suas formulações mais desenvolvidas, como as observadas em Leibniz (1646-1716), Schelling (1775-1854) ou Peirce (1839-1914).

De modo a priorizar o cerne analítico deste capítulo (a representação da realidade pantaneira por documentários) admitimos ser suficiente a doutrina aristotélica apresentada. A concepção Metafísica, especialmente acerca das substâncias sensíveis, é dotada de razão e, demonstra sentido lógico sobre a existência verossímil das coisas (Ser) na Realidade. Logo, é possível compreender as relações sgnicas no mundo, a partir de manifestações (imanências) das potências de natureza ontológica.

Mas, para se verificar o caráter representativo da realidade, de modo coerente, no âmbito da Linguagem Audiovisual (ou Cinematográfica) é essencial considerar, os conceitos semióticos de Charles Sanders Peirce (IBRI, 2015; PEIRCE, 1958, 2010; NÖTH, 1995; SANTAELLA, 1983, 1992, 2002; SANTAELLA & NÖTH, 1999; SEBEOK, 1987), um conhecimento de natureza lógica, capaz de compreender o mundo enquanto composição universal de signos.

Peirce desenvolve suas ideias a partir de um método *sui generis*. Toma como início da reflexão o pressuposto fenomenológico de que aquilo que ocorre na mente humana não pode ser diferente do que ocorre no Universo; para depois extrapolar suas conclusões para a estrutura Metafísica da própria Realidade. Assume assim uma perspectiva evolucionista de que o ser humano é resultado do que o Cosmos também é. Assim, na perspectiva fenomenológica, ele encontra formas de pensamento e reações mentais as quais ele classifica simplesmente como primeiro, segundo e terceiro. O pri-

meiro estado mental é o mero espanto, surpresa, encanto frente ao fenômeno ou evento, natural ou artificial, uma expressão de qualidade, em termos filosóficos uma talidade⁷. O segundo, mais complexo, é o campo mental da reação, a consciência da existência do outro, coisa que na categoria do primeiro estado mental não há. O terceiro estado mental é o do hábito da conduta, da argumentação, da explicação, do raciocínio, da representação, da passagem do tempo, coisas que não ocorrem no campo do segundo estado mental.

Então, a partir dessas observações, deduz que a realidade do Cosmos, do Universo, é organizada da mesma forma que esses estados mentais. Há no Universo, na Realidade, estados mentais idênticos. A consequência é extraordinariamente implacável: o Universo tem uma natureza mental! Assim no âmbito Ontológico (ou Metafísico) Peirce encontra as mesmas categorias do pensamento, agora em sua vertente Ontológica: o primeiro - aquilo que é criativo, que contém todas as qualidades, a origem do acaso (Primeiridade); o segundo - aquilo que reage, que efetivamente existe, que se impõe pela força natural, que opõe resistência (Secundidade ou Existência); e o terceiro - aquilo que é determinado pela força do hábito, da regra, da lei, da fórmula (Terceiridade).

Portanto, todas as coisas do mundo estão imersas nessa tríade de atividade mental, incluindo o complexo fluxo informacional que ocorre entre essas coisas, o que Peirce denomina de Semiose. E, o que exerce ou executa a Semiose? Chegamos aqui ao conceito de Signo, que é o objeto de estudo da Semiótica, que para Peirce era apenas outro nome para Lógica.

Os Signos são coisas que carregam a informação da Realidade para a Mente que Interpreta, processo infundável, no qual a interpretação pode se transformar em outro signo, depois em outro, e outro, e outro... Os Signos, como partes integrantes da Estrutura da Realidade também estão imersos na organização tripartite, ou triádica. De acordo com Peirce, o signo é composto por um Objeto, um Representamen e um Interpretante, que dá sentido para a Semiose. O Objeto é a conexão do Signo com a Estrutura da Realidade, o Representamen, o suporte da informação (o signo em si mesmo) e o Interpretante é o resultado provocado na mente que recebe a informação.

Para as finalidades deste capítulo interessa lembrar que cada um dos componentes do signo (Objeto, Representamen, Interpretante) podem ser categorizados em três aspectos a partir da organização primordial das categorias de primeiro, segundo e terceiro. No caso do Objeto, na primeira categoria teremos um Signo com qualidades semelhantes à coisa representada, sendo denominado Ícone; na segunda categoria teremos um Signo natu-

⁷ Do inglês *suchness*: as coisas tal e qual elas são, o termo é utilizado por Peirce: "That mere *quality*, or *suchness*, is not in itself an occurrence, as seeing a red object is; it is a mere may-be" (CP 1.304). Em uma tradução livre: "Essa mera qualidade, ou talidade, não é em si mesma uma ocorrência, como ver um objeto vermelho; é tão somente um poder ser."

ralmente determinado pela força bruta da coisa representada, denominado Índice, e na terceira categoria teremos um Signo que é determinado por um hábito de conduta, uma fórmula, uma regra que é obedecida pela coisa representada, neste caso denominado de Símbolo. Um desenho é semelhante à coisa representada (ícone), uma pegada no barro mole é formada pela coisa que a pegada representa (índice) e uma fórmula física “ $F = m \times a$ ”, isto é, a Força que age sobre um objeto é igual à massa do objeto multiplicada pela sua Aceleração, representa um hábito da coisa representada (símbolo). Os outros dois componentes do Signo (Representamen e Interpretante) também podem ser organizados em três categorias, mas não temos condições de fazê-lo neste capítulo. Devemos avançar o raciocínio para os fundamentos da Linguagem Audiovisual, não antes de fazermos considerações necessárias sobre a origem do cinema e do filme documentário.

Documentário e Linguagem Audiovisual

A história do Cinema (SADOUL, 1963; MANNONI, 2003; MACHADO, 1997; COSTA, 2012; MOURA, 1987) pode se resumida em três fases, antes do ano de 1895; entre os anos de 1895 e 1915; e após o ano de 1915. Embora seja necessário considerarmos desdobramentos técnicos posteriores a 1915, tal como o surgimento do cinema falado em 1930, a televisão em 1950, o cinema direto em 1960 e, ainda, o cinema digital a partir dos anos 2000, é de ressaltada importância o parâmetro de natureza comunicacional-expressiva, vale dizer o desenvolvimento da linguagem que organiza aquelas três fases. A lógica é a seguinte, antes do ano de 1895 há uma grande experimentação técnica e aplicação comunicacional que precede a máquina cinematográfica, mas que lança alguns pressupostos do entretenimento, de pesquisa e desenvolvimento das imagens em movimento, esse período pode ser denominado de *pré-cinema*.

O ano de 1895 marca o lançamento do cinematógrafo dos irmãos Lumière, que podia registrar imagens em movimento sobre uma película fotográfica e também reproduzir o aparente movimento através de uma projeção em sala escura para um grupo de espectadores. No período de 15 anos que seguem, são desenvolvidas formas comerciais do novo sistema de entretenimento, bem como organizadas as formas comunicacionais (semióticas) que melhor se adaptariam à experiência visual das plateias.

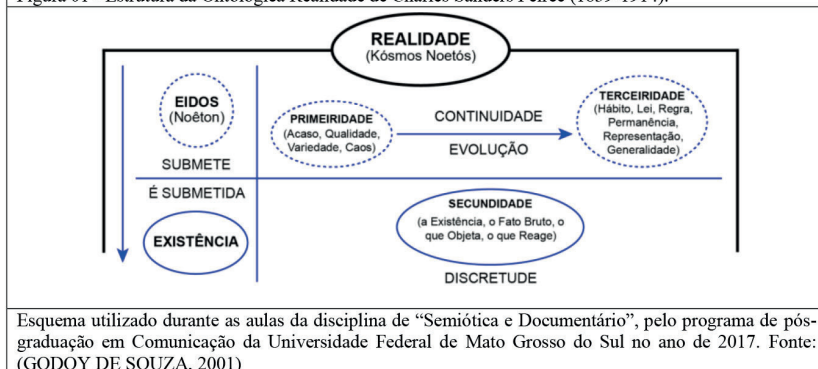
A partir de 1915, consolidam-se as características próprias de narração, desenvolvem-se outras formas estéticas de expressão, bem como variadas categorias referentes ao conteúdo veiculado por essas formas. Assim, revela-se depois de 15 anos, desde o surgimento do cinematógrafo, uma estrutura semiótica própria de expressão comunicacional, com possibilidades para o desenvolvimento de narrativas plenamente compreensíveis pelo público.

Embora seja conhecido o desenvolvimento de uma taxonomia do cinema, organizada em gêneros, subgêneros, estilos, etc., neste capítulo, é pertinente esclarecer que a origem taxonômica da produção cinematográfica se dá a partir de duas categorias elementares: o filme ficcional e o filme não ficcional ou documental.

A invenção dos irmãos Lumière, na França, nasce principalmente documental, não ficcional, enquanto que os filmes de Thomas Alva Edson, nos EUA, foram principalmente ficcionais. Os dois modos se desenvolveram nos 15 anos, decorrentes a partir de 1895, porém foi o filme ficcional o que mais se popularizou entre o público interessado em entretenimento. Bill Nichols (2016) considera que haja uma espécie de continuidade entre os modos ficcionais e não ficcionais do cinema, entre a pura narrativa de ficção, movida por uma história inventada, e a pura narrativa de fatos realmente ocorridos. Existiria um espectro de possibilidades narrativas *flutuantes* que construiriam uma ponte entre os dois modos cinematográficos.

A ideia de *continuum* é compartilhada por Peirce, em consideração à mesma ideia expressa por Aristóteles em sua Filosofia Primeira, ou Metafísica. De modo que a ideia de Nichols encontra coerência epistemológica neste capítulo. Embora observemos modos narrativos compartimentalizados, devemos recordar que estamos tratando do âmbito da Existência, a Secundidade Ontológica. De acordo com a Metafísica peirceana, na Secundidade, é natural que encontremos a *discretude* (IBRI, 2015). Todavia ela é um reflexo da continuidade pura que ocorre no Eidos, *locus* da Primeiridade e da Terceiridade. Essa concepção a respeito da Estrutura Ontológica da Realidade pode ser observada na Figura 01.

Figura 01 - Estrutura da Ontológica Realidade de Charles Sanders Peirce (1839-1914).



Assim, o documentário como um objeto existente, vasculha a Realidade na busca por encontrar suas regularidades e qualidades. Enquanto forma de investigação e de narração cinematográfica aponta para o conteúdo da Realidade, que se torna seu próprio conteúdo como representação, como signo.

A origem dessa ênfase no conteúdo da Realidade pelo Documentário possui exemplos históricos citados por autores especializados (WINTON, 1995; TEIXEIRA, 2012; NICHOLS, 2016). Em 1895, registra-se uma filmagem feita durante a Exposição Colonial de Paris com o conteúdo intitulado *Poterie Crue et origine du tour*, onde se via uma mulher africana fabricando um pote de barro. Mas o filme que inaugura a saga histórica do documentário foi feito em 1922, pelo cineasta Robert Flaherty (1884-1951). O filme *Nanook, o esquimó* mostra aspectos da vida de esquimós canadenses durante as agruras do inverno.

Entre 1922 e 1930, foram produzidas várias formas de documentários, até que na década de 1930, o movimento documentarista inglês ganha destaque com a figura de John Grierson (1898-1972), que reconheceu a possibilidade de utilizar o cinema como uma ferramenta alternativa para a educação; principalmente para orientar a sociedade de massa emergente sobre as mudanças complexas do mundo industrial. Os filmes produzidos a partir desse período são responsáveis por representar, pela primeira vez nas telas, a imagem dos trabalhadores ingleses, e, além disso, tornaram-se a base para o movimento realista do cinema no país. Grierson cria o termo *documentário* e define a atividade como um *tratamento criativo da realidade*. Assim, o *tratamento criativo da realidade* não deve ser confundido com a mera reprodução de acontecimentos relativos à realidade. As possibilidades criativas do documentário, ao longo de mais de 100 anos de história do cinema, permitiram realizações com diferentes tratamentos estéticos, classificados em *Modos*, tais como: *poético, expositivo, observativo, participativo, reflexivo e performático* (NICHOLS, 2016). Tais *Modos* podem ser observados de forma complementar, muitas vezes se misturando, inclusive em um mesmo documentário, que pode enfatizar mais ou menos, um ou outro dos seis *Modos*.

De acordo com Nichols (2016), uma definição concisa de documentário englobaria três concepções lógicas: (1) tratam da realidade, de algo que realmente aconteceu; (2) tratam de pessoas reais; e (3) contam histórias sobre o que acontece no mundo real. Para executarem essas tarefas, os documentaristas, além da técnica cinematográfica, contam com a própria Linguagem do Cinema, ou dita de uma forma mais abrangente, com a *Linguagem Audiovisual*.

O termo *Linguagem Cinematográfica* já se encontrava em uso entre os primeiros teóricos do cinema, em relatos do italiano Ricciotto Canudo (1877-1923), do francês Louis Delluc (1890-1924), e, também, dentre os pensadores do formalismo russo (1910-1930). *A priori*, os estetas e escritores, principalmente franceses, valiam-se deste termo com a ideia de “[...] opor o cinema à linguagem verbal, defini-lo como um novo meio de expressão” (AUMONT *et al.* 2012a, p. 158). Christian Metz (2014, p. 60), por sua vez, conclui que o cinema é “uma linguagem sem língua”, pois não possui

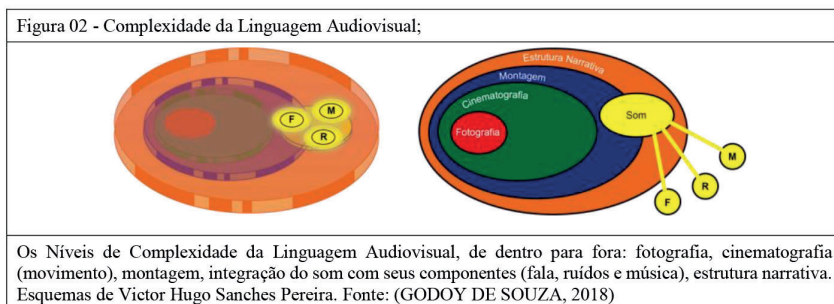
uma gramática estável. No entanto, sua forma de organização é similar à de outras classes de signos, tais como os pertencentes à esfera da expressão artística como o desenho, a pintura, a escultura, etc. Por fim, Aumont *et al.* (2012a) considera que, “a característica essencial dessa nova linguagem é a sua universalidade; ela permite contornar o obstáculo da diversidade das línguas nacionais” (AUMONT *et al.* 2012, p. 159). Podemos utilizar as considerações do biólogo austríaco Karl Ludwig Von Bertalanffy (2010), a respeito da *Teoria dos Sistemas* para localizar a Linguagem do Cinema como um *Sistema Sínico Audiovisual Aberto*, que regido por normas universalizadas (psicoculturais) possibilita o desenvolvimento de uma grande variedade de significados através das imagens em movimento e dos sons. A Linguagem Cinematográfica é constituída por fragmentos sînicos, elementos audiovisuais que, *a posteriori*, desenvolvem uma inter-relação ou interconexão de funcionalidade, adquirindo um valor próprio de linguagem (AUMONT, 2012a, 2012b; MARTIN, 2013; METZ, 1980, 2014).

A Linguagem Cinematográfica realiza uma semiose e se organiza numa estrutura de signos audiovisuais, à qual se associam em uma relação de complexidade. Estes signos, ou códigos (para usar a terminologia de Metz), surgem a partir de duas categorias elementares: imagem (fotografia) e som (áudio); que combinadas aos recursos do cinema (movimento e montagem) formam uma estrutura narrativa que, por sua vez, determina a origem (organização) da estrutura sînica. Essa forma de organização também é conhecida pelo conceito de *Níveis Integrativos*, apresentado na teoria de Feibleman (1954). A *Teoria dos Níveis Integrativos* afirma que níveis mais inferiores de uma estrutura, adquirem qualidades emergentes à medida que subimos nos níveis de complexidade. Para tanto, consideramos que os signos elementares (imagem e som) possuem propriedades independentes de uma estrutura narrativa cinematográfica (ver Figura 02). O som engloba ruídos, fala e música, antes de desempenhar, propriamente, uma função sînica sonora no cinema; assim como a imagem, embora substancialmente fotográfica, manifesta-se também em outras formas de expressão, como o desenho e a pintura. De modo geral, os signos fotográficos (enquadramentos), combinados com os signos cinematográficos (movimentos), permitem o acréscimo de atributos sonoros na montagem, resultando em uma estrutura narrativa, que por sua vez preexiste como um *rascunho*, no início e na organização do processo de produção audiovisual (pesquisa, argumento, roteiro, planejamento de produção, etc).

A partir dessas considerações, é possível estabelecer processos de funcionamento que caracterizam o cinema enquanto uma forma de expressão própria. Para isso, este capítulo se apoia, essencialmente, nos princípios descritos por Martin (1955), Gage e Meyer (1985), Marner (1980) e Metz⁸ (1980). No entanto, optamos pela substituição (provisória) de duas

8 Christian Metz (1980) encontrou na Linguagem Audiovisual a seguinte subdivisão: *signos cine-*

terminologias teóricas, sem qualquer alteração de significado conceitual. Utilizamos o termo *Linguagem Audiovisual* enquanto *Linguagem Cinematográfica*; e o termo *signo(s)* enquanto *código(s)*.



Embora a análise do significado existente em um filme considere todos os aspectos sógnicos, para as finalidades deste capítulo, desenvolveremos algumas considerações a respeito dos *signos audiovisuais específicos*, ou seja, dos principais signos, tais como os fotográficos, cinematográficos, sonoros, estruturais da montagem e estruturais narrativos; enfim, processos responsáveis pela forma de um filme. Um breve detalhamento de todos os aspectos sógnicos referentes à Linguagem Audiovisual poderá ser encontrado na dissertação de Mestrado de Pereira (2019), já citada mais acima.

Tomemos a proposição da estrutura de Níveis Integrativos (ou Níveis de Complexidade) apresentada acima: fotografia, som, cinematografia (movimentos), montagem (instância integradora) e estrutura narrativa (instância final e estruturante). São temas normalmente tratados na maioria dos livros dedicados ao audiovisual, enquanto sistema signifiante. Verificamos que a organização desses temas não segue a ordem de complexidade como propomos. Consideremos dois livros tradicionais utilizados como referência para o estudo da Linguagem Audiovisual:

O primeiro deles é de Marcel Martin, *A Linguagem Cinematográfica*⁹ (2013). Consta de seu sumário uma relação de temas aleatoriamente organizados. Uma análise taxonômica desses temas, respeitando os critérios dos Níveis de Complexidade, resulta na Tabela 01:

Tabela 01 Capítulos do livro <i>A Linguagem Cinematográfica</i> e sua relação com os Níveis de Complexidade da Linguagem Audiovisual	
SUMÁRIO	NÍVEL DE COMPLEXIDADE
1 Os caracteres fundamentais da imagem filmica	-
2 O papel criador da câmara	2 Fotografia / Cinematografia
3 Os elementos filmicos não específicos	3 Todos
4 As elipses	4 Montagem
5 Ligações e transições	5 Montagem

matográficos e *signos extracineamatográficos*; Metz propõe ainda mais uma subdivisão dos *signos audiovisuais* em: *signos audiovisuais específicos* e *signos audiovisuais não-específicos*. Os *signos audiovisuais específicos* são signos próprios do cinema (do audiovisual).

⁹ Originalmente publicado em 1955.

6 Metáforas e símbolos	6 Todos
7 Os fenômenos sonoros	7 Som
8 A montagem	8 Montagem
9 A profundidade de campo	9 Fotografia / Cinematografia
10 Os diálogos	10 Som
11 Os processos narrativos secundários	11 Estrutura Narrativa
12 O espaço	12 Todos
13 O tempo	13 Todos

Como é possível observar, os Níveis de Complexidade (Integrativos) da Linguagem Audiovisual não foram considerados como um critério plausível para a organização temática do texto.

O segundo livro é de Terence St. John Marner: *A Direção Cinematográfica*¹⁰ (1980). Neste texto observamos maior abrangência temática, já que o autor descreve processos de realização audiovisual e não somente aspectos da Linguagem Audiovisual. Submetendo o sumário ao mesmo tipo de análise (Tabela 02) realizada acima obtemos o seguinte resultado:]

Tabela 02 Capítulos do livro <i>A Direção Cinematográfica</i> e sua relação com os níveis de complexidade da Linguagem Audiovisual.	
SUMÁRIO	NÍVEIS DE COMPLEXIDADE
1- O papel do Realizador	-
2- A Preparação	-
3- O Guião	3- Estrutura Narrativa
4- Elaboração dos Planos	4 - Fotografia / Cinematografia
5- Continuidade Espaço-temporal	5 - Montagem
6- Objetivas e composição	6 - Fotografia / Cinematografia
7- Ponto de vista e movimento	7 - Fotografia / Cinematografia
8- O Realizador e a Representa	-
9- O Ensaio e a Improvisação	-

Fica evidenciado que, apesar de a taxonomia dos Níveis de Complexidade (Integrativos) não ter sido utilizada em nenhum desses textos, não configura uma negação da hipótese dos Níveis de Complexidade, pois, a rigor, todos os aspectos da Linguagem Audiovisual encontram-se presentes, em maior ou menor grau, em ambos os textos, tornando a hipótese compatível com as referências bibliográficas consideradas. Resumidamente podemos considerar os seguintes aspectos (Tabela 03) promotores da significação na Linguagem Audiovisual.

Tabela 03 Processos de significação observados em diferentes Níveis de Complexidade da Linguagem Audiovisual. Ver descrição desses aspectos no texto da dissertação supra citada (PEREIRA, 2019).	
Níveis de Complexidade	Aspectos Sígnicos
Fotografia	Composição (distribuição de figuras no quadro); Enquadramentos (proporção da figura humana no quadro/tipos de planos); Ângulos de Visão; Efeitos promovidos pelas Objetivas (Lentes); Profundidade de Campo; etc.
Cinematografia	Movimentos de Câmera: Panorâmica, <i>Travelling</i> , Aproximação e Afastamento, SteadyCam, Câmera na Mão, Grua, Drones; Funções: Definição de Relações Espaciais, Realce Dramático, Expressão Subjetiva, Expressão de Tensão Mental.
Montagem	Continuidade Expressiva: Rítmica e Ideológica; Continuidade Narrativa: linear, invertida, alternada e paralela; Continuidade Espaço-Temporal; Elipses, Metáforas, Metonímias e outras Figuras de Retórica.

10 Originalmente escrito em 1972.

Fenômenos Sonoros*	Tipologia: ruídos, fala e música.; Funções: impressão de realidade, estados emocionais, discursos diretos e indiretos.
Estrutura Narrativa	Descrição de Funções Lógicas; Relações entre Destinador, Objeto e Destinatário; Relações entre Sujeito e Objeto; Incorporação de Estados Emocionais no desenvolvimento do Drama; Atos do Drama: Problema, Conflito, Complicação, Clímax e Resolução.
* fenômenos sonoros são integrados à imagem durante a montagem.	

Tomaremos por base os aspectos da Linguagem Audiovisual, acima descritos para a análise de significação de uma sequência de Planuras (2014).

Uma breve representação do Pantanal em Planuras

O documentário *Planuras* (2014) foi um dos últimos projetos audiovisuais contemplados pelo FIC/MS¹¹, e aborda o tema Pantanal. É possível encontrarmos nesse filme sinais da liberdade criativa, acreditamos que isso seja possível graças à inexistência de cerceamento de expressão que deve caracterizar processos públicos de incentivo à cultura.

A imagem feita por documentários está atrelada a uma série de escolhas técnicas, estéticas e ideológicas, definidas pelo cineasta. De um modo geral, a representação do Pantanal em documentários está ancorada em imagens das belezas naturais, utilizadas como mercadoria de consumo turístico, como, por exemplo, *Pantanal no Ar* (2009) e *Pantaneais do Pantanal* (2017)¹². Esses dois filmes são resultado de uma visão romantizada a respeito das regiões pantaneiras, tratando-as como um conjunto de ecossistemas em perfeito equilíbrio.

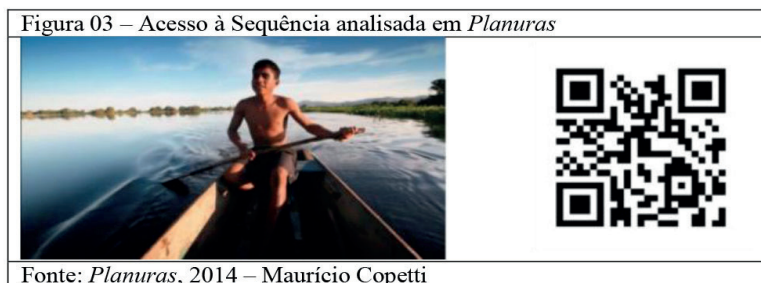
Planuras, média-metragem (48 min.) do cineasta gaúcho, radicado em Campo Grande/MS, Maurício Copetti, traz uma perspectiva poética sobre as regiões do Pantanal e suas gentes. Trata-se de um *filme-ensaio*, que de acordo com Nichols (2010), está vinculado ao modo poético, uma forma de expressão que possibilita maior liberdade nas representações de maior complexidade da realidade.

A estrutura narrativa em *Planuras* não obedece às convenções da montagem narrativa linear. O filme transmite ao espectador um *mosaico cultural*, cuja localização de tempo e espaço muitas vezes é inconstante. No entanto, é provocativo, explorando quase todas as percepções sensoriais, ora pelos detalhes da realidade complexa, ora pelo estado de ânimo dos personagens.

11 BRASIL. Lei n. 2645 de 11 de julho de 2003. Reorganiza o Fundo de Investimentos Culturais do Estado de Mato Grosso do Sul e dá outras providências. Diário Oficial nº 6.037, de 14 de julho de 2003. Disponível em: <<http://www.fundacaodecultura.ms.gov.br/wp-content/uploads/2015/12/LEI-N%C2%BA-2.645-DE-11-DE-JULHO-DE-2003.pdf>> Acesso em: 25 de ago. 2020.

12 *Pantanal no ar*. Direção de Marcelo de Paula. Rio de Janeiro: Código Solar Produções, 2009. 1 DVD (87 min.). *Pantaneais do pantanal*. Direção de Marcelo de Paula. Rio de Janeiro: Código Solar Produções, 2017. 1 DVD (131 min.).

Foi selecionada uma sequência fílmica em *Planuras* (2014), com o objetivo de compreender alguns aspectos fundamentais sobre essa região, e contemplar uma indagação essencial: Quem vive no Pantanal? A sequência selecionada para esta análise respeita a estrutura narrativa do filme, e intenta uma interpretação semiótica dos signos audiovisuais como uma manifestação da realidade, considerando suas naturezas ontológicas. Para ter acesso à sequência fílmica de análise, utilize um leitor de *QR Code* sobre a Figura 03:



A Sequência é contínua e mostra uma representação poética complexa do Pantanal e suas gentes. No início, um plano mostra uma imagem desfocada, que sugere uma ideia de mar, rio ou piscina por meio de borrões luminosos; a inteligência lógica se estabelece por meio de alguns ruídos naturais (canto de pássaros, zunido de insetos e o som de água), que gradativamente sugerem um ambiente externo natural, inalterado, puro. De acordo com os conceitos semióticos de Peirce, este plano manifesta aspectos da realidade percebidos de forma sensorial, por noções espontâneas, intuitivas, de certo modo imediatas. O fato é que existe uma mensagem visual e sonora, que no aspecto científico indicam elementos da realidade, luz natural, seres, líquido.

Em seguida, um plano geral mostra uma canoa levando dois meninos por um rio; um na proa, outro na remando na popa. Existe um diálogo¹³ entre eles, que ocorre enquanto o movimento de câmera *plongée* (ângulo acima do nível dos olhos) acompanha o deslocamento do barco pelo rio. A imagem do plano revela a paisagem pantaneira, um extenso rio e vasta vegetação no horizonte. Ocorre o diálogo entre os personagens (Tabela 04):

Tabela 04 Diálogo entre os meninos		
	Menino Proa	Menino Popa
1	- Nós támo, em?... maio.	- Maio.
2	- Começô em?	- Abril, né? Não.
3	- Março!	- Março, começô em Março, tá certo.
4	- (sem resposta)	A água vem subindo...
5	- Água vem subindo, subindo...	- Começa a ficar laminha.

¹³ A descrição do diálogo preserva os aspectos coloquiais da fala, ou seja, a forma literal da expressão sonora.

A câmera passa enquadrar o menino na popa, em primeiro plano, que continua a remar em diálogo com o outro menino, fora do quadro; é um plano de conjunto, o ângulo da câmera é normal; a profundidade de campo evidencia a extensa dimensão do rio, um horizonte de vegetações e serras. O diálogo continua (Tabela 05):

Tabela 05 Diálogo entre os meninos		
	Menino Proa	Menino Popa
1		- <i>Mudô muita coisa aqui, né.</i>
2	- <i>Muita coisa, foi muita coisa mudano.</i>	- <i>Começô a flutuá tudo, a turma começô a perdê as coisa rodando.</i>
3	- <i>Tanta coisa que rodô, né pá?</i>	- <i>(concordância balançando cabeça).</i>
4	- <i>É colchão, é armário, é tudo.</i>	- <i>Inda bem que agora já tá secando, né.</i>
5		- <i>Vai voltá tudo ao normal, graças a deus.</i>
6	- <i>Ainda vai esvaziá tudo esse matagal aí.</i>	- <i>Vai voltá tudo ao normal de novo.</i>

Até então, temos a variação entre dois enquadramentos do *geral* para o *próximo*; os signos *extra-audiovisuais* revelam características do ambiente e dos personagens, como o rio turvo; vegetação diversificada; plantas terrestres e aquáticas; barco e remo de madeira¹⁴; a roupa dos personagens; expressão facial do menino que rema, alegria, felicidade, intuição; peculiaridade no dialeto da língua falada, expressões coloquiais.

Um novo plano geral mostra uma paisagem completamente alagada, uma casa rodeada por árvores; a câmera em movimento conduz o espectador pelo fluxo do rio, uma música instrumental sugere certa tradicionalidade indígena.

A sequência mostra vários planos (Figura 04), numa sucessão de imagens que contextualizam o modo de vida na região. A eufonia permanece, arranjos instrumentais e ruídos naturais mantêm o equilíbrio. Um plano geral mostra uma mulher na varanda de uma casa, imóvel, observando o chão completamente alagado, há presença de peixes no local, que ocupam um espaço quicá residencial.

Noutro plano uma mulher na cozinha de sua casa, imóvel, preparando alguma refeição; a profundidade de campo mostra roupas e acessórios, objetos simples, um modo de vida simples, sob condições insalubres de moradia. Retoma-se o diálogo (Tabela 06) entre os meninos no barco:

Tabela 06 Diálogo entre os meninos		
	Menino Proa	Menino Popa
1		- <i>Pá pisá no chão firme é só ino...no parque, na curizao.</i>
2	- <i>No parque, na curizao.</i>	- <i>(falas incompreensíveis)...</i>

Surge a imagem de uma menina caminhando sobre a palafita em direção à câmera. O plano médio explora a pouca profundidade de campo, signos *extra-audiovisuais* mostram uma expressão de espanto, curiosidade, vestimentas simples indicam certo capricho materno. Elemento peculiar deste plano são as telas de proteção, que representam o convívio incessante

14 Remo típico da tradição *Guató*.

com pernilingos e outros insetos.

Volta imagem do menino na popa do barco, em plano médio; o diálogo estabelece uma ligação visual com a cheia (Tabela 07), os signos sonoros persistem e dão coerência aos planos seguintes.

Tabela 07 Diálogo entre os meninos		
	Menino Proa	Menino Popa
1		- <i>Tudo cheio.</i>
2		- <i>Cê acorda de manhã e pisa na água de manhã cedo... hum!!!</i>
3		- <i>Não dá nem coragem de levantar da cama pra não pisar na água.</i>
4	- <i>Eu prefiro ficar deitado também.</i>	

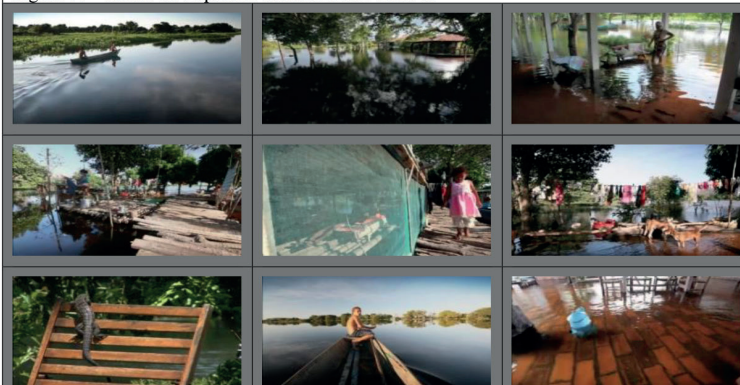
Durante o diálogo surgem outras metáforas visuais, aparecem dois cachorros, imóveis, com patas submersas; outra moradia, um ambiente tomado pela cheia, algumas roupas estendidas em um varal, brinquedos e duas galinhas num tronco de madeira. Outro plano mostra uma bota no fundo do rio. Por fim, surge a imagem de um lagarto no encosto de uma cadeira. A complexa representação aparece na combinação dos signos da *Linguagem Audiovisual*. No momento da fala, “*cê acorda de manhã e pisa na água de manhã cedo... hum!!!*”, surge a imagem dos cachorros, com suas patas submersas; na fala emite-se um gemido, uma lamúria; a imagem do lagarto na cadeira corrobora o sentido, representa a condição de sobrevivência comum ao animal e ao ser humano.

Aparece a imagem do menino na proa do barco observando o horizonte. Este personagem aparenta ser mais jovem, evidenciado pelo tom de voz e ingenuidade expressiva. Nesse plano, a música é interrompida, a ênfase é somente sobre os ruídos naturais. O diálogo (Tabela 08) se restabelece em outra perspectiva, quando o menino da popa comenta um fato:

Tabela 08 Diálogo entre os meninos		
	Menino Proa	Menino Popa
1		- <i>E agora, cá, cá cerca que caiu.</i>
2	- <i>Cá cerca que caiu.</i>	- <i>Eu vou ter que arrumar a cerca, senão não começa as aulas. Cá cerca caída na beira...</i>
3	- <i>Então, por isso que os predreiro já vai vim. Pá...eles vem 31. Arrumá de 31 até 35, né? Arrumá tudo ali, né, que caiu.</i>	- 35.
4	- <i>35, daí 36 ele desce.</i>	

O diálogo final entre os meninos traz uma provocação, os comentários que fazem menção aos dias 35 e 36 inexistentes no modelo de calendário gregoriano, mas deve ser entendido pela lógica local, pois revelam um pouco dos conhecimentos tradicionais.

Figura 04 – Planos da sequência analisada em *Planuras*



Fonte: *Planuras*, 2014 – Maurício Copetti

O último plano da sequência mostra a imagem de um suposto piso de cozinha, um ambiente interno com mesas e cadeiras, porém completamente alagado. Nesse plano, o som instrumental retorna em sincronia com os ruídos naturais e mostra o deslocamento de um bule azul, que flutua pelas águas. A metáfora do bule é um signo complexo. Representa o fenômeno das cheias em sua essência. Durante o período das cheias no Pantanal, tudo se movimenta, ganha movimento; o fluxo das águas leva e traz, aparece ou desaparece. A imagem desempenha uma função poética, metafórica do *Devir*.

Conclusão

A sequência fílmica mostra imagens que representam a realidade objetiva do Pantanal, algumas características da região, bem como das pessoas que a habitam. Para tanto, os signos revelam aspectos de maior complexidade da região pantaneira e suas gentes, que comumente não são observados; normalmente em outros filmes estes acabam solapados por diferentes ideias narrativas ou subutilizados durante o processo da montagem cinematográfica, que busca apenas suprir uma representação de uma natureza idealizada.

Os signos da sequência mostram aspectos da realidade concreta (*discretude*) do Pantanal, onde a representação ocorre de modo objetivo através das imagens do ambiente, dos personagens e seus objetos. Ainda, o diálogo entre os meninos se dá em tom metafórico, produzindo signos que indiretamente expressam uma condição de vida calcada, sobretudo, pelas dinâmicas do rio, as cheias do Pantanal. Apresentam aspectos complexos da realidade das gentes pantaneiras, nota-se a falta de água potável, de tratamento de esgoto, de políticas públicas, observa-se a invisibilidade social.

A representação do Pantanal em *Planuras* é intensa, o filme desen-

volve um discurso estético próprio, estabelecendo um caráter autoral à produção cinematográfica, ainda que apresente visões gerais sobre algumas características da região, trata-se de uma narrativa documental de expressão poética, que nos permitiu uma reflexão em profundidade da realidade do Pantanal e suas gentes.

A semiótica de C.S. Peirce entende o mundo enquanto composição universal de signos, ela nos permitiu encontrar traços da realidade em todo elemento visual, sonoro, verbal, para além do campo linguístico, como a fala e a escrita. É uma concepção metafísica do conhecimento que permite expandir os aspectos da representação documental, permite-nos considerar pressupostos invariáveis e fenômenos variáveis nas representações que nos apontam seu caráter Ontológico.

Referências

AB'SÁBER, Aziz Nacib. **Brasil: paisagens de exceção. O litoral e o Pantanal Mato-Grossense: Patrimônios Básicos.** 3º ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2011. 182 p.

ANA, Agência Nacional de águas [et al.]. **Implementação de Práticas de Gerenciamento Integrado de Bacia Hidrográfica para o Pantanal e Bacia do Alto Paraguai ANA/GEF/PNUMA/OEA: Programa de Ações Estratégicas para o Gerenciamento Integrado do Pantanal e Bacia do Alto Paraguai: Relatório Final/Agência Nacional de Águas – ANA [et al.].** – Brasília: TDA Desenho & Arte Ltda., 2004. Disponível em: <http://arquivos.ana.gov.br/projetos/gefpantanal/PAE_Pantanal_PT.pdf> Acesso em: 11 de ago. 2020.

AUMONT, Jacques. **A imagem.** 16º ed. Campinas: Papirus. 2012b. 331 p.

AUMONT, Jacques. *et al.* **A estética do filme.** 9º ed. Campinas: Papirus. 2012a. 304 p

BAHIA, Ruy Benedito Calliari, *et al.* Análise da evolução tectonossedimentar da Bacia dos Parecis através de métodos potenciais. **Revista Brasileira de Geociências**, vol. 37 (4), p. 639-649, dezembro de 2007. Disponível em: <http://www.cprm.gov.br/publique/media/art_bahia.pdf> Acesso em: 01 de out. de 2019.

BARBOSA, Eva Faustino da Fonseca de Moura. **A Teoria dos Refúgios Florestais e as evidências vegetacionais e litológicas da região sudoeste do município de Corumbá/MS.** 2011. 123 f. Tese de Doutorado em Geografia - Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro-SP, 2011. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/104365/barbosa_effm_dr_rcla.pdf?sequence=1&isAllowed=y>, acesso em 27 de ago. de 2020

BERTALANFFY, Ludwig Von. **Teoria Geral dos Sistemas.** Fundamentos, desenvolvimento e aplicações. 5º ed. Petrópolis: Vozes, 2010. 360 p.

COSTA, Flávia Cesarino. Primeiro cinema. In: MASCARELLO, Fernando (Org.). **História do cinema mundial.** 7º ed. Campinas: Papirus, 2012. 432 p.

ECOA, Ecologia e Ação. **Reaprendendo com os ciclos hidrológicos do Pantanal**. 2017. Disponível em: <<https://ecoa.org.br/reaprendendo-com-os-ciclos-hidrologicos-do-pantanal/>> Acesso em: 11 ago. 2020.

FEIBLEMAN, James K.. **Theory of Integrative Levels**. The British Journal for the Philosophy of Science, Vol. 5, nº 17 (May, 1954), pp 59-66

GAGE, Leighton D; MEYER, Cláudio. **O filme publicitário**. São Paulo: SSC&B – Lintas Brasil, 1985. 198 p.

GALDINO *et al.* **O mais longo e intenso ciclo de cheia do Pantanal**. In: Simpósio de Recursos Hídricos do Centro-Oeste, SIMPORH 2, 2002, Campo Grande. Águas do Centro-Oeste: a fronteira é hídrica. Campo Grande: ABRH-MS: UFMS, 2002.

GODOY DE SOUZA, Hélio Augusto. **Documentário, Realidade e Semiose: Os sistemas audiovisuais como fontes de conhecimento**. São Paulo: Annablume, FAPESP, 2001. 313 p.

GODOY DE SOUZA, Hélio Augusto. **Linguagem Audiovisual**. In: Palestra Projeto MovCine. Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Campo Grande, MS. 01 de out, 2018.

HESSEN, Johannes. **Teoria do Conhecimento**. Arménio Amado. Coimbra – Portugal, 1980. 201 p.

IBRI, Ivo Assad. **Kósmos Noetós. A arquitetura metafísica de Charles S. Peirce**. São Paulo: Paulus, 2015. 195 p.

ICS, International Commission on Stratigraphy. **International Chronostratigraphic Chart**. 2018. Disponível em: <<http://www.stratigraphy.org/ICSchart/ChronostratChart2018-07.pdf>> Acesso em: 11 de ago. 2020.

MACHADO, Arlindo. **Pré-cinema & pós-cinema**. 4º ed. Campinas: Papirus, 1997. 303 p.

MAGALHÃES, Basílio de. **Expansão geográfica do Brasil Colonial**. 4º ed. São Paulo: Ed. Nacional, 1978. 348 p.

MANNONI, Laurent. **A grande arte da luz e da sombra. Arqueologia do cinema**. São Paulo: Editora Senac, UNESP, 2003. 514 p.

MARNER, Terence ST John. **A direção cinematográfica**. São Paulo: Martins Fontes, 1980. 180 p.

MARTIN, Marcel. **A linguagem cinematográfica**. 2º ed. São Paulo: Brasiliense, 2013. 303 p.

MARTINS, Gilson Rodolfo. **Arqueologia de Mato Grosso do Sul**. 2008. (36m20s). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=wltelgYpUkA>> Acesso em: 11 ago. 2020.

MARTINS, Gilson Rodolfo. **Breve painel etno-histórico de Mato Grosso do Sul**. 2º ed. ampl. e rev. Campo Grande: Ed. UFMS, 2002. 98 p.

METZ, Christian. **A significação do cinema**. Tradução: Jean-Claude Bernardet. São Paulo: Perspectiva, 2014. 293 p.

METZ, Christian. **Linguagem e cinema**. Tradução: Marilda Pereira. São Paulo: Perspectiva, 1980. 341 p.

MOURA, Roberto. **A bela época (Primórdios - 1912)**. In: RAMOS, Fernão Pessoa (Org.). **História do cinema brasileiro**. São Paulo: Art Editora, 1987. 555 p.

NICHOLS, Bill. **Introdução ao documentário**. Tradução: Mônica Saddy Martins. 6ª ed. Campinas: Papirus, 2016. 335 p.

NOGUEIRA, Albana Xavier. **Pantanal: homem e cultura**. Campo Grande: editora UFMS, 2002. p. 155.

NÖTH, Winfried. **Panorama da semiótica: de Platão a Peirce**. São Paulo: Anablume, 1995. 149 p.

PEIRCE, Charles Sanders. Electronic edition of the collected papers of Charles Sanders Peirce, reproducing Vols. I-VI ed. Charles Hartshorne and Paul Weiss (Cambridge, MA: Harvard University Press, 1931-1935), Vols. VII-VIII ed. Arthur W. Burks (same publisher, 1958).

PEIRCE, Charles Sanders. **Semiótica**. 4ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2010. 337 p.

PEREIRA, Victor Hugo Sanches. **Pantanal, realidade e documentário: análise Semiótica do filme Planuras (2014)**. 2019. 179 p. Dissertação (Mestrado em Comunicação). **Faculdade de Artes, Letras e Comunicação**, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, MS. 2019. Disponível em: <<https://posgraduacao.ufms.br/portal/trabalho-arquivos/download/6967>> Acesso em: 13 de ago. de 2020.

PROENÇA, Augusto César. **Pantanal. Gente, tradição e história**. 3º ed. Campo Grande, MS: Ed. UFMS, 1997. 168 p.

REALE, Giovanni. **Introdução a Aristóteles**. 1º ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012. 237 p

RIBEIRO, Mara Aline. **Entre os ciclos de cheias e vazantes a gente do Pantanal produz e revela geografias**. Tese (doutorado). **Universidade Estadual de Campinas**, Instituto de Geociências. Campinas, SP. 2014. Disponível em: <<http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/286614>> Acesso em: 13 de ago. de 2020.

RIBEIRO, Mara Aline; MORETTI, Edvaldo César. **Globalização e tecnologia: olhares do Pantanal para o mundo**. **Ateliê Geográfico - Goiânia-GO**, v. 8, n. 2, p.92-107, ago. de 2014. Disponível em: <<https://www.revistas.ufg.br/atelie/article/view/25698/17134>> Acesso em: 01 de outubro de 2019.

SADOUL, Georges. **História do cinema mundial**. Das origens a nossos dias. Volume 1. São Paulo: Martins Fontes, 1963. 314 p.

SADOUL, Georges. **História do cinema mundial**. Das origens a nossos dias. Vol. 2. São Paulo: Martins Fontes, 1963. 645 p.

SANTAELLA, Lucia. **A assinatura das coisas**. Peirce e a Literatura. Rio de Janeiro: Imago Ed, 1992. 216 p.

SANTAELLA, Lucia. **O que é semiótica**. São Paulo: Brasiliense, 1983. 84 p.

SANTAELLA, Lucia. **Semiótica aplicada**. São Paulo: Cengage Learning, 2002. 186p.

SANTAELLA, Lucia; NÖTH, Winfried. **Imagem. Cognição, semiótica, mídia**. 2º ed. São Paulo: Editora Iluminuras, 1999. 222 p.

SEBEOK, Thomas A; SEBEOK, Jean Umiker. **Sherlock Holmes y Charles S. Peirce. El método de la investigación**. Colección Paidós Comunicación. nº 30. Barcelona: Editorial Paidós, 1987. 87 p.

SILVA, João dos Santos Vila da; ABDON, Myrian de Moura. **Delimitação do Pantanal Brasileiro e suas sub-regiões**. **Pesq. agropec. bras.**, Brasília, vol.33, Número Especial, p.1703-1711, out. 1998. Disponível em: <<http://mtc-m12.sid.inpe.br/col/sid.inpe.br/iris@1912/2005/07.19.20.30.13/doc/santos.pdf>> Acesso em: 11 de ago. de 2020.

SOUZA, Lécio Gomes de. **História de uma região: Pantanal e Corumbá**. São Paulo: Resenha Tributária, 1973. 237 p.

TEIXEIRA, Francisco Elinaldo. **Cinemas “não narrativos”**. Experimental e documentário - passagens. 1º ed. São Paulo: Alameda, 2012. 328 p

WINSTON, Brian. *Claiming the Real, the documentary film revisited*. Londres: BFI Publishing, 1995



Parte II

Discurso midiático político e social



O *Correio do Estado* e o discurso udenista na ditadura militar¹

Alline Ribeiro de GÓIS²
Mario Luiz FERNANDES³

Introdução

Os arquivos do *Correio do Estado* confirmam as palavras do Chefe da Nação [Costa e Silva], no que diz respeito a Mato Grosso. As nossas edições são testemunhas do muito que este diário lutou pregando a reforma que a Revolução acabou realizando no Brasil. Nós também contribuimos com a nossa parcela (CORREIO DO ESTADO, 13/04/1969).⁴

A afirmação em epígrafe é do *Correio do Estado* inserida na notícia *Costa e Silva: “A Revolução foi obra também da imprensa”* (13/04/1969), relativa ao pronunciamento do presidente Costa e Silva em cadeia de rádio e televisão, comemorativo ao segundo ano de seu governo e exaltando conquistas da “revolução”. A declaração é inequívoca quanto ao posicionamento editorial do jornal na sua tarefa de construção, em Mato Grosso, do consenso social acerca da necessidade de intervenção militar em 1964. Fundado em Campo Grande, em 7 de fevereiro de 1954, por lideranças da UDN (União Democrática Nacional) do sul do estado, sua função era difundir a ideologia do partido. De acordo com Arakaki (2015, p. 132), o deputado udenista Wilson Barbosa costumava afirmar que o *Correio do Estado* foi criado para “ser um jornal do partido, da UDN, pela UDN e para a UDN”. Após o golpe, a UDN foi uma das bases para a fundação da Arena (Aliança Renovadora Nacional), partido de sustentação do governo ditatorial que vigorou no Brasil entre 1964 e 1985. Em 11 de abril de 1964, publicou a íntegra do Ato Institucional nº 1 (AI-1), com o sugestivo título de *Armas para a democracia*.

1 Este capítulo é uma adaptação resumida da dissertação *Correio do Estado: porta-voz da ideologia udenista na ditadura militar*, de autoria de Alline Ribeiro de Góis e foi defendida em banca pública em 11 de agosto de 2020 no Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (PPGCom/UFMS). A banca foi composta pelo orientador Prof. Dr. Mario Luiz Fernandes (UFMS), Prof. Dr. Hélder Filipe Rocha Prior (Universidade de Beira Interior - Portugal) e Prof. Dr. Jorge Christian Fernandez (UFMS).

2 Mestre em Comunicação Social pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. E-mail: goisalline@gmail.com.

3 Professor Associado da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Doutor em Comunicação pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. E-mail: mario.fernandes@ufms.br.

4 *Correio do Estado*. 13 abril 1969, p. 3. *Costa e Silva: A Revolução foi obra também da imprensa*. Arquivo: *Correio do Estado*.

Ainda na sua fala à imprensa, Costa e Silva refere-se à “revolução” como “nossa” para incluir e enaltecer a participação da imprensa neste processo, e justifica:

[...] digo “nossa Revolução” neste instante, sobretudo, porque ela foi obra também da imprensa que nos ajudou decisivamente na tarefa preliminar e importantíssima de esclarecer a opinião pública e despertá-la para os equívocos que muitas vezes a levaram a confundir anarquia com liberdade, e a tomar, em muitos casos, o estridor da demagogia irresponsável com a expressão de servir e realizar (CORREIO DO ESTADO, 13/04/1969).

O discurso afinado da grande imprensa com os golpistas levou Juremir da Silva a definir o golpe como sendo “midiático-civil-militar”, e não apenas “militar” ou “civil-militar” como o consagrado pela historiografia. Para o autor, “sem o trabalho da imprensa não haveria legitimidade para a derrubada do presidente João Goulart. Os grandes jornais de cada capital atuaram como incentivadores e árbitros” (SILVA, 2017, p. 33). Seguindo esta linha de raciocínio, esta pesquisa também adotou a terminologia golpe “midiático-civil-militar”.

Expressiva parcela da grande imprensa nacional teve papel determinante na preparação do golpe e na manutenção do governo ditatorial e o *Correio do Estado* seguiu a mesma cartilha política e ideológica. Ante explícita convicção, torna-se óbvia sua postura editorial na preparação do golpe e na sustentação do governo ditatorial após 1964. Portanto, o caminho percorrido na dissertação de Alline Ribeiro de Góis, intitulada *Correio do Estado: porta-voz da ideologia udenista na ditadura militar*, não objetiva identificar/analisar a postura editorial do jornal em relação ao governo ditatorial, mas analisar as estratégias discursivas utilizadas por ele para persuadir seus leitores em defesa da causa. É uma pesquisa de análise discursiva que articula história do Brasil, história da imprensa e discurso jornalístico.

A dissertação, defendida em 2020 junto ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, está estruturada em 165 páginas e quatro capítulos. O primeiro analisa a instauração do golpe midiático-civil-militar e a ditadura militar no contexto nacional e em Mato Grosso; o papel da imprensa como colaboradora no sentido de criar o consenso junto à opinião pública para a necessidade do golpe; a censura e modernização no governo Médici. No segundo, são apresentados os referenciais teórico-metodológicos aplicados no desenvolvimento da pesquisa como a articulação entre Hermenêutica de Profundidade (HP), elaborada por John Thompson (2011), e a Análise de Conteúdo (AC) fundamentada principalmente em Bardin (1977), bem como os conceitos de ideologia e gêneros jornalísticos explorados na dissertação. Nos capítulos

três e quatro foram desenvolvidas as análises discursivas sobre a cobertura do *Correio do Estado* em relação ao golpe e à ditadura, especificamente nos anos de 1964 e 1969. Em 64, porque foi o ano de deflagração do golpe; e 69, em razão do início da sua fase mais aguda com a decretação do Ato Institucional nº 5 (AI-5) em dezembro de 1968.

A HP é um conjunto teórico-metodológico elaborado para analisar o *modus operandi* e as estratégias discursivas utilizadas pelos meios de comunicação para disseminar a ideologia dominante. Seu método de aplicação compreende três etapas: 1) Análise Sócio-Histórica, que tem por objetivo estudar o contexto em que as mensagens são produzidas e recebidas pelo público-alvo, ou seja, envolve as questões espaço-temporais, campos de interação, instituições sociais, estrutura social e meios técnicos de transmissão; 2) Na Análise Formal ou Discursiva, a qual foi articulada com a Análise de Conteúdo, foram selecionadas as notícias mais significativas do período e posteriormente extraídos fragmentos de textos – *unidades de registro* – para a respectiva análise; 3) Na fase de Interpretação/Reinterpretação dos textos foi realizada a análise das notícias considerando-se principalmente os modos de operação e as estratégias discursivas utilizadas pelo jornal em sua elaboração, assim como o uso de pesquisa bibliográfica e documental sobre o golpe em Mato Grosso.

A análise discursiva proposta por Thompson (2011), por meio da Hermenêutica de Profundidade, é estratificada em cinco *modus operandi* ou categorias: *fragmentação*, *unificação*, *dissimulação*, *legitimação* e *reificação*. Esta última não foi identificada nos textos analisados de 1964, por isso segue a síntese de sua definição em nota de rodapé.⁵ As demais foram inseridas no início de cada categoria de análise para facilitar o entendimento do leitor. A adaptação para o capítulo deste livro está centrada no capítulo três da dissertação no qual foi realizada a análise hermenêutica do discurso jornalístico do *Correio do Estado* em 1964.

No capítulo quatro da dissertação foram consultadas 2.827 páginas de 322 edições publicadas entre dezembro de 1968 e dezembro de 1969, de onde foram selecionadas dez notícias e notas sobre o governo ditatorial, das quais resultaram 24 *unidades de registros*. Como em 1969 o jornal manteve praticamente a mesma postura editorial que em 64, a análise daquele ano não foi incluída nesta síntese, recebendo apenas alguns apontamentos nas considerações finais deste capítulo.

⁵ **Reificação:** os acontecimentos são retratados como naturais, permanentes e atemporais, de tal modo que o seu caráter social e histórico é eclipsado. Ou seja, há o ofuscamento do caráter sócio-histórico dos fenômenos. Estratégias: *naturalização* - fenômenos resultantes de um processo social e históricos são retratados como acontecimentos naturais -; *eternalização* - acontecimentos sócio-históricos são esvaziados de seu caráter histórico ao serem apresentados como permanentes, imutáveis e recorrentes -; *nominalização* - sentenças, descrições da ação dos participantes são transformadas em nomes -; *passivação* - a estrutura da sentença é colocada na voz passiva. Em síntese, a *nominalização* e a *passivação* apagam os atores e a ação e tendem a representar processos como coisas ou acontecimentos que ocorrem por si só (THOMPSON, 2011).

O *Correio do Estado* e as estratégias discursivas que legitimaram o golpe

Antes, durante e após o golpe midiático-civil-militar de 1964, grande parte da imprensa brasileira alinhou um discurso visando deslegitimar o governo de João Goulart e defender a intervenção militar para “salvar” o Brasil do “perigo comunista”. O *Correio do Estado* adotou o mesmo posicionamento imprimindo em suas páginas o que pode ser definido como um catecismo pró-golpe. Seguindo o percurso teórico-metodológico proposto pela Hermenêutica de Profundidade combinado à Análise de Conteúdo, foram analisadas 1.570 páginas de 281 edições de janeiro a dezembro de 1964 do jornal. Desse universo, foram selecionadas dez notícias das quais foram extraídas e analisadas 12 *unidades de registro*. As matérias mais significativas para a análise foram publicadas entre janeiro e abril de 1964.

A seguir foi desenvolvida a partir dos *modus operandi* ou categorias de *fragmentação, unificação, dissimulação, legitimação*, e as respectivas estratégias discursivas.

Fragmentação

A *fragmentação* é um *modus operandi* que visa segmentar o grupo dominante ou de oposição. Tem como estratégias: a *diferenciação* – enfatiza as diferenças, as divisões que desunem os grupos de oposição -; o *expurgo do outro* – constrói a imagem do outro como inimigo, perigoso e ameaçador, no qual os grupos são chamados para resistir e expurgá-lo. Nas três *unidades de registro* a seguir, são analisados *modus operandi* de *fragmentação* e a aplicação de suas estratégias pelo *Correio do Estado* na difusão da ideologia dominante em busca da persuasão de seus leitores em favor do governo ditatorial.

a) **Título: Jornada democrática em meio a agitação**

Embora o País viva momentos de agitação e os mais pessimistas antevejam a derrocada do regime, o povo vai cerrando fileiras em torno de Carlos Lacerda e realizando uma verdadeira jornada democrática de fortalecimento do regime ameaçado pelas esquerdas (CORREIO DO ESTADO, 08/01/1964, p. 1).

Desde a aproximação do então presidente Jânio Quadros com o governo cubano em 1961, a imprensa nacional passou a alardear o comunismo como um perigo eminente para o Brasil. Com a renúncia de Jânio e o tão questionado governo de João Goulart, o embate midiático se intensificou contra o novo presidente. Em meio a esse processo, também se intensificaram os movimentos sociais rurais e urbanos e de trabalhadores da cidade e do campo reivindicando principalmente melhores salários, reforma

agrária, fiscal, bancária, urbana, administrativa e universitária. Proliferaram manifestações, greves, comícios e ocupações de grandes propriedades promovidas por trabalhadores rurais.

Na definição de Delgado (2014, p. 73), pela primeira vez, um “sujeito histórico coletivo” entrou em cena na sociedade brasileira. Porém, nas páginas dos jornais, os movimentos reivindicatórios tornaram-se tempos de “agitação”, de “ameaça comunista” e de “subversão da ordem”. Este cenário de “desordem”, de estagnação econômica e alta inflação fez “nascer” a figura de Carlos Lacerda (UDN) como a solução para os problemas políticos e sociais. Com sua retórica virulenta, o líder udenista passou a representar a alternativa à situação de “agitação” e desordem considerada intolerável por segmentos da sociedade brasileira.

Em 1964, o *Correio do Estado* manteve este mesmo discurso afinado com a imprensa nacional. A notícia *Jornada democrática em meio a agitação* (8/01/1964) foi publicada em cinco colunas no alto da primeira página e relata a visita de Carlos Lacerda à Barra do Piraí, no Rio de Janeiro, para paraninfar uma turma de formandos. O ritual acadêmico ganhou *status* político pelo jornal ao definir Lacerda como a “única solução para a garantia das instituições e para o progresso do país” para solucionar a “agitação” social que o país enfrentava (CORREIO DO ESTADO, 8/01/1964, p.1).

A *unidade de registro* em destaque acima é construída com base em três temas centrais que fundamentam o discurso: a agitação social (1), Lacerda como solução à agitação (2) e o “movimento democrático” ensejado pela população (3).

Para o *Correio do Estado*, a reforma agrária era pura “demagogia” defendida pelo governo. Como evidencia a matéria “Câmara vai processar presidente da SUPRA” (2/03/1964), as terras devolutas do Estado ainda não eram de conhecimento de João Pinheiro Neto, presidente da Superintendência de Política Agrária (SUPRA), que, agora, poderia implementar a “propalada e demagógica reforma agrária defendida pelo governo”⁶.

A questão agrária ganhou força nos anos 1940 e 60, pois era vista como um fator que impactava no destino da nação. De acordo com a visão da época, a situação agrária representava um freio no desenvolvimento do país, pois, até os anos 40, 70% da população era rural. O projeto desenvolvimentista almejado era modernizar a produção no campo para elevar o padrão de vida das populações rurais e integrá-las ao circuito de consumo de bens manufaturados.

O movimento preocupava os latifundiários de Mato Grosso, que viam com receio as ocupações de terras ocorridas no país e temiam manifestações no estado. Por este motivo, a Associação de Criadores do Sul de Mato Grosso realizou diversas reuniões para “examinar a conjuntura

⁶ Jornal *Correio do Estado*. 2 mar.1964, p. 1. Câmara vai processar o presidente da Supra. Arquivo *Correio do Estado*.

nacional em face da agitação social surgida em diversos postos do país”⁷ e estabelecer ‘providências a serem tomadas na salvaguarda do regime democrático, do qual os direitos de propriedade e de liberdade humana’ seriam os principais fundamentos.

O medo do avanço comunista, a insegurança causada pelas manifestações e ocupações de propriedades rurais fez Goulart enfrentar uma série de pressões de militares, sociedade civil e empresários que exigiam paz para tocar os negócios.

Ainda na *unidade de registro* em destaque, Lacerda é apresentado como alternativa para reestabelecer a ordem no país. Além disso, era visto pelos latifundiários como alguém que estaria apto para resolver a questão agrária.

O jornal se vale do *modus* de operação de *fragmentação*, que visa segmentar indivíduos e grupos que possam ser capazes de transformar num desafio real aos grupos dominantes. Por meio da estratégia da *diferenciação*, a narrativa dá ênfase à divisão entre dois grupos sociais: os “pessimistas” - que representa pequena parte do povo que prevê a “derrocada do regime” - e o “povo” unido para salvaguarda à democracia que estaria ameaçada pelo avanço comunista.

Ao distinguir os grupos sociais, estratifica-os entre os apoiadores de Lacerda - visto como “líder democrático” - e os contrários ao regime democrático, apoiadores da má administração de João Goulart. Do mesmo modo, diferencia os brasileiros, considerados “verdadeiros democratas”, que se uniram numa jornada democrática para fortalecer o regime ameaçado pelas esquerdas, dos cidadãos que previam o colapso e degradação das instituições.

Dessa forma, difundiu-se a necessidade de união dos defensores da democracia e da ordem para combater um governo incapaz de assegurar a estabilidade econômica e política do país. Outro aspecto a ser ressaltado: na oposição entre Lacerda e o governo de Goulart, busca legitimar a candidatura do udenista em 1965 à Presidência da República, ao mesmo tempo em que deslegitima o governo vigente.

b) Título: A opinião pública e a decisão da Câmara Municipal de Campo Grande

Segundo observamos ainda, a opinião pública acompanhou aos debates como juiz, sentindo que a luta era ideológica e não em torno, tão somente, de uma manifestação político partidária. Os vereadores que votaram contra o requerimento do sr. Cícero de Castro Faria estão sendo apontados pela opinião pública, bem entendido, como comunistas ou inocentes úteis a serviço do regime esquerdista. O vereador Euler de Azevedo, presidente do Legis-

⁷ Jornal *Correio do Estado*. 21 fev. 1964, p. 4. Tomada de posição pelas Associações de Classes na Defesa dos princípios democráticos. Arquivo *Correio do Estado*.

lativo, tem sido o mais censurado, pelos campo-grandenses, pela sua inesperada tomada de decisão. O vereador Willian Mackoud, dentro de sua já conhecida posição, foi o mais combativo, defendendo a legalidade do PCB, apesar da vulnerabilidade de muitos de seus argumentos. O pensamento geral, por nós registrado, é o de que os debates tiveram grande efeito esclarecedor no seio da massa que ainda permanecia indecisa na sua atitude ideológica. Com algumas exceções, os senhores vereadores campo-grandenses estiveram à altura da momentosa decisão (CORREIO DO ESTADO, 12/04/1964).

O recorte acima é destacado da notícia que relata a sessão na Câmara de Vereadores de Campo Grande para votar pela legalização ou não do Partido Comunista Brasileiro (PCB)⁸ no município, realizada em 11 de março, a vinte dias da instalação do golpe militar. Em cinco colunas, ocupa a parte superior da segunda página. Tanto no título quanto no corpo da matéria pronuncia repetidamente juízos de valor atribuindo-os à opinião pública, mas sem apresentar opiniões de entrevistados sobre o fato, apenas as posições do jornalista. O requerimento contra a legalização do partido foi feito pelo médico e vereador Cícero de Castro Faria (UDN), o qual o jornal classificou como “autêntico líder democrata” por ter tomado tal iniciativa.

Conforme o jornal, “milhares de campo-grandenses” se conectaram ao rádio para ouvir os debates e após a decisão dos vereadores, Campo Grande presenciou a uma “verdadeira ‘divisão de águas’, em relação ao posicionamento ideológico do setor político e da população. Entre os contrários à legalização estão os vereadores Cícero de Castro Faria, Euler de Azevedo e Willian Macksoud. O jornal buscou contrapor os cidadãos: os “bons brasileiros” querem preservar a democracia brasileira e os “maus brasileiros” que querem “comunizar” o Brasil.

A unidade de registro selecionada acima expõe essa narrativa explorada pelo jornal ao longo de 1964. Opera o modo de *fragmentação*, pela estratégia de *diferenciação*, no qual busca-se dar ênfase às distinções entre as pessoas e grupos, apoiando as características que o desunem. Nessa contraposição há uma mensagem clara: a luta ideológica travada no campo político. Isso é enfatizado ao sentenciar que: “o pensamento geral, por nós registrado, é o de que os debates tiveram grande efeito esclarecedor no seio da massa que ainda permanecia indecisa na sua atitude ideológica”.

A atitude ideológica à qual se refere é a disputa no campo político: comunismo *versus* democracia. Nessa disputa, os vereadores Euler de

8 O PCB, organização partidária mais antiga do Brasil, fundada em 1922, passou parte da sua existência na clandestinidade, por ser caracterizada como um partido antissistema que pregava radical transformação da sociedade a partir da perspectiva marxista. O partido, no entanto, teve breves períodos de legalidade, como, por exemplo, entre 1945-1947, no governo Dutra; e de 1958 até 1964, quando viveu uma semilegalidade consentida; sem conseguir, no entanto, a sua legalização.

Azevedo e William Macksoud (PTB) - este último cassado pelo Comando Supremo da Revolução logo após o golpe midiático-civil-militar de 1964 e enquadrado na Lei de Segurança do Estado, acusado de ser “ativo esquerdista” na Câmara Municipal e por ter se posicionado “favorável ao registro do Partido Comunista Brasileiro (PCB). Além disso, pesava sobre ele a acusação de ser um político “antiamericanista”, e “ardoroso defensor das reformas de base, especialmente a agrária, nos moldes preconizados por Leonel Brizola e João Goulart”.

O texto enaltece o posicionamento do vereador Macksoud como o “mais combativo”, em defesa da legalização do PCB, mas, ao mesmo tempo, classifica muitos de seus argumentos como vulneráveis. A narrativa busca, por meio da estratégia de *diferenciação*, acentuar as divisões entre os vereadores, enquadrando-os entre aqueles vinculados às ideias comunistas e os defensores da democracia brasileira. Essa diferenciação fica evidenciada ao definir a posição do vereador Plínio Barbosa Martins (UDN), contrária à legalização, como “magnífica e insuperável nos seus aportes”. Coerente em sua linha editorial como um jornal nascido nas fileiras udenistas, o *Correio* não apenas valoriza o posicionamento do vereador Plínio Martins, como reforça que o jornal é endossado pela opinião pública, embora não apresente fontes que manifestem esse respaldo.

O *modus de fragmentação* também se impõe ao assinalar que os vereadores favoráveis à legalização são vistos pela opinião pública como “comunistas ou inocentes úteis a serviço do regime esquerdista”. Ao enunciar esta sentença, o jornalista intercala a expressão “bem entendido” como forma de se eximir de que aquela não era uma avaliação sua, mas da opinião pública. Mais uma vez, busca-se deslegitimar as opiniões contrárias à ideologia dominante que era associar o comunismo à derrocada do regime democrático.

c) Título: UDN apoia as denúncias de Bilac Pinto

O Diretório Nacional e as bancadas da UDN na Câmara e no Senado, reunidos hoje resolveram manifestar publicamente seu aplauso e solidariedade à entrevista em que a participação do Presidente da República, por ação o sr. Bilac Pinto, pres. do Partido, denunciou e comprovou a omissão na guerra revolucionária em curso no país, e já na sua terceira etapa.

Decidiu “manter a opinião pública alertada quanto à ação governamental que sob a alegação de mudança na estrutura econômica, social e política do país, fere, continuamente, a ordem e a lei” (CORREIO DO ESTADO, 23/01/1964).

A notícia da qual foi destacada a *unidade de registro* acima está dividida em duas partes: a primeira é proveniente de Brasília e tem como foco as denúncias do presidente da UDN, deputado Bilac Pinto, de que o presidente

João Goulart é omissos em relação à guerra revolucionária promovida pelos comunistas no país; a segunda parte é proveniente do Rio de Janeiro – subtítulo *Ministro da Guerra acha que há exagero* – e relata a posição do ministro da Guerra, Jair Dantas Ribeiro, sobre as denúncias feitas por Bilac Pinto.

A unidade destacada sentencia que o deputado “denunciou” e “comprovou” a omissão do presidente quanto à “guerra revolucionária” - a ameaça comunista com apoio estrangeiro - que já estava em curso em sua terceira etapa, ou seja, como se fosse algo já concretizado, em andamento, tanto a guerra quanto a omissão do governo. Essa foi uma estratégia utilizada para deslegitimar o governo de Goulart e serviu como pressuposto para a intervenção militar.

Este modelo de narrativa foi constante durante aquela semana de janeiro. Na edição anterior, por exemplo, a notícia “Presidente da UDN acusa Jango” (23/01/1964) enumera diversas acusações de Bilac Pinto contra o presidente, entre elas: 1) permitir que Leonel Brizola, por meio do serviço público de radiodifusão, realizasse pregação ideológica de guerra revolucionária e de organização de guerrilheiros; 2) estimular e prestigiar a influência comunista na Petrobrás; 3) permitir a “criação de órgãos sindicais ilegais, como o CGT e o PUA, controlados por comunistas aos quais dispensa o apoio do governo”; 4) prestigiar e estimular greves políticas e, por fim, “solapar a disciplina no seio da Forças Armadas”; 5) permitir ampla infiltração de comunistas em todos os escalões do governo⁹.

Na construção desse raciocínio, o jornal se vale do *modus* de operação de *fragmentação*, por meio da estratégia do *expurgo do outro*. Ou seja, busca construir um inimigo que é retratado como mau, perigoso e ameaçador e do qual os indivíduos são convocados a resistir e expurgá-lo (THOMPSON, 2011, p.87). Na unidade em destaque, é construída a concatenação de elementos acusatórios que envolve Goulart e o plano de tomada de poder pelos comunistas. A campanha acusatória deflagrada por Bilac Pinto é definida por Bandeira (1978, p. 153) como guerra psicológica, ou seja, estimular a população a empenhar-se na oposição direta, incitar a revolta contra as autoridades instituídas, o governo de Goulart.

Em uma citação entre aspas cuja fonte não é citada, mas por encadementamento de raciocínio pode ser atribuída a Bilac, este declara que a denúncia visava “manter a opinião pública alertada quanto à ação governamental que sob a alegação de mudança na estrutura econômica, social e política do país, fere, continuamente, a ordem e a lei”. Ou seja, as Reformas de Base são ilegais e alteram a ordem social.

Na segunda parte da matéria, há um contraponto às acusações. No texto, o deputado denuncia o desvio de armas do Exército e distribuídas a alguns sindicatos e trabalhadores da orla marítima, e com a articulação do

⁹ Jornal *Correio do Estado*. 23 de jan. 1964, p. 1. Presidente da UDN acusa Jango. Arquivo *Correio do Estado*.

presidente. Afirma ainda que Goulart “não dá o golpe porque não tem o apoio das Forças Armadas”. Goulart envia um emissário ao ministro para saber sua avaliação sobre as denúncias do parlamentar udenista e o ministro responde que elas “estão um pouco exageradas”. Bandeira avalia que o objetivo de Bilac Pinto ao fazer a denúncia era “sensibilizar a oficialidade legalista das Forças Armadas e empurrar setores das classes médias para o movimento de reação ao Governo, que o empresariado e os latifundiários lideravam” e que “[...] a possível intervenção armada dos Estados Unidos no conflito brasileiro não passava de pretexto para legitimar as atividades antidemocráticas da UDN civil e militar e impelir a conspiração contra o Governo (BANDEIRA, 1978, p. 153-154).

O *Correio do Estado* faz uma “suíte” com as notícias relativas à denúncia de Bilac, sempre expondo Goulart como negligente. Um exemplo é a notícia *Sindicatos recebiam armas do Governo Federal* (28/01/1964), na qual o deputado Adauto Lúcio Cardoso (UDN) “confirmou estar de posse da lista de sindicatos que vinham recebendo armas do governo federal, segundo a acusação do presidente de seu partido, deputado Bilac Pinto”. A narrativa expõe que o presidente fazia “pouco caso” da denúncia do deputado e presidente da UDN.

Unificação

Ao contrário da *fragmentação*, o *modus operandi* de *unificação* visa à construção de uma identidade coletiva por meio de formas simbólicas. São estratégias dessa categoria: *padronização* – as formas simbólicas são adaptadas a um referencial padrão, que é proposto como um fundamento partilhado e aceitável de troca simbólica – ; *simbolização de unidade* – construção de símbolos de unidade, de identidade e de identificação coletiva que são difundidas por grupos.

a) Título: Tomada de posição pelas associações de classe na defesa dos princípios democráticos

Em reunião realizada na Associação dos Criadores do Sul de Mato Grosso, na noite de 18 do corrente, os presidentes das diversas entidades de classe estiveram reunidos para examinar a conjuntura nacional em face da agitação surgida em diversos postos do país - sempre envolvendo responsabilidade de funcionários graduados da administração federal.

Depois de longos debates, todos concluintes destas responsabilidades e participação do Governo nessas agitações, resolveram convocar uma outra reunião, a fim de estabelecerem as providências a serem tomadas na salvaguarda do regime democrático, do qual os direitos de propriedade e de liberdade humana são dos seus principais fundamentos. Os representantes de classes

são unânimes no esforço pelo progresso do país em reconhecer a necessidade da permanente evolução social, a fim de dar ao povo brasileiro o bom nível de vida que caracteriza as nações civilizadas do mundo ocidental, já que as nações comunistas não se preocupam com o conforto do cidadão e da família. Em princípio ficou assentada a concentração popular no Cine Santa Helena, onde elementos representantes comparecerão para definir os altos propósitos dos campo-grandenses pela paz e pelo progresso de Mato Grosso (CORREIO DO ESTADO, 21/02/1964)¹⁰.

Na *unidade de registro* acima, é identificado um denso conjunto de enunciados que se contrapõem. De um lado: “agitação” (duas vezes), “nações comunistas não se preocupam com o conforto dos cidadãos e das famílias”; e do outro: “salvaguarda do regime democrático”, “direitos de propriedade e de liberdade humana”, “esforço pelo progresso do país”, “evolução social”, “bom nível de vida”, “nações civilizadas”, “paz”, “progresso”. No centro dessa polaridade, presidentes de diversas entidades de classe se reúnem para examinar a “conjuntura nacional” em meio a essa “agitação” corrente no país, provocada pelo governo e “funcionários graduados da administração federal”.

A estratégia discursiva se vale da *unificação*, à medida que procura agregar os campo-grandenses com ideais de “altos propósitos” (segundo grupo). Ao mesmo tempo, faz uso da *fragmentação* ao dividir a sociedade local e o país em dois grupos: os agitadores e os que buscam salvaguardar a democracia.

Progresso, democracia e paz foram os três pressupostos que nortearam a maior parte das construções simbólicas de 1964 e serviu como argumento para a construção de consenso em torno da necessidade de um governo que tivesse um projeto político em que o direito de propriedade e liberdade humana eram primordiais e considerados defesa dos princípios democráticos. Esses valores - responsáveis por unificar a população e mobilizá-la para um bem comum - são utilizados para mobilizar a população em volta de um projeto político. Um dos grupos responsáveis pela mobilização era o de pecuaristas do sul do Estado.

Esses pecuaristas associavam o progresso à pecuária e se consideravam representantes do pensamento da elite do sul do Estado, cabendo-lhes a missão de identificar e reconhecer os valores pelos quais se convergiam as aspirações do grupo e, sobretudo, dirigir e administrar as mudanças sociais e culturais no sentido desses interesses coletivos. Assim, esses interesses

10 A notícia, publicada na parte superior da quarta página, é composta por sete colunas de texto e, em síntese, convoca os campo-grandenses para reunião na Associação dos Criadores do Sul de Mato Grosso, para defender os princípios democráticos. Aponta ainda que o governo federal era responsável e participe das agitações sociais que ocorriam no país. A reunião tinha como objetivo estabelecer providências para salvaguardar o regime democrático, do qual dois pressupostos são ressaltados: o direito de propriedade e liberdade humana.

são apresentados como pertencentes à população campo-grandense como um todo, e não somente às classes pecuaristas, que defendia a propriedade privada, que estava ameaçada pela Reforma Agrária proposta pelo governo de Goulart. Portanto, a mobilização de outros valores comuns, como a salvaguarda do regime democrático (ameaçado pelo comunismo), a defesa da liberdade humana, da família e da paz são utilizados para mobilizar a população. O governo de João Goulart é referenciado como responsável pela “agitação social” e, portanto, é uma ameaça ao regime democrático e ao bem-estar social. Ao reproduzir a ideologia dessa classe dominante (muitos de seus integrantes faziam parte dos quadros da UDN), o *Correio do Estado* serve como porta-voz da ideologia udenista no sul do Estado.

O texto se utiliza ainda do *modus operandi* de *fragmentação* ao diferenciar o mundo entre nações civilizadas com “bom nível de vida” o qual o brasileiro deveria almejar e as nações comunistas que “não se preocupam com o conforto do cidadão e da família”. Nesta diferenciação incisiva, utiliza-se da estratégia do *expurgo do outro*, uma vez que o comunismo é ligado à ideia de sofrimento, de miséria, e, portanto, algo a ser excluído, execrado. O comunismo é apresentado como um desafio à sobrevivência da própria sociedade civilizada, “ameaçada em seus fundamentos por estes bárbaros do mundo contemporâneo” (MOTTA, 2000, p. 90-91). Por outro lado, convida os cidadãos a se unirem em defesa dos princípios democráticos, utilizando-se da estratégia de *simbolização de unidade*, na qual insere a defesa de valores como a liberdade humana, defesa da família e direito de propriedade como símbolos que une a todos e devem ser defendidos por todos.

b) Título: Impressionante a “Marcha da Família”

A “Marcha da Família com Deus pela Liberdade”, anunciada como repúdio ao comunismo e reafirmação do sentimento de liberdade do nosso povo, transformou-se, por força mesmo dos acontecimentos que culminaram com a renúncia do presidente da República e a fragosa derrota do comunismo que já dominava o nosso país, transformou-se em grande festa comemorativa da vitória do Brasil sobre o seu nefasto inimigo representado pelo marxismo sempre combatido pela família brasileira. A Marcha foi algo impressionante. Movimento cívico jamais registrado nos anais do nosso Município, ligando-se a ele representantes das cidades vizinhas e municípios do Sul. (CORREIO DO ESTADO, 3/04/1964).

Os militares já haviam tomado o poder quando o *Correio do Estado* publicou, no dia 3, a notícia da qual foi extraído o trecho acima. As Marchas da Família foram atos públicos organizados pela classe média urbana e impulsionadas por políticos conservadores, pela elite empresarial e movimentos femininos, que reuniram milhares de pessoas às vésperas do golpe midiático-civil-militar nas principais cidades brasileiras. Em Campo Gran-

de, a Marcha ocorreu no dia 2, promovida por um grupo de senhoras que percorreu bairros da cidade convidando a população para “demonstração de civismo em favor da liberdade”¹¹.

Em outra matéria do dia 4, o *Correio* também informa que participaram “pequenos, médios e grandes fazendeiros” que chegaram com “entusiasmo cívico, para festejar o desaparecimento do fantasma da desapropriação, que tanto poderiam ser feitas com certa coerência quanto por meio violento, uma vez que o governo defunto não se mostrava muito respeitador da Constituição da República e dos direitos de propriedade”¹².

O recorte do dia 3, aqui analisado, foi composto em sete colunas e disposto na parte superior da capa. Predominam em sua estrutura, dois *modus operandi*: a *unificação* e a *fragmentação*. Na segunda parte da unidade de registro destacada acima, o jornal faz uso, pela primeira vez entre as matérias analisadas, do termo “patriotismo”. Ao utilizá-lo no *modus* de *unificação*, o jornal se vale da estratégia de *simbolização de unidade*, ou seja, o patriotismo é apresentado como forte componente persuasivo, como fator de unicidade para o leitor defender a democracia e combater o inimigo representado pelo comunismo. Portanto, o objetivo é unir a população em torno de valores, como o sentimento patriótico, e utilizá-los como fator mobilizador para o combate ao comunismo.

A *fragmentação* e sua estratégia de *expurgo do outro* – ficam evidenciadas em enunciados como “repúdio”, “nefasto inimigo representado pelo marxismo”, “fragosa derrota do comunismo”, “renúncia do presidente” para representar o comunismo e o presidente João Goulart. Nefasto é algo funesto, ou seja, que causa a morte (HOUAISS, 2009, p. 1347). O comunismo é identificado à imagem do mal e que precisa ser “repudiado”, expurgado para a salvaguarda da democracia, das instituições. Esse discurso foi adotado por parte da imprensa brasileira como forma de construir consenso em relação à necessidade de uma intervenção militar para conter o avanço comunista, reestabelecer a ordem e a disciplina.

Mas por qual razão a família brasileira tentava combater o comunismo? De acordo com Motta (2000, p. 73-74), os comunistas foram representados, ao longo da história, por meio de amplo repertório de pejorativos, no qual são apresentados como uma ameaça à moral e à família. Na definição do autor, o comunismo foi identificado “à imagem do “mal”, tal qual as sociedades humanas normalmente entendem e significam o fenômeno, ligando-o à ideia de sofrimento, pecado e morte”. Ele sentencia que “no limite, chegou-se a operar a associação comunismo=demônio, na medida em que a revolução foi vituperada como encarnação do “mal absoluto” (MOTTA, 2000, p.72).

11 Jornal *Correio do Estado*. 2 abril de 1964, p.1. Hoje: Marcha da família Campograndense (sic). Arquivo *Correio do Estado*.

12 Jornal *Correio do Estado*. 4 abril de 1964, p.4. *O Renascer da Confiança*. Arquivo *Correio do Estado*.

A imprensa brasileira, assim como o *Correio*, utilizou-se dessa representação negativa e mobilizou grande parte da população para combater o comunismo e preservar a família. Em 17 de abril, o *Correio* publicou matéria intitulada *Comunistas iam cortar os pés e pendurar em árvores*, na qual apresentava o comunismo como um “plano diabólico” (subtítulo da matéria) e identifica o movimento com a ideia de mal. Dias antes, em 3 de abril, publicou a nota “Comunismo Ateu”, na qual diz que pessoas telefonaram ao jornal para pedir explicações sobre o que era comunismo ateu. A resposta do periódico foi a seguinte:

Comunismo ateu deve ser uma expressão encontrada por elementos que procuravam acender duas velas, isto é, estar bem com o sr. João Goulart e com a Democracia. O comunismo propriamente dito é o mesmo tanto no Brasil, como em Cuba, na China, na França, na Itália e em toda a parte. Quem não estiver com a Democracia está contra ela. Não há meio termo (CORREIO DO ESTADO, 03/04/1964, p. 1)¹³

Amedrontar as pessoas e levá-las a considerar o comunismo como um inimigo ameaçador e violador dos bons costumes foi uma prática recorrente da imprensa e o *Correio* também estava alinhado a esse discurso.

Dissimulação

Por meio da *dissimulação*, as relações de dominação podem ser estabelecidas e sustentadas pelo fato de ocultadas, negadas ou obscurecidas, ou por serem apresentadas de uma maneira que desvia a atenção do público da questão central. Estratégias: *deslocamento* – conotações positivas ou negativas são transferidas de um indivíduo para outro –; *eufemização* – quando é dado destaque aos aspectos positivos de uma situação, pessoa ou instituição –; *tropo* – metonímia, sinédoque e a metáfora são usadas para dissimular as relações de dominação.

a) Título: Custo de vida é o problema

As classes conservadoras prometeram a S. Exa. que tudo farão para aliviar-lhe a grande tarefa que tem a executar em benefício do País e da comunidade, e esse é o apoio mais valioso, eis que elas representam a junção do capital e do trabalho a serviço do Brasil. No entanto, não basta que apenas se prometa apoiar o governo. É preciso que tal apoio se efetive no dia-a-dia de cada cidadão, na luta de cada empresa e na boa intenção de cada patriota. É justo que o chefe da Nação irá dar o melhor dos seus esforços para forçar a baixa do custo de vida, que tanto aflige

¹³ Jornal *Correio do Estado*. 3 abril de 1964, p. 1. *Comunismo ateu*. Arquivo Correio do Estado.

as camadas mais humildes da população nacional. Para que o governo logre êxito no combate ao custo de vida, é preciso que todos os industriais, comerciantes, labradores, pecuaristas e demais homens de negócio se predisponham a ganhar um pouco menos, oferecendo suas mercadorias por preços que lhes propicie lucros não extraordinários, pois só assim estarão de fato dando a colaboração prometida ao presidente Castelo Branco na solenidade de sua posse, e em pronunciamento que antecederam o ato. Com o governo deposto com as vistas voltadas apenas para a agitação e a baderna, o custo de vida ganhou alturas astronômicas (CORREIO DO ESTADO, 18/04/1964).

A questão econômica era um dos principais desafios do governo Castelo Branco e o alto custo de vida é o foco do destaque acima. Composta em cinco colunas na página quatro, a narrativa trabalha com três núcleos argumentativos: 1) apoio das classes conservadoras ao chefe da Nação em benefício do País; 2) o chefe da Nação – General Castelo Branco, que não mediria esforços para forçar a baixa do custo de vida; 3) governo deposto estava voltado apenas para a agitação e baderna, com isso o custo de vida ganhou alturas astronômicas.

Texto usa o *modus* de *dissimulação* e a estratégia de *eufemização*. É por meio da *dissimulação* que “relações de dominação podem ser estabelecidas e sustentadas pelo fato de serem ocultadas, negadas ou obscurecidas, ou pelo fato de serem representadas de uma maneira que desvia nossa atenção, ou passa por cima das relações e processos existentes” (THOMPSON, 2011, p. 83). A tática é utilizada pelo *Correio* ao elencar motivos pelos quais a população deveria apoiar as ações governamentais para que a vida retornasse à normalidade.

Uma das proposições que evidencia o *modus* de operação da ideologia por meio da *dissimulação* é a promessa da classe conservadora ao Governo de “aliviar-lhe a grande tarefa que tem a executar em benefício do País e da comunidade [...]”. Neste caso, dissimula-se a convergência de interesses entre as classes conservadoras e o governo. Afinal, os conservadores não ofereceram apoio por simples simpatia, mas porque o governo que chegara ao poder poderia ser um aliado para defender seus interesses. Dessa forma, como ressalta Thompson (2011, p. 83), estabeleceram-se, assim, relações de dominação pelo fato de ocultar, obscurecer ou desviar a atenção das relações e processos existentes. O texto oculta o complexo processo histórico travado em 1964, no qual as classes conservadoras participaram ativamente com objetivo de deslegitimar o governo de Goulart, pois este tinha medidas econômicas que não atendiam aos seus interesses.

O jornal adverte: “não basta que apenas se prometa apoiar o governo, é preciso que tal apoio se efetive no dia-a-dia de cada cidadão, na luta de cada empresa e na boa intenção de cada patriota”. Nesta unidade ocorre

novamente a *unificação* e sua estratégia de *padronização*, ao evocar o apoio das classes conservadoras e da população, apelando para o nacionalismo. Assim, além de dissimular os interesses pelos quais os conservadores apoiam o novo governo, utiliza de outra estratégia para persuadir os leitores em prol da causa.

O segundo argumento da *unidade* é a exaltação de que Castelo Branco daria o “melhor de seus esforços para forçar a baixa do custo de vida, que tanto aflige as camadas mais humildes da população nacional”. A sentença tem sentido ufanista, quase heroica, no qual o presidente daria o seu melhor para o bem da nação, mas seria necessário que todos os brasileiros se dispusessem a ganhar menos.

Ainda por meio da *eufemização*, há uma valorização positiva das medidas do Governo em relação à economia e conclama a população a colaborar com o projeto de estabilização econômica, apelando para o sentimento nacionalista de seus leitores, e oculta as medidas de uma administração voltada para os interesses estrangeiros e para a elite empresarial – que iriam se beneficiar de diversas medidas econômicas adotadas.

O Programa de Ação Econômica do Governo (1964-1966) tinha como uma de suas principais prioridades a luta contra a inflação. Para isso, foram estabelecidas três estratégias: 1) imposição de severa política de crédito ao setor privado; 2) redução do déficit governamental; 3) política de controle salarial. Além disso, a equipe Bulhões-Campos associou o enérgico programa de estabilização a uma série de decisões destinadas a estimular o investimento estrangeiro (ALVES, 1989, p74). Atendendo aos interesses imperialistas do EUA, Campos e Bulhões buscaram eliminar as causas de tensão entre o governo brasileiro e o estadunidense a respeito da regulamentação do investimento estrangeiro. Uma das principais medidas nesse quesito foi a revogação da Lei de Remessa de Lucros, aprovada pelo Congresso Nacional em 1962. De acordo com Alves (1989, p. 75), “cinco meses após o golpe, uma nova lei regulamentando a remessa de lucros e o registro do capital, dos investimentos e reinvestimentos estrangeiros, assim como os juros”, foi imposta ao Congresso Nacional.

Para atrair esses investimentos, foi necessário controlar as greves e regulamentar os reajustes salariais. Dessa forma, o governo ditatorial buscou reprimir greves por meio da Lei de Greve (Lei N° 4.330). A política econômica implementada, portanto, buscava atrair capitais multinacionais e estabelecer uma política de controle salarial que maximizasse a exploração e com isso o aumento dos lucros.

Por último, como forma de apontar os motivos pelos quais o custo de vida da população era alto, o enunciado sentencia que era devido ao “governo deposto”, que estava com as vistas voltadas apenas para a “agitação” e a “baderna. Por isso, “o custo de vida ganhou altura astronômica”. O jornal, novamente, busca apresentar Goulart como um mau gestor. Ao fazer isso,

oculta os diversos processos socioeconômicos existentes no período Goulart, apontando o suposto envolvimento do presidente com a “agitação” como único motivo para o alto de custo de vida.

b) Título: Assentada a eleição do General Castelo Branco

Em Reuniões sucessivas no Ministério da Guerra, os Governadores que lideravam o movimento revolucionário de descomunicação do País, combinaram com os chefes militares a eleição do general Castelo Branco para completar o período presidencial começado pelo renunciante Jânio Quadros e agora, interrompida ingloriamente pelo comprometido e fujão João Goulart. [...] Na ambição impatriótica de Juscelino residia a maior dificuldade na aceitação da formula encontrada. Somente depois de longas e penosa de marchas o irrequieto candidato concordou em que o Congresso elegeisse o ilustre democrata general Castelo Branco (CORREIO DO ESTADO, 8/04/1964).

A notícia, publicada na parte inferior da primeira página, informa sobre as articulações ocorridas no Ministério da Guerra para eleger o general Castelo Branco como presidente do Brasil. Destas reuniões também participaram os governadores Fernando Correa da Costa (Mato Grosso) e Mauro Borges (Goiás).

Na *unidade de registro* é identificado o *modus de dissimulação (eufemização)* que leva ao de *fragmentação (diferenciação)*. O primeiro se dá em razão de os problemas políticos estarem descontextualizados, de serem ocultados, negados ou obscurecidos, ou pelo fato de serem representados de uma maneira que desvia a atenção.

Há dois elementos nos quais a narrativa se concentra: 1) em apresentar a deposição de Goulart como “interrompida ingloriamente” e 2) definir a eleição do General Castelo Branco como um “combinado” entre chefes militares.

Ao apontar Goulart como “comprometido e fujão”, são ocultados os processos que o levaram a deixar o Palácio do Laranjeiras (RJ), deslocar-se até Brasília e, depois, até Porto Alegre (RS), de onde seguiria para o exílio no Uruguai. Goulart não fugiu, como apresenta a narrativa, mas foi forçado a deixar o palácio devido à sublevação de tropas de Minas Gerais, comandada pelo general Olympio Mourão Filho, que deu início ao movimento golpista. Nos dias 31 de março e 1º de abril, outras tropas se sublevaram e personagens ligados ao presidente, como o seu comandante do II Exército, Amauri Kruehl, foram aderindo ao golpe.

O movimento contava com apoio do governo norte-americano, que tinha colocado à disposição o porta-aviões Forrestal, destroieres com mísseis teleguiados, navios com armas, munições e mantimentos, caso houvesse resistência de Goulart. A ofensiva não ocorreu, pois o presidente preferiu

evitar uma guerra civil e internacionalização do conflito.

Para evitar a deposição, Amauri Kruel e Juscelino Kubitschek procuraram Goulart para propor-lhe uma solução política para a crise. Pediram, entre outras coisas, que o presidente se comprometesse a proibir a greve geral anunciada pelos trabalhadores, interviesse nos sindicatos, governasse com os partidos políticos e não com o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), apoiando-se nas Forças Armadas, fechasse o CGT, UNE e outras organizações populares, e se afastasse de seus auxiliares apontados como comunistas. O pedido era, em outras palavras, que Goulart deixasse de lado sua política trabalhista e reformista para se alinhar a uma política conservadora. Não houve acordo e Goulart encontrou-se sem opções.

Encurralado, o presidente fora orientado a deixar o Palácio Laranjeira por questão de segurança. O ato, entretanto, fora interpretado como fuga, como renúncia. Interpretação essa repercutida no *Correio do Estado* que, pejorativamente, chamou Goulart de “fujão”. Além, de mais uma vez, apresentá-lo como “comprometido” com a “comunização” do país. Ao realizar essa construção simbólica, o jornal recorre ao *modus operandi* de fragmentação.

O Ato Institucional nº1, instituído em 9 de abril de 1964, legalizou o golpe. Fixou o conceito de “revolução” e definiu que o ato de 31 de março “se distinguiu de outros movimentos armados pelo fato de que nela se traduz não o interesse e a vontade de um grupo, mas o interesse e a vontade da Nação”. Assinala que a “revolução vitoriosa, como Poder Constituinte, se legitima por si mesma” e que “[...] os Chefes da revolução vitoriosa, graças à ação das Forças Armadas e o apoio inequívoco da Nação, representam o Povo e em seu nome exercem o Poder Constituinte, de que o Povo é o único titular”.¹⁴

Em 11 de abril, o Congresso Nacional convoca as eleições indiretas e que têm como candidatos Humberto de Alencar Castelo Branco, Juarez Távora e Gaspar Dutra. Com o apoio de nove partidos,¹⁵ Castelo Branco venceu com 361 votos. De acordo com Bandeira (1978, p.186), Castelo Branco emergiu das sombras como o candidato do governo invisível à Presidência da República, levando ao poder a UDN e os oficiais da Cruzada Democrática.

Conforme a notícia da 8 de abril, a eleição havia sido acordada previamente, em sucessivas reuniões realizadas no Ministérios da Guerra, entre os “Governadores que lideravam o movimento revolucionário de descomunização do País” e os chefes militares que “combinaram” a eleição de Castelo Branco. O principal opositor a essa articulação era Juscelino Kubitschek, mas que acabou concordando.

14 Ato Institucional nº 1. Acesso em: 11 abril 2020. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/AIT/ait-01-64.htm>

15 Os partidos que apoiaram Castelo Branco foram: União Democrática Nacional (UDN), Partido Social Democrático (PSD), Partido Social Progressista (PSP), Partido Democrata Cristão (PDC), Partido Republicano (PR), Partido Libertador (PL), Partido Trabalhista Nacional (PTN), Partido da Representação Popular (PRP) e Movimento Trabalhista Renovador (MTR).

Ainda neste texto, a contraposição em que João Goulart é definido como fujão e comprometido (com o movimento comunista), e Castelo Branco como “ilustre democrata”, o jornal recorre ao *modus* de *fragmentação* e sua estratégia de *diferenciação*, dando especial ênfase aos aspectos negativos do ex-presidente deposto.

Legitimação

Para Max Weber (*apud*, Thompson, 2011), as relações de dominação podem ser estabelecidas e sustentadas pelo fato de serem representadas como legítimas, ou seja, “justas e dignas de apoio”. Estratégias propostas por Thompson: *racionalização* – a linha de raciocínio procura defender ou justificar um conjunto de relações ou instituições sociais, e com isso persuadir o público de que isso é digno de apoio –; *universalização* – interesses de alguns indivíduos são apresentados como sendo de interesses de todos –; *narrativização* – histórias que contam o passado e abordam o presente com parte de uma tradição eterna e aceitável.

a) Título: General Barbosa Pinto: O Exército cumpriu a sua missão histórica

Na tarde de ontem mantivemos, em seu Quartel general, encontro informal com o Exmo. Sr. General de Divisão Mário Ferreira Barbosa Pinto, comandante da 9ª Região Militar, que logo após a decisão do comando do II Exército de defender a democracia, movimentou com precisão as suas tropas em todo o território de sua jurisdição, impedindo a ação dos inimigos da democracia. [...] Em Campo Grande toda a população sentiu de perto a eficiente movimentação de tropas sem incidentes, de tal forma que somente com o amanhecer do dia a população tomou conhecimento da mudança havida no país. Elementos comunistas foram anulados imediatamente e colocados sob custódia. (CORREIO DO ESTADO, 4/04/ 1964¹⁶)

A movimentação das tropas militares em Campo Grande é o foco da matéria da qual foi extraída a unidade acima, e que ocupou sete colunas da capa do dia 4 de abril. A fonte é o general de Divisão da 9ª Região Militar de Campo Grande, Mário Ferreira Barbosa, que comandou o II Exército para o Distrito Federal para “defender a democracia” numa “rápida e eficiente” movimentação do Exército sem incidentes e que “reinava a ordem e a vigilância absoluta” na cidade para “assegurar a segurança da família brasileira”.

16 A notícia informa sobre a entrevista realizada com o general da 9ª Região Militar de Campo Grande, Mário Ferreira Barbosa, que mandou o comando do II Exército para o Distrito Federal para “defender a democracia”. Além disso, diz que a “rápida e eficiente” movimentação do exército foi realizada sem incidentes e “reinava a ordem e vigilância absoluta” na cidade, para “assegurar a segurança da família brasileira”.

A *legitimação* e suas estratégias de *racionalização* e *narrativização* estão articuladas no texto. A *narrativização* visa mobilizar o sentido através da construção de uma história, ou seja, construir uma narrativa que conta o passado e trata o presente como parte de uma tradição eterna e aceitável. Neste caso, as Forças Armadas são apresentadas como uma instituição guardiã da democracia. Essa *narrativização* é utilizada no título da notícia que sentença: “o exército cumpriu sua missão histórica”.

Thompson (2011, p.83) explica que essa estratégia insere histórias sobre o passado e tratam o presente como parte de uma tradição eterna e aceitável. Essas tradições são, muitas vezes inventadas a fim de criar um sentido de pertença a uma comunidade e a uma história que transcende a experiência do conflito, da diferença e da divisão. Histórias são contadas para justificar o exercício de poder por aqueles que o possuem e servindo, também, para justificar, diante dos outros, o fato de que eles não têm poder.

O jornal constrói uma linha discursiva que apresenta as Forças Armadas como uma instituição que, historicamente, agiu no país para resguardar a democracia. Esse pressuposto é utilizado também na notícia *Tomada de posição pelas associações de classe na defesa dos princípios democráticos* (21/02/1964), na qual as Forças Armadas são apresentadas como “guardiãs dos princípios e da unidade nacional”, e cuja função é “sagrada”. Apesar dessa construção simbólica não fazer parte do conjunto enunciativo selecionado para esta análise, faz-se necessário demonstrar o discurso construído pelo jornal acerca do papel das Forças Armadas para legitimar a intervenção militar que depôs o presidente João Goulart.

Como explica Prior (2015, p.5), “a comunicação narrativa estrutura-se em função de contextos pragmáticos que produzem, consciente ou inconscientemente, determinados efeitos no alocutário”. O narrador, portanto, com base numa determinada pretensão, organiza e estrutura o discurso para que este seja interpretado da forma desejada, “tendo em conta as suas intenções e os seus objetivos”. Nesse sentido, “as narrativas são mais do que meras representações da realidade. Elas são, sobretudo, dispositivos discursivos de configuração e instituição da realidade em contextos pragmáticos e sempre em função de um determinado ponto de vista (Ibidem).

A unidade selecionada ressalta aspectos positivos da intervenção militar, ao caracterizar a ação como “eficiente”. Tão eficiente que a movimentação das tropas que marcharam para o Distrito Federal, com o objetivo de depor o presidente João Goulart, não fora sentida pela população, que só tomou conhecimento da mudança política ocorrida no país no dia seguinte.

O intervencionismo militar no cenário político brasileiro é dividido por Borges (2014, p.16) em duas fases: “a primeira, antes de 1964, quando os militares intervinham na política, restabeleciam a ordem institucional, passavam a condução do Estado aos civis e retornavam aos quartéis, exercendo a função arbitral-tutelar”. E a segunda, após 1964 – já sob a égide da

Doutrina de Segurança Nacional, quando os militares “assumem o papel de condutores dos negócios do Estado, afastando os civis dos núcleos de participação e decisão política, transformando-se em verdadeiros coadjuvantes no sentido de dar ao regime uma fachada de democracia e legitimidade”.

Essa “missão histórica”, portanto, desempenhada pelas Forças Armadas, é longa (desde a Proclamação da República em 1889) e é importante revê-la para melhor compreensão da construção simbólica realizada pelo *Correio do Estado*. Afinal, por meio desse discurso, o jornal relembra aos seus leitores o “importante” papel da instituição para o restabelecimento da ordem e da salvaguarda da democracia.

Esse discurso aparece em diversos momentos no noticiário. Outro exemplo é a notícia *Impressionante a Marcha da Família* (3/04/1964), em que o jornal descreve a intervenção militar como “gloriosa”. Essa devoção à ação das Forças Militares é ensejada ainda ao relatar a homenagem que os participantes da Marcha da Família com Deus pela Liberdade realizaram. De acordo com a notícia, todos os oradores no evento foram ovacionados calorosamente, quando citavam as Forças Armadas do Brasil.

Para legitimar a intervenção militar, o texto trabalhou com duas justificações: 1) defender a democracia e 2) impedir a ação dos inimigos da democracia – que foram “anulados e imediatamente colocados sob custódia – ou seja, foram detidos e mantidos presos. Diversos políticos, entre eles o vice-prefeito de Campo Grande, Nelson Trad, e os vereadores Abel Freire de Aragão, Roger Buainain e William Macksoud foram presos e tiveram o mandato cassado. Essa “caça aos comunistas” fez parte da “Operação Limpeza” que tinha aparato legal no AI-1.

Com tais justificações para legitimar a intervenção militar, o *Correio do Estado* utiliza a estratégia de *racionalização*, ao construir uma “cadeia de raciocínio que procura defender, ou justificar um conjunto de relações, ou instituições sociais e, com isso, persuadir uma audiência de que isso é digno de apoio” (THOMPSON, 2011, p.82). Deter a “comunicação” e salvaguardar a democracia são os principais argumentos utilizados para legitimar o movimento golpista, as ações das Forças Armadas e as medidas de exceção.

b) Militares querem expurgo total

Com a presença de cerca de 1.200 oficiais das Forças Armadas, realizou-se dia 3 último, das 18 às 21h30, o encerramento da assembleia do Clube Militar, ato a que não faltou a diretoria do Clube Naval, tendo à frente o presidente, Comandante Marcos Dias. Deliberaram os membros da assembleia, por unanimidade, indicar as providências que deverão ser tomadas de imediato para que a vitória sobre o comunismo não se torne uma vitória pela metade e perca totalmente a sua expressão. Assim, acordaram-se em definir-se, em nome das três Forças Armadas pelos seguintes

pontos julgados essencial: 1 - cassação imediata de mandato de deputados, senadores, governadores, prefeitos e vereadores comunistas e agitadores ou comprometidos com os desmandos que deram motivo à rebelião dos democratas [...] (CORREIO DO ESTADO, 8/04/1964).

Pedido de cassação dos direitos políticos e dos mandatos de senadores, deputados, governadores, prefeitos e vereadores; aposentadoria para funcionários civis e reforma imediata dos militares que se tenham revelado comunistas; realização da operação limpeza dos quadros administrativos, políticos, sindicais e militares em todo país. Esta é síntese da notícia publicada em 8 de abril, em sete colunas na quarta página do jornal. Trata-se da assembleia com 1.200 oficiais das três Forças Armadas que deliberam por tais medidas como forma concretizar a “Revolução” e que “a vitória sobre o comunismo não se torne uma vitória pela metade e perca totalmente a sua expressão”.

Utilizando-se do *modus* de *legitimação* e sua estratégia de *racionalização*, a narrativa utiliza uma cadeia de raciocínio para legitimar as medidas adotadas pelo governo. Um dos pressupostos utilizado é de que a vitória sobre o comunismo só seria inteiramente efetivada através da cassação dos políticos envolvidos com o comunismo e de “agitadores ou comprometidos com os desmandos que deram motivo à rebelião dos democratas”. Através desse argumento o jornal buscar persuadir o leitor de que a medida é digna de apoio e necessária para a concretização da “Revolução”.

Mais uma vez, a ameaça comunista é utilizada para justificar o movimento golpista e as medidas ditatoriais que seriam implementadas com a promulgação do Ato Institucional nº1, em 9 de abril de 1964. O AI-1 fora editado pelo Comando Supremo da Revolução, representado pelos chefes das três Armas, que, de acordo com o documento, “respondiam pela realização dos objetivos revolucionários, cujas frustrações estão decididas a impedir”¹⁷.

c) Título: Até chineses ajudavam a preparar o golpe comunista no Brasil

Com a vitória da Democracia sobre o comunismo em nosso País, as autoridades vão mostrando ao povo até onde havia chegado a maquinação vermelha contra as instituições. E revelando, também, que o ex-presidente estava de corpo e alma comprometido no processo de comunização, pois o Brasil não tem relações diplomáticas com a China Comunista, mas o sr. João Goulart trouxe de lá uma tal de “Missão Comercial”, cujos membros entraram logo a trabalhar em favor da revolução vermelha. A missão era chefiada por Wang Yao Ting, representante de Mao Tse

¹⁷ Ato Institucional nº1, disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/AIT/ait-01-64.htm>. Acesso em: 21 abril 2020.

Tung. Subordinando líderes sindicais, governadores, parlamentares, jornalistas e outros traidores, a Missão agia livremente. Wang Yao Ting certamente pensava que já havia chegado a hora do golpe final da sua missão, já tinha organizado até uma lista de personalidades brasileiras que seriam fuziladas depois da vitória do comunismo, figurando em primeiro lugar o Governador Carlos Lacerda, visando a seguir o General Amaury Kruehl (CORREIO DO ESTADO, 8/04/1964).

A notícia, publicada na terceira página, informa sobre a prisão de chineses que tramavam instalar o comunismo no Brasil. Ao longo da matéria, Miguel Arraes, ex-governador de Pernambuco, era apontado como um dos integrantes do movimento que havia recebido entre 6 e 15 mil dólares da organização para “revolucionar seu Estado”. De acordo com o jornal, as autoridades da revolução estavam “mostrando ao povo até onde havia chegado a maquinação vermelha contra as instituições”. O trecho selecionado acima faz uso do *modus* de *legitimação* e sua estratégia de *racionalização*, para justificar a prisão da missão comercial chinesa alegando que seus integrantes eram agentes infiltrados com o objetivo de dar um golpe comunista. Ou seja, do ponto de vista racional, legal e moral, era inadmissível a presença de estrangeiros que trariam sérias ameaças à democracia e à liberdade do país.

Ainda nesta unidade, ocorre a *fragmentação* e a estratégia de *expurgo do outro*, ao retratar os chineses como o mau, perigoso e ameaçador, e que precisa ser detido e eliminado seu projeto comunista. O expurgo da ameaça externa (os chineses) também é válido para a ameaças internas – líderes sindicais, governadores, parlamentares, jornalistas – definidos como traidores. Goulart também é uma ameaça a ser expurgada, pois está de “corpo e alma comprometido no processo de comunização” do Brasil.

O argumento utilizado para justificar o envolvimento do ex-presidente com o comunismo foi o fato de este haver estabelecido negociações comerciais com a China. No entanto, a “Missão Comercial” referida pelo jornal foi iniciada no governo de Jânio Quadros, em 1961, quando o ex-presidente buscava lançar uma política econômica externa que objetivava transformar o Brasil em potência mundial, visando ampliar os mercados para os produtos brasileiros, especificamente o da nascente indústria automobilística. Trata-se da Política Externa Independente (PEI). Guedes e Melo (2014, p.25) explicam que era “uma tentativa de ampliar o comércio do Brasil com todas as nações – em especial, as socialistas. Premido pela inflação galopante, Jânio tentava reduzir a enorme dívida criada no governo de Juscelino Kubitschek, “buscando novos mercados para as commodities brasileiras e para os casos produzidos pela nascente indústria automobilística”.

Jânio Quadros estabeleceu negociações com a República Popular da

China e no primeiro semestre de 1961, uma comissão comercial daquele país, chefiada pelo presidente do Conselho Chinês para o Fomento do Comércio Internacional, Nan-Han Chen, chegou ao Brasil para visitar estados e manter contato com políticos e empresários de diversos setores. Em 10 de maio, a comissão se reuniu com Jânio no Palácio do Planalto e, em agosto, uma comissão de empresários e políticos brasileiros, chefiada pela então vice-presidente João Goulart, foi à China.

De acordo com Guedes e Melo (2014), a viagem de Goulart à China estava incluída na estratégia de renúncia de Jânio Quadros à Presidência da República. É fato que a sua viagem ao Oriente contribuiu para transformar Goulart, “na avaliação dos militares e dos anticomunistas como o governador da Guanabara, Carlos Lacerda, no líder que iria implantar o comunismo no Brasil”. Decorre dessa linha de raciocínio a afirmação de que o “ex-presidente estava de corpo e alma comprometido no processo de comunização” e de que este havia trazido da China, país com o qual o Brasil não tinha “relações diplomáticas”, “uma tal “Missão Comercial”, cujos membros entraram logo a trabalhar em favor da revolução vermelha”.

Para o jornal, Wang Yao Ting, chefe da missão, representava Mao Tse Tung e o grupo estava subornando líderes sindicais, governadores e parlamentares para implementar a “revolução vermelha”. Yao Ting, vice-diretor da Companhia Nacional Chinesa para Exportação e Importação de Têxteis (China Tex), negociava com empresários brasileiros desde 1961, mas veio ao Brasil somente em 1964, como chefe da Missão Comercial, acompanhado de Ma Waozeng e Song Guibao, com o objetivo de comprar algodão. Foi preso juntamente com mais outros oito chineses acusados de subversão.¹⁸

Os nove chineses foram presos em 3 de abril de 1964 pelos agentes do Departamento de Ordem Política e Social (Dops) da Guanabara e entregues aos “capangas do secretário de Segurança da Guanabara, coronel-aviador Gustavo Borges, homem vinculado à chamada “linha-dura” do regime ditatorial recém-instaurado” (GUEDES; MELO, 2014, p. 21). De acordo com os autores (2014, p.25), os chineses foram identificados pelo Dops “como perigosos agentes internacionais a serviço da República Popular da China, para disseminar a revolução comunista no Brasil, ao lado das principais lideranças do Partido Comunista do Brasil (PCdoB)”.

Essas prisões protagonizaram o primeiro escândalo internacional do governo ditatorial e foram usadas, de acordo com Guedes e Melo (2014), como exemplo para justificar o Ato Institucional nº 1, “a base legal usada pelo regime para cassar e prender – e, em muitos casos, torturar – milhares

¹⁸ Os chineses presos foram: Wang Weizhen e Ju Qingdong (jornalistas da agência de notícias de Xinhua), que chegaram ao Brasil em dezembro de 1961; Su Zipinh, Hou Fazeng, Wang Zhi e Zhang Baosheng (expositores comerciais), segundo grupo que desembarcou no Rio de Janeiro, em 1963, para montar uma exposição comercial de produtos da China.

de brasileiros”. Para o jornal, foram usadas como forma de persuadir o leitor sobre a importância do “movimento revolucionário”, e que este fora feito para conter o “ameaça comunista”.

A título de considerações finais

Desde os primeiros dias de 1964, o *Correio do Estado* esteve alinhado à ideologia dominante da época que buscou deslegitimar o governo de João Goulart e enfatizar a necessidade de intervenção militar. O noticiário buscou legitimar o golpe midiático-civil-militar mobilizando um suposto sistema de ideias e valores, como o de revigoramento da ordem, do progresso, e da salvaguarda da democracia. Para isso, deslegitimar o governo de João Goulart, em várias frentes (pessoal, econômico e político), tornou-se essencial.

O fantasma do comunismo foi uma arma importante nesse sentido, sendo usado para propalar a existência de um caos administrativo e como ameaça à democracia e às instituições. De acordo com o jornal, os comunistas pretendiam dar um golpe no Brasil e instalar uma república sindicalista.

O jornal agitou a bandeira do “perigo vermelho” como uma ameaça capaz de assustar a população e gerar um clima favorável à intervenção militar. Para isso, fez uso de uma cadeia de raciocínio que buscou apresentar o presidente João Goulart como incompetente na administração do país e envolvido com “elementos de esquerda”.

Ao trabalhar na linha de deslegitimação do governo de João Goulart, o jornal fez uso, em diversos momentos, dos modos de operação de fragmentação e sua estratégia de *expurgo* do outro, para expor o envolvimento do ex-presidente na “guerra revolucionária” e sua incapacidade de administrar o país. Concomitantemente, cria uma narrativa da necessidade da intervenção militar para salvaguarda da democracia e das instituições.

O governo de exceção e as medidas autoritárias adotadas posteriormente foram justificados pelo jornal como forma de restabelecer a ordem e impedir a atuação dos “inimigos da democracia”. Nesse segundo momento, o uso dos valores democráticos, do patriotismo, de preservação da moral e direitos de propriedade, etc., são utilizados para unificar a população e construir consenso favorável ao governo ditatorial.

A partir de dezembro de 1968, com a edição do Ato Institucional nº 5, a ditadura militar deu início à sua fase mais violenta, com cassações de mandatos e de direitos políticos, prisões, perseguições, assassinatos e exílios, além do fechamento do Congresso Nacional e extinção de partidos políticos. Expressiva parcela da grande imprensa passa então a fazer oposição ao regime e é censurada. Carlos Lacerda, com a sua *Tribuna da Imprensa*, foi o primeiro a contestar o regime já a partir de 1966.

Smith (2000) relaciona sete publicações que fizeram oposição e que

mais sofreram censura prévia: *Pasquim* (censurado entre novembro de 1970 a 1975); *O Estado de S. Paulo* (setembro de 1972 a janeiro de 1975); *O São Paulo* (junho de 1973 a junho de 1978); *Opinião* (janeiro de 1973 a abril de 1977); *Veja* (1974 a junho de 1976); *Movimento* (abril de 1975 a junho de 1978); *Tribuna da Imprensa* (censurada ocasionalmente entre 1968 e 1978).

Na contramão da nova postura da grande mídia nacional, o *Correio do Estado* pouco alterou seu discurso iniciado em 1964. Em 1969, fez uso de uma série de argumentos com a pretensão de legitimar o governo ditatorial e suas ações repressivas. O combate à subversão, à corrupção e a defesa dos princípios democráticos foram os pressupostos centrais dessa narrativa, que fez uso do sistema de ideias e valores sobre a democracia criados pelo grupo de poder.

Os modos de operação da ideologia mais presentes na cobertura foram os de *legitimação* e *fragmentação*, utilizados para reforçar uma narrativa iniciada em 1964, que visou legitimar o governo de exceção e expurgar qualquer indivíduo ou ideia que divergia da ditadura. À guisa de exemplo, a notícia “Revolução em Marcha”, que informa sobre as medidas tomadas para a preservação dos “princípios defendidos pela Revolução”, utiliza uma cadeia de raciocínio a fim de persuadir o leitor da legitimidade da medida.

O apelo ao patriotismo, à defesa da família, à propriedade privada e manutenção da ordem também foram argumentos utilizados para unificar a população e ensejar apoio. Da mesma forma, a ideologia progressista da elite do sul de Mato Grosso foi usada para ressaltar aspectos positivos do governo e difundir o conceito de desenvolvimento econômico e segurança interna.

Referências

- ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e oposição no Brasil (1964-1969)**. Petrópolis: Vozes, 1989.
- ARAKAKI, Suzana. **As implicações do golpe civil-militar no sul de Mato Grosso: apoio civil, autoritarismo e repressão (1964-1969)**. 2015. 212f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-graduação em História, Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados.
- BANDEIRA, Moniz. **O governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil 1961-1964**. Rio de Janeiro: civilização Brasileira, 1978.
- BORGES, Nilson. **A Doutrina de Segurança Nacional e os governos militares**. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **O Brasil Republicano: o tempo da ditadura**. Vol.4. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.
- CORREIO DO ESTADO. Campo Grande: Editora Correio do Estado. Edi-

ções janeiro a dezembro de 1964; dezembro de 1968 a dezembro de 1969.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **Trabalhadores na crise do populismo: utopia e reformismo**. In: TOLEDO, Caio Navarro. 1964: Visões críticas do golpe - democracias e reformas no populismo. Campinas: Editora da Unicamp, 2014.

GÓIS, Alline Ribeiro de. **Correio do Estado: porta-voz da ideologia udenista na ditadura militar**. 2020. 165 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande.

GUEDES, Ciça; MELO; Murilo Fiuza. **O caso dos nove chineses: o escândalo internacional que transformou as vítimas da ditadura militar brasileiras em heróis de Mao Tsé-tung**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2014.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)**. 2000. 315f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo.

PRIOR, Hélder. **O escândalo político como experiência narrativa**. Brazilian Journalism Research. Volume 11, nº2. 20015. Disponível em: <<https://bjr.sbp-jor.org.br/bjr/article/view/722>>. Acesso em: 15 mai 2019.

SILVA, Juremir Machado da. **1964: golpe midiático-civil-militar**. Porto Alegre: Editora Sulina, 2014.

SMITH, Anne-Marie. **Um acordo forçado: o consentimento da imprensa à censura no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

THOMPSON, John B. **Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.



Conflitos entre indígenas e ruralistas nos editoriais de jornais sul-mato-grossenses: enquadramentos a partir da ideologia da cultura¹

Maurício de Melo RAPOSO²
Marcos Paulo da SILVA³

Introdução

Os conflitos entre fazendeiros e indígenas arrastam-se há décadas em Mato Grosso do Sul. Entre os anos de 1985 e 2014 foram registrados 947 homicídios de indígenas no Brasil, sendo 420 destas ocorrências no Estado. Pelo menos um em cada dois casos de assassinatos de indígenas registrados no país entre 2003 e 2014 aconteceu no território sul-mato-grossense, indicando que a região concentrou no período 54,8% das mortes de indígenas brasileiros (CIMI, 2016). No dia 29 de agosto de 2015, mais um caso significativo engrossou as estatísticas: foi assassinado Semião Fernandes Vilhalva, de 24 anos, membro das etnias Guarani e Kaiowa, no município de Antônio João, localizado a 283 quilômetros ao sul da capital Campo Grande. A morte ocorreu após os produtores rurais da região se reunirem na sede do sindicato rural e decidirem retomar, utilizando-se de seus próprios meios, uma fazenda ocupada pelos indígenas, acarretando-se uma situação de conflito representativa para os parâmetros regionais – o que foi expressado por meio de “narrações jornalísticas” (SODRÉ, 2009).

O episódio relatado pode ser tratado como um “acontecimento” no sentido sociológico do conceito. Segundo Souza Martins (2010), o acontecimento é “um adensamento problemático” de contradições socioculturais e históricas. Constitui, ainda, um “ponto de reparo metodológico” a partir do qual o pesquisador arguto pode compreender a dinâmica da sociedade. Ademais, se os assassinatos podem ser entendidos como acontecimentos

¹ Capítulo baseado na dissertação *Enquadramento jornalístico dos conflitos entre indígenas e produtores rurais em Mato Grosso do Sul: discursos identitários como quadros de referência primários*. A banca foi realizada no dia 19 de abril de 2018 no Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (PPGCom/UFMS). A banca foi composta pelo orientador Prof. Dr. Marcos Paulo da Silva (UFMS), Prof. Dr. Levi Marques Pereira (UFGD) e Profa. Dra. Marcia Gomes Marques (UFMS).

² Doutorando em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-MG). Mestre em Comunicação pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). Cientista Social graduado pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). E-mail: maura-poso@hotmail.com.

³ Professor do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). Doutor em Comunicação Social pela Universidade Metodista de São Paulo (UMESP), com estágio de doutorado sanduíche pela Syracuse University (Nova Iorque, Estados Unidos). E-mail: marcos.paulo@ufms.br.

na acepção sociológica, do ponto de vista comunicacional trata-se também – no caso em crivo – de um episódio de “acontecimento jornalístico” (GOMES, 2009; SODRÉ, 2009) que tomou as páginas dos veículos midiáticos.

No plano contextual, os conflitos entre produtores rurais e etnias indígenas no Estado de Mato Grosso do Sul gerou nas últimas décadas uma série de repercussões sociais, políticas e jurídicas. Diversos grupos têm se mobilizado em torno da definição e da compreensão da natureza, das causas e dos sujeitos envolvidos, assim como da proposição de soluções para a contenda⁴. Tal disputa de posições também se revela um conflito simbólico pela conquista de legitimidade social. Parte dessas manifestações se dá nos meios de comunicação não apenas por intermédio das notícias, mas ainda a partir da “opinião publicada” por meio de editoriais que explicitam as opiniões dos veículos. Nesse cenário, este estudo investiga a relação entre elementos culturais e ideológicos e o conteúdo opinativo veiculado em dois dos principais jornais impressos de Mato Grosso do Sul: o *Correio do Estado*⁵, que, no período referente ao recorte empírico da pesquisa, apresentou um enfático tratamento jornalístico voltado aos conflitos entre

4 No campo político, duas CPIs (Comissões Parlamentar de Inquérito) na Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul refletiram em 2016 a disputa de posições: uma sobre o Conselho Indigenista Missionário (CIMI), entidade ligada à Igreja Católica, e outra sobre o Genocídio Indígena. Em âmbito nacional, a CPI da Funai-Incra, dominada por parlamentares da bancada ruralista, gerou relatório de 3385 páginas, apresentado em junho de 2017, onde se sugere o indiciamento de diretores de entidades que defendem a causa indígena, de antropólogos e de integrantes do Ministério Público Federal, além de pessoas que são denominadas de “falsos indígenas”. No campo jurídico, tramita a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 71 que permite a indenização de possuidores de títulos relativos a terras declaradas como indígenas expedidos até o dia 5 de outubro de 1988. Além disso, até o final de 2018 tramitava a PEC 215, que transferiria ao Congresso o poder das demarcações de terra que era da Fundação Nacional do Índio (Funai). Todavia, a primeira medida provisória (MP 870/19) editada pelo governo de Jair Bolsonaro após assumir o Governo Federal em 1 de janeiro de 2019 passou para o Ministério da Agricultura a atribuição de identificar, delimitar e demarcar terras indígenas e quilombolas.

5 O jornal *Correio do Estado* foi fundado em fevereiro de 1954 com o intuito político de defender e eleger para governador de Mato Grosso o candidato Fernando Corrêa da Costa (UDN), seu fundador inicial, que se contrapunha politicamente a Filinto Müller, do PSD. O veículo nasceu, por conseguinte, com forte orientação política vinculado à União Democrática Nacional, agremiação de ênfase conservadora. Mesmo com a mudança de propriedade do jornal, que posteriormente passou a ser administrado por José Barbosa Rodrigues, a pauta política nunca saiu do horizonte do periódico. No âmbito nacional, por exemplo, o veículo foi favorável à presença dos militares no poder após abril de 1964, acontecimento noticiado como “A revolução moralizadora que salvou esse país”. Anos mais tarde, o *Correio do Estado* militou em favor da divisão de Mato Grosso e a criação de Mato Grosso do Sul (DAL MORO, 2012, p. 23-24). Ativo desde sua fundação, o jornal é um dos três mais antigos ainda em circulação em Mato Grosso do Sul. Pertencente atualmente ao empresário Antonio João Hugo Rodrigues, com ativa atuação política no Estado (foi candidato a Deputado Estadual pelo Partido Trabalhista Cristão, em 2018, e a senador pelo Partido da Social Democrata, em 2014), o jornal integra o grupo *Correio do Estado de Comunicação*, do qual fazem também parte a *TV Campo Grande* (atualmente denominada SBT-MS, como afiliada ao Sistema Brasileiro de Televisão), a rádio *FM Mega 94*, o site de notícias *Correio do Estado* e a Fundação Barbosa Rodrigues. O jornal impresso é estruturado em editoriais fixas, como Política, Economia, Cidades, Esportes, Brasil, Mundo e Correio B, e editoriais esporádicas, que aparecem somente em algumas edições. De acordo com o Instituto Verificador de Circulação (IVC), o veículo tem tiragem média de 12 mil exemplares e atinge todas as regiões do Estado.

etnias indígenas e produtores rurais; e *O Progresso*⁶, jornal com publicação em Dourados, região dos principais conflitos entre indígenas e ruralistas no Estado. O ponto nevrálgico da pesquisa ancora-se na hipótese de fundo de que o conteúdo opinativo veiculado nos editoriais dos periódicos aciona referenciais simbólicos e culturais afeitos à “ideologia da cultura sul-mato-grossense” (BANDUCCI JR., 2009), concepção forjada historicamente em manifestações que remetem desde a década de 1930, dezenas de anos antes do processo oficial de desmembramento e criação do Estado.

Metodologia

Propõe-se na pesquisa investigar manifestações que definem o enquadramento das representações, dos valores, das ambiguidades, das contradições e das tendências, assim como dos personagens presentes na narrativa de natureza opinativa, a respeito do que se convencionou a chamar no meio jornalístico de “conflitos indígenas”. Em função do tipo de investigação, opta-se pela técnica de amostragem entendida como a seleção de dados de dimensão e de composição representativa de acordo com o objeto da pesquisa – a “amostragem sistemática não-probabilística de representatividade social” (LOPES, 2005), que culmina na seleção de conteúdo jornalístico durante os meses de agosto, setembro e outubro de 2015 a partir do tema supramencionado.

Adota-se como ponto central de observação das publicações o citado caso do assassinato do indígena Semião Fernandes Vilhalva, dos povos Guarani e Kaiowa, em Antônio João (MS), no dia 29 de agosto de 2015. Do ponto de vista metodológico, o evento é a objetivação de um ponto de reparo em que se manifesta a culminância das contradições sociais que se revelam enquanto problema comunicacional, uma vez que enseja a produção de uma variedade de expressões midiáticas: notícias, editoriais, comentários, charges e artigos de opinião. Do ponto de reparo, procedeu-se a leitura retrospectiva dos exemplares publicados de modo a identificar o

⁶ A primeira edição de *O Progresso* publicada em Dourados data de 21 de abril de 1951. Anteriormente, a produção do jornal teve como sede o município de Ponta Porã, distante 120 quilômetros. A refundação douradense do jornal foi empreendida pelo advogado Weimar Gonçalves Torres, filho do advogado paraibano José dos Passos Rangel Torres, então fundador da primeira versão do periódico na fronteira entre Brasil e Paraguai. Advogado e dono do jornal, Weimar não tardou a ingressar na política, sendo eleito vereador em 1950 pelo Partido Social Democrático (PSD), no qual se filiou em 1945. Em 1966, elegeu-se deputado federal por Mato Grosso; antes, já havia sido eleito deputado estadual (ROCHA, 2020). Em sua tese de doutorado, Rocha (2020, p. 90) destaca, por intermédio de revisões bibliográfica, a vinculação do jornal *O Progresso* com questões políticas locais e regionais, tornando-se instrumento político do fundador Weimar Torres. Além disso, o periódico também pode ser interpretado como um legitimador simbólico das mudanças ocorridas na região de Dourados na segunda metade do século XX, em especial a expansão da fronteira agrícola e a instituição do modelo do agronegócio. Veículo impresso de mais longa história em Mato Grosso do Sul, *O Progresso* deixou veicular neste formato no dia 27 de setembro de 2019 após 13.595 edições, passando a existir apenas na versão digital (ROCHA, 2020).

início da cobertura jornalística da série de eventos que levou ao desfecho trágico do dia 29 de agosto de 2015. Em seguida, foram acompanhadas as publicações realizadas após o ponto central até quando os fatos e eventos correlacionados deixaram de figurar nos jornais analisados.

No período selecionado pela pesquisa, durante os meses de agosto, setembro e outubro de 2015, circularam 57 exemplares do jornal *O Progresso* e 76 do *Correio do Estado*. Dos 57 exemplares de *O Progresso*, 41 contêm itens informativos e 9 contêm itens opinativos cuja temática refere-se a indígenas ou conflitos entre indígenas e proprietários rurais. Isso significa que 72% dos exemplares publicados contêm itens informativos e 16% contêm itens opinativos pertinentes. Ou seja, para cada exemplar com item opinativo, mais de 4 exemplares com itens informativos foram publicados. No tocante ao *Correio do Estado*, dos 76 exemplares que circularam no período, 35 contêm itens informativos, ou 47%, e 20 contêm itens opinativos, ou 27%, de relevância para a pesquisa. Isso significa que, aproximadamente, para cada dois exemplares que vincularam itens informativos um vinculou item opinativo. Para efeitos deste capítulo, todavia, o *corpus* de análise qualitativa é composto por 8 editoriais identificados no período em crivo; a saber: 5 editoriais publicados no *Correio do Estado* e 3 publicados no *O Progresso*. Como critério de identificação e seleção do material da pesquisa, embora se reconheça a artificialidade epistêmica da divisão entre informação e opinião (CHAPARRO, 2008), adota-se para fins metodológicos a classificação de gêneros e de formatos jornalísticos elaborada por Marques de Melo e Assis (2010).

De outra parte, a abordagem metodológica ampara-se na concepção de enquadramento jornalístico – ou *framing* –, conforme as abordagens de Enteman (1991, 1993), Gitlin (2003) e Kuypers (2009) a partir do conceito original de Goffman (2012). De acordo com Entman (1993), o enquadramento jornalístico acontece em pelo menos quatro locais no processo de comunicação: no comunicador, no texto, no receptor e na cultura. Centra-se aqui nos aspectos do texto, nas ausências e nas presenças de palavras-chave, frases, imagens estereotipadas e fontes de informação, em sua relação com a cultura, enquanto instância na qual se encontra o estoque de quadros primários acionados (GOFFMAN, 2012; CARVALHO, 2009). Entende-se que os referentes primários têm sua origem, significação e ressignificação em articulações simbólicas que disputam os sentidos do mundo e são expressões das diferenças e das desigualdades da realidade sociocultural: tal como a questão da “ideologia da cultura sul-mato-grossense” abordada neste estudo.

Operacionalmente, busca-se nas publicações que compõem o recorte empírico a atenção nos elementos-chave da construção dos argumentos, isto é: a) definição do problema; b) diagnóstico de causas; c) julgamentos morais; d) proposições de soluções (ENTMAN, 1991). A abordagem

se aproxima, portanto, da percepção de Kuypers (2009, p. 182, tradução nossa), segundo a qual “a análise de enquadramento pode ser usada para melhor entender os artifícios retóricos” da construção midiática. Parte-se, então, para o desvelamento da hipótese que ancora a análise.

A ideologia da cultura sul-mato-grossense

No dia 11 de outubro de 1977, o então Presidente da República, general Ernesto Geisel, assinou o decreto que criava o estado de Mato Grosso do Sul. Antes de significar a apoteose da trajetória dos desejos dos habitantes da porção meridional do grande estado de Mato Grosso, a secessão foi consequência do pragmatismo político exógeno, mais uma estratégia que visava à manutenção dos militares no poder central em Brasília (AMARILHA, 2006, p. 176). Até 1979, os elementos tangíveis de definição do novo Estado da federação estavam colocados: território, sede administrativa, poderes legislativo, judiciário e executivo. No entanto, os elementos simbólicos em torno dos quais a população pudesse se identificar ainda estavam por se definir. Criar um hino, um brasão e uma bandeira eram tarefas relativamente mais simples, mas ainda faltava algo essencial: uma identidade histórico-cultural que singularizasse o Mato Grosso do Sul entre os demais estados da federação.

Entraram em cena, assim, os *homens de letras*. Na consolidação da nova unidade federativa, ensejou-se o projeto de sistematizar, de selecionar e de divulgar uma *história* própria de Mato Grosso do Sul. Nesse cenário, os membros da Academia de Letras e História de Campo Grande (ALH-CG, fundada em 1972), investidos de seus poderes simbólicos, fundaram, em 1978, o Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul (IHG-MS) e a Academia Sul-Mato-Grossense de Letras (ASL), entidades coirmãs. Uma série de esforços foi empenhada nessas agremiações na construção de “uma história que contemple e contenha o estado de Mato Grosso do Sul como um todo” (AMARILHA, 2006, p. 177) e de uma identidade sul-mato-grossense que justificasse a existência de um “ser do sul”, suficientemente diferente dos povos do “norte”. Todo esse trabalho, de acordo com Banducci Jr. (2009, p. 107-108):

Visava ao mesmo tempo encontrar referências genuínas e construir um núcleo de significados que desse consistência simbólica ao novo contexto cultural que, se a partir daquele momento começava a ganhar forma, mantinha-se vinculado ao antigo conteúdo.

Sob a ótica da antropologia cultural, Banducci Jr. (2009) defende que a construção simbólica que se seguiu à secessão de Mato Grosso erigiu-se sobre uma revisão ou seleção histórica de elementos singularizantes da trajetória da porção meridional do grande estado mato-grossense. Soma-se

a isso um novo discurso identitário, construído nos anos que se seguiram à criação de Mato Grosso do Sul, ligados à temática ambiental, de revalorização do Pantanal e dos personagens pantaneiros. Amarilla (2006) e Queiroz (2006), por sua vez, seguem pormenorizadamente a trilha do que Banducci Jr. (2009) denomina de “antigo conteúdo” da elaboração identitária do sul-mato-grossense. Tratam-se de formulações sistemáticas de intelectuais, ligados ou oriundos da elite política e econômica do sul do antigo Mato Grosso, principalmente da chamada “geração de 1930”.

Para os efeitos deste estudo, não se pretende problematizar a discussão sobre a identidade sul-mato-grossense em si⁷, mas servir-se de seu escopo para a reflexão posterior sobre a relação das opiniões publicadas em dois dos principais jornais regionais e suas ligações hipotéticas com tais discursos identitários, estabelecendo os enquadramentos sobre os conflitos entre indígenas e produtores rurais. Para tanto, partilha-se com Banducci Jr (2009, p. 108) o pressuposto de que “a construção da identidade de um povo é um processo não apenas dinâmico e segmentado, mas contraditório e ideológico, na medida em que se constitui num esforço por justificar, racionalizar e legitimar diferenças internas”.

O denominado “antigo conteúdo” é bem exemplificado nas construções dos grupos divisionistas da década de 1930. Somente naquele período emergiu-se um pensamento sistemático e militante que defendia claramente a divisão de Mato Grosso (BITTAR, 2009). As primeiras sistematizações sobre uma identidade sul-mato-grossense se estabeleceram em oposição ao discurso dos intelectuais cuiabanos que projetaram, nas duas primeiras décadas do século XX, uma reelaboração positiva das representações do povo mato-grossense. Segundo Queiroz (2006), pode-se dividir os elementos históricos da constituição do discurso identitário em dois blocos de representações: o primeiro, formado por uma redistribuição interna dos estigmas atribuídos ao povo de Mato Grosso, o que significa atribuir aos povos do centro e do norte do Estado as velhas representações negativas; e o segundo, que se constitui de apropriações e de transformações da identidade mato-grossense formulada, principalmente, no âmbito do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso, a partir de 1919. Com essas operações de deslocamento e de resignificação retórica, as formulações engendradas pelos intelectuais do sul do Estado estabeleceram uma identidade de contraste que almejava demarcar limites entre o “nós” e o “eles”, aqui significando, respectivamente, os mato-grossenses do sul e os mato-grossenses do centro e do norte.

A partir da ascensão econômica do sul de Mato Grosso surgiram as reivindicações separatistas mais contundentes das elites locais. Com o fim

⁷ Não há neste trabalho a intenção precípua fazer uma abordagem específica das construções identitárias, oferecendo um contraponto discursivo e crítico, mas, tão somente, apresentá-las como hipotéticos marcos de referência primários que alimentam as construções midiáticas, observando os passos teórico-metodológicos adotados.

da Guerra do Paraguai, em 1870, três aspectos relevantes passaram a explicar o empoderamento da porção sul. Primeiramente, Corumbá – à margem do rio Paraguai na fronteira com a Bolívia – passou a receber embarcações que faziam a ligação até a foz do rio da Prata, o que alavancava o comércio local, principalmente com a consolidação da indústria da erva mate. Como segundo aspecto, tem-se o grande influxo migratório de população oriunda de São Paulo, de Minas Gérias, do Paraná e do Rio Grande do Sul, além da chegada de estrangeiros, cujo maior contingente era de origem paraguaia. Por fim, há a finalização da construção da ferrovia ligando o interior de São Paulo ao rio Paraguai, mais especificamente, Bauru (SP) a Porto Esperança (MS), posteriormente conhecida como ferrovia Noroeste do Brasil (NOB), em 1914, o que proporcionou a ligação de Corumbá com os grandes centros do país e, por outro lado, ensejou o crescimento da importância de Campo Grande, que posteriormente superaria cidade fronteiriça como centro mais dinâmico da economia do sul de Mato Grosso, transformando-se na principal rival de Cuiabá na condução dos rumos do Estado.

Os três aspectos históricos assinalados aumentaram a desigualdade econômica da porção meridional em relação às terras setentrionais do estado de Mato Grosso e forneceram, por conseguinte, os elementos desencadeadores de divergências políticas entre as elites sediadas em Cuiabá, capital do Estado, e as novas elites sulinas. O resultado da exploração dos componentes-chave da identidade é o que se verifica como primeiro bloco de representações herdadas da intelectualidade cuiabana e ressignificadas pelos representantes do sul de Mato Grosso. Durante as décadas de 1920 e 1930 passou a ser gestada a chamada geração de 1930 (BITTAR, 2009), que apresentou as primeiras sistematizações das reivindicações de secessão de Mato Grosso nos documentos produzidos pela “Liga Sul-mato-grossense”, fundada por jovens que estudavam no Rio de Janeiro, filhos das elites do sul do Estado. Três documentos principais foram lançados: um *Manifesto aos habitantes do sul de Mato Grosso*, de outubro de 1933; um *Manifesto da mocidade do sul de Mato Grosso ao Chefe do governo provisório*, de janeiro de 1934; e uma *Representação dos sulistas ao Congresso Nacional Constituinte*, de março de 1934. Por fim, lançou-se outro documento em resposta a críticas atribuídas ao então general Rondon, *A divisão do estado: resposta ao General Rondon*, também de março de 1934, que apresentava o mesmo teor dos anteriores.

Erigiram-se, assim, os alicerces de uma identidade contrastiva pela qual se buscava saber “o que se é” a partir da negação daquilo que pertence ao outro. Concernente ao primeiro bloco, o que se revela é uma verdadeira campanha iconoclasta contra tudo que se referia à Cuiabá e aos povos do norte e centro do estado. A pecha de “atrasado” e “decadente” torna-se atributo dos “nortistas”. Desde as técnicas de criação de gado até a falta de ímpeto industrial, passando pela desqualificação da cidade de Cuiabá,

constituem-se os elementos inferiorizantes atribuídos ao norte em relação ao sul. Chega-se a “ridicularizar” Rondon, por este acreditar que, segundo os separatistas:

Amar verdadeiramente o Estado é considerar Cuiabá a melhor cidade do mundo, o rio Cuiabá um paraíso, embasbacar-se na grandiosidade das florestas nortistas, deliciar-se com danças inocentes de Nhambiquaras e caçadas valentes de Bororós, gozar histórias de montanhas de ouro e diamantes. (A DIVISÃO DE MATO GROSSO..., 1934, *apud* QUEIROZ, 2006, p. 162).

Deste trecho, destaca-se a referência depreciadora às matrizes e práticas culturais indígenas, marcando, de forma enfática, a dicotomia entre uma suposta cultura nativa inferior e, como ficará claro mais adiante, a cultura sobreposta modernizante e civilizada. A um só tempo estabelecem, portanto, uma alteridade em que o elemento indígena define o que o “nós”, os sul-mato-grossenses, não se constitui. Por outro lado, também tenta-se desvincular a “civilização sulista” de qualquer influência de Cuiabá e enfatizar a presença de um contingente populacional oriundo de outros estados da federação. O sul teria sido ocupado por grupos populacionais vindos de Minas Gerais, de São Paulo e do Rio Grande do Sul, além de imigrantes estrangeiros, sejam paraguaios ou de outros continentes. A essa origem são atribuídas diferenças marcantes, como a disposição para o trabalho e a associação atávica à modernização.

Após estabelecer um contraste com os povos do centro e do norte de Mato Grosso a partir da negação do que “eles” representam, no segundo bloco são explicitadas as características constitutivas dos “povos do sul”. Pode-se perceber que “é desde logo notável a negação do papel do indígena na formação histórica da região” (QUEIROZ, 2006, p. 163). De fato, além de não aparecer explicitamente no discurso da “geração de 1930”, os povos nativos da região são deliberadamente excluídos do imaginário histórico: nos documentos da década de 1930 o que se lê é que “os atuais descendentes dos primeiros invasores ocuparam terras virgens, que os espanhóis abandonaram ante a batida paulista, dois séculos antes” (QUEIROZ, 2006, p. 163). Além disso, há a afirmação de que os migrantes mineiros fundaram a cidade de Santana do Paranaíba “no deserto”.

Se as terras estavam vazias, a consequência lógica esperada é a valorização do “pioneirismo”. O espírito pioneiro e protetor das fronteiras nacionais é ressignificado como elemento constitutivo dos povos do sul. O pioneiro é valorizado como aquele que encontrou um deserto vasto nas terras sulistas e as transformou numa opulenta manifestação de modernidade, de civilização e de desenvolvimento. A estes atribuem, inclusive, o modo de se fazer política pelas armas como um “dever cívico”. Nesse sentido, ao

pioneirismo junta-se a política por meio das armas como critérios de mando nos argumentos dos divisionistas da década de 1930.

Afinados, portanto, às ideias modernistas que pululavam entre intelectualidade brasileira (SCHWARCZ, 1993; ORTIZ, 1988), passam a pronunciar-se, não raro em viés racista; “chega-se mesmo a mencionar com orgulho a *eugênica mocidade* do sul” (QUEIROZ, 2006, p. 165). Além disso,

No tocante a essa apropriação de elementos da identidade já construída, o que mais se destaca são os esforços dos sulistas no sentido de rechaçarem qualquer pecha de *barbárie* e se afirmarem a si próprios como *civilizados*, *modernos* e economicamente *desenvolvidos* (QUEIROZ, 2006, p. 164, grifos do original).

Isso fica claro no jogo de oposições em que colocam o sul como dinâmico e civilizado e o centro/norte como estatista e decadente. São, portanto, destes documentos elaborados pela “Liga Sul-Mato-Grossense” que se depreende o núcleo histórico das representações que os *homens de letras* de Mato Grosso do Sul trarão à tona na conformação da identidade sul-mato-grossense após a criação do Estado. Como consequência, as visões de um indígena como reminiscência anacrônica e avessa à civilização se espria nos discursos, encontrando pontes com a retórica contemporânea. Ademais, os nativos, historicamente, são vistos como inimigos do “homem sul-mato-grossense” que, em verdade, estiveram “sujeitos aos constantes assédios dos índios e aos ataques de bandoleiros” – um dos cerne do que Banducci Jr. (2009) caracteriza como a “ideologia da cultura sul-mato-grossense”.

Por outro lado, os indígenas são erguidos como símbolos do povo de Mato Grosso do Sul⁸. Pode parecer uma contradição, mas, em uma análise mais detida, percebe-se que o indígena é retomado de forma idealizada e relegada a um passado idílico, inexistindo como cidadão – isto é, destituído de seus direitos de cidadania – na contemporaneidade (BANDUCCI JR., 2009). Recupera-se, nesse contexto, a hipótese de que os conteúdos opinativos dos editoriais veiculados na imprensa sul-mato-grossense, em especial em dois de seus principais periódicos, *Correio do Estado* e *O Progresso*, acionam como quadro de referência primário os referenciais simbólicos e culturais afeitos à “ideologia da cultura sul-mato-grossense” (BANDUCCI JR., 2009) quando em pauta estão os chamados “conflitos indígenas”.

Os editoriais do *Correio do Estado*

Os editoriais publicados no *Correio do Estado* no período que compõe o recorte empírico desta investigação acompanham o decorrer da co-

8 O principal parque do Estado e ponto turístico de Campo Grande, fundado em 1993, por exemplo, é denominado “Parque das Nações Indígenas” e exhibe uma imponente estátua de um guerreiro Guaicuru.

bertura dos fatos apresentados nos itens informativos – ou seja, nas notícias e nos relatos factuais do conflito eclodido no final de agosto de 2015 na porção sul de Mato Grosso do Sul. No início, logo no dia 28 de agosto, véspera do assassinato do indígena Semião Vilhalva, identifica-se um editorial – *Sem luz no fim do túnel* – cuja intenção principal é prevenir sobre uma possível consequência catastrófica. O título evidencia um tom fatalista e alarmante, sugerindo que não se vislumbra solução para o conflito entre fazendeiros e indígenas. Nesse primeiro momento, salienta-se que o posicionamento editorial assume as vozes dos proprietários rurais explicitamente como fonte veraz de informações, suficiente para a caracterização dos fatos.

No conflito mais recente, que teve início no último fim de semana, no município de Antônio João, distante 282 quilômetros da capital, na fronteira com o Paraguai, cinco fazendas foram invadidas por índios da etnia guarani kaiowa. Ao todo, segundo os proprietários, são aproximadamente 10 mil hectares de áreas ocupadas e reivindicadas (CORREIO DO ESTADO, p.2, 28 ago. 2015).

Mais à frente, a voz dos produtores rurais é novamente evocada na caracterização e julgamento moral (c) de personagens envolvidos.

“Terceiros interessados” no conflito, como é o caso, por exemplo, do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), vinculado à igreja católica, em vez de apagar o incêndio que já dura décadas, jogam ainda mais gasolina nas chamas. Os produtores rurais de Antônio João, conforme informação publicada na edição de ontem do Correio do Estado, são categóricos em afirmar que o grupo católico atua diretamente nas invasões, criando condições para que elas ocorram. Logo a igreja, que em outros séculos chegou a ser lembrada justamente pela exploração de povos indígenas. (CORREIO DO ESTADO, p. 2, 28 ago. 2015).

Em nenhum momento, outra voz, senão a dos produtores rurais, é acionada a fim de oferecer um contraditório ou relativizar as posições. Logo, portanto, nesse primeiro texto observa-se a política editorial do veículo refletindo a política de opinião dos produtores rurais, sistematizada, principalmente, por entidades que os representam, a exemplo da Federação da Agricultura e Pecuária de Mato Grosso do Sul (FAMASUL).

Sobre o primeiro editorial, pode-se ainda afirmar que se destaca por introduzir os personagens e as funções de enquadramento que persistirão e se confirmarão nos demais textos. Os indígenas, os proprietários rurais, o Governo Federal e “terceiros interessados” (CIMI, Igreja Católica) são os personagens integrantes da narrativa. Os termos que os (des)qualificam são, respectivamente, “invasores”, “invadidos”, “incompetente e ausente”

e “jogam gasolina na chama” (incentivadores de invasão). O problema (a) apresentado no texto são os conflitos entre fazendeiros e indígenas, causados (b) pelas invasões de terra executadas pelos indígenas e fomentadas pelos “terceiros interessados”. Outro problema (a) é a não intervenção do Governo Federal no conflito, que seria responsável pelo tom fatalista e desesperançoso do título do editorial.

Nos três editoriais seguintes, do dia 30 de agosto, 04 e 20 de setembro de 2015, a intenção é reforçar o entendimento de que o Governo Federal é o grande responsável pelos conflitos: “A ausência sentida nesse conflito é justamente de quem mais poderia agir para que ele cessasse: o Governo Federal” (*CORREIO DO ESTADO*, 30 ago. 2015); “Enquanto isso, até agora, não há nenhum indício de que o Governo Federal cumpra a promessa de solucionar o impasse das ocupações de terras por indígenas em Mato Grosso do Sul” (*CORREIO DO ESTADO*, p. 2, 20 set. 2015). Dessa forma, os argumentos buscam estreitar a relação causal (b) entre o conflito de terra e a incompetência administrativa do Governo Federal.

O índio, tutelado pela União, e os proprietários de terra, que usam como principal argumento no embate o direito à propriedade, estão abandonados pelo seu principal mediador. Este conflito no interior de Mato Grosso do Sul é mais um exemplo da desorganização do Governo Federal, que lida com as demandas de seus cidadãos na fronteira da mesma maneira desastrosa que atua na economia: ampliando uma crise em vez de atuar para mitigá-la (*CORREIO DO ESTADO*, p. 2, 30 ago. 2015).

No excerto acima, assim como em outras passagens dos textos, nota-se uma ampliação das definições e o estabelecimento de relações entre personagens. O indígena agora é também tutelado pela União e, portanto, mantém uma relação com o Governo Federal. Este, por sua vez, é concretizado no discurso também pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI), sugerindo uma cumplicidade entre esses dois personagens. O CIMI e a FAMASUL são estabelecidos como representantes legítimos dos dois lados envolvidos no conflito. Por conseguinte, a posição editorial afasta-se, no plano retórico, da política de opinião da FAMASUL. A estreita sintonia entre política editorial e política de opinião dos proprietários rurais, evidente no primeiro editorial, agora não se pronuncia, mas ainda está presente de forma implícita: ao estabelecer os polos da disputa, de um lado, os proprietários rurais, com direito à propriedade, e a FAMASUL; e, de outro lado, os indígenas, o Governo Federal e o CIMI; em seguida, ao atribuir a responsabilidade pelos conflitos ao Governo Federal. A posição editorial, destarte, indica o primeiro lado como vítima, sujeito passivo da ação do segundo bloco de personagens, o qual seria responsável pelas contendas e pela falta de solução.

Nesses três editoriais percebe-se, ainda, a ampliação das funções de enquadramento. A proposição de soluções (d) aparece de forma clara: a solução é a intervenção federal através de “atitudes mais enérgicas e resolutivas” (*CORREIO DO ESTADO*, p. 2, 04 set. 2015), o cumprimento da reintegração de posse e a “aprovação da PEC 71, que fixa indenização aos donos das terras que foram demarcadas como reservas indígenas a partir do dia 05 de outubro de 2013” (*CORREIO DO ESTADO*, p. 2, 20 set. 2015). À definição do problema (a) são acrescentados termos-chave que conformam o enquadramento: “batalhas de uma guerra que já dura décadas” e “bomba que está prestes a explodir”; assim como às causas (b):

Grande parte do conflito agrário entre índios e produtores nasceu da política do governo federal; na época, personalizado pelo Serviço de Proteção ao Índio (SPI) com demarcação de terras indígenas, verdadeiras colônias agrárias, que delimitaram os espaços das comunidades. De outro lado, muitas áreas foram vendidas a produtores de boa-fé, passando para outras gerações que, agora, enfrentam o problema criado há décadas (*CORREIO DO ESTADO*, p. 2, 04 set. 2015).

No dia 14 de outubro de 2015, é publicado o editorial *Duas CPIs, pouca ação*, cuja intenção central é estabelecer uma crítica à criação de duas Comissões Parlamentares de Inquérito (CPIs) na Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul. Tal publicação é uma tentativa de defender um ponto-chave do enquadramento apresentado pelo *Correio do Estado* que, naquele momento, enfrentava um contra-argumento factual. Desde o início da cobertura jornalística, os editoriais se erigiram insistindo que a causa central do conflito é o Governo Federal, seja por incompetência, por inércia ou por descumprimento de promessas. No entanto, a criação de uma CPI para investigar o envolvimento do CIMI – iniciativa de deputados representantes dos proprietários rurais – e outra para apurar a responsabilidade do Governo Estadual no genocídio de indígenas entre os anos de 2000 e 2015 – esta como resultado da mobilização de deputados que representam grupos indígenas – atinge em cheio o ponto central do enquadramento proposto pelos editoriais até então.

A criação das CPIs desloca a responsabilidade pelos conflitos do plano federal para o plano estadual. Em outros termos, o que até esse ponto da cobertura era atribuído ao Governo Federal – o acirramento do conflito entre fazendeiros e indígenas – passa a ser corresponsabilidade dos “terceiros interessados” e do Governo Estadual. Em termos retóricos, a criação das CPIs na Assembleia constrói-se como uma espécie de “confissão de culpa” dos grupos diretamente envolvidos no conflito. A intenção do editorial, diante dessa circunstância, consiste em desqualificar as duas CPIs, insistindo que elas estariam desviando os esforços e gerando ações inúteis; e,

consequentemente, tentar preservar o núcleo de sua interpretação causal.

O enquadramento exibido nos editoriais oferece uma narrativa básica em que a posição da empresa jornalística se evidencia logo no primeiro texto. Os personagens envolvidos e os julgamentos que os caracterizam, a definição do problema e a sinalização das explicações causais são apresentados. Nos demais textos publicados, observa-se um refinamento da caracterização dos personagens (muitas vezes oscilando julgamentos) e das explicações causais, além da proposição de soluções. De maneira geral, o enquadramento propõe que o conflito se estabelece entre produtores rurais – caracterizados sempre com termos neutros, positivos ou vitimizadores – e os demais personagens – qualificados, pelo menos uma vez, negativamente. Como demonstrado acima, chega-se a estabelecer, implicitamente, uma relação de cumplicidade entre Governo Federal, CIMI e indígenas. No entanto, estes últimos sempre são colocados numa posição de inferioridade, pois são supostamente manipulados, tutelados e induzidos a agir.

No apontamento das causas do conflito, nota-se um deslocamento da responsabilidade dos personagens diretamente envolvidos para um ente longínquo, no caso, o Governo Federal. Tal movimento esvazia a discussão sobre os atos de fazendeiros e indígenas. Num vértice retórico, o assassinato de Semião Vilhalva é apenas um dado, uma consequência lógica. A reunião e deliberação de fazendeiros, que decidem usar os próprios meios para retomar uma fazenda, são vistos como uma ação natural e esperada. Esse ponto de vista é constantemente reforçado pela enumeração de conflitos anteriores, asseverando, pela repetição, a naturalização de atos violentos. Para efeitos de contextualização, em meados de 2015 o Governo Federal enfrentava uma crise econômica e política pronunciadas. A presidente Dilma Rousseff era alvo de uma série de críticas sobre a condução da economia, além de uma oposição contundente no parlamento, alimentada, principalmente, pelos desdobramentos dos escândalos de corrupção divulgados nos meios de comunicação em todo o Brasil. Em Mato Grosso do Sul, o jornal *Correio do Estado* assumia o mesmo tom de críticas ao Governo Federal. Esse contexto fornece os elementos principais constituintes do enquadramento construído para a compreensão dos conflitos que eclodem no longínquo município de Antônio João.

Na construção do argumento central do enquadramento proposto pelos editoriais, observa-se, portanto, uma estratégia retórica que tem por objetivo restringir as possibilidades causais e explicativas. O texto parte de uma assertiva que poderia ser válida, ao menos conjunturalmente, em outro contexto, para tornar aceitável uma explicação causal que não teria força explicativa sem a aceitação da primeira assertiva. Em termos retóricos, a assertiva válida: “o Governo Federal é incompetente na gestão da economia do país”; assertiva restritiva: “o Governo Federal é incompetente para solucionar o conflito entre indígenas e proprietários rurais”. A repetição dessa

associação nos vários editoriais publicados no período completa a construção de um jogo de forças, tendo em vista que funciona com base no esquecimento de que não se explicou aquilo de que se fala: os motivos dos conflitos⁹. Ou seja, do ponto de vista retórico, a vinculação entre incompetência econômica e incompetência na solução dos conflitos fundiários encerra a discussão num quadro de referência compartilhado: gestão/administração. Todo e qualquer problema na economia é posto como uma questão de equalização eficiente e eficaz por meio da racionalização das ações dos agentes, conscientes dos meios disponíveis e dos fins almejados. Da mesma forma, os conflitos entre fazendeiros e indígenas seriam supostamente solucionados pela administração dos interesses em jogo. O enquadramento construído negligencia fatores da disputa simbólica que encontram suas fundamentações no campo dos valores e das tradições para cuja solução nada, ou muito pouco, concorrem medidas de gestão, puramente administrativas.

O quadro de referência tem sua origem, significado e articulação simbólica (GOFFMAN, 2012; CARVALHO, 2009) afeitos a um plano político-administrativo mais amplo e encontra sua legitimidade numa polarização político-partidária que não se relaciona diretamente com os conflitos entre indígenas e proprietários rurais. Nesse plano, os interesses, crenças e a visão de mundo de um dos lados em conflito, no caso, os proprietários rurais, encontra maior ressonância na posição assumida pelo jornal estudado. O enquadramento construído a partir do quadro primário de referência alicerçado na dicotomia político-administrativa permite um acordo entre o sujeito midiático – a empresa jornalística *Correio do Estado* – e os atores extramediáticos – predominantemente, os proprietários rurais – no estabelecimento de um enredo verossimilhante (SODRÉ, 2009). Entende-se como um “enquadramento restritivo” porque ofusca as complexidades envolvidas nos conflitos entre fazendeiros e indígenas em Mato Grosso do Sul. No entanto, o argumento não resiste ao imperativo dos fatos. Quando duas CPIs regionais são instituídas para investigar as responsabilidades dos personagens locais, a fragilidade do enquadramento se manifesta e uma contradição se estabelece. A verossimilhança esvai-se na parcialidade, na insuficiência e na restrição ao posicionamento de uma das partes envolvidas no conflito.

Os editoriais de *O Progresso*

O jornal *O progresso* publicou três editoriais no período de abrangência da pesquisa. São de conteúdo predominantemente informativo e redigido em estilo intelectual, com a apreciação de dados estatísticos e abordagens jurídicas na fundamentação dos argumentos (BELTRÃO, 1980). Em termos retóricos, acom-

⁹ Etnograficamente falando, faz-se preciso registrar que o acirramento do conflito decorre de experiências concretas vivenciadas em Mato Grosso do Sul nos últimos 30 anos.

panham as ocorrências dos fatos apresentados no gênero informativo e objetivam analisar causas.

O primeiro editorial foi publicado no dia 01 de setembro de 2015, quando já haviam passado três dias desde a morte de Semião Vilhalva, em Antônio João. O título vai direto ao assunto: *Invasões de Propriedade*. Entre os problemas (a) apresentados está a “violência instalada em Antônio João causada (b) por ONG’s que instigam e fomentam o conflito. Consequentemente, também é um problema (a) “a manipulação dos indígenas por ONG’s e pessoas que vivem da causa” e a crescente legitimidade que as ocupações ganham entre as autoridades. Tudo isso, segundo o jornal, é decorrência (b) dos “ouvidos moucos das autoridades” e da lentidão do judiciário na execução da reintegração de posse aos fazendeiros. Os julgamentos morais (c) aparecem na construção dos argumentos. As “invasões de terra” promovidas pelos indígenas são equiparadas à exploração de madeira e ao garimpo ilegal em terras já demarcadas, declaradas e homologadas como indígenas. Da mesma forma, dá a entender que o direito à terra reivindicado pelos indígenas se equivaleria ao direito de propriedade dos produtores rurais. A partir do momento, portanto, em que o judiciário desconsidera tais equivalências, conclui o jornal, os julgamentos seriam parciais e favoreceriam os indígenas. A conclusão a que chega o periódico parte de um pressuposto valorativo em relação aos direitos dos indígenas e dos não indígenas particular, relativa, mas, na construção do discurso, apresentada como universal e absoluta.

Os personagens apresentados são os produtores rurais, os indígenas, ONG’s (defensores da causa indígena), o Governo Federal e o poder judiciário. No entanto, o elenco de termos qualificadores associados aos dois primeiros é mínimo, a ponto de ser imperceptível um posicionamento entre os polos do conflito na caracterização dos personagens envolvidos diretamente. Quanto às ONG’s, não hesita em atribuí-lhes o ônus pelo estado de violência: seriam os verdadeiros manipuladores, aproveitadores, que fazem do conflito um meio de subsistência. Da mesma forma, o Governo Federal e o poder judiciário são vistos, o primeiro, como negligente e inoperante e, o segundo, parcial, hesitante e moroso.

O segundo editorial é publicado no dia seguinte, 02 de setembro de 2015. Mais uma vez o tema é a violência que se abate sobre a região de Antônio João, município localizado na fronteira com o Paraguai; daí o nome: *Pacificando a Fronteira*. Inicia o texto relembando o episódio de resistência à invasão do exército paraguaio, em 1864, quando o tenente Antônio João e 16 homens enfrentaram, até a morte, 300 soldados das forças de Solano Lopes. O problema (b) continua sendo, além da violência, a falta de iniciativa do Governo Federal. Diferentemente do texto anterior, constrói seu argumento sobre dados estatísticos revelados pelo próprio Governo Federal e, também, trabalhados e projetados nos argumentos e demandas dos movimentos indígenas organizados, mais especificamente, a Articulação dos Povos Indígenas

do Brasil (APIB)¹⁰. A informação central que fundamenta a opinião é que a execução orçamentária dos recursos previstos para investimento na ação denominada Fiscalização e Demarcação de Terras Indígenas, Localização e Proteção de Índios Isolados e de Recente Contato foi muito baixa. No primeiro mandato da presidente Dilma Rousseff apenas 40% do orçamento foi executado. Destaca-se que nesse editorial a fonte de informações e de demandas são os movimentos indígenas. A conformação dos personagens centrais não muda substancialmente. O governo continua parcial e inoperante, mas o exército é enaltecido como único representante imparcial do Estado. Os índios e fazendeiros são vistos ainda como vítimas. Mas os indígenas saem da condição de passividade inocente para se lançarem como sujeitos políticos organizados e conscientes de seus direitos.

O terceiro editorial foi publicado no dia 27 de outubro. Trata-se de uma ponderação acerca de um tema de momento, em estilo acadêmico, com discussão de dados estatísticos e defesa de uma tese: não há genocídio de indígenas em Mato Grosso do Sul. O contexto era o surgimento das duas Comissões Parlamentares de Inquérito (CPI's) na Assembleia do Estado de Mato Grosso do Sul. Uma que intenciona investigar o envolvimento do Conselho Indigenista Missionário (CIMI) nas ocupações de terra e a outra para questionar a responsabilidade de órgãos estaduais no genocídio de indígenas. O texto, portanto, discute a noção de “genocídio”. Apresenta, inicialmente, um conceito geral e histórico se remetendo às experiências nazistas da Segunda Guerra Mundial. A seguir, discute dados da Superintendência de Inteligência de Segurança Pública do Estado de Mato Grosso do Sul para refutar a afirmação, atribuída a “ONG's e grupo de intelectuais”, de que os indígenas estariam sendo vítimas de genocídio no estado. Pode-se dizer que é um editorial circunstancial (BELTRÃO, 1980), pois se restringe à apreciação de um certo tema objetivando atingir um resultado político da defesa de um ponto de vista. O problema (a) central é o “desvirtuamento do sentido de genocídio e, mais uma vez, a causa (b) é a manipulação de ONG's e grupos de intelectuais envolvidos na causa indígena.

Dois jornais, duas formas de se relacionar com a questão

Retoma-se neste ponto a discussão sobre a relação entre opinião pública, opinião publicada e política de opinião a partir das análises dos editoriais publicados nos jornais *Correio do Estado* e *O Progresso*. Ponde-

10 A APIB surgiu no Fórum Indígena Nacional de Lideranças Indígenas, durante o Acampamento Terra Livre, um grande encontro e manifestação de lideranças indígenas ocorrida na Esplanada dos Ministérios, em Brasília – DF, em 2005. Congrega as seguintes entidades: Articulação dos Povos Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo – APOINME; Articulação dos Povos Indígenas do Sul – ARPINSUL; Articulação dos Povos Indígenas do Pantanal – ARPAPAN; Grande Assembleia dos Povos Guarani Kaiowá – Aty Guasu; Articulação dos Povos Indígenas do Sudeste – ARPINSUDESTE; Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira – COIAB.

ra-se, para iniciar, que se tratam de abordagens que apresentam ao mesmo passo linhas de intersecção e divergências. Faz-se necessária a reflexão sobre o significado dos enquadramentos propostos nos textos em sua dinâmica de articulação da opinião pública com as opiniões publicadas e as políticas de opinião em disputa quando a temática circunscreve os povos indígenas e os seus conflitos com proprietários rurais em Mato Grosso do Sul.

No jornal *Correio do Estado*, faz-se possível observar o alinhamento discursivo entre a política editorial e a política de opinião defendida, principalmente, pelos grupos que representam os interesses dos produtores rurais desde o início da cobertura dos fatos. O primeiro editorial apresentado nesta análise é explícito na tomada de posição ao “filiar-se”, acriticamente, às percepções e opiniões de proprietários rurais. Destes, toma para si as representações sobre os personagens envolvidos, principalmente indígenas e os movimentos sociais organizados. O enquadramento proposto estabelece uma ponte entre opinião publicada e senso comum, estabilizando a realidade social (SODRÉ, 2009), à medida que aciona elementos afeitos a uma ideologia da cultura sul-mato-grossense, nesse caso comparecendo como quadro de referência primário compartilhado não apenas pelo grupo de interesse, mas sobretudo (por isso a importância) difundido entre a comunidade de sentido, à qual se dirige o jornal.

Este quadro de referência primário, que penetra e molda os discursos veiculados no jornal, seleciona, silencia e exacerba características da realidade social e, sobretudo, indica o sentido e a forma como deve ser decodificada a realidade, porque é compartilhado e estrutura a experiência dos sujeitos envolvidos na ação (GOFFMAN, 2012). Concernente à hipótese central da pesquisa, a conformação de enquadramentos midiáticos relacionados ao que Banducci Jr. (2009) caracteriza como “ideologia da cultura sul-mato-grossense”, a construção apresentada nos editoriais do jornal *Correio do Estado* não se forma propriamente a partir de uma identidade contrastiva em que a legitimidade de um “nós” contra um “eles” se baseia em elementos diacríticos que definem o “ser” sul-mato-grossense. O plano semântico em que se insere o enquadramento diz respeito, antes, à dicotomia política, administrativa e partidária representada, grosso modo, pela polarização situação-Governo Federal/oposição-governo regional, em que o “nós” localiza-se no segundo polo e o “eles” no primeiro. Porém, a ocultação da cidadania das etnias indígenas, marca decalcada na identidade forjada desde a “geração de 1930”, encontra uma vez mais vazão no silenciamento da política de opinião estudada. É, portanto à medida que a ideologia da cultura sul-mato-grossense estrutura a experiência da vida cotidiana em Mato Grosso do Sul, que ela conforma eficientemente o discurso midiático local.

Por outro lado, ao observarem-se as construções veiculadas no jornal *O Progresso*, encontra-se outra forma de estruturação discursiva dos edito-

riais publicados. O debate se dá em torno de ideias acerca dos direitos de proprietários rurais e indígenas, de políticas públicas concernentes aos grupos envolvidos, de repercussões dos conflitos para o equilíbrio econômico, político e social da região, mas, diferentemente das construções apresentadas no jornal da capital do Estado, não há explicitação de atributos morais qualificadores que estabelecem diferenças de *status* social, ou estamental, entre as partes envolvidas. Os discursos, nesse sentido, aproximam-se mais, tomando como ponto de comparação os textos publicados no *Correio do Estado*, de uma mediação entre política e moral que busca sua legitimidade no exercício da razão e na possibilidade do equilíbrio de posições inicialmente conflitantes (ESTEVEVES, 2003). Não se defende aqui, no entanto, que o jornal douradense seja uma completa esfera democrática e pluralista. Entre a maioria dos editoriais verifica-se certa sintonia de posições, mas não só há presença, mesmo que minoritariamente, de posição conflitante, como os termos do debate pressupõem mais equilíbrio de *status* dos debatedores.

Todavia, não se pode deixar de levar em consideração que a comparação se estabelece entre um jornal impresso e distribuído, principalmente, na capital do estado, Campo Grande, e outro que alcança, fundamentalmente, a região de Dourados. O primeiro está próximo à sede do poder instituído e das entidades que representam os grupos em disputa em âmbito estadual e, por outro lado, distante geograficamente da região onde os conflitos acontecem e conformam acentuadamente a vida cotidiana. Já o segundo está inserido no desenrolar político e social da realidade local, excessivamente marcada pela presença indígena imediata e disputas de terra. Neste caso, a presença indígena no jornal é constante: notícias sobre os povos tradicionais que vivem e configuram a paisagem e as relações cotidianas nos municípios da região sul de Mato Grosso do Sul povoam as páginas de *O Progresso* porque sua presença é uma realidade demográfica imperativa, mas não só isso. Há uma afirmação política e social reconhecida que se impõe, seja nas inúmeras manifestações e bloqueios de estrada reivindicando melhorias nas reservas onde estão confinados, seja nos bancos de escolas, de câmaras municipais e universidades locais (com a presença de intelectuais indígenas). A despeito da política editorial adotada pelo jornal de Dourados, a insistência e resistência dos povos indígenas, se não são suficientes para estabelecer uma esfera pública democrática, polifônica e polissêmica, exerce, por outro lado, fundamental pressão para que sejam considerados, nas construções discursivas publicadas em *O Progresso*, sujeitos de direito, e que não tenham sua condição de cidadãos brasileiros e sul-mato-grossenses colocada em dúvida por estereótipos e visões de mundo anacrônicas que obstruem a compreensão complexa dos fatos. De um vértice retórico, trata-se minimamente de um conjunto de forças mais equilibrado.

O jornal *Correio do Estado*, por sua vez, não só tem sua sede e a maioria de seus leitores distantes, aproximadamente, 320 km da região do

conflito, mas um afastamento simbólico ainda maior da realidade vivida por indígenas no sul do estado. Consequentemente, o enquadramento dos fatos atravessados por mediações culturais é, em parte, diverso daqueles acionados nos contextos locais. Dessa forma, procura-se demonstrar o papel da ideologia da cultura sul-mato-grossense: é uma matriz cultural que funciona como quadro de referência primário de uma comunidade de sentido, que estabelece uma distinção simbólica entre indígenas e proprietários rurais que se pretende hegemônica e suficiente para justificar quem é o legítimo detentor das terras em Mato Grosso do Sul. Num simples transbordamento do discurso identitário que define, a um só tempo, quem são os “verdadeiros” sul-mato-grossenses e quem tem o direito de mando na região, para um contexto de disputas em torno do direito à terra, cujos termos em disputa remetem aos preceitos constitucionais firmados na carta de 1988. Neste sentido, as construções discursivas veiculadas no jornal *Correio do Estado* não favorecem o debate, o esclarecimento e a defesa de posições, mas, antes, a demarcação de uma opinião previamente tomada como verdadeira e certa.

Inferese que a diferença entre os dois jornais projeta-se como consequência da forma como dialogam com as sociedades em que se inserem. No jornal *O Progresso*, a despeito do jogo de forças estabelecido na política local, denota-se uma relação mais pressionada tanto por indígenas quanto por proprietários rurais que redundam na busca pelo estabelecimento do debate. No *Correio do Estado*, nota-se um espaço cercado e dominado por um dos lados em disputa, articulando sua posição a partir de estereótipos compartilhados, principalmente, por uma elite tradicional e ruralista no estado.

Referências

- AMARILHA, Carlos Magno Mieres. **Os intelectuais e o poder: história, divisionismo e identidade em Mato Grosso do Sul**. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal da Grande Dourados, 2006
- BANDUCCI JR., Álvaro. Tradição e ideologia: construção da identidade em MS. In: MENEGAZZO, Maria Adélia, BANDUCCI JR., Álvaro. **Travessias e Limites: Escritos sobre identidade e o regional**. Campo Grande: Editora UFMS, pp.107-134, 2009.
- BELTRAO, Luiz. **Jornalismo opinativo**. Porto Alegre: Sulina, 1980.
- BITTAR, Marisa. **Mato Grosso do Sul, a construção de um estado**. Vol. 1. Campo Grande: Editora UFMS, 2009.
- CARVALHO, Carlos Alberto. Sobre limites e possibilidades do conceito de enquadramento jornalístico. **Contemporânea**, Salvador (BA), vol. 7, n. 2, pp. 01-15, 2009.
- CHAPARRO, Manuel Carlos. **Sotaques d'aquém e d'além mar: travessias para uma nova teoria de gêneros jornalísticos**. São Paulo: Summus, 2008.

CONSELHO Indígena Missionário (CIMI). **Cartografia de ataques contra indígenas**. Dossiê Um genocídio em curso no Mato Grosso do Sul, 2016. Disponível em: <www.caci.cimi.org.br>. Acesso em: 29 de janeiro de 2019.

DAL MORO, Nataniél. **O pensar da elite sobre o povo comum: espaço público, viver urbano e reterritorialização do centro da cidade de Campo Grande (décadas de 1960-70)**. Tese (Doutorado em História Social). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2012.

ENTMAN, Robert. Framing U.S. coverage of international news: Contrasts in narratives of the KAL and Iran air incidents. **Journal of Communication**, vol. 41, n.4, pp.16–27, 1991.

ENTMAN, Robert. Framing: towards clarification of a fractured paradigm. **Journal of Communication**, vol. 43, n.4, pp. 51-58, 1993.

GITLIN, Todd. **The whole world is watching: mass media in the making and unmaking of the New Left**. Berkeley, Los Angeles e Londres, University of California Press, 2003.

GOMES, Wilson. 2009. **Jornalismo, fatos e interesses: ensaios de teorias do jornalismo**. vol.1. Florianópolis: Editora Insular.

GOFFMAN, Erving. **Os quadros da experiência social: uma perspectiva de análise**. Petrópolis: Editora Vozes, 2012.

KUYPERS, Jim. **Rhetorical Criticism: Perspectives in Action**. Lanham, Lexington Books, 2009.

LOPES, Maria Immacolata Vassalo. **Pesquisa em comunicação**. São Paulo: Editora Loyola, 2005.

MELO, José Marques de, ASSIS, Francisco de. **Gêneros jornalísticos no Brasil**. São Bernardo do Campo: Editora UMESP, 2013.

MARTIN-BARBERO. Jesus. **Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2013.

ORTIZ, Renato. **A moderna tradição brasileira: Cultura brasileira e indústria cultural**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1988.

QUEIROZ, Paulo Roberto Cimó. Mato Grosso/Mato Grosso do Sul: divisionismo e identidades (um breve ensaio). **Diálogos**, Maringá (PR), vol.10, n. 2, pp. 128-156, 2006.

ROCHA, José Milton. **Imprensa, Internet e História: a produção da notícia em impressos e cibermeios de Dourados**. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), 2020.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SODRÉ, Muniz. **A narração do fato: notas para uma teoria do acontecimento**. Petrópolis: Editora Vozes, 2009.

SOUZA MARTINS, José de. **A sociabilidade do homem simples: cotidiano e história na modernidade anômala**. São Paulo: Editora Contexto, 2010.

As marcas do estigma nos enunciados sobre suicídio em portais de notícias campo-grandenses¹

Patrick Alif Fertrin BATISTA²
Márcia Gomes MARQUES³

Introdução

A cobertura jornalística contemporânea classifica a morte como o valor-notícia de relevância mais elevada (TRAQUINA, 2005) ao se produzir o conteúdo jornalístico – especialmente quando envolve violência e pessoas da periferia. A partir desse prisma de seleção do noticiável, Ramos e Paiva (2007) analisam a estigmatização de comunidades pobres no discurso noticioso, propondo como fatores que contribuem para isso o desconhecimento da realidade local pelos jornalistas, a falta de fontes locais legítimas e independentes, a insegurança e o preconceito desses profissionais, que evitam entrar em periferias sem o acompanhamento policial. Contudo, a abordagem simplificada desse tipo de assunto atrai expressiva audiência e os veículos jornalísticos não hesitam em publicar exaustivamente conteúdos com este viés.

Ao propagar estigmas, a mídia constrói discursos engessados, conservadores e preconceituosos, potencializando efeitos antiemancipatórios em sua audiência, afirma Habermas (1984). Nessas situações, valores dominantes são reproduzidos, a mídia e o jornalismo abusam de estereótipos, concedem mais espaço a uns e menos a outros, além de propagar construções negativas em relação a grupos marginalizados, visto que a imprensa enfatiza entre os principais critérios de noticiabilidade os aspectos negativos da sociedade, acentuando a desacreditação de certos grupos. Esse tipo de abordagem impele os indivíduos à busca desenfreada para o não enquadramento à rotulação de estigmatizado, por um lado, e à inclusão em modelos e atitudes que a mídia reproduz e estabelece como ideal, por outro.

¹ Capítulo baseado na dissertação *Agendamento midiático e o tratamento de temas estigmatizados: o fenômeno suicídio nos enunciados jornalísticos de sites de notícia em Campo Grande*, de autoria de Patrick Alif Fertrin Batista e sob orientação da professora Márcia Gomes Marques. Defendida em banca pública em 30 de agosto de 2019. Além da professora orientadora, participaram da banca o Prof. Dr. Mario Luiz Fernandes (UFMS) e a Prof^a. Dr^a. Roseli Fígaro Paulino (USP).

² Mestre em Comunicação e jornalista graduado pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). E-mail: patrickalif@hotmail.com

³ Professora do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). Doutora em Ciência Sociais pela Università Gregoriana – Roma, e mestre em Comunicación pela Pontificia Universidad Javeriana – Bogotá, com estágio de mestrado sanduíche pela Universidad Iberoamericana – México. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6990-648X>. E-mail: marcia.gomes@ufms.br

O suicídio, ou autoextermínio, faz parte do rol de atributos ou comportamentos sujeitos a estigma, seja para aquele que tentou o ato e não concretizou, seja para os familiares do suicida que compartilham desta condição com o indivíduo, ou que sofrem desse tipo de perda de familiar ou ente querido. Nessas situações, os veículos de imprensa de todo o mundo, em diferentes contextos históricos, mudam suas rotas de abordagem do tema constantemente, mesmo tendo a morte como um forte valor apelativo segundo os critérios de noticiabilidade. Em 2017, quando o suicídio foi agendado principalmente em dois períodos (*Setembro Amarelo* e *Baleia Azul*) nos portais de notícias *Campo Grande News* e *Midiamax*, houve 164 publicações sobre suicídio contra 609 sobre assassinatos.

Essa diferença de recorrência desses dois tipos de morte violenta é aqui entendida como resultado dos limites editoriais preestabelecidos que podem gerar padrões comportamentais nos profissionais do setor. *Deadlines* e agendas norteiam os procedimentos que os jornalistas devem seguir para coleta de informações e, assim, as notícias acabam muitas vezes, segundo Sousa (1999), sendo dissonantes da realidade. Especificamente sobre o suicídio, há escassez de guias operacionais para a mídia nacional que orientem o tratamento considerado adequado para lidar com o tema. O Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros, por exemplo, não menciona o assunto.

A cobertura jornalística muitas vezes trata alguns temas estigmatizados de forma simplista, com linguagem coloquial ou mesmo pejorativa. É comum, nessas situações, o material jornalístico manifestar pouca familiaridade do profissional com o tema ou a não compreensão da complexidade do assunto para as pessoas envolvidas. Essa situação se aplica também ao suicídio, devido ao fato de que, atualmente, para parte da imprensa, “chegar na frente” tornou-se mais importante do que “buscar a verdade”. Temas complexos podem ser divulgados de forma inadequada e insuficiente, segundo os preceitos éticos ou até mesmo não serem noticiados. Em determinados cenários, veículos jornalísticos preferem omitir a problemática, em outros falam em demasia, em outros momentos, prezam pela prevenção. Devido a esse quadro, não é incomum o jornalista ter dúvidas sobre quais procedimentos tomar durante, nesses casos, o processo de apuração e produção da informação.

Para compreender melhor o discurso utilizado pela imprensa nesse tipo de situação, foram analisados dois períodos de agendamento realizados da temática suicídio, no ano de 2017: em setembro, mês institucionalmente dedicado à prevenção ao suicídio, com a campanha em âmbito nacional *Setembro Amarelo* e a cobertura de imprensa referente ao desafio *Baleia Azul*, jogo virtual cujo objetivo é induzir crianças e adolescentes ao suicídio. Para a investigação, foram selecionados para análise os conteúdos noticiosos dos sites *Campo Grande News* e *Midiamax*, visto que, nos últimos anos, dos veículos *on-line* de Mato Grosso do Sul, têm sido os que mais publicaram conteúdos relacionados ao tema investigado.

O *Campo Grande News* foi fundado em março de 1999 e desde então se expandiu e ganhou notoriedade, passando a constar entre os veículos de comunicação de maior destaque em Mato Grosso do Sul. A média de acessos no site do *Campo Grande News* é de 3,4 milhões de *pagerviews*⁴ diários, segundo números divulgados pela plataforma *SimilarWeb*⁵. Já o *Midiamax*, fundado em maio de 2002, é o segundo portal de notícias com mais visitas diárias no estado, tendo 2,8 milhões de *pageviews*, segundo a *Similar Web*. Como recorte temporal da análise, considerou-se, em primeiro lugar, os conteúdos publicados pelos portais *Campo Grande News* e *Midiamax* no mês de setembro dos anos de 2014 a 2018. Foram coletadas todas as publicações que faziam algum tipo de referência ao tema suicídio nesses meses de setembro. Foi realizado, em segundo lugar, um levantamento de publicações do ano de 2017 desses mesmos portais, no período referente ao agendamento do *Baleia Azul* (entre os meses de março e julho), a fim de auxiliar na verificação do efeito de tematização desse fenômeno. Servem como suporte para a análise desses conteúdos, algumas entrevistas em profundidade com jornalistas envolvidos no processo produtivo dos dois *sites* estudados neste trabalho. Os profissionais entrevistados são identificados com as iniciais das empresas, a fim de terem as identidades preservadas. Exemplo: M2 para identificar o *Midiamax*.

Em um primeiro momento se discute nesse artigo a complexidade do tema suicídio e a lógica inversa que o critério de noticiabilidade morte apresenta quando ligado a esse tema. Na segunda parte do trabalho, o conceito de heterogeneidade enunciativa, de Authier-Revuz (1990; 2004), será abordado, vinculando-o, em seguida, aos atributos do agendamento dos enunciados na cobertura midiática do *Baleia Azul* e do *Setembro Amarelo*, e logo com os critérios de noticiabilidade que levaram tais assuntos a conquistarem expressiva repercussão midiática durante determinado período. Essas análises verificam se os estigmas se materializam ou não nos enunciados jornalísticos.

A imersão do estigma no jornalismo

Os indivíduos estigmatizados geralmente são excluídos, subjugados e ficam à margem de universos simbólicos legitimados, em virtude de abominações atribuídas a seus corpos, culpas de caráter, além de questões relacionadas à raça, à nação e à religião. Quando o estigma é exposto, o indivíduo passa a carregar um sentimento de vergonha e constrangimento perante a

⁴ *Pageview* é a quantidade de páginas que o visitante visualiza, e tem como função medir a qualidade de um site: o quanto ele atrai de visitas por página. A cada clique em um *link* de um *site*, a página que abrir será contabilizada como uma nova visualização; por isso, um único usuário pode gerar mais de um número de visualizações.

⁵ *SimilarWeb* é uma companhia de tecnologias de informação que fornece serviços em *Web analytics*, mineração de dados e inteligência empresarial para corporações internacionais.

condição negativa que sustenta no âmbito social. Os estigmas, nesse sentido, estão inclusos nas instâncias institucionais paradigmáticas (THOMPSON, 1998), como a escola e a mídia, de forte apelo social, que podem vir a reforçá-los a partir de seus atributos correlatos.

Em alguns casos, a identidade social real daqueles que acompanham ou se vinculam àqueles considerados estigmatizados podem se transformar em uma identidade social virtual⁶, como afirma Goffman (2004), supondo-se que esse sujeito também seja portador de um estigma. Diante dessa situação, o caráter que a pessoa apresenta na vida diária diante daqueles com quem tem relações habituais é modificado, reduzido ou deformado devido a essas demandas virtuais (favoráveis ou desfavoráveis).

De acordo com o *Manual de Prevenção ao Suicídio* destinado aos profissionais da mídia da Organização Mundial de Saúde (OMS, 2000), os veículos de comunicação podem representar uma ameaça a essa fachada (GOFFMAN, 2004) construída pelo grupo de estigmatizados e por seus entes próximos ou queridos, dependendo da forma como divulgam os conteúdos referentes a essas pessoas. O manual destinado aos profissionais da mídia adverte que “as reportagens devem levar em consideração o impacto do suicídio nos familiares da vítima, e nos sobreviventes, em termos de estigma e sofrimento familiar” (OMS, 2000, p. 8). Para Bertrand (1999), no entanto, a maior parte dos meios de comunicação não leva em conta a complexidade do real nessas situações, e a informação acaba sendo produzida mais depressa e de forma simplificada do que o necessário nessas circunstâncias. Daí, então, o abuso de estereótipos, a divisão entre bons e maus, a redução dos fenômenos ao pitoresco; tabus e antigos preconceitos são sustentados e não são tensionados em virtude do comportamento de atores distintos, sejam padrões, anunciantes ou jornalistas.

De qualquer forma, a produção desses conteúdos e a disseminação dos estigmas sociais, inclusive do suicídio, constroem-se em realidades da vida cotidiana por meio de uma zona clara na qual há um fundo de obscuridade. Como afirmam Berger e Luckmann (1985, p. 66), “assim como certas zonas de realidade são iluminadas, outras permanecem na sombra. Não posso conhecer tudo o que há para conhecer a respeito desta realidade”.

O vínculo entre estigma e suicídio pode ser percebido por meio de realidades virtualmente construídas (GOFFMAN, 2004) no meio social, como a relação estabelecida entre suicídio e loucura. O relato de um acontecimento suicida ou de suicídio está cercado pela crença de crise coletiva, o que confere ao assunto um discurso de alta complexidade. Mesmo que presente em seu bojo critérios comumente utilizados na produção noticiosa, como a morte e a negatividade, o suicídio não se enquadra com facilidade na agenda midiática, como outros assuntos não estigmatizados e

⁶ Goffman (2004) classifica identidade social virtual como uma identidade imputada ao indivíduo, que não necessariamente corresponde à característica real dessa pessoa.

considerados menos complexos. Além disso, ao trabalhar com esse tema, é comum o jornalista lidar com fontes pouco dispostas a falar e até mesmo com dificuldades para publicar, dependendo das políticas editoriais da empresa para a qual presta serviços.

Nas redações, costuma-se ter o temor de que a publicação de uma notícia sobre o suicídio, ou a menção à possibilidade de um indivíduo findar com a própria vida, estimule a mesma ideia em um suicida em potencial, sendo essa situação tratada de forma análoga ao “portador sadio” de uma doença latente (DAPIEVE, 2006). A partir dessa ideia, os veículos jornalísticos procuram evitar a repetição do ocorrido após a divulgação da obra *Os sofrimentos do Jovem Werther*, de Goethe (2005), publicado originalmente em 1774, cujo protagonista atira contra a própria cabeça após um amor não correspondido. Após a publicação, uma onda de suicídios teria se disseminado no continente europeu, com relatos de jovens que cometeram o autoextermínio do mesmo modo, o que resultou na proibição do livro em diversos lugares. Aludindo a esse fato, o termo *Efeito Werther*, proposto por David Phillips (1974), denomina a imitação de suicídios a partir do contato com uma publicação que fale do tema, e é também utilizado na imprensa até os dias atuais.

Mesmo se tratando de morte, o suicídio não usufrui dos critérios de noticiabilidade como fator que alavanca o seu agendamento. Além da morte, outro elemento que gera cliques e atrai audiência é a violência, como nos casos de assassinatos; mas os suicídios diferem dos acontecimentos violentos, seguidos ou não de morte, em pelo menos dois fatores: o primeiro deles, pela complexidade do tema; o segundo, pela desvalorização e descrédito atribuído aos envolvidos nesses casos, seja direta ou indiretamente. O primeiro fator pode ser vinculado, no jornalismo, ao *Efeito Werther*, no qual se teme produzir o contágio ao não tratar o tema com prudência; no segundo caso, pelo contrário, a diferença se deve ao que Goffman (2004) define como um segmento ou agente estigmatizado, isto é, aqueles cujos traços de comportamento ou atributos são considerados manchas que desacreditam os envolvidos em determinado contexto social. O não agendamento do suicídio pode, a partir desta perspectiva, ser mais bem compreendido, pois, apesar de ser um tipo de violência - autoinfringida - que leva a óbito, ele não é associado ao valor-notícia morte.

Além dos critérios de noticiabilidade, outro fator implicante nos estudos da interface suicídio/jornalismo é o que Boorstin (1992) denomina pseudoevento. De acordo com essa noção, a previsibilidade das ocorrências e a planificação norteiam costumeiramente os procedimentos de recolha da informação (BOORSTIN, 1992; TRAQUINA, 2005), mesmo quando as dinâmicas produtivas da informação se aceleram. Nesse contexto, os pseudoeventos não são espontâneos, mas induzidos; não se associam a um desabamento ou chuva torrencial, mas sim à coletiva de imprensa que anuncia um novo empreendimento. Ao serem plantados, pretende-se que sejam re-

produzidos como informação, nos moldes convenientes aos interesses que correspondem.

Ademais, de modo geral, a notícia é apresentada como sendo o real e, mesmo se percebendo que se trata apenas de uma versão da realidade, o receptor “dificilmente terá acesso aos critérios de decisão que orientaram a equipe de jornalistas para construí-la, e muito menos ao que foi relegado e omitido por estes critérios, profissionais ou não” (MEDITSCH, 2004, p. 285). Dessa forma, deixa-se de iluminar certas zonas da realidade, que permanecem ocultas ao receptor, pois, segundo Boorstin (1992), há agentes interessados no direcionamento das publicações.

De modo geral, as literaturas da comunicação costumam afirmar que os acontecimentos imprevistos e notórios acabam prevalecendo na cobertura midiática (SOUSA, 1999), que se tornam notícia, pois contemplam parte significativa dos critérios de noticiabilidade e/ou valores-notícia. Entre os critérios de noticiabilidade, Wolf (1987) destaca a negatividade e o insólito vinculados diretamente às situações imprevistas; Traquina (2005) classifica a morte como o valor mais elevado de qualquer sistema de relevância ao se produzir conteúdo jornalístico, além de apontar a novidade, o inesperado e o escândalo como importantes valores.

Mesmo sendo programados, os pseudoeventos podem atender aos critérios de noticiabilidade, como é o caso da brevidade e do caráter exaustivo que Wolf (1987) aponta. Para Traquina (2005), fica evidente a relação dessa classe de eventos com a notoriedade; a relevância; a notabilidade; a disponibilidade, ou seja, “a facilidade com que é possível fazer a cobertura do acontecimento” (TRAQUINA, 2005, p. 115); e a personalização e a adequação às rotinas temporais das organizações noticiosas. Ainda quando possam ser enquadrados nesses critérios, o agendamento não é feito necessariamente em função dos critérios de noticiabilidade, mesmo que sejam usados para justificar a atenção ao evento e o espaço ocupado por ele na cobertura noticiosa.

Somando-se a circunstância de previsibilidade dos eventos, todas as vezes que um jornalista acompanha um fato, necessariamente uma proposta de interpretação o acompanha, levando-o a procurar por novos dados para demonstrá-la. É o que Alsina (2009), na perspectiva de Schutz (2003), entende por mundos de referência, ou seja, em que “podemos enquadrar o acontecimento do mundo real. É imprescindível, para a compreensão de um acontecimento, o seu enquadramento no modelo de um mundo referencial” (ALSINA, 2009, p. 307). Se começarmos por um mundo de referência, devemos levar em conta alguns fatos e descartar outros. Assim, ele será o cerne de um mundo possível narrado.

Partindo de um mundo de referência, o jornalista pode contribuir com a hipótese da construção do temerário ou *agenda-setting*, que se fundamenta na pesquisa de relação entre os temas que foram destacados pela

mídia e os que são importantes para o público. Há uma relação direta e de causa entre o conteúdo dos meios e a percepção do público do que seria o assunto mais importante do dia. A hipótese do agendamento ganha força devido à capacidade de redundância midiática, quando a mídia está determinada a trabalhar algum assunto.

A cobertura sobre o tema suicídio no ano de 2017, pelos portais *Campo Grande News* e *Midiamax*, corrobora essa situação. Em março daquele ano, o *Campo Grande News* havia feito quatro publicações sobre suicídio. No mês de abril, quando o fenômeno do desafio *Baleia Azul* passou a fazer parte do noticiário, o número de divulgações subiu para 24 conteúdos produzidos relacionados ao autoextermínio, sendo 13 publicações relacionadas ao desafio naquele mês. O mesmo fenômeno ocorre com *Setembro Amarelo*, mês institucionalmente dedicado à prevenção do suicídio em âmbito nacional; enquanto que em agosto houve oito publicações relacionadas ao assunto, no mês da campanha foram 26 conteúdos postados, o triplo do mês anterior. Situação semelhante foi notada no portal *Midiamax*: em março de 2017, foram duas publicações sobre suicídio, enquanto que no mês de abril, assim como ocorreu no *Campo Grande News*, apresentou 12 postagens, sendo 11 relacionadas ao *Baleia Azul*. Já no *Setembro Amarelo* de 2017, o *Midiamax* realizou sete postagens relacionadas ao autoextermínio, sendo que seis eram referentes ao evento institucional, enquanto que em agosto daquele ano, ocorreram apenas três publicações sobre suicídio.

O agendamento também apresenta seu lado reverso: a deterioração da informação e o esquecimento que ocorre em qualquer padrão de aprendizagem. De acordo com McCombs e Shaw (2000), varia de oito a 26 semanas o ponto no tempo em que as correlações significativas entre a agenda da mídia e a agenda pública desaparecem completamente. A rápida deterioração, que nesse caso tendeu mais para oito do que para 26 semanas, foi verificada nas abordagens dos dois veículos estudados em 2017. Em abril de 2017, quando ocorreu o agendamento do tema *Baleia Azul*, houve 24 publicações sobre suicídio por parte do *Campo Grande News*, em maio e junho, houve 12 e sete postagens, respectivamente. Os meses posteriores ao *Setembro Amarelo* apresentaram o mesmo padrão: enquanto no mês institucional foram 26 publicações sobre suicídio, em outubro e novembro foram realizadas apenas 12 e cinco, respectivamente.

No portal *Midiamax*, o mês de abril de 2017 apresentou 12 publicações sobre suicídio e em maio e junho, foram quatro e três conteúdos postados sobre o tema, respectivamente. Das 12 publicações de abril, 11 eram sobre o *Baleia Azul*, enquanto que, das postadas em maio, três se referiam ao desafio e em junho nenhum conteúdo estava relacionado ao desafio: a deterioração, nesse caso, foi inferior a oito semanas. Os meses seguintes ao *Setembro Amarelo*, em 2017, também manifestam um declínio relacionado ao tema agendado. Setembro apresentou sete publicações sobre o tema,

sendo seis delas relacionadas à campanha. Outubro, por sua vez, apresentou oito conteúdos sobre autoextermínio, embora apenas um deles tratasse do evento institucional do mês anterior. Já durante novembro, o veículo não publicou matérias sobre suicídio; manteve o padrão anterior, com uma deterioração inferior a oito semanas. Importante destacar que, nesse caso, analisa-se o agendamento do suicídio durante o mês institucional *Setembro Amarelo* e como esse agendamento continua repercutindo ou não nas semanas e/ou meses seguintes.

Observa-se, por meio do número de divulgações dos portais estudados neste trabalho, referentes aos períodos de agendamento do *Baleia Azul* e do *Setembro Amarelo* no ano de 2017, que o período de deterioração da informação, quando se trata da temática suicídio, é mais rápido do que o sugerido por McCombs e Shaw (de oito a 26 semanas). Nas duas situações de agendamento analisadas, a deterioração da informação na mídia deu-se antes das oito semanas. No *Baleia Azul*, as publicações se concentraram majoritariamente no mês de abril (vindo a reduzir bruscamente as publicações sobre o tema em maio) e no *Setembro Amarelo*, tendo como parâmetro o ano de 2017, as divulgações relacionadas ao tema se concentraram, em sua maioria, no mês de setembro.

As marcas de estigmas no fio discursivo

Neste tópico, as informações de periodicidade dessas publicações serão tensionadas com o estudo de heterogeneidade enunciativa de Authier-Revuz (1990; 2004), o qual auxiliará na identificação de marcas no discurso jornalístico de *Campo Grande News* e *Midiamax*, indicando Formações Discursivas (FDs) e Formações Ideológicas (FIs) provenientes do histórico individual e coletivo aos quais esses profissionais fazem ou fizeram parte. Esses indicativos serão trabalhados juntamente com os atributos do agendamento dos enunciados ao longo da cobertura midiática do *Baleia Azul* e do *Setembro Amarelo* e os critérios de noticiabilidade que levaram esses assuntos a atingirem expressiva repercussão midiática, especialmente no ano de 2017.

O vínculo exercido entre as heterogeneidades enunciativas mostradas (AUTHIER-REVUZ, 2004) expressas no fio discursivo do enunciado e o agendamento (MCCOMBS; SHAW, 2000) ocorre devido ao fato de a hipótese do *agenda-setting* trabalhar com a noção de redundância midiática em determinado assunto. Para que a redundância ocorra, estabeleça-se e continue atraindo a atenção do público, a imprensa necessita modificar os atributos do agendamento ao longo do tempo. Nesse cenário de mobilidade de atributos, entra o conceito de heterogeneidade enunciativa, especialmente, a subcategoria mostrada, a qual fornecerá pistas sobre as múltiplas formações ideológicas e discursivas que são materializadas no enunciado.

Em constante negociação com a mostrada, está a subcategoria constitutiva, que não se materializa no enunciado, mas é responsável pela formação da identidade constitutiva do enunciador (ou jornalista) da matéria, identidade esta que pode ser proveniente de aspectos pessoais, culturais, sociais e organizacionais, como afirma Schudson (1988).

Essa mobilidade de atributos permite identificar, também, se os jornalistas argumentam para transformar a identidade do estigmatizado de desacreditável para desacreditado (GOFFMAN, 2004) em seus textos, ou se procuram trabalhar este aspecto no intuito de prevenir que o estigma se prolifere influenciado pelos conteúdos. Outro conceito desenvolvido por Goffman (2004) e analisado por meio de elementos de heterogeneidade enunciativa mostrada e dos atributos do agendamento é a verificação se os jornalistas se dirigem aos estigmatizados nos enunciados, contribuindo para a construção de identidades sociais virtuais ou identidades sociais reais das pessoas que cometeram e/ou tentaram suicídio. Será possível observar, dessa forma, se há atribuições de julgamentos de valor nos textos a partir do uso desses elementos.

O tipo de identidade conferida aos personagens das notícias somente poderá ser constatado mediante a análise do modo como os jornalistas reproduzem as tipificações dessas pessoas em seus enunciados. O processo de constituição dos atributos de identidade ocorre por meio dos universos simbólicos objetivados ao redor desses profissionais da imprensa, considerando que, além de influências pessoais e culturais, os aspectos institucionais de políticas editoriais das empresas jornalísticas também interferem na escolha de seus funcionários durante a produção dos conteúdos, constituindo mundos de referência desses enunciadoreis. Dessa forma, durante as análises, os critérios de noticiabilidade utilizados pelos redatores do *Campo Grande News* e do *Midiamax*, além da configuração do assunto suicídio em pseudo-evento, fornecem indicadores a respeito dos enquadramentos referenciais selecionados para produção dos conteúdos.

A formação dos mundos de referência provém de um Eu dialógico e heterogêneo, que sofre múltiplas influências na sociedade. O jornalista que desenvolve o enunciado nem sempre tem consciência de todos os fatores que incidem nas suas escolhas ao produzir os conteúdos, visto que se trata de um sujeito dividido e clivado.

Mesmo que não tenha consciência de todo esse processo, para Soares (2015, p. 119), o discurso é criado por meio da mensagem, “no momento em que algo escapa do instituído e deixa um rastro, surgindo como inesperado, realizando uma peripécia, um lance que muda a face das coisas”. A sociedade transmite aos indivíduos – com a linguagem e graças a ela – estereótipos, que determinam certos comportamentos e valores ideológicos (FIORIN, 1988). A linguagem auxilia nos modos de ver a sociedade, modos pelos quais o homem vê a si e aos outros (ALTHUSSER, 1974). Os

comportamentos são influenciados pela linguagem e é por meio desta que a ideologia se materializa. O discurso tem em si estereótipos dos comportamentos dos indivíduos que são vistos de forma positiva ou negativa. Os tabus comportamentais, tal como o suicídio, são divulgados.

A partir do fenômeno ideológico aplicado na linguagem, instaura-se a subjetividade do sujeito que, segundo Baccega (1995), é o resultado da polifonia, ou seja, das muitas vozes sociais que cada indivíduo recebe e tem a condição de reproduzir e/ou reelaborar. Para que tal ação ocorra, o sujeito necessita participar de um ato de fala. De acordo com a autora, mediante esse processo, “o indivíduo estabelece concretamente a redescoberta de um conteúdo, a invenção” (BACCCEGA, 1995, p. 39). E, como afirma Bakhtin/Voloshinov (1988, p. 113), esse ato é “uma espécie de ponte lançada entre mim e os outros”.

No entanto, a palavra é neutra em relação a qualquer função ideológica específica, embora acompanhe e comente todo ato de tal natureza. Pode preencher qualquer espécie de função ideológica: estética, científica, moral, religiosa. Para Bakhtin/Voloshinov (1988, p. 41), a fim de preencher tais funções, “as palavras são tecidas a partir de uma multidão de fios ideológicos e servem de trama a todas as relações sociais em todos os domínios”. Com isso, o processo da fala, compreendida como processo de linguagem tanto exterior como interior, é ininterrupto, não tem começo nem fim. De acordo com Authier-Revuz (2004, p. 26), o sentido de um texto é inconcluso, “uma vez que ele se produz nas situações dialógicas ilimitadas que constituem suas leituras possíveis: pensa-se, evidentemente, na leitura plural”.

Nesse cenário, está a Análise do Discurso (AD) da linha francesa, que compreende o discurso como uma manifestação, uma materialização da ideologia da produção social. Mussalim (2000, p. 110) afirma que o sujeito não é o definidor dos sentidos e das possibilidades enunciativas do próprio discurso, mas pode ser compreendido “como aquele que ocupa um lugar social e a partir dele anuncia, sempre inserido no processo histórico que lhe permite determinadas inserções e não outras”. O sentido do contexto histórico-social é considerado como parte constitutiva da AD, sendo dividida em três frases: AD-1, AD-2 e AD-3. Na primeira fase (AD-1), segundo Pêcheux (1990), o indivíduo é assujeitado a uma maquinaria discursiva, visto que o discurso que enuncia está limitado e submetido à determinada regras específicas do contexto no qual vive.

A segunda fase (AD-2) é compreendida no interior da noção de formação discursiva de Foucault (1996⁷), marcada pela queda da noção de unicidade do sujeito (pertencente à AD-1) e, conseqüentemente, caracterizada pela dispersão, no sentido de não ser formado por elementos ligados entre si (como era na primeira fase). O sujeito é marcado como aquele que desempenha diferentes papéis de acordo com as várias posições que ocupa no espaço

7 A primeira edição deste livro foi publicada em Paris, na França, em 1971.

discursivo, por isso o sujeito pode estar em mais de uma formação discursiva. Porém, mesmo com essas características, não significa que o sujeito que enuncia é totalmente livre, pois “sofre as coerções da formação discursiva (FD) do interior da qual enuncia, já que esta é regulada por uma formação ideológica (FI)” (MUSSALIM, 2000, p. 133).

Todavia, a desconstrução da maquinaria discursiva da AD-1 ocorre, segundo Mussalim (2000), somente na AD-3, quando há um deslocamento no que se refere à relação de uma FD com outras. Na AD-2, mesmo sendo atravessado por outras formações discursivas, o sujeito mantém uma identidade fixa. Na AD-3, diferentemente da AD-2, os discursos que atravessam uma FD não se constituem independente uns aos outros, mas se formam no interior de um determinado interdiscurso. A relação interdiscursiva, caracterizada por um sujeito heterogêneo, clivado e dividido (entre o consciente e o inconsciente) é, portanto, o pilar dessa terceira fase, a qual é o foco do presente trabalho.

É nesse período que os estudos de Authier-Revuz (1990) em torno da enunciação, ganham terreno. A teórica não se coloca como Analista do Discurso da linha francesa (mas sim como Linguista da Enunciação), embora sua afinidade com a AD seja inevitável, segundo Brandão (2012). Authier-Revuz (2004) defende a ideia que a heterogeneidade é propriedade constitutiva da linguagem, que pode ser apreendida no fio do discurso, na superfície, na materialidade linguística do enunciado, por meio de marcas que mostram e/ou sinalizam o outro. O discurso, para a pesquisadora, está a todo tempo realizando o exercício dialógico e interdiscursivo, descartando a possibilidade de ser fechado em si mesmo. Este procedimento coloca em evidência as rupturas enunciativas do “fio do discurso”, surgindo assim um discurso outro na própria formação discursiva (FD). Dessa forma, o estudo da heterogeneidade enunciativa (especialmente a mostrada, analisada neste artigo) apresenta importantes elementos à AD e, por meio desse viés, a análise do material noticioso é aqui realizada.

A heterogeneidade mostrada, que se encontra perceptível no fio do discurso noticioso, é subdividida em: mostrada marcada e mostrada não marcada. A mostrada marcada pode ser dividida em outros dois tipos:

1 - as que apresentam rupturas sintáticas e que marcam a procedência da fala, por meio de índices formais como as que aparecem no discurso direto (verbo de dizer + dois pontos), no discurso indireto (os conectivos que ou se + mudança nos tempos verbais e formas pronominais), nas expressões que indicam a procedência da voz (como: segundo, conforme, do ponto de vista de, etc.). A esse primeiro tipo de heterogeneidade mostrada marcada, Authier-Revuz (2004) denomina “autonímia simples”, na qual a heterogeneidade constitui um fragmento mencionado entre os elementos linguísticos do discurso, havendo ruptura sintática, caso de dupla enunciação.

2 - as que não apresentam ruptura sintática, nem expressões que mar-

cam a procedência da fala e que são sinalizadas de forma mais sutil, com algum sinal que denuncie a presença do Outro. Marcas gráficas, como os parênteses, as aspas, o itálico, negrito, sublinhado, servem como exemplos. O emprego de um registro familiar em um discurso formal, o uso de gírias, jargões técnicos em discursos em que essas expressões entram como corpo estranho, as diferentes formas de metalinguagem, de ajuste da palavra ao contexto (isto é, no melhor sentido), etc. A essa segunda categoria, Authier-Revuz (2004) denomina “conotação autonímica”, na qual o fragmento designado como Outro é integrado ao fio do discurso sem ruptura sintática: “de estatuto complexo, o elemento mencionado é inscrito na continuidade sintática do discurso ao mesmo tempo que remete a um exterior” (CARDOSO, 2005, p. 75). Ou seja, nessas situações, a expressão com aspas ou itálico, por exemplo, é ao mesmo tempo usada e mencionada.

A partir das heterogeneidades enunciativas de característica mostrada, especialmente as marcadas, que são majoritárias nos textos noticiosos, (materializadas por meio de citação direta, indireta, aspas, negrito, itálico), é possível analisar como os atributos referentes ao agendamento do desafio *Baleia Azul* e da campanha *Setembro Amarelo* são aplicados em enunciados dos portais *Campo Grande News* e do *Midiamax*, fornecendo indicadores a respeito dos mundos de referência pelos quais os jornalistas desses *sites* se norteiam para a composição dos pseudoeventos.

Verifica-se na análise deste trabalho se, no decorrer do agendamento e na mobilidade de seus atributos, os jornalistas desses veículos atribuem identidades sociais reais ou virtuais aos estigmatizados, sendo que, no caso da segunda opção, o jornalista estaria auxiliando no desfavorecimento dos personagens relatados, contribuindo para que os indivíduos e/ou os que compartilham esta condição – especificamente em casos de suicídios e/ou tentativas – passem a figurar como desacreditados, segundo a concepção de Goffman (2004). Por meio desses elementos manifestados nos textos, é possível decifrar quais os outros discursos que perpassam pelas formações discursivas (FD) dos profissionais de imprensa que têm seus textos analisados neste trabalho.

A seguir, será executada a análise de conteúdos dos portais *Campo Grande News* e *Midiamax* no ano de 2017, referente aos períodos de repercussão midiática do *Baleia Azul* e do *Setembro Amarelo*, a fim de verificar os atributos e os critérios de noticiabilidade que indiquem os diferentes períodos de agendamento, as produções de pseudoeventos e a presença de elementos que mostrem a tendência voltada ao fortalecimento ou à manutenção de estigmas por meio desses dois veículos.

Elucidações sobre o estigma na notícia

No âmbito do jornalismo, a decifração das marcas de heterogeneidades enunciativas mostradas auxiliam na identificação dos atributos utili-

zados durante o período de agendamento e dos critérios de noticiabilidade utilizados pelo enunciador. Resta saber, com o auxílio desses elementos e por meio das análises que serão expostas a seguir, qual o tipo de tratamento que os portais noticiosos *Campo Grande News* e *Midiamax* concedem a temas estigmatizados, especialmente em relação ao estigma que envolve o assunto suicídio. As análises referem-se ao agendamento aplicado aos enunciados de publicações noticiosas divulgadas nesses dois portais sobre o desafio *Baleia Azul* e a campanha *Setembro Amarelo*, ambas veiculadas em 2017.

Tratando-se especificamente do *Setembro Amarelo*, a matéria *Três casos no dia de alerta confirmam: MS precisa falar de suicídio* (assinada pelo jornalista Carlos Freitas, 2017), relata três suicídios ocorridos no mesmo dia, dentro do mês institucional de prevenção ao autoextermínio e no Dia Mundial de Prevenção ao Suicídio, ocorrido em 10 de setembro. O título mostra, em um primeiro momento, um enunciador supostamente preocupado com o estigma e com o problema de saúde pública que envolve o suicídio, principalmente no trecho do título que diz: “[...] MS precisa falar de suicídio”. Em seguida, no enunciado do *lead*, o narrador alerta que aquela é a data criada para as “pessoas refletirem sobre o problema”, confirmando sua preocupação. Percebe-se aqui a marca do agendamento do tema e a presença do pseudoevento. O assunto torna-se pauta devido a uma campanha governamental programada, caracterizando um pseudoevento institucional.

No quarto parágrafo, o jornalista se coloca perplexo em torno de uma das ocorrências, ao descrever em citação indireta: “[...] Ana não apresentava nenhum indício de que poderia cometer tal ato, até mesmo porque, horas antes, ela animara uma festa em família tocando violão. E não apresentava sinais de depressão”. Nesse caso, por estar se tratando de uma informação recebida pelos familiares da vítima em relação a um boletim de ocorrência, trata-se de heterogeneidade enunciativa mostrada marcada, de autonomia simples.

No quinto parágrafo, agora por meio de uso de heterogeneidade enunciativa mostrada marcada de autonomia simples, o autor insere a fala também de perplexidade de uma vizinha da vítima em relação ao ato. “Não consigo colocar na minha cabeça que isso aconteceu”, diz a vizinha incrédula, que chegou a falar com Ana há alguns dias”. Esse tipo de inserção na matéria, descrevendo o ato como inexplicável, acaba reproduzindo o estigma, visto que reforça a ideia de que a vítima não tinha motivos para se matar, isentando de responsabilidade a comunidade. Nesta matéria, as vítimas são identificadas pelo nome, rompendo com o Artigo 7º e item IV, do *Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros*, que afirma ser proibida a exposição de “[...] pessoas ameaçadas, exploradas ou sob risco de vida, sendo vedada a sua identificação [...]” (FENAJ, 2007). Esta publicação se enqua-

dra também nos critérios de noticiabilidade de negatividade; de morte; de proximidade, por tratar de casos ocorridos regionalmente; e inesperado, em virtude da perplexidade dos entes queridos.

Os jornalistas podem também compartilhar sentimentos com os personagens e deixarem marcas durante o texto que caracterizam essa situação. É o caso da notícia intitulada *No Setembro Amarelo, mulher tenta suicídio, mas sequer vê psiquiatra*, publicada pelo *Campo Grande News* no dia 19 de setembro de 2017. A presença da oração “sequer vê psiquiatra”, depois de situar o leitor na campanha *Setembro Amarelo*, demonstra indignação pessoal por parte do autor, em relação a um problema em determinada unidade de saúde. Essa insatisfação se torna ainda mais clara, por meio do subtítulo da matéria que diz “O suicídio é o último ato contra o bem maior. E sai de lá sem amparo, sem medicação, sem remédio” (assinada pela jornalista Santos, 2017). Mais uma vez o enunciador faz uso da contestação como destaque em seu texto (em mais uma situação de heterogeneidade enunciativa mostrada marcada) para expressar sua desaprovação com a situação.

O terceiro parágrafo da mesma notícia apresenta na íntegra a citação presente no subtítulo da matéria, demonstrando a insatisfação do entrevistado com as ações práticas realizadas durante o *Setembro Amarelo* pela unidade de saúde, conforme diz a frase: “Fico chateada e muito indignada. Coloca lá bonitinho “Setembro Amarelo”, mas não existe atendimento. O suicídio é o último ato contra o bem maior. E sai de lá sem amparo, sem medicação, sem remédio”. A ironia por meio do uso do diminutivo reforça ainda mais a crítica em relação à forma como os gestores estão lidando com a situação da carência de psiquiatras para atender no local. A indignação é reforçada posteriormente pela acompanhante da paciente, no sexto parágrafo, que também está marcado por uma citação direta, com ruptura sintática (autonímia simples) e heterogeneidade enunciativa mostrada marcada.

Ao expressar a indignação de um dos entrevistados e destacá-la, inclusive no subtítulo do texto, o autor da matéria mostra a própria indignação, decorrente de sua formação discursiva (FD) e ideológica (FI). Devido à explicitação da preocupação em relação às condições de saúde pública do local, a matéria mostra no seu fio discursivo o intuito de contraposição ao estigma trazendo, inclusive no decorrer do texto, em tom de denúncia, a opinião de um especialista em relação à ausência de profissionais para os atendimentos psiquiátricos e o conseqüente prejuízo para a população. De toda forma, a matéria não deixa de ser um pseudoevento, por ser programada e ter forte apelo em função de uma campanha institucional. A notícia se enquadra nos seguintes critérios de noticiabilidade: negatividade; atualidade; caráter exaustivo; a morte; a proximidade (por estar enquadrada na editoria *Capital* e tratar de um fato ocorrido em Campo Grande); o conflito; a amplificação e a relevância.

No mesmo mês, no dia 22 de setembro de 2017, o *Midiamax* publi-

cou a matéria *Mais de 11 mil pessoas se suicidam por ano no Brasil*, aponta estudo, evidenciando outro estigma agrupado ao do suicídio: o do indígena. Tendo o enfoque na alta taxa de suicídios no Brasil por meio do título, a matéria coloca como informação de segundo plano, no subtítulo que “Boletim mostra que indígenas são os que mais se matam”. Nesses casos, título, subtítulo e *lead* apresentam heterogeneidades enunciativas mostradas marcadas de autonomia simples, pois, por meio do discurso indireto, o jornalista insere suas informações baseado em um levantamento do Ministério da Saúde. No entanto, os dados em relação aos indígenas que estão descritos no subtítulo não aparecem no *lead*, nem no parágrafo seguinte.

A notícia não insere opiniões de lideranças indígenas, silenciando a voz desse grupo e estigmatizando-os duplamente (em decorrência da etnia e do suicídio). De acordo com o jornalista identificado como M2, esse fator faz parte da política editorial do *Midiamax*, pois “matérias que falam de índios não têm leitura” (M2, 2019). O profissional afirma que, nesses casos, “opta-se no por não colocar no título que a matéria se refere a índios ou indígenas, a não ser que não tenha jeito”. Entre os critérios de noticiabilidade estão negatividade, proximidade (por tratar de um dado nacional) e relevância. A temática dos indígenas só vem à tona em decorrência do agendamento e do pseudoevento em torno do *Setembro Amarelo*.

Em relação ao desafio *Baleia Azul*, o *Campo Grande News* publicou no dia 19 de abril de 2017, a notícia *Carta sobre “jogo do suicídio” será enviada a pais e professores de MS* (assinada pela jornalista Gurgel, 2017). Observa-se que existem aspas para marcar “jogo do suicídio”, caracterizando heterogeneidade enunciativa mostrada marcada, de conotação autonímica, na qual não há ruptura sintática no enunciado. As aspas são usadas para atribuir juízos de valor referentes ao jogo, como forma de contestação da própria opinião do autor em torno do desafio.

A atribuição “jogo do suicídio” pode acarretar uma situação de pânico e insegurança, própria da negatividade presente nos critérios de noticiabilidade trabalhados por Sousa (1999), Shoemaker (2006) e Wolf (1987). Este foi o início para o agendamento (McCOMBS; SHAW, 2000) em torno do tema pelo portal. Verifica-se, por meio dessa publicação, o enquadramento do critério de noticiabilidade insólito, em decorrência de um suposto jogo que poderia levar jovens e crianças à morte.

A notícia apresenta 11 parágrafos e o jornalista responsável destaca, assim como no *lead*, a carta que está sendo elaborada pela Secretaria Estadual, na qual relata, por meio de discurso indireto de heterogeneidade enunciativa mostrada marcada (conotação autonímica), que “o objetivo é que o texto, com alertas e esclarecimentos sobre o “jogo mortal”, seja encaminhado a professores, pais e responsáveis de alunos de todas as escolas da rede estadual de ensino”. Assim como no título, insere-se uma adjetivação para se referir ao jogo, dessa vez como “jogo mortal”. O jornalista procura

construir uma situação de negatividade e vigilância sobre o tema. Apenas no último parágrafo do texto, o autor da matéria insere – por meio de um discurso direto de heterogeneidade enunciativa mostrada marcada (autonímia simples) – parte da nota da Polícia Civil de Mato Grosso do Sul, na qual é afirmado que “Muitas pessoas aproveitam o calor dos assuntos que preocupam a sociedade para fazer brincadeiras de mau gosto e emplacar boatos”. Se esta parte da nota, de caráter cautelar, fosse inserida no título, subtítulo ou no *lead*, o desenvolvimento do texto poderia ter sido diferente. Porém, opta-se pelo critério da negatividade como prioritário, além de apresentar também os seguintes critérios de noticiabilidade; brevidade; negatividade; atualidade; proximidade (por se referir a uma notícia sobre o estado de Mato Grosso do Sul) e dramatização.

Tratando do mesmo tema, no dia 20 de abril de 2017, o *Midiamax* publica a notícia *Para vereadores, “Baleia Azul” é reflexo de internet demais e amor de menos* (assinada pelo jornalista Moura, 2017). Por influência do agendamento que o tema provocava na mídia naquele momento, o assunto foi debatido entre os vereadores de Campo Grande, na sessão da Câmara Municipal no dia da publicação da matéria. No título e durante o texto, é possível identificar a presença de formações discursivas (FD) e ideológicas (FI) dos parlamentares citados. Os parágrafos terceiro e quarto, por exemplo, relatam a opinião de um vereador do PSB (Partido Socialista Brasileiro), trazendo à tona a sua formação ideológica (FI) embasada na sustentação da família e na criação tradicional à qual foi supostamente submetido. O parlamentar compara a Vara da Infância (segmento criado para proteção da criança) à vara da goiabeira (utilizada pelos adultos para agredir as crianças). O jornalista autor da matéria, nesse caso, insere a fala do vereador por citação direta (heterogeneidade enunciativa mostrada marcada de autonímia simples) quando é dito: “[...] é a falta da religiosidade, falta de Deus. A escola ajuda, mas não resolve de verdade. Na minha época a Vara da Infância era a vara da goiabeira. Não tinham psicólogo”, afirmou o vereador.

A formação ideológica (FI), relacionada a um aspecto tradicional familiar, é reforçada no texto também por outros dois vereadores, do PDT (Partido Democrático Brasileiro) e do SD (Solidariedade). Ambos os pronunciamentos também são introduzidos pelo autor da matéria por meio de citação direta. O primeiro citado afirma que o jogo “é um sintoma da falência da instituição família”, enquanto o segundo diz que o parlamento precisa “estar atento para consolidar o ambiente familiar”. No quinto parágrafo, o redator da matéria também demonstra aversão à internet exposta por um vereador do PT (Partido dos Trabalhadores). Primeiramente, por meio de uma citação indireta (caracterizada por heterogeneidade enunciativa mostrada marcada de autonímia simples), o jornalista relata a fala do vereador, dizendo que os pais precisam proibir os filhos de acessar o *Facebook*. Em seguida, insere uma citação direta (novamente heterogeneidade

enunciativa mostrada marcada de autonímia simples) desse vereador do PT, demonstrando insatisfação em relação à política de proteção às crianças: a matéria menciona que esse vereador disse ter começado a trabalhar aos dez anos de idade, ajudando o pai: “os pais precisam proibir os filhos de acessar o *Facebook*. [...] Isso é por causa da globalização, falta de amor e carinho”.

Percebe-se, pela forma como foi construído o texto, a recorrência da heterogeneidade enunciativa mostrada marcada de autonímia simples, que se manifesta nove vezes, incluindo o subtítulo e os parágrafos 2, 4, 5, 6, 8 e 9, nos pronunciamentos de vereadores dos seguintes partidos: um do PSDB (Partido da Social Democracia Brasileira), um do PT, um do PP (Partido Progressista), dois do PDT, um do Avante e um do SD.

O jornalista inclui integrantes de partidos distintos para se travestir do preceito jornalístico da imparcialidade e direcionar uma interpretação religiosa e conservadora em torno do desafio *Baleia Azul*. Essas demonstrações manifestam formações ideológicas (FI) majoritariamente provindas de FDs cristãs e conservadoras, preocupadas com a manutenção da estrutura familiar e com aversão à internet. Além do mais, a seleção dessas várias citações no mesmo texto podem significar uma negociação entre a heterogeneidade mostrada e constitutiva do autor da matéria, podendo vir de FDs e FIs voltadas ao tradicionalismo familiar e aos preceitos cristãos, assim como seus entrevistados. Devido às situações relatadas e do caráter alarmante caracterizado pelo viés religioso do conteúdo, essa matéria enquadra-se nos critérios de noticiabilidade: de negatividade; de atualidade (por estar no auge do agendamento do tema); e de proximidade (por dar espaço discursivo no texto a vereadores de Campo Grande).

Essas matérias foram publicadas menos de um mês depois do lançamento da série *13 Reasons Why*, da produtora norte-americana *Netflix*, (lançada em 31 de março de 2017), que suscita debates em torno do suicídio como tema principal e outras problemáticas da sociedade contemporânea, tais como a depressão e o *bullying*. A série e o desafio *Baleia Azul* alcançaram expressiva repercussão na imprensa brasileira entre abril e julho de 2017, gerando pânico e amedrontando familiares de crianças e adolescentes brasileiros. Verifica-se, por meio desse fato, um tipo de pseudoevento comercial.

Em ambos os períodos de agendamento, verificam-se marcas no decorrer do texto e opções por determinados critérios de noticiabilidade, que expõem a presença de heterogeneidades enunciativas mostradas, descortinando situações de pseudoeventos nos dois casos: no *Baleia Azul*, de caráter comercial, devido à série *13 Reasons Why*; no *Setembro Amarelo*, de caráter institucional, em virtude da campanha governamental. Os dois eventos apresentam caráter programático e exibem a manutenção do estigma no fio discursivo.

Considerações finais

Sendo um tema estigmatizado e de alta complexidade, o suicídio é um assunto que exige dos jornalistas cuidados específicos, perpassando por aspectos éticos e deontológicos da esfera comunicacional e jornalística. Entretanto, os profissionais das redações não são os únicos responsáveis pela proliferação ou combate a este tipo de estigma. É importante frisar que o processo de produção da notícia abarca nuances que abrangem aspectos pessoais, culturais e sociais, como afirma Schudson (1988), e também influenciam diretamente no conteúdo midiático. De qualquer forma, é prudente ter cuidado no tratamento desse tipo de conteúdo, que pode acarretar o reforço da carga negativa atribuída às pessoas envolvidas direta ou indiretamente com a situação do suicídio (consumado ou não).

As análises realizadas neste trabalho mostraram que a pessoa que está na condição de estigmatizado é posta à margem de universos simbólicos socialmente estabelecidos, devido a situações de culpa e descreditação que envolvem seu caráter, além de questões polêmicas relacionadas à raça e à religião. Quando o estigma é exposto (por meio do conteúdo noticioso, nos casos analisados neste artigo), é comum o indivíduo e seus entes queridos serem submetidos a constrangimentos e à atribuição do sentimento de vergonha decorrente da condição negativa que sustentam no âmbito social.

A fim de entender como o autoextermínio é abordado no material noticioso, a hipótese do agendamento é aplicada neste trabalho, sendo resultado da dissertação de mestrado *Agendamento midiático e o tratamento de temas estigmatizados: o fenômeno suicídio nos enunciados jornalísticos de sites de notícia em Campo Grande*, da qual podem resultar mais artigos em relação a essa abordagem.

A hipótese do agendamento tem como princípio a apreciação dos assuntos que são incluídos ou excluídos das programações, de acordo com o nível de impacto e o grau hierárquico dos indivíduos envolvidos no acontecimento, baseando-se na técnica de redundância midiática. Para os precursores do agendamento, McCombs e Shaw (2000), a deterioração da informação ocorre em um período de oito a 26 semanas, mas no caso das coberturas do *Setembro Amarelo* e do *Baleia Azul*, a deterioração ocorreu em um período inferior a oito semanas nos portais *Campo Grande News* e *Midiamax*, o que confere certa atipicidade ao tratamento dado ao suicídio, como tema de alta complexidade, pouco agendado e que apresenta certa relutância dos veículos de comunicação em sua abordagem.

Neste trabalho verificou-se ainda que a previsibilidade da informação é um dos pilares para a alta demanda de conteúdos produzidos pela imprensa durante todo o ano e que, nesse contexto, a produção de pseudo-eventos, arquitetada por agentes sociais extraorganizacionais ocultos, possibilita que determinados fatos e/ou assuntos se destaquem em detrimento

de outros. Durante a campanha *Setembro Amarelo*, por exemplo, os sites analisados utilizaram de forma majoritária informações trazidas por esses interessados para construir seus discursos (como os dados fornecidos pelo governo). Movimento semelhante ocorreu durante o desafio da *Baleia Azul*, assunto este que ganhou ênfase de forma paralela ao surgimento da série *13 Reasons Why*.

Logo, esses pseudoeventos (um de natureza institucional e o outro comercial, respectivamente) apresentam construções que tendem a reforçar – pela periodicidade de agendamento, pela efemeridade de sua permanência em pauta e pelo tratamento dado ao tema –, em parte dos conteúdos, estigmas, preconceitos e estereótipos presentes na sociedade em relação a este tema de alta complexidade. Além disso, percebeu-se que o critério de noticiabilidade/negatividade prevaleceu, tanto no *Campo Grande News* como no *Midiamax*, nos dois períodos analisados, o que contribui para reforçar o estigma.

De todo modo, embora possa atrair cliques por meio de uma abordagem negativa e/ou policaiesca, em poucos casos existem “ganhadores” durante o tratamento desse tema, pois o setor privado dificilmente lucra com esse assunto e não gera expressivo interesse ao setor público. Os implicados geralmente preferem não ser reconhecidos (para não se enquadrarem na categoria de estigmatizados).

As elucidações desses agendamentos e pseudoeventos ficaram ainda mais perceptíveis com o apoio da teoria de heterogeneidade enunciativa, sendo possível verificar as situações em que o estigma se materializou nos enunciados e em quais casos houve o viés de contraposição ao tabu. Na maioria dos casos analisados, as matérias se enquadram como heterogeneidade enunciativa mostrada marcada, visto que foi necessária a inserção do Outro (no caso dos entrevistados), seja por citação direta ou indireta. Por meio desses elementos aplicados às notícias, perceberam-se vestígios que estereotipam os indivíduos com identidades sociais virtuais e os colocam em contraposição a suas identidades reais, vindo a deslocá-los das condições de desacreditáveis para desacreditados.

Verificou-se que a heterogeneidade enunciativa constitutiva também tem importância substancial nesse caso. Embora não esteja materializada no enunciado, esse tipo de heterogeneidade é responsável pela identidade constitutiva do jornalista, abarcando conseqüentemente aspectos pessoais, culturais, sociais e organizacionais. Este último aspecto é essencial, pois o profissional enfrenta situações decisivas para a composição dos enunciados durante a rotina de produção na redação, como obedecer às políticas editoriais em relação a temas tabus e de tratamento complexo. Essas facetas constitutivas do profissional não estão expressas nos enunciados, mas são indispensáveis na compreensão do tratamento de temas estigmatizados e de alta complexidade.

Como balanço do mapeamento quantitativo e da análise qualitativa sustentada pelo estudo de heterogeneidades enunciativas, notou-se o predomínio do sentido comum em relação ao fenômeno suicídio como característico, manifesto algumas vezes no enunciado das matérias, até mesmo nas citações de seus entrevistados. Frequentes citações incluídas nas matérias mostram que os indivíduos que cometeram suicídio ou tentaram, eram/são pessoas bem humoradas, trabalhadoras, com filhos, como se essas características significassem imunidade contra o autoextermínio.

Observa-se ainda que, por meio das análises expostas, em alguns casos, estereótipos e preconceitos sociais são explanados. Essas situações aparecem nos enunciados quando os jornalistas insistem, por recorrência, na inserção de opiniões de agentes sociais que apresentam vieses conservadores, pendendo, por exemplo, para a manutenção da família tradicional e para uma formação ideológica religiosa, apontando serem essas as soluções para a prevenção ao autoextermínio. Atores sociais esses, que, em parte das análises, são políticos locais, que substituem nas matérias, como pessoa informada no assunto, os especialistas de saúde mental e buscam, nessas ocasiões, beneficiarem-se dos acontecimentos por meio de discursos acalorados.

A fugacidade na deterioração do agendamento de assuntos que envolvem o tema suicídio reflete uma queda da audiência pela continuidade do debate, em virtude do fato de que se trata de um tema de alta complexidade e estigmatizado. Esse fenômeno fugaz demonstra também o desconhecimento da população em relação ao assunto, concedendo a percepção de que, em torno da morte, ainda circulam muitos mistérios. O pouco conhecimento do jornalista em relação ao fenômeno o induz a construir enunciados que, por vezes, corroboram a alimentar estigmas em torno do fenômeno suicídio, em ocasiões em que culpas são atribuídas aos estigmatizados.

Os fatores demonstrados e problematizados neste trabalho indicam que a cobertura do assunto suicídio pela imprensa local perpassa por diferentes aspectos (pessoal, cultural, social e organizacional). No entanto, o jornalista aparece como sendo mais influenciado pelo estigma em torno do suicídio do que propriamente influenciador desse fenômeno. Embora os portais noticiosos estudados nesta pesquisa não produzam estigmas, eles reproduzem signos, universos simbólicos, mundos referenciais e dinâmicas sociais que envolvem e reforçam a visão predominante sobre este tema de alta complexidade.

Referências

ALSINA, Miguel Rodrigo. **A construção da notícia**. Petrópolis: Vozes, 2009.
AUTHEIR-REVUZ, Jacqueline. Heterogeneidade enunciativa. **Cadernos de estudos linguísticos**, 19. Campinas: IEL, 1990.

- AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. **Entre a transparência e a opacidade**: um estudo enunciativo do sentido. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.
- AUTHUSSER, Louis. **Ideologia e aparelhos ideológicos do estado**. Lisboa: Presença/Martins Fontes, 1974.
- BACCEGA, Maria Aparecida. **Palavra e discurso**. História e literatura. São Paulo: Ática, 1995. p. 21 a 59.
- BAKHTIN, Mikhail; VOLOSHINOV, Valentin. **Marxismo e filosofia da linguagem**. São Paulo: Hucitec, 1988.
- BERGER, Peter. L.; LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade**: tratado de sociologia do conhecimento. Petrópolis: Vozes, 1985.
- BERTRAND, Claude Jean. **A deontologia das mídias**. São Paulo: EDUSC, 1999.
- BOORSTIN, Daniel J. **The image**: a guide to pseudo-events in America. New York: Vintage Books, 1992.
- CARDOSO, Sílvia Helena Barbi. Heterogeneidade discursiva mostrada. In: CARDOSO, Sílvia Helena Barbi. **Discurso e ensino**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2005. p. 65-83
- DAPIEVE, Arthur Henrique Motta. **Suicídio por contágio** - A maneira pela qual a imprensa trata a morte voluntária. 2006. 172 f. Dissertação de Mestrado em Comunicação Social - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.
- FEDERAÇÃO NACIONAL DOS JORNALISTAS (FENAJ). **Código de Ética do Jornalista Brasileiro**, 2007. Disponível em: < https://fenaj.org.br/wp-content/uploads/2014/06/04-codigo_de_etica_dos_jornalistas_brasileiros.pdf>
- FIORIN, José Luiz. **Linguagem e ideologia**. São Paulo: Ática, 1988, série Princípios.
- FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. 3. ed. São Paulo: Loyola, 1996.
- GOETHE, Johann Wolfgang V. **Os sofrimentos do jovem Werther**. São Paulo: Lp&m Pocket, 2005.
- GOFFMAN, Erving. **Estigma**: Notas sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada. 4. ed. Rio de Janeiro: LTC Editora, 2004.
- HABERMAS, Jurgen. **Mudança estrutural da esfera pública**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.
- McCOMBS, Maxwell; SHAW, Donald. A função de agendamento dos media. In: **O poder do jornalismo**: Análise e textos da teoria do agendamento. TRACQUINA, Nelson. (org.). Coimbra: Minerva, 2000.
- MEDITSCH, Eduardo Barreto Vianna. O jornalismo é uma forma de conhecimento? In: **Teorias da Comunicação**: Antologia de Pensadores Brasileiros. HOHLFELDT, Antônio; GOBBI, Maria Cristina (org.). 2. ed. Porto Alegre: Sulina, 2004.
- MUSSALIM, Fernanda. Análise do discurso. In: MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Anna Christina (Orgs.). **Introdução à linguística: domínios e fronteiras**. São Paulo: Cortez editora, 2000. p. 101-142.
- ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE (OMS). **Prevenção do suicídio**: um manual para profissionais da mídia. Genebra: Departamento de Saúde Mental, transtornos mentais e comportamentais, 2000.
- PÊCHEUX, Michel. Análise automática do discurso (AAD-69). In: GADET,

Françoise.; HAK, Tony. (Orgs.). **Por uma Análise Automática do Discurso:** uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Campinas-SP: UNICAMP, 1990. p. 61-161.

PHILLIPS, David P. The influence of suggestion on suicide: Substantive and theoretical implications of the Werther effect. **American Sociological Review**, v. 39, n. 3, p. 340-354, jun. 1974.

RAMOS, Sílvia; PAIVA, Anabela. **Mídia e violência**, Rio de Janeiro: IUPERJ, 2007.

SCHUDSON, Michael. Porque é que as notícias são como são? **Comunicação e Linguagens**, n. 8, p. 17-27, 1988.

SCHÜTZ, Alfred. **Estúdios sobre teoria social**. Buenos Aires: Amorrortu, 2003.

SHOEMAKER, Pâmela; COHEN, Akiba A. **News around the world: Practitioners, Content, and the Public**. New York: Routledge, 2006.

SOARES, Rosana de Lima. **Mídias e estigmas sociais: sutilezas e grosserias da exclusão**. 2015. 286 f. Tese (Apresentada como requisito para Livre Docência junto ao Departamento de Jornalismo e Editoração da Escola de Artes e Comunicação) Universidade de São Paulo (ECA-USP), São Paulo, 2015.

SOUSA, Jorge Pedro de. **Teorias da notícia e do jornalismo**. Chapecó: Letras Contemporâneas, 1999.

THOMPSON, John B. **A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia**. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo**. Florianópolis: Insular, 2005.

WOLF, Mauro. **Teorias da Comunicação**. Lisboa: Presença, 1987.

Direitos humanos no *Campo Grande News*: análise do discurso jornalístico a partir da interseccionalidade gênero e infância¹

Lynara Ojeda de SOUZA²
Katarini Giroldo MIGUEL³

Introdução

Os direitos humanos e sua efetivação constituem uma temática social recorrente, principalmente quando nos deparamos com acontecimentos violadores da dignidade do indivíduo. Ao se pensar na luta histórica por direitos humanos, é possível defini-la como uma busca pela alteridade e pelo compromisso com a inviolabilidade do outro (COMPARATO, 2010). Ao longo da história, existiu uma necessidade humana em identificar instrumentos ou mecanismos que garantissem a liberdade individual, o ir e vir, o livre pensar, a livre manifestação de ideias, enfim, assegurar ao indivíduo a possibilidade de ser ele mesmo e de manifestar sua presença no mundo. A partir dessa concepção, desenvolvem-se os princípios e normativas para assegurar a dignidade e liberdade dos sujeitos. Para Luño (1990, p. 48), os direitos humanos podem ser reconhecidos como:

Um conjunto de faculdades e instituições que, em cada momento histórico, concretizam as exigências da dignidade, da liberdade e da igualdade humana, as quais devem ser reconhecidas positivamente pelos ordenamentos jurídicos a nível nacional e internacional.

Desde o advento da Declaração Universal dos Direitos do Homem de 1948 e a reiteração na Declaração de Direitos Humanos de Viena de 1993, a sociedade ocidental tem-se organizado para compreender o conjunto mínimo de direitos que cada ser humano possui, baseado no respeito e garantia de sua dignidade. Daí decorre a importância dos direitos huma-

1 Este capítulo resulta de dados da dissertação de Mestrado *Direitos humanos no ciberjornal Campo Grande News: a construção de sentido na abordagem sobre mulheres, povos indígenas, crianças e adolescentes*, defendida em 02 de julho de 2018, no Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (PPGCom/UFMS). A banca teve como membros a orientadora Profa. Dra. Katarini Giroldo Miguel (UFMS), Profa. Dra. Maria Luceli Faria Batistote (UFMS) e Prof. Dr. Jorge Kanehide Ijuim (UFSC).

2 Doutoranda em Jornalismo pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Mestre em Comunicação pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação da UFMS. E-mail: lynaraojeda@gmail.com.

3 Professora do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) e do curso de Jornalismo da mesma instituição. Doutora em Comunicação pela Universidade Metodista de São Paulo. E-mail: katarini.miguel@ufms.br.

nos no mundo contemporâneo, bem como a incorporação do tema nos discursos e atividades por parte de diversos segmentos da sociedade, principalmente governos, movimentos sociais e veículos de comunicação que consideramos determinantes para pautar os temas sociais e contribuir com o debate público.

A imprensa é tida como estratégica e fundamental para a fiscalização, promoção e divulgação dos preceitos legais, sendo em boa parte das vezes o único meio de divulgação de direitos básicos e informações de serviços de relevância pública. É no entendimento de que o trabalho jornalístico é capaz de visibilizar diferentes temáticas e revelar as complexidades sociais que envolvem as mudanças de paradigmas nos direitos fundamentais que este trabalho está ancorado.

Medina (2000) ressalta a importância da postura e atuação do jornalista na construção da notícia, indicando a sensibilidade e o diálogo como elementos fundamentais. Ao se pensar em temáticas sensíveis, que exigem do profissional uma abordagem cuidadosa e comprometida com a profundidade dos fenômenos para que não haja revitimização de direitos ou novas violações, o pensamento de Medina se mostra ainda mais pertinente. A autora também reforça a relevância da apropriação das práticas éticas e técnicas da profissão, e o reconhecimento das limitações no fazer jornalístico.

Para observar como isso se dá empiricamente, este trabalho recupera os resultados da dissertação de Mestrado em Comunicação: *Direitos humanos no ciberjornal Campo Grande News: a construção de sentido na abordagem sobre mulheres, povos indígenas, crianças e adolescentes*, defendida na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, em 2018. Investigamos a cobertura jornalística realizada pelo *Campo Grande News*⁴, durante o ano de 2016, a partir dos três subtemas: mulheres, povos indígenas e crianças e adolescentes. Com base em um levantamento quantitativo, selecionamos um *corpus*, baseado num trajeto temático que cruza os subtemas supracitados, para aplicação de um protocolo de análise de discurso que observou a construção textual das notícias a partir dos itens lexicais, técnicas argumentativas, heterogeneidade e silenciamento. Os procedimentos metodológicos serão detalhados quando na apresentação das análises dos três textos que interseccionam as categorias gênero e infância. Antes disso, propomos um debate sobre o conceito de direitos humanos, suas especificidades e ressignificações, seguido pelo entendimento do lugar da prática jornalística neste debate.

Incompletudes e limitações na ideia de universalidade dos direitos humanos

A Declaração Universal dos Direitos do Homem de 1948 representa

⁴ Fundado em março de 1999, atualmente é o ciberjornal mais acessado do Estado, com média de quatro milhões de visitas mensais. Dados do site <https://www.similarweb.com> tendo como referência o mês de julho de 2020. Acesso em 12 de ago. de 2020.

a concepção contemporânea dos direitos humanos, uma vez que, a partir dela, é fixada a ideia de que esses direitos são universais, incorporando ainda em seu conjunto, além dos direitos civis e políticos, os sociais, econômicos e culturais (PIOVESAN, 2014). Entretanto, o reconhecimento formal de direitos, por si, não dá garantia às pessoas de que esses direitos serão respeitados ou colocados em prática.

Santos (2009) justifica que a complexidade dos direitos humanos está justamente na ideia de universalidade, desconsiderando as especificidades de cada localidade. O autor defende que não é possível falar de direitos humanos sem, simultaneamente, criticá-los. Isso não significa que eles não gozam de legitimidade ou eficácia, mas como indica Arendt (2012), são construídos e reconstruídos, conhecidos e reconhecidos, modelados e remodelados em um espaço de produção e reprodução inesgotável de contradições sociais, sendo, portanto, inevitavelmente, um campo de conflitos. Santos (2013) denuncia que alguns grupos sociais, a partir dessa lógica globalizada de direitos, acabam tornando-se apenas objetos do discurso hegemônico e não sujeitos de direitos humanos.

Para o autor, é preciso romper com um conceito que não considera as especificidades de uma sociedade plural e, por essa razão, em muitos momentos, não garante a efetividade de direitos preconizados no âmbito legislativo. Aponta a necessidade de compreender como se dá esse processo, sobretudo, discursivo dos direitos humanos, que invisibiliza grupos sociais.

Começemos por reconhecer que os direitos e o direito têm uma genealogia dupla na modernidade ocidental. Por um lado, uma genealogia abissal. Concebo as versões dominantes da modernidade ocidental construída a partir de um pensamento abissal, um pensamento que dividiu abissalmente o mundo entre sociedades metropolitanas e coloniais. Dividiu-o de tal modo que as realidades e práticas existentes do lado de lá da linha, nas colônias, não podiam por em causa a universalidade das teorias e das práticas que vigoravam na metrópole, do lado de cá da linha. E, nesse sentido, eram invisíveis. Ora enquanto discurso de emancipação, os direitos humanos foram historicamente concebidos para vigorar apenas do lado de cá da linha abissal, nas sociedades metropolitanas (SANTOS, 2013, p.44).

Para ele, a linha abissal continua dividindo a sociedade, tendo o conceito de emancipação e liberdade como escudo:

Tenho vindo a defender que esta linha abissal, que produz exclusões radicais, longe de ter sido eliminada com o fim do colonialismo histórico, continua sob outras formas [...]. O direito

internacional e as doutrinas convencionais dos direitos humanos têm sido usados como garantias dessa continuidade (SANTOS, 2013, p. 44).

Santos (2013) ainda problematiza não a existência do universal e do particular, mas sim a forma como eles dialogam, ou seja, o desafio, para autor, está em como o lado de cá da linha tem negado a existência do lado de lá. O discurso de legitimação dos direitos humanos só se dá de um lado nas sociedades metropolitanas.

Portanto, a construção e aprovação de mecanismos legais para precionar o respeito e a defesa da dignidade humana não são capazes de alterar a realidade se não contarem com um contexto social e histórico que dê suporte à efetivação. Desse modo, ao longo da história, a finalidade dos direitos humanos foi variando para se adaptar às concepções de viver e enxergar o mundo de cada momento. Como explica Vieira (2011, p. 79), eles “já serviram desde um símbolo de luta contra abusos de poder até suportes formais de proteção teórica, passando, inclusive, por moedas simbólicas de troca na esfera internacional”.

No Brasil, a Constituição Federal foi promulgada em 5 de outubro de 1988 e em seu artigo 1º traz que “a República Federativa, formada pela união indissociável dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constituiu-se em Estado Democrático de Direito em tem como fundamentos: II – a cidadania; III – a dignidade da pessoa humana”.

A partir dela, observa-se que a dignidade humana pode ser considerada o fundamento do Estado brasileiro. Embora existam legislações e acordos internacionais que indicam os direitos humanos como um conceito central para a manutenção da dignidade do indivíduo, as violações são constantes e centradas em segmentos já vulneráveis como os focalizados na nossa pesquisa: mulheres, crianças, povos tradicionais.

Assim como acontece em âmbito internacional e nacional, onde os direitos humanos e cidadania estão inseridos em um contexto de construção e disputa simbólica que dificultam sua efetivação, no estado de Mato Grosso do Sul essa lógica se repete. E mesmo não sendo possível criar níveis e critérios de direitos humanos mais ou menos violados, uma vez que, como explica Amorim (2012), a violência é um fenômeno complexo e com múltiplas determinações, cada violação possui suas características e se consolida de forma única para o indivíduo que sofre, pode-se afirmar que, dentro da realidade brasileira, alguns segmentos têm mais urgência em suas demandas.

Dando enfoque às categorias gênero e infância, números do Conselho Nacional de Justiça (CNJ/2017)⁵ indicam Mato Grosso do Sul como o

⁵ Dados divulgados no relatório *O poder judiciário na aplicação da lei Maria da Penha*. Disponível em: <http://www.cnj.jus.br/files/conteudo/arquivo/2017/10/ba9a59b474f22bbdbf7cd4f7e3829aa6.pdf>. Acesso em: 18 nov.2019.

segundo estado brasileiro com maior incidência de processos de violência doméstica contra a mulher. Já na temática que envolve a população infanto-juvenil, de acordo com Disque Direitos Humanos - 100, serviço de atendimento telefônico que recebe denúncias de violações de direitos, foram realizadas 80,4 mil denúncias de violência contra crianças e adolescentes, sendo que Campo Grande registrou 2.253 ocorrências na Delegacia Especial de Proteção à Criança e ao Adolescente (DEPCA). De janeiro até abril de 2018, 381 casos de abusos e estupros cometidos contra crianças e adolescentes foram registrados em MS, de acordo com a Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública (SEJUSP).

O período escolhido também carrega particularidades que denotam a urgência de pesquisas: 2016 foi o ano subsequente à criação da primeira Casa da Mulher Brasileira do país no município de Campo Grande, o que sugere maior incidência de notícias e dados relacionados à violência de gênero nos jornais da capital sul-mato-grossense. Além disso, foi o ano subsequente ao primeiro pleito unificado para escolha dos membros dos Conselhos Tutelares no Brasil, o que potencializa as pautas relacionadas à proteção infanto-juvenil na imprensa.

Os dados acima indicam que, mesmo havendo um esforço para a ampla garantia da dignidade humana e pela inviolabilidade de direitos, na prática, ainda existe um abismo que separa o que foi estabelecido em declarações e convenções e a vivência plena desses direitos para muitos sujeitos. Ao presente trabalho interessa esse questionamento no que diz respeito aos jornalistas. De que lado estão? O discurso jornalístico tem buscado desvelar as injustiças ou só reproduz o pensamento hegemônico, de modo a reforçar o distanciamento entre os dois lados da linha abissal? É um discurso que dá voz aos grupos minoritários⁶.

Do jornalismo que se sabe ao jornalismo que se faz

É reconhecida a relevância do papel da imprensa na luta contra regimes violentos, bem como na denúncia de atrocidades cometidas. A atividade jornalística apresenta-se como importante sentinela e protagonista no controle social de Estados para a não violação dos direitos humanos.

O cerceamento da atividade jornalística em regimes autoritários é uma prova da importância da mídia no controle social do Estado como potencial violador de direitos humanos. Nas democracias, por sua vez, a imprensa, mais livre, é uma das instituições centralmente envolvidas na promoção, proteção e apontamento

⁶ Entendemos minoria aqui, a partir de Sodré (2005), como grupos que não têm espaço social consolidado ou mesmo voz ativa para intervirem nas instâncias decisórias, portanto lutam por visibilidade e reconhecimento. Nesse sentido, debatemos na dissertação que as minorias são produto dessa lógica de não existência da classificação social, problematizada por Boaventura Sousa Santos.

de violação dos direitos humanos. Valendo-se do instrumental que os jornalistas têm à sua disposição – a investigação, o texto, a imagem e o áudio –, a mídia pode contribuir para um agendamento contextualizado do debate público (ANDI, 2006, p. 29).

Como Gomes (2003) explica: é a ação política e a busca pela justiça que dão sentido ao jornalismo.

O jornalismo tem, entre outras, uma origem panfletária que conchama à ação política, que congrega em torno de ideais e mobiliza em direção às lutas. Se ele conserva esta veia, ainda que muitas vezes só insinuada pela posição ideológica das empresas jornalísticas, ela se revela no que aparece como evidente marca das últimas décadas: a visada da crítica, da denúncia, da vigilância, do apelo à justiça, que lhe é vital (GOMES, 2003, p. 15).

Desse modo, uma prática jornalística dedicada à contextualização das notícias é capaz de fortalecer a cidadania, revigorar e ampliar o capital social. Outro papel relevante dos veículos de imprensa diz respeito à sua capacidade de influenciar a construção da agenda pública, auxiliando diretamente na tomada das decisões por parte dos agentes públicos, além de atuar como vigilantes da construção e efetivação das políticas de direitos. Em diversas situações, é a partir do momento em que a imprensa lança luz sobre direitos humanos violados ou escassez de políticas públicas que a população passa a cobrar do Estado a garantia da cidadania.

Frequentemente, as questões abordadas no noticiário constituem focos prioritários do interesse dos decisores públicos – e dos atores sociais e políticos de maneira geral –, influenciando sobremaneira a definição de suas linhas de atuação. Por outro lado, os assuntos “esquecidos” pelos jornalistas dificilmente conseguirão receber atenção da sociedade e, conseqüentemente, dos governos. Não é difícil imaginar, portanto, os impactos de uma cobertura abrangente e qualificada (ANDI, 2006, p. 15).

No entanto, o “jornalismo não responde às urgentes demandas de informação para o desenvolvimento humano, nem representa, de forma equilibrada, a pluralidade de interesses da sociedade brasileira” (MOTTA, 2008, p. 35). Tal fato vai contra a origem idealista do jornalismo, que é incorporar à sua atuação o interesse coletivo, de modo a promover o exercício da cidadania.

Outra preocupação é como os profissionais do jornalismo compreendem o tema e o reproduzem; se há uma apropriação ou não da complexidade e das especificidades que envolvem a abordagem de violações de direitos

e cidadania. Uma pesquisa realizada pela ANDI, entre 2004 e 2007, indica que a imprensa brasileira não aponta diretamente a violação dos direitos humanos como sendo responsável pelos elevados índices de violência no país. Somente 0,3% dos textos pesquisados investiram nessa abordagem.

Ao pensar na atuação dos jornalistas, é preciso lembrar que as responsabilidades no exercício da profissão estão expressas no Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros, vigente desde 2007, que estabelece, em seu artigo 6º, como dever do jornalista: “defender os direitos do cidadão, contribuindo para a promoção das garantias individuais e coletivas, em especial as das crianças, adolescentes, mulheres, idosos, negros e minorias” (FENAJ, 2007).

Mas, para compreender a atuação jornalística, é preciso considerar ainda que ela é cercada de elementos que são determinantes para a construção da notícia e que não estão sob controle do profissional. Os tensionamentos das rotinas produtivas, o contexto organizacional (e social) em que os jornalistas estão inseridos e até o aspecto formativo revelam-se como elementos fundamentais para entendermos o discurso jornalístico.

Um relatório elaborado pela ANDI (2006) nos auxilia a visualizar os desafios da prática jornalística na cobertura de direitos humanos que, segundo o documento, são interpretados como direitos civis e políticos. A importância dos direitos econômicos, sociais e culturais é quase ignorada quando os meios de comunicação informam sobre assuntos econômicos, principalmente quando se trata de economia mundial, pobreza, injustiças ou discriminação social e econômica. “A mídia não explica nem contextualiza a informação sobre direitos humanos como deveria. Em geral, não estão faltando dados sobre as violações ou sobre as normas de direitos humanos” (ANDI, 2006, p. 4).

O relatório ainda indica que, comumente, os profissionais da imprensa não possuem um conhecimento adequado acerca dos direitos humanos e não veem quando são pertinentes ao assunto que estão cobrindo. Também é frequente os meios de comunicação não alcançarem o contexto das notícias em direitos humanos. Tais limitações, em muitos momentos, causam a redução da qualidade profissional das reportagens e criam obstáculos à comunicação da informação essencial para se chegar à compreensão.

Em parte, a dificuldade reside no fato que os direitos humanos englobam questões jurídicas, morais e de filosofia política além dos problemas práticos de aplicação e de cumprimento: o jornalismo tende a concentrar-se mais nos “planos de fundo dos fatos” e em “o que aconteceu e quando” (ANDI, 2006, p. 5).

Desse modo, convém entender como se estabelece essa relação entre o ideal e as especificidades do campo jornalístico ao abordar fatos sobre a te-

mática. Sodré (2009) explica a necessidade de reconhecer as dificuldades da mídia em abordar temáticas complexas, mas reforça que ela desempenha um importante papel quando dá visibilidade a grupos esquecidos e marginalizados.

Em princípio, é difícil associar essa argumentação ao jornalismo, porque estamos habituados que estamos a consumir o discurso informativo como uma objetivação dos fatos da atualidade cotidiana, deixando de perceber que ali se constitui igualmente uma narrativa das práticas humanas, cuja função maior é chamar a atenção da coletividade para o modo como tais práticas se organizam ou devem organizar-se dentro de uma delimitação temporal, de uma periodização. Assim, pode muito bem acontecer que a midiaticização de aspectos críticos de uma determinada realidade social deixe o público em geral pouco informado sobre o que realmente está ocorrendo (e isto é cada vez mais freqüente em virtude das flutuações da atenção e da memória coletivas sob o influxo da mídia), mas ainda assim essa precária memória midiática é capaz de fazer emergirem novos atores sociais no espaço público, sejam eles os imigrantes ou os favelados nas periferias das megalópoles ocidentais. Ou seja, o que avulta como socialmente crítico não é conteúdo racional e argumentativo dos textos sobre realidade em questão, mas o “sensível” de vozes antes silenciadas (SODRÉ, 2009, p. 70).

Sabemos que as notícias são resultado de um processo negociado, no qual os jornalistas não são, simplesmente, observadores passivos, mas participantes ativos no processo de construção jornalística da realidade. Para Sodré (2009, p. 26), “jornalismo não é reflexo, mas construção social de uma realidade específica. Da cultura profissional dos jornalistas, da organização geral do trabalho e dos processos produtivos”. Nesse sentido, Charaudeau (2015, p. 20) complementa:

Se são espelho, as mídias não são mais do que um espelho deformante, ou mais ainda, são vários espelhos deformantes ao mesmo tempo, daqueles que se encontram nos parques de diversão e que, mesmo deformado, mostram, cada um à sua maneira, um fragmento amplificado, simplificado, estereotipado do mundo.

Ao reconhecermos que a imprensa e seus profissionais constroem uma realidade a partir de suas experiências e valores, admitimos, então, que os aspectos culturais presentes na sociedade se impõem ao longo da rotina produtiva. O que revela o quanto os jornalistas estão imersos e suscetíveis a reproduzirem elementos do contexto social em que vivem, mesmo que acreditem apoiados na técnica, numa possibilidade de anulação de suas crenças. Fiorin (2016, p. 83) indica que “a seleção das palavras para identificar seres e denominar acontecimentos já revela um ponto de vista acerca

dos ‘fatos’. Não temos acesso direto à realidade, ele sempre vem mediado pela linguagem, que não é neutra”.

Warren Breed (2016, p. 213), em artigo datado de 1950, alertava que “idealmente, numa democracia plena, não existiria nenhum problema, quer de controle quer de política do jornal. Os únicos controles seriam a natureza do acontecimento e a habilidade do repórter para o descrever”. Porém, na prática, fatores como o tempo, a linha editorial dos jornais e os constantes conflitos ideológicos e econômicos estão na esteira da rotina profissional.

O jornalismo deseja ser referencial, como se o fato contasse a si mesmo, mas por trás de qualquer dizer há um sujeito – o repórter, o editor, o dono do jornal – carregado de valores pessoais. E mesmo que a imprensa tente neutralizar esse sujeito, numa estratégia discursiva de imparcialidade e objetividade, que é pertinente à necessidade de legitimação profissional, a neutralidade é algo impossível de ser alcançado.

Neste sentido, Fiorin (2016, p. 82-83) explica:

Muitos jornais dizem que buscam a objetividade, a imparcialidade e a neutralidade na transmissão de notícias. Afirmam que expressam seus pontos de vista apenas nos editoriais. A maioria dos manuais de jornalismo explica que as matérias jornalísticas se dividem em informativas e opinativas. Estas apresentam a opinião do jornal ou colaboradores. Aquelas relatam informações. Tal distinção supõe que as notícias sejam narradas de maneira imparcial, neutra e objetiva. Entretanto, em qualquer construção lingüística, a objetividade, a neutralidade e a imparcialidade são impossíveis, pois a linguagem está sempre carregada de pontos de vista, da ideologia, das crenças de quem produz o texto.

Darnton (1990, p. 96) complementa ao afirmar que os valores culturais são incorporados pelos jornalistas em sua maneira de redigir a notícia. “Os estilos de reportagem variam com o tempo, o lugar e o caráter de cada jornal”, indicando, assim, a influência dos padrões culturais nesse processo. O autor (1990, p.96) ainda acrescenta que “o contexto do trabalho modela o conteúdo da notícia, e as matérias também adquirem forma sob a influência de técnicas herdadas de contar história”, o que demonstra a relação direta desses valores na produção discursiva. Assim, reconhecemos a necessidade de problematizar e refletir sobre como o discurso da imprensa representa as questões de direitos humanos, pois sugerem fortes indicativos de como esses temas estão sendo interpretados e incorporados pela sociedade.

O que dizem os textos jornalísticos sobre direitos humanos no *.Campo Grande News*

Por entendermos o jornalismo como um lugar de produção e circu-

lação de sentido e em busca de averiguar quais significados estão presentes no processo de construção das notícias sobre direitos humanos no portal *Campo Grande News*, nossa pesquisa se materializou no plano discursivo.

Os textos jornalísticos selecionados foram tratados na perspectiva da Análise do Discurso (AD) de linha francesa, tendo como suporte teórico principal os autores Dominique Maingueneau (1997, 2013) e Patrick Charaudeau (2015), uma vez que empreender AD significa tentar entender e explicar os efeitos de sentido dos textos. Mais que uma apreciação textual, a AD é uma investigação contextual da estrutura discursiva em questão.

No que tange à comunicação midiática, isso significa que qualquer artigo no jornal, qualquer declaração num telejornal ou num noticiário radiofônico, está carregada de efeitos possíveis, dos quais apenas uma parte – e nem sempre a mesma – corresponderá às intenções mais ou menos conscientes dos atores do organismo de informação (CHARAUDEAU, 2015, p. 28).

Para Benetti (2010), os sentidos que são produzidos pelo jornalismo sofrem interferência mútua e contínua, tornando-se um espaço de disputa simbólica constante.

A notícia é uma construção social que depende basicamente de seis condições de produção ou existência: a realidade, ou os aspectos manifestos dos acontecimentos; os constrangimentos impostos aos jornalistas no sistema organizacional; as narrativas que orientam o que os jornalistas escrevem; as rotinas que determinam o trabalho; os valores-notícia dos jornalistas; as identidades das fontes de informação utilizadas e seus interesses (BENETTI, 2010, p. 110-111).

Para entendermos como esse processo de sentido social construído se dá na mídia local, em um primeiro momento, levantamos no portal *Campo Grande News* 1299 matérias sobre os grupos de interesse, em um período compreendido entre 01 de janeiro e 31 de dezembro de 2016. Sendo 373 relacionadas à temática mulher, 504 sobre crianças e adolescentes e 422 sobre povos indígenas. Com base nesse diagnóstico, selecionamos um *corpus* que atendia a um trajeto temático, cruzando os três temas principais, que são caros ao contexto sul-mato-grossense; além de mulheres e infância, também os povos indígenas, considerando que o Estado abriga a segunda maior população indígena do país (IBGE, 2010)⁷. No espaço deste capítulo, apresentamos três análises a partir da intersecção dos temas infância e mulher, e nos concentramos em um protocolo que considerou:

7 Disponível em: <https://indigenas.ibge.gov.br/graficos-e-tabelas-2.html>. Acesso em 10 ago2020.

- a. Itens lexicais: no sentido de se atentar à escolha dos vocabulários, ou seja, à seleção das palavras utilizadas e como atuam na construção de sentido dos textos jornalísticos. Partimos do princípio de que é pela escolha vocabular que o enunciador busca expressar seu ponto de vista em relação ao mundo que o cerca, emitindo juízos de valor. Assim, na produção do texto, o objeto vai sendo construído pela seleção lexical e por caracterizações de ordem subjetiva que expressam uma avaliação positiva ou não do objeto construído discursivamente e durante a interação (MIGUEL, 2014).
- b. Técnicas argumentativas: analisamos aqui a forma como são construídos os argumentos e parágrafos dos textos, bem como o ordenamento estabelecido ao longo das argumentações e a hierarquização constituída, que é muito cara à prática jornalística. Para Charaudeau (2015, p. 42), “nenhuma informação pode pretender, por definição, à transparência, à neutralidade ou à factualidade”. Isso indica que o discurso informativo é carregado de sentido e valores que despontam na análise do discurso.
- c. Heterogeneidade: importante para a análise, pois reconhecemos que o texto jornalístico é atravessado por diferentes discursos, além do enunciador jornalista. Para Charaudeau e Maingueneau (2012, p. 261), “um discurso quase nunca é homogêneo: ele mistura diversos tipos de sequências [...]. Entre os fatores de heterogeneidade, atribui-se um papel privilegiado à presença de discursos ‘outros’, isto é, atribuíveis a outra fonte enunciativa”. Assim, acreditamos que a relação das vozes constantes na notícia auxilia na construção de sentido do texto.
- d. Silenciamento: prática que determina a apreensão dos significados e, quando praticada, rompe com a pluralidade de visões e versões esperada e defendida na atuação jornalística. Nesse caso, para a presente pesquisa que aborda temáticas urgentes, torna-se importante “depois mapear os sentidos presentes no discurso, identificar aqueles sentidos que, embora significativos, estão silenciados [...] ausentes daquele espaço discursivo” (BENETTI, 2010, p.115).

Com essa proposta, buscamos verificar como são feitas as abordagens das temáticas, observar se existem também hierarquizações no tratamento, principalmente por partimos da ideia de que cada uma dessas temáticas pertence a um universo discursivo repleto de especificidades. Na sequência, apresentamos as análises do discurso empreendido pelo *Campo Grande News* a partir dos três textos selecionados.

Texto 1 - Menina de 16 anos diz que era estuprada pelo pai e irmão no Itamaracá⁸

Publicado em 15 de agosto de 2016

Itens lexicais e técnicas argumentativas

Identificamos já no título da matéria a utilização do verbo “diz”, o que atribui totalmente a informação à outra pessoa que não o enunciador jornalista, no caso, a menina de 16 anos. Isso se dá pela própria natureza da atividade, ancorada em técnicas que buscam garantir sua legitimidade, como atribuir uma fala, denúncia ou acusação a algum personagem do texto, mantendo, assim, a ideia de neutralidade na informação (TRAQUINA, 2001). A busca pela objetividade acaba colocando em suspeição a acusação da adolescente, mesmo que, ao longo do texto, fontes reforcem o acontecimento da violência sexual.

A notícia está centrada na descrição dos fatos: uma menina de 16 anos afirma sofrer abuso sexual no âmbito intrafamiliar, sendo o pai e o irmão os agressores. O texto segue relatando o caso, revelando idade dos suspeitos, que eles estão presos, o bairro em que vivem, o fato de a polícia estar investigando o crime e que a adolescente foi internada na Santa Casa.

Segundo a fonte oficial entrevistada, o delegado que cuida do caso, a menina só afirmou sofrer abuso sexual desde os 10 anos após ser questionada em exames médicos. A versão dos suspeitos aparece somente na fala do delegado: “os dois foram ouvidos e negaram tudo. O pai ainda alegou que a menina tem raiva dele, pois ela o culpa pela morte de sua mãe”. Percebemos nesse trecho certa justificativa para o crime ao colocar o que a adolescente sentia pelo pai, como se isso colocasse em dúvida a denúncia de violência sofrida. O que se repete na fala da tia da jovem que, segundo o texto, “confirmou a história sobre a mãe da menina. Contudo, disse que seu irmão tem problemas com drogas e é violento” (HENRI, 2016). O uso da conjunção adversativa “contudo” indica o contraste das ideias presentes na frase da fonte, ou seja, embora ela confirme a informação de que a menina sinta raiva do pai, o irmão, um dos agressores, é usuário de drogas e violento, o que nos permite pensar que a violência é justificada, faz parte da rotina de quem convive com ele, como é o caso da adolescente.

Notamos um texto que tenta seguir a ideia de objetividade jornalística e inteiramente construído a partir dos relatos da fonte oficial, o que dá um caráter policial e superficial ao conteúdo.

Heterogeneidade e silenciamento

Apenas uma fonte foi entrevistada ao longo da matéria, o delegado,

⁸ Disponível em: <<https://www.campograndenews.com.br/cidades/capital/menina-de-16-anos-diz-que-era-estuprada-pelo-pai-e-irmao-no-itamaraca>>. Acesso em: 02 fev. 2020.

sendo responsável por trazer todas as informações sobre o caso, inclusive versões da adolescente, dos suspeitos, dos médicos e de um familiar (tia da adolescente) que confirma o perfil violento do pai: “disse que seu irmão tem problemas com drogas e é violento”. O discurso da matéria é todo construído a partir da fonte oficial. Tanto que, mesmo a checagem das informações dadas pela fonte oficial, como se espera na atividade jornalística, não é realizada. Verificamos isso no trecho da sequência: “Segundo ele, a menina foi internada na Santa Casa com hemorragia na quarta-feira” (HENRI, 2016). A informação é totalmente atribuída à fonte, mas poderia ser confirmada e aprofundada com a unidade de saúde.

Diante da temática, percebemos que não é dada a importância e a contextualização necessária para o entendimento dessa violência, cometida contra uma menina de 16 anos dentro de sua casa. Não são apresentados dados locais sobre abuso sexual, dando a impressão de que o fato possa ser isolado, mesmo existindo informações públicas e oficiais que apontam Mato Grosso do Sul como um dos estados com maior número de denúncias de estupro no país⁹; nem são entrevistados especialistas que possam dar profundidade à problemática e auxiliar no debate público. “Não podemos nos esquecer também que há temáticas diante das quais muitos jornalistas se sentem despreparados - como ocorre frequentemente com a questão da violência sexual contra crianças e adolescentes” (ANDI, 2006, p. 20). Ou seja, a falta de contextualização em um tema tão complexo pode ser vista como um possível despreparo por parte da imprensa em tratar tal fenômeno. Mas também pode indicar uma abordagem policial pouco preocupada em se aprofundar nas temáticas e que não trata esses casos como violações de direitos humanos. Reconhecemos que as motivações podem ser variadas, porém é perceptível uma superficialidade e silenciamento ao abordar questões que exigem compromisso social.

Texto 2 - Amigas combinam viagem para praia e acabam em casa de prostituição¹⁰

Publicado em 30 de novembro de 2016

Itens lexicais e técnicas argumentativas

O título da matéria começa com a informação de que “amigas com-

9 Segundo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2018), Mato Grosso do Sul apresentava o maior número de ocorrência de estupros notificados, com 66 casos a cada 100 mil habitantes. Disponível em: http://www.campogrande.ms.gov.br/semu/wp-content/uploads/sites/26/2019/03/RELATORIO_MAPA_DA_VIOL%3%8ANCIA_2017_RELATORIO-REVISADO_14_JAN_2019.pdf. Acesso em: 10 ago2020.

10 Disponível em: <https://www.campograndenews.com.br/cidades/capital/amigas-combinam-viagem-para-praia-e-acabam-em-casa-de-prostituicao>. Acesso em 02 de fev. de 2020.

binam viagem” e acabam em “casa de prostituição”. A sequência das expressões sugere que o fato de as adolescentes serem vítimas de exploração sexual pode ser uma consequência de decidirem viajar, o que de certa forma faz recair sobre elas a responsabilidade pelo ocorrido, como se, ao viajarem, estivessem assumindo o risco da violência sofrida. Diferente do título, no interior do texto é explicado que as meninas foram aliciadas: “uma aliciadora teria se passado por amiga e combinado uma viagem ao litoral com as meninas, mas acabou levando as jovens para uma casa de prostituição” (BOGO, RODRIGUES, 2016).

Assim como a maior parte das outras matérias analisadas, essa também é centrada na informação e busca apenas descrever a ocorrência. Reconhecemos o cuidado ao usar expressões como “exploração sexual” e “exploradas sexualmente” ao invés do termo prostituição. O uso correto do termo auxilia o leitor a compreender a não existência de consentimento, uma vez que as meninas ainda são adolescentes. “A palavra prostituição remete à ideia de consentimento, desviando o enfoque da exploração. Isto é, tira a criança e o adolescente da condição de vitimados, transportando-os para o papel de agentes da situação” (ANDI, 2013, p. 18). Porém, em outro momento, identificamos o uso inadequado do vocábulo “menor”, avaliado por entidades de defesa de crianças e adolescentes como pejorativo.

A expressão menor é considerada preconceituosa por se referir, preferencialmente a crianças e adolescentes autores de atos infracionais ou em situação de risco. Criança e adolescente são os termos utilizados pelo Estatuto da Criança e do Adolescente e pela Constituição do Brasil (UNICEF, 2002, p.72).

A matéria segue descrevendo o caso, a partir dos dados da investigação, mantendo-se na versão policial, citando o envolvimento de outras pessoas no caso, o que indica a formação de uma rede de tráfico e exploração sexual atuante, como aparece no trecho: “a expectativa é de que, ao desvendar este caso, outros adolescentes desaparecidos sejam encontrados” (BOGO, RODRIGUES, 2016). Mas, apesar de relatar a possível existência de uma rede de exploração sexual, a matéria trata, em alguns momentos, com negligência a gravidade da informação, como no trecho: “pois partiu dela o convite da viagem às meninas, além de ter organizado o passeio”; o uso da palavra “passeio” diminui a dimensão e seriedade do caso narrado.

Heterogeneidade e silenciamento

A notícia possui somente duas fontes de informação, sendo uma oficial, que fala em nome da equipe especializada em investigação, e a mãe de uma das adolescentes, que aparece no último parágrafo do texto. A matéria trata de uma temática complexa de forma leviana: o tráfico de adolescentes para fins de

exploração sexual; por essa razão, alertamos para a necessidade de pluralidade de fontes pessoais e documentais para dar conta da dimensão do assunto. Ao não fazer isso, o conteúdo jornalístico acaba por reproduzir apenas a versão da investigação, mantendo um discurso policaresco e sem apresentar elementos que auxiliem a compreender e refletir sobre esse tipo de violência, inclusive no contexto dos direitos humanos.

Na fala da mãe, presente no texto, é salientada preocupação dela com a adolescente – “foi uma angustia muito grande” – e os momentos de desespero, mas em momento algum o texto questiona e problematiza o papel, previsto no artigo 4º do ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente), que a família deve ter no cuidado e proteção dessas meninas.

Observamos, em muitos pontos da matéria a afirmação de que a uma mulher “teria convidado as meninas para irem até o Rio de Janeiro”, o que configura tráfico de pessoas para fins de exploração sexual¹¹, porém isso não é citado e problematizado no texto, percebemos, assim, o quanto essa temática ainda é invisibilizada e pouco reconhecida. Por fim, avaliamos que a tratativa do caso é totalmente episódica e não localizamos nenhum desdobramento do caso no levantamento quantitativo.

Texto 3 - *Estuprada e morta, menina de 3 anos estaria sendo agredida há 7 meses*¹²

Publicado em 30 de julho de 2016

Itens lexicais e técnicas argumentativas

O texto analisado é factual e narra uma tragédia que abarca os três eixos da pesquisa original: mulher, criança e indígena. O título da matéria não revela que a criança do fato é indígena: “menina de 3 anos”. Observamos também o uso do verbo “estar” no condicional (futuro do pretérito): “estaria sendo agredida”, o que podemos reconhecer como uma das técnicas jornalísticas de não afirmar de forma enfática a informação e sem comprometer a pretensa neutralidade no processo de construção da notícia, mesmo que, ao longo do texto, utilize fontes que confirmam as agressões.

A matéria inicia com a escolha de um vocabulário que busca chamar a atenção para a gravidade da violência sofrida pela criança: “agredida”, “queimada”, “estuprada” e “até a morte” aparecem logo na primeira frase do texto. Somente na segunda frase é informado que a menina de três anos

11 Este tipo de violência sexual caracteriza-se pela promoção ou facilitação da entrada de algum indivíduo em território nacional para que seja explorado. “De acordo com a legislação brasileira, o tráfico de crianças e adolescentes pode ser: interno - quando crianças e adolescentes são traficados dentro do território brasileiro, de um município para o outro ou de um estado para o outro” (ANDI, 2013, p. 19).

12 Disponível em: <<https://www.campograndenews.com.br/cidades/interior/estuprada-e-morta-menina-de-3-anos-estaria-sendo-agredida-ha-7-meses>>. Acesso em: 21 jan. 2020.

é indígena da Aldeia Bororó, localizada na Reserva Indígena de Dourados. O uso de palavras que reforçam a tentativa de destacar a violência aparece ao longo de todo texto, como “brutalidade” e “horrível”, incluindo no intertítulo o advérbio de modo “brutal”. O texto descreve com detalhes a situação de violência em que a criança vivia: “encontraram a menina com a mandíbula quebrada, com hematomas em todo o corpo e sinais de violência sexual” (RODRIGUES, 2016).

Apresenta uma construção argumentativa centrada na descrição dos fatos. No primeiro parágrafo já observamos a informação de que a violência teve início quando a criança foi morar com os tios, o que faz deles suspeitos. Os dados apresentados são policiais e as expressões escolhidas estão pautadas nessa formatação, como: “decretou prisão preventiva”. A fonte oficial entrevistada é a delegada responsável pelo caso e, mesmo com os suspeitos negando o crime e estando em fase investigação, afirma que, baseada em testemunhas, os tios são os agressores. Isso indica que já existe uma responsabilização do casal por parte das autoridades, reproduzida no texto jornalístico a partir do uso das falas da fonte: “Uma testemunha está sendo fundamental para que tenhamos certeza do fato, mas ainda queremos descobrir o motivo de tanta brutalidade”. Observamos que a entrevistada também destaca a gravidade do fato: “é um crime brutal, horrível, que não pode ficar impune e vamos apurar com prioridade”. Embora a fala oficial afirme a intenção de priorizar a resolução desse caso, como observamos nos dados apresentados anteriormente, a violência sexual ainda apresenta números urgentes no Mato Grosso do Sul, sendo uma violação muitas vezes invisível e negligenciada por parte das instituições que atuam na defesa e responsabilização de ocorrências de abuso sexual cometido contra crianças.

A citação da delegada ainda aponta as responsabilidades de profissionais que atuam na rede básica de atenção à saúde na identificação de situação de violência. “No local não há vizinhos próximos, mas agentes de saúde e pessoas que costumam acompanhar os indígenas dizem que não viam a criança [...]”, o que destaca a necessidade da intervenção das políticas públicas no enfrentamento à violação de direitos. Verificamos o mesmo contexto quando o texto informa que os policiais foram acompanhados pelo Conselho Tutelar quando se dirigiram ao local em que a criança morava ou na frase: “a delegada disse que vai ouvir agentes de saúde, do CRAS (Centro de Referência de Assistência Social), da aldeia, familiares [...]” (RODRIGUES, 2016).

Outros atores importantes presentes no texto são as lideranças indígenas, que, segundo a notícia, auxiliaram na busca pelos agressores: “Rosiane [...] e o marido fugiram antes da chegada da polícia, mas com ajuda de lideranças da reserva indígena os dois foram localizados” (RODRIGUES, 2016). As lideranças que aparecem como indivíduos fundamentais para o andamento do caso, já que localizaram os agressores, em momento algum o texto especifica quem são esses líderes.

No último parágrafo, a matéria explica que os suspeitos foram presos em “flagrante por estupro e lesão corporal seguida de morte”. Observamos que as palavras estupro e violência sexual aparecem do título à última frase, porém esse tipo de violação foi pouco explicado e aprofundado e os termos só foram utilizados quando auxiliaram a destacar a gravidade do caso, deixando de abordar melhor o tema.

Heterogeneidade e silenciamento

Apesar de a matéria tratar de um assunto complexo que envolve três subtemas: mulher, indígena e criança, e cada um desses grupos possuir aspectos singulares de ser e existir, sofrem violações de direitos de forma também muito específica, apenas uma fonte é utilizada para dar entrevista e, ainda assim, apenas para auxiliar na descrição do crime e dar a versão oficial da polícia, uma vez que é justamente a delegada responsável pelo caso. Desse modo, consideramos imprescindível mais fontes que possam dar a dimensão conceitual do caso e não que torne sensacional a violência que a criança sofreu, como encontramos no uso das palavras: “brutal” e “horrível”, que acabam não auxiliando na problematização e reflexão sobre violação de direitos.

Observamos ainda que a intenção da matéria, a partir de dados da delegacia é identificar os agressores, que são os tios da criança, porém não questiona os motivos que levaram a criança a ter saído da casa dos antigos cuidadores, nem explica com quem a menina morava antes, se com os pais, avós e se já vivia em uma situação de vulnerabilidade. A história e quem era a criança não aparecem no texto, somente a violência que ela sofreu. O texto tampouco considera as falhas na proteção à criança, pois, ao responsabilizar somente os tios, deixa de problematizar o não cumprimento do ECA no que diz respeito ao papel do Poder Público e da sociedade no zelo pela garantia da integridade da menina, conforme artigo 5º. “Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência [...] exploração, violência, crueldade [...], punindo na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais”. No texto é indicado que testemunhas, inclusive atuantes na política pública de saúde, devem ser capacitados para identificação de ocorrências de violações de direitos, pois acredita-se que a criança sofria agressões há meses. Contudo, não foi apurado o tempo exato levado para que as autoridades atuassem na ruptura da violência, preferiu deixar subtendido que foi preciso encontrar a criança em estado grave para que houvesse uma interferência, colocando em xeque a estrutura de acolhimento.

O texto faz uma abordagem policial puramente descritiva, notificada pela gravidade do caso, mas não se atenta para a abrangência das problemáticas. O tom sensacionalista ainda reforça a imagem do indígena como selvagem, brutal, cruel, enviesando a interpretação.

Considerações possíveis

Acreditamos que a imprensa exerce um papel estratégico e fundamental para a promoção e garantia dos direitos humanos, não apenas denunciando violações a tais direitos, como fortalecendo o debate público em torno das formas para defendê-los, garanti-los e promovê-los. Contudo, constatamos pela análise de três textos que cruzam as categorias gênero e infância publicados no *Campo Grande News* – tendo como suporte nossa pesquisa com análises mais exaustivas – que a temática e todas as especificidades que a envolvem não foram incorporadas pela imprensa sul-mato-grossense, representada pelo seu ciberjornal de maior visualização.

No exercício de sua atividade, jornalistas atuam no esforço de tornarem inteligíveis os acontecimentos, buscando divulgar para o público os diferentes níveis de acontecimentos. Para tanto, acabam, frequentemente, ancorando-se na simplificação dos fatos, em uma narrativa imediatista, de fácil assimilação. Ao fazerem isso, incorrem no déficit de complexidade, especialmente aqui com os eventos que envolvem os direitos humanos e a inviolabilidade do outro. Para Morin (2000), a complexidade deve ser entendida como uma motivação para pensar, pois ela permite esclarecer os fenômenos de modo não simplificador, reducionista. “Complexidade é a que tenta conceber a articulação, a identidade e a diferença de todos os aspectos que envolvem algo, enquanto o pensamento simplificador separa esses diferentes aspectos ou unifica-os por uma redução mutilante” (MORIN, 2000, p. 176).

Observamos que, em sua maioria, as matérias que levantamos são registros reproduzidos a partir das averiguações policiais. Desse modo, os textos jornalísticos deixam de lado o aprofundamento dos aspectos que os relacionam a contextos históricos, políticas públicas, responsabilidade dos setores do governo e possibilidades de enfrentamento e superação/acolhimento. Isso faz com que o conteúdo das notícias esteja focado em descrições dos fatos, sem contextualizar, por suposto, as relações estruturais que permeiam os casos de violação de direitos e resultam na violência sexual cometida contra crianças e adolescentes.

Nenhuma das notícias apresenta dados de fontes documentais, tampouco cita as legislações vigentes que protegem os grupos analisados, o que sinaliza certo descuido editorial ou mesmo a falta de conhecimento por parte dos jornalistas. Nesse mesmo sentido, constatamos a ausência de pluralidade no conteúdo, já que os textos apresentam poucas fontes pessoais, ou seja, testemunhas com autonomia para contar sua versão. Nenhum especialista da área de saúde ou direito, por exemplo, é consultado, mesmo envolvendo acontecimentos complexos de violações de direitos humanos que demandariam esclarecimentos especializados. Por serem informações aparentemente pautadas em boletins de ocorrência, há a predominância

do uso de delegados e investigadores como fontes, prevalecendo somente a versão da polícia, reforçando o tom policesco e os aspectos meramente descritivos, deixando de abordar a história das personagens, além de negligenciar os desdobramentos de cada caso, ou seja, tratam de forma episódica e como acontecimentos isolados. Existe, sobretudo, real ausência de fontes, por exemplo, que apresentem a perspectiva dos grupos violados, o que corrobora o silenciamento.

Atores importantes para a garantia de direitos, os profissionais do jornalismo possuem função singular e estratégica na luta pela cidadania plena, mas isso quando apresentam uma abordagem qualificada e problematizadora, sem negligenciar as complexidades e especificidades que envolvem a temática. “As narrativas jornalísticas não podem se restringir ao relato de fatos e explicações de acontecimentos, mas necessitam de compreensão de fenômenos sociais” (IJUIM, 2020, p.100). Ou seja, o trabalho jornalístico deve tensionar a prática pautada em coberturas episódicas e buscar oferecer os elementos necessários para que o público compreenda os acontecimentos por meio de uma contextualização social, histórica e econômica.

Anteriormente, questionamos de que lado o discurso jornalístico tem atuado: se de modo a reproduzir os valores hegemônicos que pouco problematizam as violações de direitos humanos, ou tentando oferecer novas maneiras de interpretar as experiências e transformar o mundo. De forma empírica, verificamos que o ciberjornal *Campo Grande News* ainda reproduz padrões ideológicos hegemônicos e não problematiza as especificidades que envolvem a violência sexual cometida contra crianças e adolescentes. Ao não questionar tais violações, em certa medida, naturaliza-as e reduz a fatos isolados, ainda que os dados oficiais indiquem o alto número de casos de violência cometida, no caso, contra mulheres, crianças e adolescentes. Tais reproduções nos fazem constatar que, ao invés de oferecer aos leitores informações que deem elementos necessários para compreender as especificidades do fenômeno da violência que acomete esses grupos, só reforçam a lógica de não existência provocada pela ignorância e o não reconhecimento do outro como sujeito pleno de direitos.

Assim, embora os profissionais da imprensa possam ser reconhecidos como capazes de interpretar e compartilhar com o público experiências desconhecidas e, muitas vezes, invisibilizadas, o que Santos (2002) chama de trabalho de tradução, identificamos ainda a predominância de discursos que estigmatizam pessoas que têm seus direitos violados. Ou que ainda enxergam direitos humanos de forma limitada, apenas como direitos civis e políticos, deixando de relacionar questões como pobreza, falta de acesso às políticas públicas e negligência por parte do Poder Público e sociedade como diretamente relacionadas às violações contra a dignidade do indivíduo, consequentemente, um desrespeito aos direitos humanos.

Percebemos uma distância considerável entre o ideal e a prática na

abordagem de direitos humanos no *Campo Grande News*. Nesse sentido, entendemos que as rotinas produtivas, a exigência de produções factuais, cada vez mais constantes e que se ajustem a uma dinâmica mercadológica, afetam diretamente na cobertura jornalística aprofundada e complexa que o tema estudado exige, fruto de um modelo de produção jornalística que privilegia fatos e negligencia pessoas e fenômenos sociais. Os fatores são muitos e podem ir desde procedimentos editoriais, cerceamentos políticos e econômicos, condições temporais e espaciais à falta de conhecimento e distorções involuntárias (ou não) por parte dos jornalistas que atuam nas redações.

Embora este trabalho apresente um recorte no tempo e espaço, a partir dele é possível reconhecer a necessidade de debater sobre a relação estabelecida entre imprensa e temáticas voltadas aos direitos humanos no Mato Grosso do Sul, além de refletir exaustivamente acerca das responsabilidades sociais do jornalista na promoção e defesa da cidadania, preceitos já consolidados no Código de Ética da profissão.

Referências

ANDI. **Mídia & Direitos Humanos**. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos; UNESCO, 2006.

ANDI. **Adolescente em conflito com a lei**: guia de referência para a cobertura jornalística. Direitos Humanos na imprensa brasileira: uma radiografia. [entre 2004 e 2007]. Disponível em: http://www.dhnet.org.br/educar/1congresso/008_021_congresso_veet_vivarta.pdf. Acesso em 15 ago. 2016.

AMORIM, Sandra Maria Francisco de. Violência e sociedade: os (des)caminhos da adolescência. In: PAES, Paulo. César. Duarte.; AMORIM, Sandra Maria Francisco de (orgs). **Adolescentes em conflito com a lei: fundamentos e práticas da socioeducação**. Campo Grande: Ed. Universitária da UFMS, 2012.

ARENDDT, Hanna. **Origens do totalitarismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

BENETTI, Márcia. Análise do Discurso em jornalismo: estudo de vozes e sentidos. In: LAGO, Cláudia.; BENETTI, Márcia. (orgs). **Metodologia de pesquisa em jornalismo**. 3. Ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

BOGO, Amanda.; RODRIGUES, Luana. **Amigas combinam viagem para praia e acabam em casa de prostituição**. Disponível em: <https://www.campo-grandenews.com.br/cidades/capital/amigas-combinam-viagem-para-praia-e-acabam-em-casa-de-prostituicao>. Acesso em: 02 fev. 2017.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**, de 05 de outubro de 1988. Brasília – DF, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 20 dez. 2019.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei 8.069/90, de 13 de julho de 1990. Brasília – DF, 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm. Acesso em: 20 dez. 2019.

FEDERAÇÃO NACIONAL DOS JORNALISTAS. **Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros**. Vitória: 2007. Disponível em: http://www.fenaj.org.br/federacao/cometica/codigo_de_etica_dos_jornalistas_brasileiros.pdf. Acesso: 20 dez. 2019.

BREED, Warren. Controle social na redação: uma análise funcional. In: TRAUQUINA, Nelson (org.). **Jornalismo: questões, teorias e “estórias”**. Florianópolis: Insular, 2016.

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso das mídias**. São Paulo: Contexto, 2015.

CHARAUDEAU, Patrick.; MAINGUENEAU, Dominique. **Dicionário de análise do discurso**. São Paulo: Contexto, 2012.

COMPARATO, Fábio Konder. **A afirmação história dos direitos humanos**. São Paulo: Saraiva, 2010.

DARNTON, Robert. Toda notícia que couber, a gente publica. In: DARN-TON, Robert. **O beijo de Lamourette: mídia, cultura e revolução**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

DECLARAÇÃO DE VIENA. Adotada e proclamada pela Conferência Mundial sobre os Direitos do homem em 25 de Junho de 1993. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/direitos/anthist/viena/viena.html>. Acesso em: 10 ago. 2020.

DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS. Adotada e proclamada pela resolução 217 A (III) da Assembleia Geral das Nações Unidas em 10 de dezembro de 1948. Disponível em: http://www.mj.gov.br/sedh/dpnh/gpdh/ddh_bib_inter_universal.htm. Acesso em: 10 ago. 2020.

FIORIN, José Luiz. **Argumentação**. São Paulo: Contexto, 2016.

GOMES, Mayra Rodrigues. **Poder no jornalismo: discorrer, disciplinar, controlar**. São Paulo: Edusp, 2003.

HENRI, Guilherme. **Menina de 16 anos diz que era estuprada pelo pai e irmão no Itamaracá**. Disponível em: <https://www.campograndenews.com.br/cidades/capital/menina-de-16-anos-diz-que-era-estuprada-pelo-pai-e-irmao-no-itamaraca>. Acesso em: 02 fev. 2020.

IJUIM, Jorge. Kanehide. Jornalismo e humanização: heranças eurocêntricas no pensar e no fazer jornalísticos. **Revista Extraprensa**, v. 13, n. 2, p. 91-108, 20 jul. 2020.

LUÑO, Antonio Enrique. **Derechos humanos, estado de derecho y constitucion**. Madrid: Tecnos, 1990.

MAINGUENEAU, Dominique. **Novas tendências em análise do discurso**. Campinas: Pontes, 1997.

MEDINA, Cremilda. **Entrevista: o diálogo possível**. São Paulo: Ática, 2000.

MIGUEL, Katarini Giroldo. **Pensar a cibercultura ambientalista: comunicação, mobilização e as estratégias discursivas do Greenpeace Brasil**. 266 p. Tese (doutorado em Comunicação Social) - Faculdade de Comunicação da Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, 2014.

MORIN, Edgar. **Ciência com consciência**. Rio de Janeiro: Bertrand no Brasil, 2000.

MOTTA, Luiz Gonzaga. Crítica da mídia: da resistência civil ao desenvolvimento humano. In: **Observatórios de mídia: olhares da cidadania**. São Paulo: Paulus, 2008. p 19-37.

- PIOVESAN, Flávia. **Temas de direitos humanos**. São Paulo: Saraiva, 2014.
- REALE, Miguel. **Filosofia do Direito**. São Paulo: Saraiva, 1999.
- RODRIGUES, Luana. **Estuprada e morta, menina de 3 anos estaria sendo agredida há 7 meses**. Disponível em: <https://www.campograndenews.com.br/cidades/interior/estuprada-e-morta-menina-de-3-anos-estaria-sendo-agredida-ha-7-meses>. Acesso em: 21 jan. 2017.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. **Direitos humanos, democracia e desenvolvimento**. São Paulo: Cortez, 2013.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. **Direitos humanos: o desafio da interculturalidade**. 2009. Disponível em: http://www.boaventuradesousasantos.pt/media/Direitos%20Humanos_Revista%20Direitos%20Humanos2009.pdf. Acesso em: 16 dez. 2019.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. **Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências**. Revista Crítica de Ciências Sociais, 63, out., 2002: 237-280. Disponível em <http://rccs.revues.org/1285>. Acesso em: 12 jan. 2020.
- SODRÉ, Muniz. **A narração do fato: notas para uma teoria do acontecimento**. Petrópolis: Vozes, 2009.
- SOUZA, Lynara Ojeda. **Direitos humanos no ciberjornal Campo Grande News: A construção de sentido na abordagem sobre mulheres, povos indígenas, crianças e adolescentes**. 2018. 225 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2018.
- TRAQUINA, Nelson. **O estudo do jornalismo no século XX**. São Leopoldo: Unisinus, 2001.
- UNICEF. **ABC Direitos Humanos**. Salvador: UNICEF, 2002.
- VIEIRA, Hector Luís. **Os entraves de aplicação das normas universais de Direitos Humanos frente às particularidades culturais**. 233 p. Dissertação (mestrado em Direito) - Faculdade de Direitos da Universidade de Brasília, Brasília, 2011.

Os desafios para a continuidade da Educomunicação no ensino público de Campo Grande¹

Naiane Gomes MESQUITA²
Rose Mara PINHEIRO³

Introdução

Os estudos sobre a relação entre comunicação e educação são relativamente recentes e datam do século 20, mas o aprendizado humano sempre esteve intrínseco ao desejo de comunicar, seja por meio de desenhos do cotidiano pré-histórico em cavernas pelo mundo ou dos primeiros alfabetos em tábuas de barro (LEVY, 1993), o homem construiu a sua história nas bases do conhecimento repassado de geração em geração através da comunicação. Levy (1993) relembra que nossa invenção mais importante, a escrita, não foi exclusiva de um único homem, surgiu em diversas civilizações agrícolas da Antiguidade, como parte importante da revolução da vida em comunidade. Foi a partir desse marco (STEPHENS, 1993) que o homem pôde revisitar ideias e acontecimentos em contextos diferentes, tornando o processo de acumular o conhecimento ainda mais complexo.

Em caminhos paralelos, enquanto ao longo dos séculos a transmissão do conhecimento se solidificou na escrita, tornando-se restrita a poucos, como clérigos e nobres, a comunicação descobriu novas possibilidades por meio de invenções, como a prensa de tipos móveis. Quando as primeiras folhas informativas impressas circularam na Europa (HOHLFELDT, 2014) e, posteriormente, contribuíram para revoluções, a criança começou a ser reconhecida como autônoma e a educação recebeu um caráter especial para a sociedade, afrouxando os laços entre a escola e a religião. O modelo antigo mais próximo do atual buscava, segundo Hohlfeldt (2014), a escola leiga, gratuita e pública, em um processo que completaria seu ciclo de mudanças apenas no fim do século 19, no nascer na industrialização.

Do telefone ao rádio e, por fim, à internet, a comunicação encontrou a expansão midiática na era pós-moderna (BAUMAN, 2004), momento em

¹ Texto baseado na dissertação *A Educomunicação nas escolas estaduais de Campo Grande: Um recorte a partir do Educomrádio.Centro-Oeste*, defendida em 2 de outubro de 2019, no Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (PPGCom/UFMS). A banca foi composta pela orientadora Profa. Dra. Rose Mara Pinheiro (UFMS), Prof. Dr. Marcos Paulo da Silva (UFMS) e a Profa Dra. Patrícia Horta Alves (UFS).

² Mestre em Comunicação pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). Jornalista pela Universidade Católica Dom Bosco (UCDB). E-mail: naiane.tm@gmail.com.

³ Professora do Programa de Pós-Graduação em Comunicação na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). Doutora em Comunicação pela Universidade de São Paulo, com estágio de pós-doutoramento pela Faculdade Cásper Líbero. E-mail: rose.pinheiro@ufms.br.

que as máquinas criaram um terreno fértil para novos comportamentos, relacionamentos mutáveis, adicionados e excluídos tecnologicamente. Um movimento tecnocultural (SODRÉ, 2006) que mistura formas tradicionais de representação da realidade com o virtual e telerreal. Um movimento que, para Sayad (2011), traz novas diretrizes de comunicação interpessoal e social.

Não há dúvida de que a informação precisa e útil é hoje sinônimo de poder. No entanto, numa análise mais detalhada, veremos que o computador; e mesmo a internet, já são revoluções pertencentes a um passado recente; são ferramentas e estruturas que abriram caminho para que a informação circulasse de uma outra maneira, fazendo com que a comunicação, assim, se ampliasse. Computadores já são quase peças de museu, e a informação banal está cada vez mais acessível a todas as camadas da sociedade (SAYAD, 2011, p. 41).

Neste contexto de desenvolvimento, o tensionamento entre comunicação e educação se tornou mais evidente com a presença massiva da mídia no cotidiano, no universo escolar e na realidade de crianças e jovens de todo o mundo. Para Braga e Calazans (2001), por mais diferentes que possam ser as aprendizagens midiáticas do ensino escolar, elas existem, surgem por meio da interação com ou sobre os produtos midiáticos e contribuem para o distanciamento da formalização do aprender, aproximando-se mais do saber cultural, em que nem sempre o sujeito percebe o porquê ou como foi incorporado o conhecimento.

O que muda, em verdade, com a crise do sujeito individual diante da velocidade que impera nas redes de poder na construção do conhecimento são as formas de comunicação de e para a educação. Chega ao fim o antigo sistema educacional erigido pela modernidade, cujo símbolo tópico é a universidade, tendo como objetivo a formação de um sujeito coletivo capaz de atender às demandas do processo de industrialização, estruturando-se nas bases do fordismo, do treinamento de habilidades técnicas e profissionais, de modelos seriados e adaptáveis à máquina, enfim, preparando o indivíduo para o mundo do trabalho (SCHAUN, 2002, p. 75).

No Brasil, a presença das tecnologias da informação no universo escolar inspirou pesquisadores do Núcleo de Comunicação e Educação da Universidade de São Paulo (NCE/USP) a investigar as iniciativas inseridas no universo da inter-relação entre comunicação e educação em escolas da América Latina. Como resultado da pesquisa, Soares (1999) publicou um artigo apontando similaridades entre as ações desenvolvidas por educadores

na interface e cunhou o termo educomunicação para definir um novo paradigma, discursivo, transverso, estruturado de modo processual, mediático, transdisciplinar e interdiscursivo. Para o pesquisador, a educomunicação surgiu como um campo de ação emergente na interface entre ambas as áreas de estudo, capaz de renovar as práticas sociais e ampliar as condições de expressão dos seres humanos, principalmente na infância e juventude (SOARES, 2011).

Para Citelli (2011), a educomunicação busca ir além da função instrumental da comunicação:

Em uma síntese, é possível conceber a Educomunicação como uma área que busca pensar, pesquisar, trabalhar a educação formal, informal e não formal no interior do ecossistema comunicativo. Posto de outro modo a comunicação deixa de ser algo tão somente midiático, com função instrumental, e passa a integrar as dinâmicas formativas, com tudo que possa ser carreado para o termo, envolvendo desde os planos de aprendizagem (como ver televisão, cinema, ler o jornal, revista; a realização de programas na área do audiovisual, da internet) (CITELLI, 2011, p.8).

Ao integrar novas dinâmicas formativas, a comunicação se torna uma facilitadora na promoção da inclusão, do poder de fala e do diálogo no ambiente escolar e entre os integrantes da comunidade. Para Schaun (2002), o conceito é capaz de ressignificar a produção midiática, fomentando a cidadania, principalmente entre os jovens.

A questão da educomunicação busca ressignificar os movimentos comunicativos inspirados na linguagem do mercado da produção de bens culturais, mas que vão se resolver no âmbito de educação como uma das formas de reprodução de organização de poder da comunidade, como um lugar de cidadania, aquele índice do qual emergem novas esteticidades e eticidades (modos de perceber e estar no mundo) (SCHAUN, 2002, p. 15).

As investigações teóricas de Soares e do NCE/USP resultaram não só na definição do conceito, mas posteriormente em iniciativas práticas implementadas em escolas públicas da capital paulista e da região Centro-Oeste do país. O *projeto Educomunicação pelas ondas do rádio - Construindo a paz pela comunicação* ou apenas *Educom.rádio* foi o pioneiro neste sentido ao promover a criação de programas radiofônicos construídos pela comunidade escolar, principalmente educadores e educandos. O projeto, que contou com o apoio de pesquisadores do NCE/USP, permaneceu entre os anos de 2001 e 2004, com capacitações presenciais e o envolvimento de 11 mil agentes educacionais de 455 escolas do ensino fundamental da rede

pública municipal (SOARES, 2011).

Durante os anos de implementação do Educom.rádio, o conceito educ comunicativo foi aplicado no cotidiano escolar da educação pública, com o propósito de diminuir o tensionamento existente entre educação e comunicação por meio da prática e compreensão do universo midiático. Para isso foram realizadas leituras críticas de mídia, dinâmicas de estímulo do trabalho corporativo, oficinas, *workshops* de produção radiofônica, entre outras capacitações que auxiliaram no diálogo e na contribuição vertical entre professores e alunos, superando os antigos formatos hierárquicos e horizontais da educação moderna.

Como resultado do projeto, o conceito se transformou em base para a criação da Lei Educom, uma política pública no município de São Paulo que garantiu a continuidade da iniciativa ao longo dos anos na cidade (SOARES, 2011), além de inspirar outra ação ambiciosa do ponto de vista geográfico e teórico que norteou esta pesquisa, o Educomrádio.Centro-Oeste.

Semelhante ao original, o Educomrádio.Centro-Oeste ocorreu entre os anos de 2004 e 2005, nos estados de Mato Grosso do Sul, Mato Grosso e Goiás, por meio de um convênio firmado no final de 2003 entre o NCE/USP, o Ministério da Educação (MEC) e as secretarias de estado de educação de cada localidade (ALVES; MACHADO, 2006). O projeto envolveu 2,5 mil integrantes da comunidade educativa, entre educandos e educadores, de 70 escolas públicas da região, que participaram de capacitações semipresenciais, criaram rádios escolares e produziram conteúdos educ comunicativos (SOARES, 2009).

Com base nas informações históricas dispostas sobre o conceito no país, o artigo investiga a trajetória da educ comunicação em Mato Grosso do Sul ao longo dos anos, tendo como ponto de partida a promoção do projeto Educomrádio.Centro-Oeste. Para obter os resultados apresentados, foram realizados levantamentos bibliográficos, entrevistas, aplicação de questionário em escolas que participaram do projeto e pesquisa de campo em instituições de ensino estaduais que promoveram atividades na inter-relação entre comunicação e educação no ano de 2018, com destaque para iniciativas vinculadas à Mediação Tecnológica na Educação, área de intervenção da educ comunicação que estuda a presença das tecnologias da informação e seus múltiplos usos no ambiente escolar, promovendo a acessibilidade e formas democráticas de gestão (SOARES, 2011).

Para o desenvolvimento da pesquisa, o *locus* da investigação se limitou a cidade de Campo Grande, capital de Mato Grosso do Sul, por ser a com mais escolas participantes no período de implementação do Educomrádio.Centro-Oeste. Desta forma, além da reconstrução histórica do projeto, o artigo traz uma Linha do Tempo da Educ comunicação em Mato Grosso do Sul, com um panorama das iniciativas que influenciaram o desenvolvimento de atividades práticas na inter-relação entre comunicação e

educação, além da reflexão sobre a importância do envolvimento individual de profissionais para a continuidade de projetos na interface e da relevância das políticas públicas para a manutenção de iniciativas educacionais.

Educomrádio.Centro-Oeste em Mato Grosso do Sul

A trajetória da educomunicação como conceito e prática em Mato Grosso do Sul está relacionada principalmente a projetos e programas que surgiram no âmbito da iniciativa pública, em especial, o *Educomunicação pelo rádio em escolas de ensino médio da Região Centro-Oeste*, mais difundido pelo nome abreviado, o *Educomrádio.Centro-Oeste*. Conforme mencionado anteriormente, a iniciativa ocorreu por meio de um convênio entre o Governo Federal, estadual e a Universidade de São Paulo, sendo considerado um curso de extensão universitária do projeto Rádio-Escola, da Secretaria de Educação do MEC.

Durante o Educomrádio.Centro-Oeste, o conceito foi apresentado como prática pedagógica em formação de professores e gestores no uso da linguagem radiofônica. Ao todo 70 escolas da região participaram, sendo 30 no estado de Goiás e 20 nos estados de Mato Grosso do Sul e Mato Grosso. Neste cenário, 140 professores, 2.100 alunos e 280 membros da comunidade foram beneficiados com o curso na modalidade semipresencial, com carga horária de 180 horas para docentes e 264 horas para a equipe de técnicos das secretarias de educação que auxiliaram no processo de implementação ao longo do desenvolvimento do projeto (MOREIRA, 2007).

Como o curso ocorreu na modalidade semipresencial, uma parte das atividades foi realizada em um ambiente virtual de aprendizagem (AVA), onde foram disponibilizados textos e informações sobre a educomunicação, com a possibilidade de interação entre professores e tutores (ALVES; MACHADO, 2008). Quatro tópicos temáticos nortearam as discussões no ambiente *on-line*, sendo eles, a Educomunicação e suas linguagens; Pedagogia da linguagem radiofônica; Planejamento da educomunicação em espaços educativos e Projetos de educomunicação com o uso da linguagem radiofônica.

Posteriormente à capacitação, as escolas participantes receberam equipamentos radiofônicos das respectivas secretarias de estado de Educação, sendo que os encontros presenciais ocorreram nas escolas a partir de 2005, justamente após a chegada do material prático. Os cinco encontros presenciais denominados de Visitas Técnico-Pedagógicas foram feitos em duas frentes, sendo a primeira o planejamento teórico de debate com a comunidade educativa sobre temas relacionados à linguagem radiofônica e a segunda, o planejamento da prática comunicativa na escola. Outro objetivo da visita foi o auxílio a possíveis ruídos na proposta dialógica do projeto e na relação dos participantes com os equi-

pamentos tecnológicos (ALVES; MACHADO, 2006).

As práticas – ou também chamadas vivências – partiram sempre, da experiência para se chegar à teoria, formando o que no movimento de educação popular denomina-se como espiral “prática-avaliação/teoria-prática”, tendo todo o grupo orientado a realizar atividades práticas voltadas à vivência no rádio, avaliar o processo de produção e sistematizar os resultados. Faz parte da metodologia de trabalho da Educomunicação o planejamento democrático e a gestão participativa das ações comunicativas, envolvendo todos os agentes do processo educativo (ALVES; MACHADO, 2006, p. 6).

Especificamente em Mato Grosso do Sul, documentos do NCE/USP apontam que das 20 escolas que participaram do projeto, nove estavam localizadas em Campo Grande, sendo este o maior número de adesão entre os municípios. As atividades presenciais foram acompanhadas por uma comunicadora selecionada pelo Núcleo para percorrer todas as unidades de ensino, auxiliando na implementação da rádio e nos possíveis ruídos existentes entre educador e educando. Também foi possível, por meio dessa jornalista, a compreensão de como o projeto foi desenvolvido ao longo do ano e do envolvimento dos participantes, assim como os temas mais abordados durante as atividades práticas, como, por exemplo, a violência, a gravidez na adolescência e o *bulling* (MESQUITA, 2019).

As informações apresentadas acima são o resultado de extensa pesquisa bibliográfica em dissertações, livros, documentos, notícias, artigos e boletins disponibilizados pelo NCE/USP. Para compreender o desenvolvimento do projeto, foram realizadas entrevistas com membros da organização, educadores e entusiastas que se propuseram a promover ações educacionais nos anos posteriores ao fim do convênio com o Governo Federal. O contato com os profissionais que participaram da iniciativa mostrou a importância da educomunicação para o desenvolvimento de uma aprendizagem mais democrática nas escolas que participaram do projeto, justamente por meio do engajamento entre educadores e educandos, que possibilitou a troca de conhecimento entre ambos e a quebra na hierarquia herdada da educação moderna.

A investigação elucidou ainda o quanto a dedicação dos professores foi essencial para a implementação das rádios na escola, inclusive, após o encerramento do projeto. Em um dos casos, por exemplo, na Escola Estadual Waldemir de Barros da Silva, localizada em um dos bairros mais populosos de Campo Grande, o Moreninhas, a dedicação de uma educadora foi essencial para que a rádio fosse aprimorada ao longo dos anos, adquirindo um estúdio com isolamento acústico, novos equipamentos e uma programação permanente até 2010, cinco anos depois da finalização do convênio

responsável pelo Educomrádio.Centro-Oeste (MESQUITA, 2019).

Apesar de ter a participação da Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso do Sul (SED/MS) na implementação do projeto, pouco foi mantido nos arquivos da instituição sobre a iniciativa e outras ações inseridas na interface que poderiam contribuir para a reconstrução histórica do conceito educ comunicativo, por isso a necessidade de investir nas entrevistas e na pesquisa de campo ao longo da investigação. Esse caminho possibilitou também a descoberta de outras iniciativas na interface que utilizaram a educ comunicação como base teórica e prática, como é o caso do Projeto Estadual de Rádio na Escola (PERE/MS), desenvolvido pela Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso do Sul em escolas estaduais, e os programas Mídias na Educação⁴ e Mais Educação⁵, implementados pelo Governo Federal (MESQUITA, 2019).

No primeiro caso, o PERE foi criado quatro anos após o encerramento do Educomrádio.Centro-Oeste e se assemelhou em muitos aspectos ao projeto do Governo Federal, com a prática midiática atuando como propulsora do protagonismo dos educandos e contribuindo para a construção de um diálogo mais democrático entre os integrantes da comunidade educativa. Segundo documentos disponibilizados pela SED/MS e informações coletadas durante as entrevistas, o projeto foi desenvolvido entre os anos de 2009 e 2015, e abordou temas socioculturais, como o uso de drogas, violência na escola, gravidez na adolescência, depreciação de patrimônios públicos e evasão escolar (MESQUITA, 2019).

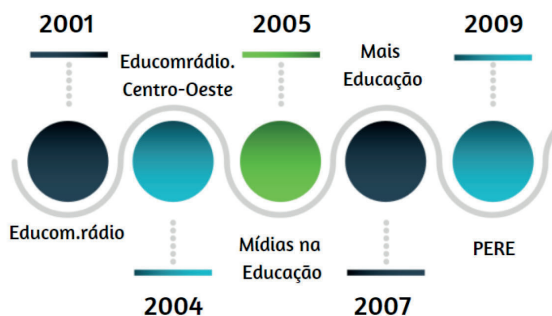
A proposta foi adiante pela dedicação de uma educadora, desta vez, a coordenadora do projeto, Solange Silva, que conheceu a educ comunicação durante uma pesquisa e decidiu agregar alguns pontos ao projeto. Como as escolas não tinham equipamentos tecnológicos para a implementação da rádio na escola ou os remanescentes da época do Educomrádio.Centro-Oeste estavam danificados, Solange optou por orientar a promoção da prática do PERE apenas com uma caixa de som e microfone, sendo que a programação era realizada ao vivo, pelos alunos, durante o intervalo das aulas (MESQUITA, 2019). Em Campo Grande, o PERE ocorreu em 18 unidades de ensino e permaneceu nesta estrutura até a transferência para a Prefeitura Municipal de Campo Grande, onde era originalmente lotada. Na Secretaria Municipal de Educação, Solange desenvolve um trabalho semelhante ao PERE e baseado no conceito da educ comunicação, desta vez, com a inclusão de novos meios de comunicação e o uso de *smartphones*.

Essas descobertas foram essenciais para a delimitação da Linha do

4 Criado pelo Governo Federal em 2005, o Mídias na Educação foi um programa de Educação a Distância (EaD) que ofereceu a formação continuada para professores, principalmente do ensino básico e público do país, e com um módulo específico sobre a Educ comunicação (MESQUITA, 2019).
5 O programa Mais Educação foi voltado para a implementação da educação integral nas escolas fundamentais do país e sugeriu em sua proposta pedagógica a inclusão da disciplina eletiva de educ comunicação (MESQUITA, 2019).

tempo da Educomunicação em Mato Grosso do Sul, construída justamente para compreender como o conceito foi aplicado ao longo dos anos no Estado, principalmente, em Campo Grande, *locus* da pesquisa. Portanto, com exceção do Educom.rádio, incluído devido a sua influência para as demais iniciativas, todos os programas descritos na figura abaixo ocorreram em escolas estaduais de Campo Grande e conseqüentemente de outros municípios, sendo parte da trajetória da educomunicação em Mato Grosso do Sul.

Figura 1: Linha do tempo da Educomunicação em Mato Grosso do Sul



Fonte: MESQUITA, 2019.

É possível observar na Figura 1 (acima) que a trajetória da educomunicação em Mato Grosso do Sul está atrelada ao ensino público, principalmente no que diz respeito às escolas estaduais. O conceito foi implementado pela primeira vez com o Educom.rádio. Centro-Oeste, sendo novamente abordado nas capacitações do Mídias na Educação e na proposta de disciplina eletiva de educação integral do Mais Educação, possibilitando, desta forma, uma maior abrangência entre educadores e educandos.

A linha do tempo continua com o PERE, um projeto essencialmente sul-mato-grossense e simples do ponto de vista tecnológico, que buscou a interação e o protagonismo de membros da comunidade escolar, influenciando também a realização de um projeto posterior na rede municipal de ensino.

Análise de projetos na inter-relação entre comunicação e educação em escolas públicas de Campo Grande

Apesar dos exemplos de projetos que utilizaram a educomunicação como uma das bases para o seu desenvolvimento, há poucas informações sobre como o conceito permaneceu inserido na educação pública estadual

após o encerramento dos programas, principalmente devido à independência que as escolas têm em relação à Secretaria Estadual de Educação, que isenta as instituições da obrigatoriedade de informar todas as iniciativas que ocorrem no ambiente escolar (MESQUITA, 2019).

No caso do Educomrádio.Centro-Oeste, um formulário com seis perguntas fechadas e três abertas foi enviado às nove instituições de ensino que participaram da iniciativa em Campo Grande, em busca de dados referentes à relação entre a comunicação e a educação nas instituições. As questões investigaram, entre outros pontos, se o projeto permaneceu após o encerramento do convênio federal ou se existiam outras iniciativas semelhantes inseridas na inter-relação entre comunicação e educação. As perguntas foram enviadas para o e-mail institucional de cada escola nos dias 21 de novembro, 27 de novembro e 12 de dezembro de 2018, permanecendo abertas para respostas até o dia 31 de janeiro de 2019 (MESQUITA, 2019).

Tabela 1 - Questionário enviado às escolas de Campo Grande que participaram do Educomrádio.Centro-Oeste

Escolas	Questionamentos								
	As disciplinas obrigatórias oferecidas na escola incluem informações e/ou diálogos sobre a mídia (jornal, TV, rádio, internet, redes sociais, etc)?	Os alunos são incentivados a dialogar sobre o papel dos meios de comunicação no cotidiano?	Os estudantes criam produtos de mídia (programas de rádio, jornais escolares, curtas-metragens, etc)?	Caso a resposta para a questão acima seja "sim". Quais os trabalhos desenvolvidos pelos alunos no ambiente escolar?	A escola participou do projeto "Educom.rádio Centro-Oeste". O projeto continuou até o ano de 2018?	Caso o projeto não esteja em andamento. Há informações sobre o ano de encerramento do projeto "Educom.rádio Centro-Oeste" na sua escola?	A escola oferece disciplinas em tempo integral?	Caso a resposta para a questão acima seja "sim". Há alguma disciplina eletiva que promova o diálogo com os alunos sobre a mídia, a comunicação e a educação?	Os professores da escola participaram de capacitações oferecidas por meio do programa Mídias na Educação do Ministério da Educação?
E.E. Joaquim Murtinho	Sim	Sim	Sim	Vídeos relacionando o conteúdo disciplinar com o contexto histórico e cotidiano.	Não	Não	Não	-	Não
E.E. Maria Constança Barros Machado	Sim	Sim	Sim	CNME (Centro Nacional de Mídias na Educação)	Não	Não	Sim	CNME	Sim
E.E. José Barbosa Rodrigues	Sim	Sim	Sim	Disciplinas eletivas sobre youtubers e documentários etc.	Não	2006	Sim	CNME	Sim
E.E. Waldemir Barros da Silva	Sim	Sim	Sim	Já produzimos curtas e páginas na web.	Não	2010	Sim	Não	Sim
E.E. Dona Consuelo Müller	Sim	Sim	Sim	Eletiva de curta-metragem e CNME.	Não	2008	Sim	CNME	Sim
E.E. Arlindo de Andrade Gomes	Sim	Sim	Não	-	Não	Não	Não	-	Não

Fonte: MESQUITA, 2019.

Como resultado, das nove instituições de ensino que receberam o formulário, apenas seis responderam às questões, sendo que três conseguiram delimitar com precisão quando a rádio criada durante o Educomrádio. Centro-Oeste parou de transmitir conteúdo. O restante não dispunha de informações sobre o projeto.

Em relação às iniciativas na inter-relação entre comunicação e educação, cinco frisaram manter projetos na interface, principalmente relacionados a produtos audiovisuais e à internet, com destaque para as escolas de ensino integral, que utilizam as disciplinas eletivas – fora da grade tradicional curricular – para dar vazão à criatividade dos alunos, com diversos temas para a aprendizagem, desde videodocumentário até YouTube (MESQUITA, 2019).

As informações presentes nesse formulário auxiliaram não só na reconstrução histórica do projeto, mas no desenvolvimento de outra etapa da investigação, a pesquisa de campo. Com base nas respostas, foi possível delimitar quais instituições ainda mantinham atividades na inter-relação entre comunicação e educação em 2018, nas quais seria possível aplicar a metodologia de análise da Mediação Tecnológica na Educação e observar o possível uso da educomunicação como conceito base para a promoção das atividades na interface.

Neste caso, a Escola Estadual Maria Constança de Barros Machado foi selecionada por ter integrado o Educomrádio. Centro-Oeste e desenvolver simultaneamente duas iniciativas inseridas na inter-relação entre comunicação e educação, sendo elas, as disciplinas eletivas de Mídia e de Jornalismo. A primeira integra o projeto do Centro Nacional de Mídias na Educação (CNME), um programa desenvolvido pelo Governo Federal em parceria com a TV Escola, Fundação Roberto Marinho e Fundação Ayrton Senna, que propõe a educação presencial mediada pela tecnologia, em que os alunos são convidados a interagir com participantes de outros estados, após a exibição de uma videoaula preparada especialmente pela equipe do CNME.

O projeto foi implementado no segundo semestre de 2018, com a entrega de equipamentos especiais para a transmissão e recebimento de sinal via satélite, além da capacitação de todos os professores participantes, na cidade de Manaus (AM), onde foram gravados os programas exibidos em videoaula. Apesar da proposta, o projeto teve diversas dificuldades, segundo a professora responsável pela aula, como dificuldade de interação e problemas técnicos relacionados à queda de sinal constante (MESQUITA, 2019).

Também na escola ocorreu a eletiva de jornalismo *Quem não se comunica, se trumbica* que, apesar de não ser mencionada no questionário respondido anteriormente pela escola, estava inserida na inter-relação entre comunicação e educação. A descoberta da atividade ocorreu no dia 4 de dezembro de 2018, durante um evento de culminância das disciplinas

eletivas da escola, em que os alunos e professores responsáveis pelo projeto apresentaram os vídeos produzidos durante o semestre, simulando a apresentação de um telejornal.

Por ser o encerramento do ano letivo, ao contrário da disciplina de Mídias, não foi possível observar uma aula, sendo permitida apenas a coleta de dados sobre o projeto por entrevista com a professora responsável. Apesar de o nome indicar a realização de uma eletiva de jornalismo, os vídeos produzidos tiveram inspiração artística e foram todos produzidos com histórias fictícias, sem relação com o cotidiano e a realidade da escola, dos alunos ou da comunidade escolar.

Na outra ponta da pesquisa de campo está a Escola Estadual Manoel Bonifácio Nunes da Cunha. A instituição de ensino integral localizada em Campo Grande não participou do Educomrádio.Centro-Oeste, mas teve contato com a educomunicação por meio de outras duas ações, o PERE e o programa Mais Educação. Desde 2017, os alunos são os responsáveis pelo jornal *Bonifácio News*, um projeto baseado nas orientações de jornalismo que inclui a redação, edição e divulgação de notícias produzidas pelos próprios estudantes por meio das mídias sociais *Instagram* e *Facebook*. A atividade faz parte do Clube de Protagonismo Estudantil, uma possibilidade incluída nas diretrizes da Escola de Autoria, programa de implementação do ensino integral do Governo do Estado de MS (MESQUITA, 2019).

No projeto, os estudantes desenvolvem habilidades de planejamento, organização de ideias, melhora na escrita e compreensão dos processos midiáticos, principalmente pela realização de cursos de roteiro, cinema e a visita do Curso de Jornalismo da UFMS na unidade escolar. No campo tecnológico, os estudantes aprenderam sozinhos a editar vídeos e utilizaram a experiência de um colega *youtuber* para coletarem dicas sobre *softwares* de edição. Democrático, o clube não obriga os alunos a participar, sendo que cada integrante escolhe uma atividade que irá desempenhar ao longo do processo (MESQUITA, 2019).

Apesar das diferenças, em ambos os casos, a tecnologia desempenha um papel importante na promoção das atividades, portanto o olhar para os projetos foi baseado nas ponderações da Mediação Tecnológica na Educação (MTE), área de intervenção da educomunicação, que busca compreender as consequências do atravessamento das tecnologias de informação no cotidiano escolar, principalmente com o avanço da internet, dos *smartphones* e tantos outros aparatos.

Soares (2007) acredita que, apesar da apreensão que os educadores podem sentir em relação à tecnologia, é importante que os profissionais compreendam a relação estreita que o jovem brasileiro tem com a tecnologia, sendo o melhor caminho o da convivência com o fenômeno, possibilitando que os usuários se tornem mais atentos e críticos, desta forma, produzindo antídotos contra os possíveis abusos e perigos da internet.

A tecnologia eletrônica garante leveza e criatividade ao ambiente educacional, sempre que a apropriação de seus recursos e processos dê-se a partir do reconhecimento da potencialidade da comunicação em favorecer a construção permanente de novas alternativas de busca de conhecimento e de convivência. A isso a educomunicação denomina mediação tecnológica nos espaços educativos (SOARES, 2007, p. 40).

Dessa forma, a área da Mediação Tecnológica na Educação foi definida pelo autor como:

O estudo das mudanças decorrentes da incidência das inovações tecnológicas no cotidiano das pessoas e grupos sociais, assim como o uso das ferramentas da informação nos processos educativos, sejam os presenciais, sejam os a distância (SOARES, 2002, p.18).

A partir dessas reflexões, Consani (2008) desenvolveu um método de análise de projetos educacionais denominado de Quadro Esquemático de Modelo para a Mediação Comunicativa que, por meio de perguntas-chave auxilia a elucidar sobre elementos da mediação, que vão desde quem e quais são os agentes mediadores, qual é o objeto da mediação, em que universo cultural trabalha-se e até quem concentra o protagonismo do processo.

Pela proposta de Consani (2008), para se definir a mediação, o ideal é fugir da dicotomia “bom ou ruim”, e investir em uma nova abordagem, apresentada pelo autor como mediatividade e mediância, frisando que os conceitos não são opostos, mas sim de níveis diferentes. Do ponto de vista da comunicação, a mediatividade remete a ação do emissor e a mediância à do receptor, enquanto na educação, o primeiro caso está ligado à relação do professor/educador (mediativo), e o segundo, ao do aluno/aprendiz (mediante).

Levando em conta que a mediação é uma ação executada por agentes bem definidos, seu exercício pode ser observado e qualificado à luz do maior ou menor grau de iniciativa das partes envolvidas. Essa prerrogativa – que na prática, no mais das vezes, é já fornecida por instituições organizadoras – define o papel e os limites da atuação mediadora. Posto isso, denominamos mediatividade a capacidade do agente para influenciar e conduzir o processo da mediação, enquanto chamamos de mediância a atitude coadjuvante ou de “menor proatividade” do mediador (CONSANI, 2008, p. 167).

Ainda segundo o autor, a proposta de análise faz jus à complexidade das relações mediadas, que não devem ser definidas apenas como mais

ativas ou menos ativas, uma vez que os protagonistas podem estar inseridos em situações reais que apresentam diversas possibilidades além do senso comum (CONSANI, 2008, p.167).

Tabela 2 - Análise da Escola Estadual Maria Constança Barros Machado

Quadro esquemático: modelo para a mediação Educomunicativa	
Perguntas contextualizadoras	Respostas no contexto
Agentes mediadores	
A- Quais são os agentes da mediação?	(A1) O professor-mediador e os alunos, (A2) professores no estúdio de Manaus (AM), (A3) estudantes de outras instituições de ensino.
B- Quem são os agentes e “de onde” (a partir de que universo cultural) eles falam?	(B1) Os estudantes e professores, determinados pelo universo da educação pública e institucional.
C- Quem concentra o protagonismo no processo	(C1) Os estudantes e os professores-mediadores, durante a aula transmitida ao vivo pelo CNME.
Objeto da mediação	
A- Pode-se definir, com clareza, o objeto da mediação?	(A1) Em sentido mais específico, as informações repassadas durante a aula, como a modalidade de trabalho homeoffice. (A2) Em sentido mais abrangente o mundo do trabalho, (A3) a própria tecnologia.
B- Em qual universo cultural estamos trabalhando? De qual conceito de “cultura” se fala?	(B1) De forma abrangente, mais próximo da concepção de pós-modernidade apontada por Sousa (2001), Braga e Calazans (2001) e da “sociedade da informação” descrita por Martín-Barbero (2014), e, por fim, a presença da modernidade, da valorização do mundo do trabalho e da racionalidade técnica.
C- Sob quais diferentes enfoques se pode apreender esse objeto?	(C1) Processo educacional, (C2) aprendizagem interativa, (C3) iniciativa na inter-relação entre comunicação e educação.
Objetivos da mediação	
A- O que se busca, ao final?	(A1) Compreender o conhecimento repassado por meio das videoaulas exibidas por satélite e, posteriormente, de modo presencial em sala de aula. (A2) Conhecer as diferentes culturas presentes no país, por meio da interação de outras escolas, (A3) diminuir o preconceito com outras etnias e outras regiões do país, (A4) reconhecer as competências dos estudantes frente à outras instituições de ensino (A5) No caso do tema profissões, promover o autoconhecimento no estudante a fim de que ele possa interpretar suas habilidades e descobrir a vocação.
B- Que processos possibilitaram a escolha deste(s) objetivo(s)?	(B1) Organização (professor presencial e a distância), (B2) adesão ao programa CNME

	(instituição), (B3) participação (estudantes), (B4) tecnologia.
C- Os objetivos foram instrumentalizados (ou seja, formulados em termos técnicos tais como objetivos gerais, específicos, metas e ações)?	(C1) A escola recebe planos de aulas completos do CNME, (C2) a professora criou uma rotina, conforme o previsto com os estudantes para auxiliar na realização das aulas.
D- O processo de avaliação objetiva (objetivos alcançados/não alcançados) foi previsto?	(D1) Sim, os estudantes expressam no Memorial a avaliação do projeto, (D2) A professora apresentou os resultados esperados e conquistados durante a culminância das disciplinas eletivas na escola.
Fluxos mediatórios	
A- Existe bidirecionalidade real (nos fluxos tecnologicamente mediados, falamos em <i>interatividade</i>)?	(A1) Existe uma bidirecionalidade limitada entre o professor-mediador (> mediatividade) e os estudantes (> mediância), que reflete em uma (> mediância) entre alunos e professores e outros alunos de Manaus. Porém, há interatividade.
B- Existem gargalos e/ou bloqueios?	(B1) Alguns gargalos ocorrem pela demora dos estudantes de se adaptar à sala de tecnologia, onde ocorrem as aulas, (B2) problemas técnicos, que causam bloqueios, (B3) aparente desânimo e timidez dos estudantes durante a interação, (B4) os professores-mediadores de Manaus são rápidos, devido ao tempo de aula, que é igual à convencional com duração de 50 minutos.
C- Existe o <i>feedback</i> ?	(C1) Os estudantes respondem a questões apresentadas pelo professor-mediador de Manaus. (C2) Os professores comentam a participação dos estudantes após as respostas também ao vivo.
Espaço da mediação	
A- A mediação ocorre em um espaço determinado?	(A1) Sim, na sala de tecnologia da instituição de ensino, com o material disponibilizado pelo CNME.
B- Trata-se de espaço físico, virtual ou de ambos?	(B1) Ambos, no espaço físico adaptado para a aula onde estão presentes os alunos e no espaço virtual, onde ocorre a interação entre alunos e professores de diferentes estados do país.
C- Trata-se de um espaço institucional? De que natureza?	(C1) Sim, as aulas ocorrem na sala de tecnologia da E.E. Maria Constança Barros Machado, do Governo do Estado de Mato Grosso do Sul, (C2) as videoaulas e a interação virtual são realizadas pelo Governo Federal e organizações da sociedade civil.
D- A estrutura do ecossistema educu comunicativo é transparente?	(D1) Sim.

Resultados da mediação	
A- O processo foi concluído?	(A1) Do ponto de vista dos alunos, sim, (A2) para a professora-mediadora, o processo permanece em aberto devido a problemas técnicos e de entendimento dos estudantes sobre a proposta e o próprio ensino médio.
B- O que foi alcançado?	(B1) Os alunos não conseguiram assistir ao início da videoaula transmitida por satélite devido a problemas técnicos que impossibilitaram o sinal, (B2) os alunos conseguiram concluir uma resposta em conjunto que representasse a turma, porém, com o auxílio da professora, (B3) os estudantes responderam à questão proposta pela equipe de Manaus ao vivo e para outras escolas, (B4) os estudantes assistiram a um vídeo após a transmissão ao vivo, enviado pelo programa, com um teste vocacional.
C- Como se realiza a avaliação?	(C1) A avaliação ocorre após a aula, por meio do diálogo com os estudantes, (C2) os alunos são responsáveis por criarem um memorial a respeito da experiência durante o CNME, incluindo a aprendizagem.
D- Como o processo foi registrado?	(D1) No Memorial dos estudantes, (D2) na culminância das disciplinas eletivas no final de cada semestre, (D2) na avaliação final da professora, repassada à coordenação da escola.
E- Qual será o passo seguinte?	(E1) As aulas foram realizadas semanalmente por seis meses na instituição, do mês de julho a dezembro de 2018.

Com base nas respostas apresentadas nas perguntas-chave do Quadro Esquemático (acima), na observação e nas entrevistas com educadores e educandos, foi possível pontuar, por exemplo, que a eletiva de Mídias, na Escola Estadual Maria Constança de Barros Machado, apresentam ruídos tecnológicos, que atrapalharam a compreensão dos estudantes sobre a temática. A investigação também detectou, durante os encontros, que a relação dialógica entre mediador e aluno não foi desenvolvida ao longo do projeto, o que resultou na diminuição do protagonismo do educando, que, muitas vezes por timidez ou falta de compreensão do tema, sentiu dificuldade de interagir com os colegas, com a educadora em sala de aula e professores que ministravam a aula a distância. Dessa forma, o professor-mediador acumulou a responsabilidade não só de guiar, mas também de interferir no processo educacional (MESQUITA, 2019).

Tabela 3 - Análise da Escola Estadual Manoel Bonifácio Nunes da Cunha

Quadro esquemático: modelo para a mediação Educomunicativa	
Perguntas contextualizadoras	Respostas no contexto
Agentes mediadores	
A- Quais são os agentes da mediação?	(A1) Integrantes do <i>Bonifácio News</i> : estudantes e professora-mediadora “madrinha” do clube, (A2) alunos da escola, (A3) corpo docente, (A4) comunidade escolar (pais, familiares, público das redes sociais).
B- Quem são os agentes e “de onde” (a partir de que universo cultural) eles falam?	(B1) Os estudantes e professores, determinados pelo universo da educação pública, institucionalizada, integral e periférica.
C- Quem concentra o protagonismo no processo?	(C1) Os alunos que integram o clube de protagonismo <i>Bonifácio News</i> .
Objeto da mediação	
A- Pode-se definir, com clareza, o objeto da mediação?	(A1) As informações sobre a escola, (A2) a comunicação entre os estudantes, (A3) a notícia publicada nas redes sociais.
B- Em qual universo cultural se está trabalhando? De qual conceito de “cultura” se fala?	B1) De forma abrangente, mais próximo da concepção de pós-modernidade apontada por Sousa (2001), Braga e Calazans (2001) e da “sociedade da informação” descrita por Martín-Barbero (2014).
C- Sob quais diferentes enfoques se podem apreender esse objeto?	(C1) Comunicação, (C2) inter-relação entre a comunicação e a educação, (C3) Educomunicação.
Objetivos da mediação	
A- O que se busca, ao final?	(A1) Aflorar o protagonismo nos estudantes que participam do clube de conhecimento, (A2) divulgar as atividades e informações da escola para os estudantes, corpo docente e a comunidade em geral, (A3) promover a organização, o desenvolvimento e a construção de conhecimento na inter-relação entre comunicação e educação, (A4) oportunizar o diálogo democrático entre professores e alunos, (A5) incentivar o diálogo sobre o papel da comunicação entre os educandos.
B- Que processos possibilitaram a escolha deste(s) objetivo(s)?	(B1) Pesquisa, (B2) organização dos estudantes ao longo dos anos para realizar as pautas, (B3) participação em atividades na escola sobre literatura, produção de texto, cinema e roteiro, (B4) a professora atua como mediadora do processo entre alunos – corpo docente e estudantes – teoria (língua portuguesa).
C- Os objetivos foram instrumentalizados (ou seja, formulados em termos técnicos tais como objetivos gerais, específicos, metas e ações)?	(C1) Sim, os participantes seguem os preceitos descritos dentro da iniciativa do Clube de Protagonismo, da Escola de Autoria.
D- O processo de avaliação objetiva (objetivos alcançados/não alcançados) foi previsto?	(D1) A avaliação ocorre por meio do diálogo entre a professora e os alunos participantes, (D2) interações entre usuários nos perfis do <i>Facebook</i> e <i>Instagram</i> .

Fluxos mediatórios	
A- Existe bidirecionalidade real (nos fluxos tecnologicamente mediados, falamos em <i>interatividade</i>)?	(A1) Existe bidirecionalidade entre o professor-mediador (> mediância) e os estudantes (> mediatividade), que reflete em uma, (A2) (> mediatividade) dos estudantes do clube e (> mediância) do restante dos alunos. A interatividade ocorre no meio virtual, nos sites de relacionamento.
B- Existem gargalos e/ou bloqueios?	(B1) Existem gargalos entre os estudantes do clube, que demonstram cansaço ou desânimo em situações esporádicas.
C- Existe o <i>feedback</i> ?	(C1) Sim, (C2) nas páginas na Internet do jornal escolar e da professora mediadora, que aconselha e incentiva diante dos possíveis gargalos.
Espaço da mediação	
A- A mediação ocorre em um espaço determinado?	(A1) Na escola, (A2) na Internet, em sites de relacionamento onde estão localizadas as páginas.
B- Trata-se de espaço físico, virtual ou de ambos?	(B1) Ambos.
C- Trata-se de um espaço institucional? De que natureza?	(C1) Instituição de ensino.
D- A estrutura do ecossistema educacional é transparente?	(D1) Sim, os alunos reconhecem a importância de todos para a construção do processo educacional.
Resultados da mediação	
A- O processo foi concluído?	(A1) Sim.
B- O que foi alcançado?	(B1) A execução além do esperado com a construção de um jornal escolar sólido há mais de um ano, (B2) crescimento do protagonismo e responsabilidade nos estudantes do clube.
C- Como se realiza a avaliação?	(C1) A professora-mediadora é responsável pela avaliação dos estudantes.
D- Como o processo foi registrado?	(D1) Nos sites onde estão presentes o jornal escolar, (D2) por meio de vídeos, fotografias e publicações

Fonte: Mesquita, 2019 com base em Consani, 2008.

Na Escola Estadual Manoel Bonifácio Nunes da Cunha, é possível observar alguns pontos práticos da educação no desenvolvimento do projeto *Bonifácio News*, mas sem influência teórica. Os estudantes são os responsáveis pelo andamento das atividades, que envolvem um ecossistema educacional, formado por professores, alunos e a comunidade externa. Mesmo com o auxílio da professora mediadora, que oferece suporte principalmente em ortografia e na organização das atividades, os educandos estão à frente de todas as fases da pesquisa, da reunião de pauta até a publicação das notas informativas (MESQUITA, 2019). O processo que envolve o ecossistema educacional da escola se encaixa dentro das definições da Educação (SOARES, 2001), enquanto o uso da tecnologia se

aproxima das concepções da Mediação Tecnológica na Educação (CON-SANI, 2008).

Os alunos do clube também demonstraram interesse em participar de outras atividades fora do ambiente escolar, como o projeto Repórter Júnior, iniciativa realizada desde 2018 pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), em que estudantes de escolas públicas da cidade realizam a cobertura jornalística educacional do Integra UFMS, maior evento de ciência, tecnologia e inovação promovido pela instituição federal em MS. Como a proposta da cobertura ocorreu nos moldes educacionais, os estudantes foram os responsáveis por selecionar, entrevistar, escrever e editar as reportagens sobre pesquisas apresentadas durante o evento. A produção foi publicada nos principais veículos de comunicação da Universidade (MESQUITA, 2019). O projeto Repórter Júnior foi premiado no Integra UFMS de 2019, recebendo menção honrosa pelo pôster *Cobertura educacional: Repórter Científico-Cultural Júnior*, que apresentou os resultados da primeira edição da iniciativa.

Discussões e conclusões

O presente texto apresenta os principais resultados da dissertação de mestrado *A Educomunicação nas escolas estaduais de Campo Grande: um recorte a partir do Educomrádio.Centro-Oeste*. As informações apresentadas no texto são o resultado de um intenso processo de busca pela reconstrução histórica de programas que foram importantes para a reflexão sobre o atravessamento da comunicação no cotidiano escolar, além da prática educacional, mas que, ao longo do tempo, foram superados por outras iniciativas na interface ou não, devido à falta de investimentos em políticas públicas que garantissem a continuidade dos projetos.

A pesquisa surgiu da indagação do papel que o projeto Educomrádio.Centro-Oeste teve como impulsionador de iniciativas posteriores na interação entre comunicação e educação na cidade de Campo Grande, a exemplo da herança deixada em outros estados, como no caso de Mato Grosso, que transformou a proposta em política pública educacional e aliada ao rádio, logo após a finalização do convênio com o Governo Federal. Em 10 de junho de 2008, foi sancionada a Lei estadual nº 8.889/08, de autoria do deputado estadual Alexandre César, que implantou o programa *Rádio Escola Independente*, na Rede Estadual de Ensino de Mato Grosso. “O poder público acabou por aprovar um dispositivo legal destinado a garantir o emprego do conceito da educação mediante o uso da linguagem radiofônica” (SOARES, 2011, p.40). Com o tempo, a política pública em Mato Grosso apenas se adequou aos avanços tecnológicos com a inclusão não só do rádio como prática educacional, mas da fotografia, história em quadrinhos, jornal escolar, robótica educacional, tecnologias

educacionais e vídeo (MESQUITA, 2019).

Em Mato Grosso do Sul, não houve o interesse em transformar a educomunicação em política pública e nem mesmo a continuidade do projeto em escolas que participaram da iniciativa, conforme mencionado anteriormente. Dessa forma, a primeira hipótese, de que as escolas que participaram do Educomrádio.Centro-Oeste manteriam uma relação estreita com projetos na interface, mostrou-se parcialmente correta. Apesar de a maioria das instituições que respondeu ao questionário promover iniciativas na inter-relação entre comunicação e educação, nenhuma utilizava a educomunicação como conceito base no ensino público estadual e nem manteve a rádio na escola ao longo dos anos, sendo o caso de 2010 o mais antigo.

Outra hipótese da pesquisa é que, além do Educomrádio.Centro-Oeste, os programas de educação integral do país, como o Mais Educação, seriam responsáveis pela disseminação do conceito no Estado. Na Escola Estadual Manoel Bonifácio Nunes da Cunha, uma das escolas analisadas pela pesquisa e que adotou a modalidade de ensino desde 2009, há uma naturalidade com as possibilidades educacionais da jornada estendida, como as disciplinas eletivas e os clubes de conhecimento, sendo que o jornal escolar *Bonifácio News* é produzido há três anos, uma continuidade que não foi observada nas demais instituições de ensino da cidade (MESQUITA, 2019).

No entanto, no programa de educação integral Escola de Autoria, do Governo do Estado de Mato Grosso do Sul, não há menção da educomunicação como um dos conceitos que podem inspirar a realização de projetos práticos aplicados no ambiente escolar, apesar da presença de iniciativas na inter-relação entre comunicação e educação nas unidades de ensino que responderam ao questionário.

A terceira e última hipótese era que os projetos escolares permaneceriam vinculados à tecnologia e, portanto, estariam inseridos na área de intervenção da Mediação Tecnológica na Educação. A investigação acabou comprovando essa análise por mostrar diversas iniciativas em sala de aula que utilizavam a tecnologia em suas produções, seja na disciplina eletiva de Mídias, da Escola Estadual Maria Constança de Barros Machado, ou no Clube de Jornalismo, da Escola Estadual Bonifácio Nunes da Cunha (MESQUITA, 2019).

Com base nessas informações apresentadas durante a pesquisa, é possível afirmar que as escolas estaduais de Campo Grande continuaram com projetos na inter-relação entre comunicação e educação, apesar de não utilizarem a nomenclatura educomunicação. As escolas visitadas durante a pesquisa de campo confirmaram que não empregam o conceito como base teórica dos projetos, mas têm a preocupação em estabelecer o diálogo com o estudante, incentivar o protagonismo e a independência dos alunos durante as iniciativas, características da educomunicação. As instituições

também buscam incentivar o engajamento da comunidade escolar nos projetos, o que mostra um esforço da instituição em promover a cidadania (MESQUITA, 2019).

É importante ressaltar também que a educomunicação está presente em Campo Grande como base teórica do projeto implementado pela ex-gestora do PERE, no ensino fundamental das escolas municipais de Campo Grande, denominado de *Diálogos em Educomunicação – Rádio na Escola*. O projeto segue o modelo do PERE e propõe a criação de rádios de baixo custo nas instituições de ensino, utilizando apenas uma caixa de som e um microfone. No entanto, com a popularização dos *smartphones*, ocorreu um crescente interesse entre os educandos e educadores pela produção de materiais audiovisuais utilizando ferramentas de edição de áudio e vídeo a partir de aplicativos para o celular, uma tendência que também se aproxima da Mediação Tecnológica na Educação.

Além das informações descritas acima, a pesquisa trouxe para a compreensão da trajetória do conceito em Campo Grande, Mato Grosso do Sul, a Linha do Tempo da Educomunicação, que destaca as iniciativas que foram importantes ao longo dos anos. Foi possível, por meio desta análise, compreender que a educomunicação se desenvolveu a partir do esforço e da dedicação de professores, pesquisadores e gestores da área, mas que, devido à falta de uma política pública específica, como ocorre em Mato Grosso e São Paulo, os projetos educuncativos foram interrompidos ao longo dos anos. Dessa forma, por mais que educadores almejem uma educação mais dialógica por meio da inter-relação entre a comunicação e educação, é preciso buscar novos mecanismos que possibilitem a permanência e o desenvolvimento da educomunicação em Campo Grande.

Mesmo com esse desafio, a pesquisa mostra que a realização de projetos na inter-relação entre comunicação e educação dentro das escolas, aliado às iniciativas no âmbito municipal, como o Diálogos em Educomunicação e o Repórter Júnior, são capazes de transpor as barreiras do ensino formal e as limitações da falta de uma política pública mantenedora da educomunicação. Mais uma vez a dedicação de professores empenhados em difundir uma educação mais democrática é essencial para a construção de um terreno fértil para as práticas educuncativas.

Referências

ALVES, Patrícia Horta; MACHADO, Eliany Salvatierra. NCE: Um projeto de intervenção social. In: **Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação (Intercom)**, 2008, 13 p. Disponível em <http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/82638806612225034759680058084635145182.pdf>. Acesso em 10 ago.2018.

ALVES, Patrícia Horta; MACHADO, Eliany Salvatierra. Educom.Rádio.Centro-Oeste, uma política pública, rumo a autonomia. In: **Congresso Brasileiro**

de Ciências da Comunicação (Intercom), 2006, 11 p. Disponível em <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2006/resumos/R1554-1.pdf>. Acesso em 2 set. 2018.

BAUMAN, Zygmunt. **Amor líquido: sobre a fragilidade dos laços humanos**. Tradução Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.

BRAGA, José L.; CALAZANS, Regina. **Comunicação e educação: Questões delicadas da interface**. São Paulo: Hacker, 2001.

CITELLI, Adílson Odair. COSTA, Maria Cristina Castilho. (Orgs.). **Educomunicação: construindo uma nova área de conhecimento**. 1. ed. São Paulo: Paulinas, 2011.

CONSANI, Marciel A. **Mediação tecnológica na educação: conceito e aplicações**. 2008. Tese. (Doutorado em Ciências da Comunicação). Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo, São Paulo. Disponível em <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27154/tde-27042009-115431/publico/3611960.pdf>. Acesso em 4 abril de 2018.

HOHLFELDT, Antônio. **As origens antigas: a comunicação e as civilizações**. In: HOHLFELDT, Antônio; MARTINHO, Luiz C.; FRANÇA, Vera V. (Orgs.). **Teorias da Comunicação: conceitos, escolas e tendências**. 14^a Ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2014.

LEVY, Pierre. **As tecnologias da Inteligência: o futuro do pensamento na era da informática**. Rio de Janeiro: Editora 34, 1993.

MESQUITA, Naiane Gomes. **A Educomunicação nas escolas estaduais de Campo Grande: Um recorte a partir do Educomrádio.Centro-Oeste**. 2019. Dissertação (Mestrado em Comunicação, na linha de pesquisa Mídia e Representação Social, linha de pesquisa Linguagens, Processos e Produtos Midiáticos). Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande.

MOREIRA, Claudia da C. **Educom.rádio: indícios e sinais**. 2007. Dissertação (Mestrado em Educação, na linha de pesquisa Movimentos Sociais, Política e Educação Popular). Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá. <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/cp046239.pdf>. Acesso em: 30 ago. 2018.

SAYAD, Alexandre Le Voci. **Idade mídia: a comunicação reinventada na escola**. São Paulo: Aleph, 2011.

SCHAUN, Ângela. **Educomunicação. Reflexões e princípios**. Rio de Janeiro: Mauad, 2002.

SOARES, Ismar de Oliveira. **Educomunicação: o conceito, o profissional, a aplicação: contribuições para a reforma do ensino médio**. São Paulo: Editora Paulinas, 2011.

SOARES, Ismar de Oliveira. **Teorias da comunicação e filosofias da educação: Fundamentos epistemológicos da educomunicação**. São Paulo, Documento de suporte à Prova de Erudição de Concurso para Professor Titular da USP, ECA/USP, 2009.

SOARES, Ismar de Oliveira. **A mediação tecnológica nos espaços educativos: uma perspectiva educacional**. **Revista Comunicação & Educação** (São Paulo), v. 12, n. 1, 2007.

SOARES, Ismar de Oliveira. **Gestão comunicativa e educação: caminhos da educomunicação**. **Comunicação & Educação** (São Paulo) jan./abr., 2002.

- SOARES, Ismar de Oliveira. **Cadernos de educomunicação. Caminhos da Educomunicação.** São Paulo: Editora Salesiana, 2001.
- SOARES, Ismar de Oliveira. Comunicação/educação: a emergência de um novo campo e o perfil de seus profissionais. **Revista Brasileira de Comunicação, Arte e Educação** (Brasília), ano 1, n. 2, jan./mar. 1999.
- SODRÉ, Muniz. **Ética, campo comunicacional e midiaticização.** In: Sociedade Midiaticizada. Dênis de Moraes (org). Rio de Janeiro: Mauad, 2006.
- STEPHENS, Mitchell. **História das comunicações: do tantã ao satélite.** Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1993.

Parte III

Produção midiática, tecnologias digitais e interatividade



A participação do público pelo *WhatsApp* no telejornal MS Record¹

Cláudia Regina FERREIRA²
Taís Marina TELLAROLI³

Introdução

A ampliação do uso das tecnologias digitais possibilita às pessoas não só terem acesso a um mundo complexo e dinâmico de informações, mas também de selecionar e produzir o conteúdo que lhes interessa, de forma rápida, na palma da mão. Com o surgimento das redes sociais, essa prática ficou ainda mais evidenciada (VIVO, 2013). A televisão, então, teve de se reinventar, ampliando seu espaço para além da tela da própria TV, fazendo-se presente nas redes sociais e em aplicativos criados para dispositivos móveis – *smartphones* e *tablets* – os quais a TV vem buscando como aliados.

Costa (2012) resume que “a comunicação móvel abre novas possibilidades de acesso à informação e ao mundo globalizado. Potencialidades estas que são apropriadas de diferentes maneiras pelos usuários”. O *WhatsApp* se destaca por possibilitar a troca de mensagens pelo celular sem pagar por SMS (Serviço de Mensagens Curtas). O aplicativo consome apenas o plano de dados móveis (internet) da operadora e permite criar grupos de conversação, realizar ligações e enviar texto, fotos, vídeos e arquivos de áudio.

A TV MS, afiliada da Record em Campo Grande, Mato Grosso do Sul, começou a utilizar o aplicativo *WhatsApp* para promover interação com os telespectadores no telejornal MS Record, exibido às 12h30min, de segunda a sexta-feira e aos sábados, por volta das 11 horas. O tempo de duração do telejornal era em torno de 50 minutos durante a semana e de cerca de 20 minutos aos sábados.

A experiência começou no final de 2014 e devido à grande quantidade de mensagens que começaram a ser enviadas à emissora, houve uma mudança na apresentação do telejornal. Em fevereiro de 2015, a apresen-

¹ Este capítulo é baseado na dissertação *TV e tecnologias digitais: a participação do público no telejornal MS Record por meio do WhatsApp*. A banca foi realizada no dia 14 de abril de 2016 no Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (PPGCom/UFMS). A banca foi composta pela orientadora Profa. Dra. Taís Marina Tellaroli Felnelon (UFMS), o Prof. Dr. Marcelo Cândia Soares (UFMS) e Prof. Dr. Paulo Eduardo Silva Lins Cajazeira (UFCA).

² Mestre em Comunicação pelo PPGCom da UFMS. Jornalista. Integrante do Grupo de Pesquisa Njor vinculado ao curso de Jornalismo da Universidade Federal da Bahia, UFBA, Salvador, Bahia. E-mail: claudia.ferreira.3105@gmail.com.

³ Professora do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). Doutora em Comunicação Social pela Universidade Metodista de São Paulo (UMESP). E-mail: tais.fenelon@ufms.br.

tadora Glaura Villalba passou a utilizar um *smartphone* para ler ao vivo as mensagens que chegavam.

Fora do horário de exibição do telejornal, parte das mensagens que chegava também era aproveitada para o telejornal em forma de reportagens, notas cobertas e ou outros formatos.

Além das tradicionais categorias jornalísticas como cidades, polícia, educação, saúde, entre outras, foi criada uma à parte denominada “relacionamento com o telespectador”, para enquadrar as interações motivadas por pedidos dos telespectadores para a apresentadora mandar beijos e abraços a eles ao vivo. A pesquisa também revela e analisa as mudanças que o telejornal se propôs a fazer para interagir com seu público no cenário de convergência midiática.

Essas alterações estão relacionadas a questões mercadológicas em que a TV tenta evitar a queda da audiência. Nesse processo, o telespectador é convidado a participar, seja enviando sugestões, críticas, opiniões, denúncias ou comentários. O importante não é exatamente a natureza do assunto, e sim o reforço dos laços sociais entre a audiência e o telejornal (CAJAZERA, 2014).

A coleta começou em fevereiro e foi até o mês de abril de 2015. Todos os telejornais do período foram gravados por um aparelho adquirido pela pesquisadora (*HDMax*, *NET®* TV a cabo). Realizou-se a análise de conteúdo orientada a partir da pesquisadora Bardin (2009), em três níveis: o primeiro com a verificação e a interpretação dos dados quantitativos e qualitativos das amostras do mês de fevereiro de 2015, na contagem das participações do público com o telejornal pelo *WhatsApp*. Essas participações foram agrupadas em categorias na análise qualitativa, definidas de acordo com suas editorias (por exemplo Cidade, Saúde e Polícia). O objetivo foi verificar os temas propostos que geraram interesse do público e a sua interação.

No segundo nível está a análise dos formatos das participações que chegaram pelas mensagens recebidas pelo *WhatsApp* na redação, com uma categorização dos formatos de acordo com os nomes utilizados no telejornalismo. As unidades foram quantificadas por dias da semana, por semana e sintetizadas em tabelas e quadros.

Finalmente, é analisado o tipo de interação do público com o telejornal a partir de classificações e conceitos descritos por diferentes autores sobre o tema. O capítulo traz ainda análise das participações a partir dos conceitos de narrativas e da comunicação digital (multimídia, transmídia e *crossmedia*), para verificar se e como esses elementos se apresentam.

As análises evidenciam as relações comunicacionais entre o telejornal e seu público. Com elas foi realizada a observação participante de um dia na redação da emissora, a fim de acompanhar a produção das pautas e a interação do público a partir das mensagens recebidas pelo aplicativo

WhatsApp, inclusive no período fora do ar do telejornal.

Profissionais da redação foram entrevistados para auxiliar a compreensão sobre as ações e decisões do departamento de jornalismo relacionadas ao uso do *WhatsApp*, bem como a seleção de mensagens e temas propostos para discussão pelo aplicativo em alguns telejornais.

A intenção foi mostrar a preocupação dos telejornais em atrair sua audiência convergida em multiplataformas e se a essência do jornalismo (suas características fundamentais) é mantida e de que maneira. Numa situação de mudança tecnológica combinada a amplas e variadas formas de interação e de narrativas, qual a postura do jornalismo adotada pela *TV MS*, afiliada da *Rede Record* no Estado? Tanto essa como outras emissoras buscam telespectadores para aumentar a audiência, mas a receita de sucesso ainda é uma incógnita. Em meio a esse processo, a televisão em geral enfrenta o desafio de lutar para manter a sua identidade. Muitas pesquisas sobre esse tema, como a de Cajazeira (2014), apontam que a maioria das emissoras e profissionais da televisão não estão preparados para a interação no ambiente de convergência midiática que permite a exploração das novas possibilidades de finalização de seu público.

Televisão no Brasil e no mundo

A origem da televisão no mundo data do século XIX e acompanha uma série de descobertas no campo tecnológico. Paternostro (1999) considera como um dos primórdios da invenção a descoberta em 1817, pelo químico sueco Jakob Berzelius, de que a luz modificava a capacidade do selênio.

Várias experiências e descobertas se passaram ao longo dos anos, até que a substituição do selênio da célula fotoelétrica por um elemento derivado do potássio, em 1913, aumentou a sensibilidade da célula e a velocidade de transmissão de linhas (MATTOS, 2009). Outro marco importante descrito por Mattos (2009) e Paternostro (1999), em 1923, foi a invenção do iconoscópio, um tubo a vácuo com uma tela de células fotoelétricas que permitia a análise eletrônica da imagem.

A partir da década de 1930, vários aparelhos de televisão começaram a ser produzidos em diferentes países. Segundo Paternostro (1999), em 1936, a *British Broadcasting Corporation* (BBC) pôs as câmeras na rua e fez uma transmissão do Rei Jorge VI. Mas só em 1940, a televisão se afirmou como um sistema totalmente eletrônico. No entanto, devido à Segunda Guerra Mundial, entre os anos de 1939 e 1945, a maioria dos países europeus interrompeu as transmissões de televisão. As fábricas de televisores foram usadas na produção de materiais destinados para a guerra (MATTOS, 2009, p.166).

Com o desenvolvimento retomado após a guerra, houve crescimento

na venda de aparelhos e a televisão começou a receber anúncios publicitários. Segundo Mattos (2009), em 1949 existiam mais de um milhão de televisores nos Estados Unidos. Dez anos depois, já eram 50 milhões de aparelhos.

No Brasil, apesar de a televisão ter sido inaugurada em 1950, há registros de que já era conhecida no país desde 1939. Mattos (2009) relata que um público seletivo assistiu a alguns artistas mostrados em um aparelho numa Feira de Amostras no Rio de Janeiro. No início, havia muita improvisação nos programas, pois não havia profissionais com experiência em televisão; muitos haviam trabalhado em rádio ou cinema. Em 1956, a descoberta do videoteipe trouxe mais profissionalização à atividade (MATTOS, 2009).

Em 1969, o *Jornal Nacional* foi ao ar transmitido pela primeira vez para todo o país, o que marcou o início das transmissões em rede. Os avanços na televisão prosseguiram e a Copa do Mundo de 1970 foi transmitida ao vivo. Dois anos mais tarde, houve a primeira transmissão oficial em cores do Brasil (MATTOS, 2009).

As redes de televisão também cresceram e se aperfeiçoaram. A Rede Globo se destacou principalmente com a expansão das afiliadas por diversas cidades brasileiras e incremento na programação (PATERNOSTRO, 1999).

No final da década de 80, a audiência televisiva atingiu 90 milhões de telespectadores, o correspondente a 63% da população brasileira à época. Nos anos de 1990, a televisão era fonte de informação e entretenimento (PATERNOSTRO, 1999). Com o estabelecimento da internet no Brasil, nesse período, foram dados os passos iniciais do que mais tarde seria uma revolução também para o mercado televisivo. A partir de 2000, iniciou-se a fase atual da convergência e da qualidade digital, impulsionada pelos indícios tecnológicos que sinalizam para a interação dos veículos de comunicação em geral, principalmente da televisão com a internet, e também outras tecnologias da informação.

TV Record no Brasil e em Mato Grosso do Sul

A TV Record entrou no ar no dia 27 de setembro de 1953, às 20 horas, em São Paulo. Estreou com um musical apresentado por Hélio Ansaldo e Sandra Amaral. Foi a primeira emissora inaugurada num prédio feito para ser uma emissora de televisão (MATTOS, 2009).

Fundada pelo empresário Paulo Machado de Carvalho, a TV Record começou sua história no Canal 7. Exibiu o primeiro seriado de aventuras produzido no país, o Capitão 7. Em 1956, transmitiu ao vivo o Grande Prêmio de Turfe do Brasil, direto do Jockey Clube do Rio de Janeiro. E em maio de 1960, o prédio da TV Record São Paulo sofreu o primeiro e grande incêndio⁴.

⁴ Em 1969, a TV Record sofreu o segundo incêndio nos teatros Consolação e Paramount, pertencentes à empresa de comunicação.

Em 1964, a emissora começou a exibir o Repórter Esso. Um ano depois inaugurou o programa Jovem Guarda, com o cantor Roberto Carlos. Dois anos depois, segundo Mattos (2009), outro incêndio destruiu os estúdios e também a central técnica em São Paulo.

Nos anos 1970, a emissora começou a dedicar mais tempo aos programas de entrevista e de jornalismo. Foi quando surgiram os programas Dia D, Jornal do Rei, Jornal da Record e Tempo de Notícias. A década de 1980 foi marcada pela expansão da cobertura e transmissão para todo o Estado de São Paulo.

Em 1997, a TV Record deu sequência aos investimentos que envolviam expansão da rede, da tecnologia e a contratação de profissionais como Boris Casoy e Carlos Massa, o Ratinho. Em 1998 estrearam novos programas, como a revista jornalística Fala Brasil, o Repórter Record, Disque Record e o infantil Vila Esperança.

De todos os investimentos feitos pela TV Record, o que rendeu audiência em primeiro lugar em alguns momentos do horário nobre foi o sucesso do Programa do Ratinho, em 1997. Uma espécie de *reality show*, o programa dramatizava e espetacularizava a miséria humana e a falência das políticas sociais de segurança, saúde e educação. Uma das explicações para a audiência desse gênero pode ter sido o esgotamento da fórmula das novelas diárias.

Em Mato Grosso do Sul, a afiliada TV MS pertencente à Rede MS de Rádio e Televisão, da Organização Ivan Paes Barbosa, foi a quarta empresa de televisão a se estabelecer no Estado, depois respectivamente da TV Morena, da TV Campo Grande e da TVE. Além do sinal da televisão, o grupo também tem a concessão das rádios Cidade FM e Concórdia AM. Inaugurada em fevereiro de 1987, a TV MS, empresa de capital privado, era na época afiliada da Rede Manchete e transmitia a programação da rede nacional. Não havia, até então, produção local. O primeiro telejornal, o MS em Manchete, surgiu no dia 28 de abril de 1987 e era produzido com muita improvisação e pouco profissionalismo (CANCIO, 2005).

Em 1995, a TV MS aceitou a proposta para transmitir o sinal da Rede Record. Em outubro daquele mesmo ano, encerrou o contrato com a Manchete, em vista do declínio que se encontrava a emissora nacional. A mudança ocorreu sem aviso prévio. Após mudar a transmissão do sinal para a TV Record, não houve alteração na programação regional nem no telejornalismo. A produção diária de jornalismo da TV Record no Estado naquele momento era de 30 minutos, com 2% de conteúdo informativo em toda a programação. Além da produção local, a emissora retransmitia programação da rede nacional, o que continua sendo feito até hoje (CANCIO, 2005).

A partir de 2009 houve uma reformulação do telejornal. Novos jornalistas foram contratados para assumir os jornais e programas oferecidos. Eram profissionais já conhecidos no mercado, da concorrente afiliada da Rede Glo-

bo em Campo Grande, a TV Morena, com a proposta de que houvesse migração da audiência para o Canal 11 (TV MS). Confiante com a credibilidade de profissionais experientes e com uma proposta inovadora, o jornalismo assumiu uma linguagem mais coloquial, com maior participação do telespectador, principalmente com mensagens enviadas pelo portal de notícias da emissora, que surgiu em 2008⁵.

Também aumentou o tempo da produção local de programas com material informativo. A grade regional tinha uma média de 3h15 diários de informações no total. No período da coleta de dados desta pesquisa, o telejornal MS Record, lançado no ano de 2007 em Campo Grande, Mato Grosso do Sul, era exibido pela afiliada da emissora TV Record às 12h30min, de segunda a sexta-feira. Aos sábados, por volta das 11 horas. O tempo de duração do telejornal era em torno de 50 minutos durante a semana e de cerca de 20 minutos aos sábados.

O *WhatsApp* e o jornalismo

Pela popularidade dos *smartphones* e sua importância no cotidiano das pessoas (armazenamento de dados pessoais, fotos, vídeos, mensagens e inúmeras outras funções), é natural que sejam uma das plataformas de mídia que mais crescem no mundo. Do fenômeno do uso de aplicativos em conjunto com programas de televisão, o *WhatsApp* se destaca: permite a troca de mensagens pelo celular sem pagar por SMS (serviço de mensagens que tem custo para envio de acordo com a operadora de telefonia) (WHAT-SAPP, 2015).

O aplicativo foi criado em agosto de 2009 pelo ucraniano Jan Koum e pelo norte-americano Brian Acton (REVENTÓS, 2012). Os dois trabalharam por vinte anos no *site* Yahoo até a decisão de criar o *WhatsApp*. Em fevereiro de 2012, um bilhão de mensagens circulavam por dia pelo aplicativo no mundo e havia mais de 50 milhões de *downloads* nas lojas virtuais dos dispositivos móveis. No início de 2014, a rede social *Facebook* comprou o *WhatsApp* por US\$ 22 bilhões, valor equivalente ao Produto Interno Bruto (PIB) de 22 países (G1, 2015).

Devido a essa rápida expansão e sucesso, o *WhatsApp* logo se tornou parte do cotidiano de milhões de pessoas no mundo inteiro e passou a ser usado também no jornalismo. Foi pela observação do comportamento das pessoas na rua se comunicando pelo *WhatsApp* que o editor digital do *Jornal Extra*, Fábio Gusmão, começou a pesquisar e estudar o aplicativo e os novos hábitos das pessoas de forma mais aprofundada (CARVALHO,

⁵ O portal MS Record é mantido pela Rede MS Integração de Rádio e Televisão. Foi criado em julho de 2008. Possui conteúdo e vídeos do telejornal MS Record. O endereço era <www.msrecord.com.br>. No início de 2014, houve uma fusão com o site Diário Digital, também pertencente à Rede MS, e o endereço passou a ser <www.diariodigital.com.br>.

2014). Gusmão criou um projeto e o aplicativo começou a ser usado pelo jornal em junho de 2013, em paralelo às manifestações populares em todo o Brasil.

O *Jornal Extra* passou a ter acesso a 35 mil pessoas do país inteiro pelo *WhatsApp* e já recebeu mais de dois milhões de mensagens desde o início do projeto. A iniciativa inspirou outras redações de jornalismo. Gusmão ressalta que o jornalismo não mudou, que é importante e que continua sendo feito o trabalho de apuração. A diferença é a agilidade na produção de notícia (CARVALHO, 2014).

A adoção do *WhatsApp* pelas redações brasileiras cresceu ainda mais a partir de 2014 e o aplicativo assumiu o papel de ferramenta de trabalho e canal de comunicação com o público. Tanto nos veículos impressos como sites de notícia e de televisão, a imprensa de um modo geral percebe o aplicativo como um instrumento prático, rápido e barato. No entanto, em muitas redações, o índice de material aproveitável para o jornalismo que chega pelo aplicativo não passa de 10% do total das mensagens recebidas (MATUOKA, 2014).

O uso do *WhatsApp* pelas empresas de comunicação requer atenção a detalhes importantes. Não é possível saber nenhuma informação da pessoa que envia a mensagem além do número de telefone. O nome e a foto apenas quando registrados no perfil do usuário e existe a possibilidade da criação de perfis falsos. Isso significa que a empresa de comunicação não tem como saber exatamente quem está do outro lado na conversa, nem ter maiores garantias sobre a veracidade das informações enviadas por texto, foto ou vídeo. O aplicativo pertence a uma empresa privada e esse tipo de informação não está disponível.

Níveis de interação: conceitos e classificações

O conceito de interatividade é considerado recente por alguns autores. Sua origem é associada ao advento dos meios digitais e relacionada ao conceito de convergência, descrito na obra *A cultura da convergência*, por Jenkins (2008, p. 30-31):

O estouro da bolha *pontocom* jogou água fria nessa conversa sobre revolução digital. Agora, a convergência ressurgiu como um importante ponto de referência, à medida que velhas e novas empresas tentam imaginar o futuro da indústria de entretenimento. Se o paradigma da revolução digital presumia que as novas mídias substituiriam as antigas, o emergente paradigma da convergência presume que novas e antigas mídias irão interagir de formas cada vez mais complexas.

Montez e Becker (2005) descrevem que a comunicação mediada por

computador requer um meio eletrônico entre os atuantes. A interatividade tem a ver com o quanto o usuário pode participar ou influenciar na modificação imediata, forma e conteúdo de um ambiente computacional.

Segundo Primo (2008), é importante diferenciar interação de interatividade. Tanto o clique em um ícone na interface quanto uma conversação na janela de comentários de um *blog* são interações. É necessário diferenciar qualitativamente ambos e não cair no risco de reduzir a interação apenas a questões tecnológicas. “É fechar os olhos para o que há além do computador. Seria como tentar jogar futebol olhando apenas para a bola, ou seja, é preciso que se estude não apenas a interação com o computador, mas também a interação por meio da máquina” (PRIMO, 2008, p. 30-31).

De acordo com Montez e Becker (2005), o princípio da interatividade remete a um programa proposto por Doug Ross em 1954, que permitia desenhar em um monitor. O verdadeiro impulso para a interatividade, no entanto, foi dado por Ivan Sutherland, em 1963, com o programa chamado *Sketchpad*. Nele, segundo os autores, o usuário podia desenhar diretamente no monitor com uma caneta chamada *pen light*.

Apesar das descrições e relatos sobre o princípio da interatividade nas décadas de 1950 e 1960, seu uso em massa ocorreu na década de 1980, quando surgiram os jogos eletrônicos. Eles mostraram a capacidade das novas máquinas eletrônicas de representar ações nas quais os homens poderiam e deveriam participar, caso contrário não haveria interação (MONTEZ; BECKER, 2005).

Thompson (2011) sugere uma discussão a partir da interação face a face e a mediada ou quase mediada. Para isso, o autor remete às tradições orais que mantinham as informações repassadas de uma geração a outra e dependia da interação face a face e ainda, em alguns casos, da disponibilidade das pessoas se deslocarem de um lugar a outro. Os meios de comunicação e mais tarde, o surgimento das tecnologias digitais, criaram outras formas de interação. Primeiro, ela não se limita a um deslocamento geográfico e proximidade física. A internet, por exemplo, permite o acesso a informações independentemente da distância entre as pessoas, o que rompe com a necessidade de um mesmo ambiente espaço-temporal para haver interação.

A partir desse raciocínio, Thompson (2011, p. 120) define três tipos de interação: face a face, interação mediada e quase-interação mediada. Na interação face a face, os receptores podem responder aos produtores. Essa interação também permite as trocas simbólicas como gestos, piscadas de olhar e entonação de voz.

As interações mediadas requerem um meio técnico como papel, ondas eletromagnéticas e fios elétricos. São exemplos desse tipo de interação as cartas e conversas telefônicas. A quase-interação mediada se refere às relações com os meios de comunicação de massa, tais como livros, jornais,

rádio, televisão, entre outros. O que difere a quase-interação mediada das outras é a orientação da mensagem, que nos outros tipos de interação, é dirigida para pessoas específicas a quem são produzidas ações e afirmações (THOMPSON, 2011). Apesar de definir esses três tipos, o autor não esgota as possibilidades de outros cenários de interação, criadas a partir das tecnologias digitais da comunicação, que permitem mais recursos de receptividade.

Narrativas da comunicação digital interativa

As mudanças tecnológicas e comportamentais influenciaram não só modificações no aparelho televisor e no hábito de assistir aos assuntos da televisão e discuti-los, mas também na narrativa utilizada pelos meios de comunicação. Novas características foram incorporadas e uma delas é a hipertextualidade, possível na navegação na *internet* e definida por Scolari (2008) como estruturas textuais sem sequência.

No caso da televisão, muitas emissoras expandiram seu negócio para outros meios, principalmente a *internet*, a partir de outras telas dos dispositivos móveis. A maioria das emissoras tem pelo menos um *site* ou uma *fanpage* de alguma rede social, ou ambos. Assim, ampliam a possibilidade de disseminação do conteúdo com diferentes tipos de narrativas em várias plataformas. Esse é também um modelo interessante para o mercado publicitário, pois expande alternativas para o consumo de um produto.

A mediação da interatividade por computador introduziu várias mudanças na comunicação. Recursos multimídia como vídeos, áudios, fotos e outros arquivos agora podem ser incorporados ao texto. Isso amplia as formas de acesso aos conteúdos no ambiente do ciberespaço, no qual surgiram as narrativas *crossmedia* e *transmídia*, tornando possível ao usuário interagir com a narrativa em diferentes mídias.

Um dos critérios de multimídia definido por Noci (2008) é a possibilidade de integrar em uma mesma estrutura hipertextual os nós visuais, sonoros ou de outro tipo. O autor sugere incluir nesse mesmo campo o estudo da interface como meio de relação entre o leitor e o sistema (ou autor). Texto e aspectos gráficos, visuais e auditivos não devem ser separados. Todos esses elementos devem ser levados em conta para o entendimento da informação jornalística.

Numa só página na *internet* pode haver um texto e uma foto que foram veiculados em um jornal impresso, um vídeo de uma reportagem de televisão e o arquivo em áudio de uma informação dada numa rádio. Para Renault (2014, p. 122), “o hipertexto materializou a perspectiva de que um meio de comunicação pode conter o outro”. Todos os elementos (texto, foto, vídeo e áudio) podem ser justapostos para contribuir com a compreensão da informação.

Na narrativa multimídia, existe mais de um meio de comunicação numa mesma história, no entanto, segundo Arnaut *et al.* (2011), ela é praticamente uma cópia do conteúdo em diferentes mídias. Não há complementação no conteúdo quando um telejornal convida o telespectador a rever uma reportagem na página na *internet*. A multimídia é caracterizada pela possibilidade de transposição de conteúdo em outras mídias.

O conceito de narrativa transmídia foi introduzido por Henry Jenkins no artigo intitulado *Technology Review*, publicado em 2003. Scolari (2013) ressalta que, nesse artigo, Jenkins afirmava a existência inevitável do fluxo de conteúdo a partir de diferentes canais na era da convergência. Como prova disso, evidenciou a mudança de comportamento dos jovens atuais, que gostam de mergulhar nas histórias de ficção e conectar conteúdo e personagens com outros de uma mesma franquia.

É uma narrativa caracterizada pela ocorrência em vários suportes midiáticos. Cada texto contribui de maneira distinta para o entendimento do todo, como o exemplo clássico do filme *Matrix*. Além das telas do cinema, foi fornecido conteúdo adicional na *internet*, em jogos de videogame e nas histórias em quadrinhos. Jenkins (2008) explica que, nesse caso, a narrativa não pode ser contada numa única mídia.

As narrativas transmidiáticas se expandem por diferentes sistemas de significação (verbal, icônico, audiovisual, dentre outros) e meios como o cinema, quadrinhos, televisão, videogames e teatro. Não são simplesmente uma adaptação de uma linguagem para outra. A história contada num livro não é a mesma do cinema ou de um dispositivo móvel. “Uma história transmidiática se desenrola por meio de múltiplos suportes midiáticos, com cada novo texto contribuindo de maneira distinta e valiosa para o todo” (JENKINS, 2008, p. 135). Cada produto se torna um acesso à franquia.

Do cinema, a narrativa transmídia passou para campanhas publicitárias, mas ainda gera questionamentos no uso do jornalismo. Apesar de o conceito ter sido utilizado inicialmente no âmbito do entretenimento, Scolari (2013) acredita na possibilidade de uso no jornalismo. Alzamora e Tárzia (2012) sugerem seu uso a princípio na modalidade de jornalismo investigativo e em reportagens especiais, que proponham discussões mais profundas sobre outros subtemas de um determinado assunto.

Na narrativa *crossmedia*, um conteúdo ou ideia utilizam concomitantemente diversas plataformas. É muito confundida com a transmídia, no entanto, o que a diferencia das narrativas anteriores é principalmente o fato de não haver conexão entre as partes da história. Cada uma delas se desenvolve em um canal de distribuição (ARNAUT *et al.*, 2011). Esse tipo de narrativa também surgiu no período de convergência de mídias. Apesar de ser uma produção integrada, os conteúdos distribuídos em diferentes plataformas não se complementam como na narrativa transmidiática, em que o usuário precisa conhecer todas as franquias de acesso ao conteúdo

para compreender a história como um todo. Scolari (2013) defende a possibilidade de, assim como no caso da narrativa transmídia, utilizar também a *crossmedia* no jornalismo e na publicidade.

Na opinião do autor, o jornalismo possui duas condições para que haja narrativa *crossmedia*: uma história que pode ser contada em vários meios (*blog*, rádio, televisão, jornal impresso, etc.) e o respaldo do público ou usuário em diferentes formas (comentários, notas peladas telefônicas, *posts*, *tweets*, etc.).

MS Record: análise da participação do público no telejornal

Na análise da interação do telespectador no telejornal MS Record, foi verificado como a emissora disponibilizou e estimulou a interação pelo aplicativo *WhatsApp*. A TV MS tem outros programas com informação, inclusive algumas notícias no formato jornalístico, que também promovem interação pelo *WhatsApp*. No entanto, o telejornal em estudo foi o primeiro no Estado do gênero jornalístico a utilizar esse aplicativo como meio de interação com o público.

Este tópico destaca a preocupação de se relacionar com os telespectadores e de ouvir seus anseios, parte do telejornalismo na TV MS. Desde o início da transmissão do sinal da Rede Record, em 1995, a participação do público nos noticiários ocorria com o uso de telefonemas.

Com o início do telejornal MS Record, em 2007, além do telefone, o telespectador passou a participar também por e-mails e um ano depois, com mensagens pelo portal de notícias MS Record, criado em 2008⁶ e pertencente à emissora. O telejornal, inclusive, foi transmitido ao vivo pelo site até 2014. A transmissão era informada no início da apresentação de cada edição do telejornal⁷.

A partir de 2009 houve uma reformulação do telejornal MS Record. Segundo a editora-chefe da Record, [Ellen Genaro] Lemos (2015), foram contratados jornalistas da afiliada da Rede Globo em Campo Grande, a TV Morena, com a proposta de que houvesse a migração da audiência para o canal 11 (Rede Record). Por determinação da rede nacional, o telejornal Record MS incorporou uma linguagem mais coloquial e passou a incentivar ainda mais a participação do telespectador, naquele período com mensagens enviadas pelo portal de notícias.

6 O portal *MS Record* é mantido pela *Rede MS Integração de Rádio e Televisão*. Foi criado em julho de 2008. Possui conteúdo e vídeos da *TV MS Record*. O endereço era <www.msrecord.com.br>. No início de 2014, houve uma fusão com o site *Diário Digital*, também pertencente à *Rede MS* e o endereço passou a ser <www.diariodigital.com.br>.

7 No segundo semestre de 2014, houve a fusão do portal *MS Record* com o *Diário Digital*, dois sites de notícia que pertenciam à mesma afiliada da *Rede Record* em Mato Grosso do Sul. Após a fusão, ficou mantido o nome *Diário Digital* e foi extinto o outro. O telejornal *MS Record* continuou sendo exibido ao vivo na página do *Diário Digital*, mas, meses depois, no final de 2014, a transmissão ao vivo deixou de ser feita.

O portal da TV MS na internet passou a trabalhar em parceria com a televisão na apuração e produção de notícias. Foi disponibilizado no *site* um fórum interativo, com uma pergunta ao internauta sobre o assunto que seria discutido no telejornal. Em média, 70 telespectadores ao dia participavam na ferramenta.

Em 2011, o portal de notícias MS Record criou um perfil no *Facebook*, também usado pelo jornalismo, mas com pouca frequência e interação com o público. Por isso, a equipe de jornalismo resolveu mudar a tática. No final de 2014, a emissora passou a estimular os telespectadores a enviarem mensagens de texto, fotos e vídeos pelo *WhatsApp*. Em poucos meses, a resposta do público foi maior do que a esperada. Os telespectadores opinavam e mandavam sugestões de pautas dentro e fora do horário de exibição do telejornal.

A primeira experiência com *WhatsApp* no telejornalismo aconteceu no Mercado Municipal de Campo Grande e foi considerada muito positiva por Lemos (2015). Foram feitas entradas ao vivo para sortear brindes aos telespectadores. Os jornalistas da redação não conseguiam atender a todos os telefonemas. Lemos (2015) conta que até foi preciso entregar o prêmio na segunda-feira para dar tempo de a equipe contabilizar as pessoas contempladas.

O aplicativo logo passou para uso diário. A partir de fevereiro de 2015, no retorno das férias da apresentadora Glaura Villalba, o telejornal inovou: Glaura começou a utilizar um *smartphone* nas apresentações do telejornal para ler as mensagens que chegavam em tempo real e estimular sempre mais participações ao vivo. Por isso, a pesquisa levou em consideração esse fenômeno na emissora.

Durante cada telejornal, o *smartphone* do MS Record recebia em média 200 participações ao dia, entre fotos, áudios, vídeos e texto. Até uma hora depois que o telejornal se encerrava, muitas pessoas continuavam mandando mensagens. O aproveitamento destas variava muito. Segundo o coordenador de produção do MS Record, Rigo (2015) e a produtora Yahn (2015), em média, 20% do conteúdo recebido pelo aplicativo era utilizado no telejornal.

As mensagens de texto só precisavam ser lidas pela apresentadora, mas os formatos que necessitavam de edição, como as “lapadas” e “notas cobertas”, eram mais demorados para produzir. Quando alguém faltava, a operação ficava inviável. Mesmo assim, Lemos (2015) considera o resultado do uso do aplicativo como muito satisfatório, apesar de não ter sido possível medir a audiência com o uso do *WhatsApp* ou durante a experiência.

No período da coleta de dados da pesquisa, o telejornal MS Record era exibido às 12h30min, de segunda à sexta-feira, com tempo de produção em torno de 50 minutos. Aos sábados, o telejornal entrava no ar às 11 horas, com tempo médio de produção de 20 minutos.

Análise quantitativa por categorias de análise

Em fevereiro, mês da análise, foram identificados assuntos referentes

a seis editorias classificadas dentro do gênero jornalístico: Cidades, Polícia, Educação, Saúde, Economia e Serviço. Em observação às participações pelo aplicativo *WhatsApp*, verificou-se a presença de outra categoria que não pode ser classificada dentro das editorias de gênero jornalístico, mas é pertinente de análise. Foi nomeada na pesquisa de “relacionamento com o telespectador”, incluindo beijos e abraços solicitados pelo aplicativo e enviados pela apresentadora a telespectadores ao vivo, durante o telejornal. Foi também estabelecida a categoria “outros”, para assuntos não pertencentes às demais editorias classificadas.

O critério para a categorização das unidades de análise foi estabelecido de acordo com as editorias utilizadas pelo telejornal MS Record, predefinidas com embasamento jornalístico, com exceção da categoria que trata de quantificar as mensagens com pedidos de beijos e abraços (relacionamento com o telespectador) e a categoria “outros”, usada para classificar convites e interações sem editorias específicas.

No total, foram contabilizadas 116 participações. Em situações isoladas, uma mesma participação enviada por um telespectador apareceu no telejornal duas ou mais vezes na mesma edição ou foi repetida no dia seguinte. Nesses casos, foi contabilizada como uma só interação e as demais foram desprezadas na contagem.

A proposta nesta análise é retratar o número de vezes que a apresentadora convida o telespectador para interagir, quantas vezes ele interage e que assuntos são tratados nesse processo. Como o telejornal é exibido de segunda a sexta-feira, a observação direta começou na segunda-feira, dia 02 de fevereiro, como mostra a organização exposta na sequência (Tabela 1).

Tabela 1 - Número de participações pelo *WhatsApp* no mês de fevereiro de 2015.

Editoria	Número de Convites	Número de Interações	Total
Cidades	6	27	33
Polícia	6	21	27
Educação	4	16	20
Saúde	3	11	14
Relacionamento com o telespectador	–	09	9
Outros	7	1	8
Economia	3	1	4
Serviço	–	1	1
Total	29	87	116

Fonte: próprias autoras.

Nos convites e interações realizados por meio do aplicativo, em algumas situações os temas discutidos foram propostos pela figura do apresentador, com o estabelecimento da relação enunciado-resposta ou apenas enunciado, sem resposta do público. Outros foram enviados e sugeridos de modo espontâneo pelo público e geraram interação.

Lemos (2015) explicou que muitas vezes havia dificuldade de conseguir uma “nota retorno” das autoridades, mas não queria deixar de noticiar um fato. Por isso, a preocupação maior era ouvir a voz da população. A empresa permitia isso, não havia um controle de qualidade. Segundo Villalba (2016, s.p.), a empresa tinha o conhecimento de que deveria ter critérios mais rígidos, mas deixava acontecer: “é uma questão de ponto de vista, é uma questão corporativa, sem dúvida, e eu acho também que passa pelo amadurecimento”. A ex-apresentadora, no entanto, afirma que, de fato, considera importante ter um controle de qualidade, mas com equilíbrio.

Dentro do estilo coloquial e mais conversado do telejornal, sem padrões rígidos, Villalba (2016) também assumiu a postura de mandar beijos e abraços ao vivo para se aproximar do seu público.

Eu estava em busca de audiência e como a Glaura é uma pessoa muito querida e que tem uma credibilidade muito boa, eu falava assim, a Glaura pode fazer qualquer coisa aqui no ar, isso não vai comprometer a credibilidade dela. E o jornal cabe isso, a gente estava num horário popular. Aí o pessoal falava: “manda um alô para mim”, de Coxim, por exemplo, de Nioaque. Eu ficava feliz com aquela audiência! Eu falava assim: Glaura, pode mandar beijo! E daí começou. Eu lembro que no começo ela ficava assim “mas pode isso”? E eu dizia “pode, faz”! Tira foto, tira *selfie*, coloca sua foto no *Facebook*, para dizer que você faz parte de todos ali, não está distante, está próxima (LEMONS, 2015).

Essa prática era realizada principalmente com mensagens enviadas por telespectadores de cidades do interior, onde a emissora não dispõe de equipe para realizar apuração *in loco*. Por isso, é atribuída à prática o sentido de uma estratégia para dar voz aos telespectadores de regiões em que a emissora não tem estrutura operacional e técnica para cobrir diariamente. Assim, conquistava audiência fora da capital e, ao mesmo tempo, reforçava a audiência no interior e a própria marca.

Por esse ponto de vista, o resultado era alcançado. Nesta pesquisa, esse relacionamento com o telespectador representou 8% do *corpus* analisado, percentual maior que o das editorias de Economia, Serviços e Outros assuntos.

Villalba (2016) conta que a relação com os telespectadores começou a ficar tão próxima que deixou de ser apenas uma apresentadora: “eu não era apenas uma âncora, eu era... quis ser mais que isso”. O telejornal se tornou uma mistura de revista com programa de entrevistas, notícias e até

mesmo uma cozinha para preparar pratos na hora do almoço, durante a exibição do telejornal.

Nesta análise, foram considerados os dias da semana com o propósito de verificar em quais ocorreram mais convites e interações pelo *WhatsApp*. O mês de fevereiro de 2015 teve quatro semanas completas, com dias distribuídos de modo uniforme, o que permitiu resultados equilibrados de quantificação (Tabela 2).

Tabela 2 - Quantificação de convites e interações por dias da semana.

Dias da semana	Convites	Interações
Segundas-feiras (02, 09, 16 e 23 de fevereiro)	4	14
Terças-feiras (03, 10, 17 e 24 de fevereiro)	5	21
Quartas-feiras (04, 11, 18 e 25 de fevereiro)	6	8
Quintas-feiras (05, 12, 19 e 26 de fevereiro)	3	10
Sextas-feiras (06, 13, 20 e 27 de fevereiro)	10	33
Sábados (07, 14, 21 e 28 de fevereiro)	1	1

Fonte: próprias autoras.

Nas sextas-feiras há um número elevado de participações em relação aos demais dias da semana. Foram 33 interações nas quatro sextas-feiras do mês de fevereiro. A média dos outros dias foi de dez interações / dia. O número de convites também foi maior nas sextas-feiras, dez no total. A média dos outros cinco dias da semana foi de três convites / dia.

Ao ser questionada sobre o resultado dessa análise, Villalba (2016, s.p.) mostrou-se surpresa, pois, segundo ela, não foi intencional: “não tinha um roteiro específico, era tudo muito de acordo com o sabor das sugestões e o que estava acontecendo na cidade e assuntos mais polêmicos. Coincidiu então, porque a gente não tinha esse controle, absolutamente”.

Já aos sábados, as interações foram pouco expressivas. O tempo de produção do telejornal neste dia da semana era em torno de 20 a 25 minutos, quase a metade do tempo de produção dos telejornais exibidos durante a semana, em torno de 50 minutos.

O maior número de convites e de interações ficou concentrado na primeira e na última semana do mês de fevereiro. A quantidade de convites dos apresentadores para os telespectadores interagirem por meio do aplicativo e das interações foi muito parecida (11 convites e 29 interações na primeira semana e dez convites e 28 interações na última).

A segunda e a terceira semanas tiveram um número menor de convites e de interações. Comparando apenas essas duas semanas, os dados

são razoavelmente equiparados. A segunda semana teve seis convites e 17 interações, a terceira teve dois convites e 13 interações.

Análise dos formatos das participações

Além da análise quanti-qualitativa por categorização de editoriais, o mesmo método foi utilizado para a análise dos formatos em que as participações aparecem nos telejornais. Assim foi possível identificar em quais momentos os apresentadores costumam fazer os convites ao público, incentivando a participação e como as interações com os telespectadores são representadas e mostradas no telejornal MS Record.

Os telespectadores mandam mensagens de texto, fotos e vídeos produzidos por eles mesmos e com os próprios *smartphones*. Os jornalistas da emissora utilizam esse material que chega até a redação pelo *WhatsApp* de diferentes maneiras, por exemplo, como nota pelada, lida muitas vezes durante o telejornal à medida que chegava ao *smartphone* da apresentadora; como “lapada”⁸; nota coberta; pool de imagens⁹ e reportagem completa, dentre outros.

Para diferenciar os formatos em que os assuntos tratados por meio do *WhatsApp* são exibidos, foram estabelecidas algumas categorias de análise em que os convites e as interações pelo aplicativo aparecem como conteúdo ou como parte do conteúdo. O critério para a categorização foi elaborado de acordo com a nomenclatura-padrão utilizada no telejornalismo.

No total, foram identificadas 98 unidades nesta análise dos formatos dos convites e interações (Tabela 3). A “nota pelada”, fácil e ágil para as redações de telejornal, foi o formato utilizado o maior número de vezes no mês de fevereiro de 2015. Como não precisa de imagens, não há necessidade de passar pelo trabalho de edição. Basta que a informação seja lida ao vivo. A apresentadora utilizou muito esse formato ao convidar os telespectadores a participarem do telejornal e também para ler as mensagens que chegam pelo *WhatsApp*, inclusive no momento em que chegavam.

Tabela 3 - Quantificação de formatos dos convites e interações

Formatos	Quantificação
Nota pelada	39
Nota pé	14
Cabeça	12
Off ao vivo com pool	12

8 Lapada é o nome utilizado, no jargão jornalístico, para designar um resumo de fatos ilustrados com imagens de fotos e/ou vídeos, geralmente narrados pelo apresentador ou repórter.

9 Pool de imagens é outra nomenclatura que faz parte do jargão jornalístico nos veículos de televisão. Usado para se referir a um conjunto de imagens editadas, uma sequência de vários fragmentos pequenos de imagens sobre determinado assunto.

Reportagem completa	8
Lapada	4
Passagem de bloco	4
Nota coberta	3
Off ao vivo com imagens do link	2
Total	98

Fonte: próprias autoras.

Depois da nota pelada, a nota pé foi a mais usada, apareceu 14 vezes. É uma nota simples e apresenta as mesmas vantagens da nota pelada. A diferença é que, na maioria das vezes, a nota pé é uma resposta de autoridades ou especialistas de determinado assunto para complementar a informação de uma reportagem, nota coberta ou *link*. Nesse caso, muitas vezes, a nota pé era um convite ou uma interação com ou sem a resposta de uma fonte específica para o assunto.

Na sequência, os outros formatos mais utilizados no telejornal foram a cabeça e o *off* ao vivo com *pool* de imagens, cada um aparece 12 vezes. Assim como os demais, são formatos simples, rápidos de serem preparados para o telejornal.

Mesmo o *off* ao vivo, que requer uma edição de imagens com um *pool* editado previamente antes de ir ao ar, é considerado simples e rápido, pois basta editar uma breve sequência de imagens. A narração do apresentador é feita ao vivo, enquanto as imagens são exibidas por cima do texto falado. Inclusive o apresentador tem a possibilidade de improvisar ou ler mensagens que chegam pelo aplicativo referentes às imagens que estão no ar.

Já a reportagem completa, a lapada, a passagem de bloco e a nota coberta requerem um trabalho maior na edição de imagens e provavelmente por isso foram usadas com menos frequência. Ao contrário das notas, da cabeça e do *off* ao vivo, que permitem ao apresentador certa improvisação, nos formatos de reportagem, lapada, passagem de bloco e nota coberta, o texto precisa estar casado com a imagem. É preciso harmonia e ligação entre ambos, por isso o texto deve ser escrito, gravado e depois editado.

No caso da reportagem, deve ainda passar por um trabalho de apuração do produtor na elaboração da pauta, do repórter que vai a campo checar e produzir a matéria e do editor que confere e edita o material antes da exibição no telejornal.

Análise do tipo de interação e das narrativas da comunicação digital

Com base na revisão bibliográfica das classificações dadas à interatividade por vários autores e os tipos de narrativas a partir das tecnologias

digitais, foi procedida a análise dos convites e das interações no telejornal MS Record. O objetivo foi verificar como essas participações, ocorridas durante o telejornal, enquadram-se nas definições estabelecidas pelos autores citados na revisão referida.

A partir da literatura apresentada neste trabalho, foi verificado se os formatos e conteúdos apresentados na interação pelo *WhatsApp* poderia ser considerados como narrativa multimídia, transmídia ou *crossmídia*.

Identificou-se na pesquisa que os convites e interações realizados por meio do *WhatsApp* durante o telejornal se encaixam principalmente no conceito de narrativa multimídia. Além disso, as interações apresentam elementos transmidiáticos.

As características de narrativa multimídia se evidenciam por existir mais de um meio de comunicação em uma só história e haver praticamente a cópia de um conteúdo em mídias diferentes. Parte do conteúdo, gerado ou enviado por meio do *WhatsApp*, é reproduzido no site da afiliada, o Diário Digital. Quase todos os dias, ao final do telejornal, a apresentadora chamava os telespectadores para rever as notícias do MS Record no site Diário Digital e também acessar outras notícias. Uma frase comum da apresentadora Glaura Villalba era “Veja essas e outras notícias no diariodigital.com.br”. Quando dizia “outras notícias”, referia-se às produzidas pela equipe de jornalismo do próprio site, que raramente complementavam as informações da televisão.

No Diário Digital, foram reproduzidos textos ou fragmentos de textos extraídos da cabeça e/ou nota pé da apresentação e ainda vídeos mostrando trechos da apresentação, links ao vivo e reportagens. Nesse caso, não houve complementação do conteúdo. O assunto apresentado e discutido no telejornal migrava para o cibermeio praticamente na íntegra. Essa prática reforça a ideia do hipertexto na televisão (Renault, 2014) de que, quando um site é mencionado na televisão, pode ser encontrado facilmente ao ter seu endereço eletrônico digitado na internet.

Em relação aos elementos que podem ser atribuídos à narrativa transmídia, notou-se sua presença nas vezes em que a apresentadora Glaura Villalba (ou apresentador[a] substituto[a]) convidava o telespectador a opinar sobre um tema proposto pela emissora. Era lançada uma enquete pelo *WhatsApp*. A partir do momento em que o telespectador precisou acessar o aplicativo (outro meio) para participar, enviar sua opinião, houve a caracterização da narrativa transmídia, pois ele acessou uma franquia daquela história. A interação cria no telespectador a sensação de jogo, de entretenimento, tanto que muitos pediam à apresentadora que mandasse beijos e abraços a eles durante o telejornal, ao vivo. O telespectador se apresenta como fã do telejornal, ao invés de mero espectador da notícia.

De acordo com Jenkins (2009), essa situação pode ser enquadrada nos conceitos de *spreadability* e *drillability*, em que o conteúdo se dissemi-

na horizontalmente por meio de um aplicativo, a partir do momento em que uma informação de um telespectador abrange muitos outros que estão assistindo ao telejornal. E de modo vertical (*drillability*), para aprofundar a interpretação e o conhecimento: quando uma mensagem enviada por uma pessoa é complementada pela figura do apresentador ou de um entrevistado ao vivo no telejornal. Muitas vezes, durante um link, a apresentadora interrompia a entrevista do repórter para ler uma mensagem do *WhatsApp* e pedir ao entrevistado que respondesse.

Algumas interações podem ser encaixadas também nos conceitos de *continuity* e *multiplicity*. Algumas mensagens lidas num dia se tornaram reportagens ou temas de discussão com reportagens e entrevistas ao vivo no dia seguinte, como o caso do muro de uma escola estadual que estava prestes a cair, o abandono de obras de creches públicas, o assédio sexual em ônibus e a história de uma dona de casa com duas crianças deficientes que não podia levá-las na cadeira de rodas por causa da erosão na rua em frente à sua casa. Houve um esforço no sentido de juntar mensagens de vários telespectadores que, encaixadas, proporcionariam uma compreensão mais global. A multiplicidade também foi observada nos casos em que uma temática dominou boa parte das discussões do telejornal, como a dengue. As mensagens que chegavam no decorrer do telejornal estimulavam outros telespectadores a enviarem suas críticas e opiniões.

Nos casos em que a apresentadora convidava o público a participar a respeito de qualquer tema, ou sobre mensagens que chegavam sobre assuntos diversos, não foi possível caracterizar narrativa transmídia, pois não houve um engajamento numa só história e sim fragmentos isolados partindo ora do emissor, ora do receptor.

Considerações finais

Os autores que estudam as tecnologias digitais citados no presente trabalho concordam que a essência das práticas jornalísticas não deve se perder em meio à velocidade conferida pela Internet e os próprios dispositivos móveis. As tecnologias da informação e da comunicação servem sim para dar agilidade ao processo, mas acima de tudo é importante manter o papel do jornalista de checar, conferir, apurar, filtrar as informações. Sejam elas oriundas de redes sociais, aplicativos ou telefonemas como era mais comum no passado.

Pelo fato de a internet ter se tornado um “espaço de legitimação”, como denomina Cajazera (2014, p.12), há de se ter cuidado com o conteúdo que circula e inclusive pode ser manipulado por meio das próprias tecnologias digitais. Como o tempo é de inovação da TV, as emissoras em geral estão em busca de uma receita de sucesso na interação com seu público.

No entanto, não há uma fórmula definida que dê certo para todas

elas. Diante disso, as empresas vão tentando inúmeras formas de fazer televisão de um modo diferente, sem deixar de ser televisão. A própria TV MS, afiliada da Record, sempre deu espaço às participações, sejam elas por telefonemas, e-mail, fórum interativo, *Facebook* e atualmente *WhatsApp*. Alguns deram certo por um período, como o fórum interativo. Outros como o *Facebook* não tiveram a resposta esperada. É preciso testar, mas avaliar também os riscos.

Apresentar um telejornal e ler as mensagens à medida que chegam é uma prática que confere imediatismo, sincronia com o telespectador, mostra que o retorno do público é dinâmico, mas também perigoso. Del Bianco (2004) ressalta as facilidades e as fragilidades da internet. Perdeu-se, no caso da dengue, o fio condutor do assunto com a chegada de mensagens de outros temas por falta de um filtro, por exemplo, poderia ser um jornalista que apurasse mensagens dentro da redação. Percebeu-se muitas vezes a deficiência de ouvir uma autoridade ou órgão reclamado no conteúdo enviado pelo aplicativo. Assim como a necessidade de a apresentadora dar uma resposta rápida.

O editor digital do jornal Extra reforça que é importante sim responder às mensagens que chegam, mas dar uma resposta que caminhe para uma solução eficiente, sempre ouvindo os dois lados da história, cumprindo a práxis jornalística. Não há como permanecer na fórmula do passado. E inovar na forma não significa perder o conteúdo. Nesse período de transformações e hibridismos, interagir é necessário, mas sem perder o foco nas premissas e responsabilidades éticas do jornalista.

Del Bianco (2004), Santos (2014), Finger (2012) e outros autores que estudam as tecnologias digitais concordam que a essência das práticas jornalísticas não deve se perder em meio às diversas possibilidades das novas experiências com diferentes narrativas, formatos, velocidade e recursos multimídia conferidos pela internet e dispositivos móveis.

As tecnologias da informação e da comunicação ampliam e agilizam o processo, mas, acima de tudo, é importante manter o papel do jornalista de checar, conferir, apurar e filtrar as informações. Esse papel deve ser mantido aquém da origem da informação, seja oriunda de redes sociais, aplicativos ou de telefonemas, como era mais comum no passado.

Referências

ALZAMORA, Geane; TARCIA, Lorena. Convergência e transmídia: galáxias semânticas e narrativas emergentes em jornalismo. **Brazilian Journalism Research**, Brasília, v. 8, n. 1, p. 22-35, mai., 2012.

AMARAL, Neusa Maria. Televisão e telejornalismo: do analógico ao virtual. Iv. Tese (Doutorado em Comunicação) - Programa de Pós-graduação em Ciências

da Comunicação na área de Jornalismo, Mercado e Tecnologia da Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

ARNAUT, Rodrigo et al. Era transmídia. *Revista GEMInIS*, São Carlos, v.2, n. 2. p. 259-275, 2011.

BARDIN, Lawrence. *Análise de conteúdo*. Portugal: Edições 70, 2009.

BOLAÑO, César Ricardo Siqueira. *Mercado brasileiro de televisão*. São Paulo: EDUC, 2004.

CAJAZERA, Paulo Eduardo Silva Lins (2014). *A audiência convergida do telejornal nas Redes Sociais*. 97 f. Tese (Pós-doutorado em comunicação) - Laboratório de Comunicação Online do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação, Universidade da Beira Interior, Portugal, 2014.

CANAVILHAS, João. *Jornalismo para dispositivos móveis: informação hipermultimidiática e personalizada*. Actas do IV CILCS - Congresso Internacional Latina de Comunicación. 2012. Disponível em: <<http://bocc.ubi.pt/pag/canavilhas-joao-jornalismo-para-dispositivos-moveis.pdf>>. Acesso em: 15 mar. 2015.

CANCIO, Marcelo. *Telejornalismo descoberto: a origem da notícia no jornalismo televisivo regional*. Campo Grande, MS: Ed. UFMS, 2005.

CANNITO, Newton Guimarães. *A TV 1.5 - a televisão na era digital*. São Paulo - SP: [s.n], 2009.

CARVALHO, Natália. *WhatsApp no jornalismo: redações falam sobre a experiência com o aplicativo*. *Comunique-se*, 12 dez. 2014. Disponível em: <<http://portal.comunique-se.com.br/index.php/especiais/75931-whatsapp-no-jornalismo-redacoes-falam-sobre-a-experiencia-com-o-aplicativo>>. Acesso em: 08 jul. 2015.

CHRISTOFOLETTI, Rogério. Ética hacker e deontologia jornalística em redes sociais. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM JORNALISMO, 9., 2011. Universidade Federal do Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro: SBPjor, 2011. Disponível em: <http://sbpjour.kamotini.ghost.net/sbpjour/admjour/arquivos/9encontro/CC_38.pdf>. Acesso em 20 jul. 2015.

DEL BIANCO, Nélia. *A Internet como fator de mudança no jornalismo*. 2004. Disponível em: <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/bianco-nelia-internet-mudanca-jornalismo.pdf>>. Acesso em: 10 ago 2015.

FINGER, Cristiane. Uma nova forma de ver TV no sofá ou em qualquer lugar. *Famecos*, Porto Alegre, v. 19, n. 2, pp. 373-389, maio/ago. 2012.

G1. *WhatsApp atinge os 700 milhões de usuários por mês em todo o mundo*. São Paulo, 07 jan. 2015. Tecnologia e Games. Disponível em: <<http://g1.globo.com/tecnologia/noticia/2015/01/whatsapp-atinge-os-700-milhoes-de-usuarios-por-mes-em-todo-o-mundo.html>>. Acesso em: 11 ago. 2015

JENKINS, Henry. *Cultura da convergência*. 2. ed. São Paulo: Aleph, 2009.

JENKINS, Henry. *Cultura da convergência*. São Paulo: Aleph, 2008.

LEMOS, Ellen Genaro. *Entrevista concedida à Cláudia Ferreira Anelo sobre o telejornal MS Record e a interação com o WhatsApp gravada na TV MS, afiliada da Rede Record no Mato Grosso do Sul*. Campo Grande/MS, 20 out. 2015.

MATTOS, Sérgio Augusto Soares. *História da televisão brasileira: uma visão econômica, social e política*. Petrópolis: Editora Vozes, 4. ed., 2009.

MATUOKA, Ingrid. *WhatsApp e o jornalismo*. Faculdade Cáspes Líbero, São

Paulo, 09 abr. 2014. Núcleo de Mídias Digitais. Disponível em: <<http://casper-libero.edu.br/whatsapp-e-o-jornalismo/>> Acesso em: 11 ago. 2015.

MONTEZ, Carlos; BECKER, Valdecir. **TV digital interativa: conceitos, desafios e perspectivas para o Brasil**. 2 ed. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2005.

NOCI, Javier Díaz. **Hipertexto y redacción periodística: ¿un nuevo campo de investigación?** 2008. Disponível em: <<http://www.saladeprensa.org/art743.htm>>. Acesso em: 10 jun. 2014.

PATERNOSTRO, Vera Íris. **O texto na TV: manual de telejornalismo**. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

PRIMO, Alex. **Interação mediada por computador: comunicação, cibercultura, cognição**. 2 Ed. Porto Alegre: Sulina, 2008.

RECORD. **Programação**. 2016. Disponível em:< <http://rederecord.r7.com/programacao/>> Acesso em: 26 jan. 2016.

RENAULT, Leticia. **Webtelejornalismo**. Rio de Janeiro: E-papers, 2014.

REVENTÓS, Laia. Dentro de *WhatsApp*. **El País**, San Francisco, 03 jul. 2012. Tecnología. Disponível em: <http://tecnologia.elpais.com/tecnologia/2012/07/03/actualidad/1341340111_145629.html>. Acesso em: 08 jul. 2015.

RIGO, Ricardo. **Entrevista concedida à Cláudia Regina Ferreira Anelo sobre interação no telejornalismo com o WhatsApp gravada na TV MS, afiliada da Rede Record no Mato Grosso do Sul**. Campo Grande/MS, 19 out. 2015.

SANTOS, Marli dos. Jornalismo, mobilidade e participação. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM JORNALISMO, 12., 2014, Santa Cruz do Sul, SC. **Anais...** Santa Cruz do Sul: SBPJor, 2014. p. 1-15.

SCOLARI, Carlos Alberto. **Hipermediaciones: elementos para una teoría de la comunicación digital interactiva**. Barcelona, Espanha: Ed. Gedisa, 2008.

VILLALBA, Glaura. **Entrevista concedida à Cláudia Ferreira Anelo sobre a interação com o público pelo WhatsApp na apresentação do telejornal MS Record gravada em residência particular da pesquisadora**. Campo Grande/MS, 29 jan. 2016.

VIVO, José Manuel Noguera. Redes sociales móviles y contenido generado por el usuario. In: AGUADO, Juan Miguel; FEIJÓO, Claudio; MARTINEZ, Inmaculada J. (Coords.) **La comunicación móvil: hacia un nuevo ecosistema digital**. Barcelona, Espanha: Ed. Gedisa, 2013. P. 239-256.

WHATSAPP. **Como funciona**. 2015. Disponível em: <<https://www.whatsapp.com/>> Acesso em: 08 jul. 2015.

YAHN, Natália. **Entrevista concedida à Cláudia Ferreira Anelo sobre produção do telejornal MS Record com uso do WhatsApp gravada na TV MS, afiliada da Rede Record no Mato Grosso do Sul**. Campo Grande/MS, 19 out. 2015.

Pouca interação e muita televisão no jornalismo ao vivo de Campo Grande no *Facebook*¹

Oswaldo Ribeiro da SILVA²
Marcelo Vicente Cancio SOARES³

Introdução

As emissoras de televisão, desde a invenção e implantação, sempre foram as detentoras das transmissões ao vivo de conteúdos audiovisuais. Com a digitalização do processo de captação de imagens e sons, as possibilidades mudaram. Por causa disso, a informática em rede começou a oferecer a opção de compartilhamento de conteúdos audiovisuais gravados e, posteriormente, com as *webcams*, as transmissões ao vivo viraram uma realidade entre os usuários com esses equipamentos instalados nos *desktops* ou *notebooks*.

Nas redes sociais, as transmissões ao vivo de conteúdos audiovisuais aguardaram as mudanças tecnológicas e as ferramentas necessárias para se tornarem “febre” entre os usuários. Atualmente redes sociais como *Twitter*, *Youtube*, *Facebook*, *Instagram* e *WhatsApp* oferecem facilidades para esse tipo de compartilhamento de conteúdo, entre tantos outros.

As emissoras de televisão internacionais, nacionais e regionais não perderam tempo e começaram a utilizar essa ferramenta como forma de ampliar o alcance das transmissões ao vivo, naturalmente levando em conta as relações contratuais com as redes sociais, bem como características de legislação próprias das empresas televisivas. Em Mato Grosso do Sul, três exemplos podem ser citados: a *Rádio CBN*, a *TV Estado MS* do portal OE10 e o *SBT MS* vêm colocando no ar, ao vivo, conteúdos jornalísticos diariamente em suas programações. A emissora de rádio desde dezembro de 2017 apresenta de segunda à sexta-feira a edição do radiojornalístico CBN Campo Grande. O portal, que é ligado ao jornal impresso O Estado de Mato Grosso do Sul exibe, também de segunda à sexta, o *Jornal da Tarde*, que estreou em março de 2018. A afiliada do SBT em Mato Grosso do Sul

1 Capítulo retirado do relatório de pesquisa de Pós-Doutorado realizada entre os anos de 2017 e 2019 junto ao Programa de Pós-Graduação - Mestrado em Comunicação da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) com bolsa do Programa Nacional de Pós-Doutorado (PNPD/CAPES). Supervisor do Pós-Doutorado, Prof. Dr. Marcelo Vicente Cândia Soares (UFMS).

2 Professor-pesquisador (PNPD/CAPES) junto ao Programa de Pós-Graduação - Mestrado em Comunicação (UFMS-2017/2019) e professor-pesquisador da Universidade Católica Dom Bosco (UCDB). Doutor em Educação (UFMS-2014), Mestre em Ciência da Informação (UnB-2006), Graduado em Jornalismo (UFMS-1995). E-mail: oswaldoribeiro@ucdb.br.

3 Professor aposentado da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). Doutor em Ciências da Comunicação (USP-2008), Mestre em Ciências da Comunicação (USP-2002), Graduado em Comunicação Social (UFRJ-1980). E-mail: marcelo.cancio@ufms.br.

leva ao ar, de segunda à sexta, o SBT MS 1ª Edição. E como são propostas recentes, inclusive pelo tempo em que as ferramentas foram disponibilizadas a todos os usuários, não há estudos registrando esse cenário e as características dele em Campo Grande (MS).

Para tanto foram analisados cinco dias de transmissão dos três conteúdos jornalísticos, de segunda à sexta-feira, no período de 30 de julho de 2018 a 3 de agosto de 2018. Espaço de tempo em que as três emissoras transmitiram ao vivo os referidos programas. Foram analisadas, exatamente, 21 horas, 48 minutos e 12 segundos de transmissão ao vivo, via *Facebook*, divididas entre 15 horas, 18 minutos e 27 segundos do *CBN Campo Grande*; 3 horas, 43 minutos e 29 segundos do *Jornal da Tarde* e 2 horas, 46 minutos e 16 segundos do *SBT MS 1ª Edição*.

Jornalismo na TV

O telejornalismo sempre esteve ligado à tecnologia. O seu nascimento só foi possível graças à televisão e à necessidade de as pessoas terem acesso à informação através desse veículo eletrônico que une imagem e som. Sua chegada ao Brasil se deu na década de 1950, mais precisamente no mês de setembro. No início da televisão e do telejornalismo no Brasil, um conceito já esteve presente - o de mediação. Segundo Squirra (1995, p.22), duas características eram marcantes: a herança radiofônica e a subordinação total dos programas aos patrocinadores. Seguindo a reflexão sobre o conceito, Machado (2001) comenta que o telejornalismo tem um efeito de mediação e assim deve ser visto:

[...] o telejornal não pode ser encarado como um simples dispositivo de reflexão dos eventos, de natureza especular, ou como mero recurso de aproximação daquilo que acontece alhures, mas antes como um efeito de mediação. A menos que nós mesmos sejamos os protagonistas, os eventos surgem para nós, espectadores, mediados através de repórteres (literalmente: aqueles que reportam, aqueles que contam o que viram), porta-vozes, testemunhas oculares e toda uma multidão de sujeitos falantes considerados competentes para construir “versões” do que acontece (MACHADO, 2001, p. 102).

É importante ressaltar que o modo de fazer jornalismo, seja ele num veículo eletrônico ou não, ainda é o mesmo e depende de reflexão, investigação e divulgação. A barreira qualitativa não foi quebrada e faz parte da essência do jornalismo. Outra preocupação é que o jornalista tem perdido a curiosidade, justificada, muitas vezes, pela falta de tempo ou grande quantidade de dados disponíveis.

Telejornalismo on-line, breve histórico no Brasil

Antes de entrar na versão via internet do telejornalismo é importante comentar características intrínsecas do formato. De acordo com Paternostro (1999, p.66), “em telejornalismo o texto é escrito para ser falado (pelo locutor) e ouvido (pelo telespectador). Pela própria característica dos veículos eletrônicos de comunicação – a instantaneidade, o receptor deve pegar a informação de uma vez”.

Neste aspecto, o da instantaneidade, o formato se iguala ao radiojornalismo, que apenas sofre pela falta da imagem. Podemos dizer que, além do texto falado do telejornalismo, a imagem também traz informação para o telespectador. Assim como a fala, a imagem, ou a organização sequencial dela num telejornal, também oferece ao telespectador um sentido e, portanto, alguma informação, independente do grau de escolaridade dele.

A história do telejornalismo muda no fim da década de 1980, quando a informática foi incorporada. Primeiro com a chegada dos computadores que agilizaram a produção, realização e exibição do formato. Segundo Paternostro (1999, p.115), “a antiga lauda, que no telejornalismo é chamada de *script*, já está na tela de um terminal, e não só ela, mas todas as funções da produção de um telejornal, desde a elaboração da pauta até a exibição, estão sendo automatizadas nas redações brasileiras”.

Este processo permitiu uma interligação total entre os setores da emissora de televisão e possibilidades de acesso simultâneo a todos os responsáveis pela realização do produto. Por volta de 2000, a banda larga tornou-se uma realidade no Brasil. Segundo Pereira (2002, p. 158) “isso permitiu o acesso rápido às informações e tráfego de dados”. Como consequência surgiram os *webjornais* televisivos como o Jornal da Lílian (Witte Fibe) do portal Terra e de Paulo Henrique Amorim, do portal UOL. Na mesma época surgiu também um programa de entrevistas na internet no portal AOL, apresentado pela jornalista Mona Dorf. Os três com qualidade de imagem e som semelhantes ao da TV (SILVA, 2006, p.20).

Em 2002, nasce outra experiência na área, a *AllTV*, uma televisão realizada para exibição de conteúdo audiovisual apenas na Internet. Entre os produtos oferecidos estava o Jornal Interativo. Desta vez sem nenhum ex-grande nome do telejornalismo feito nas TVs Abertas. De acordo com o diretor da *AllTV*, Alberto Luchetti, a estratégia foi montar uma TV com gente jovem, inexperiente e com vontade de aprender fazendo. Dessa forma, a *AllTV* rompeu com a busca por figurões globais. O Jornal Interativo da *AllTV* era apresentado, em 2002, por Vinícius Costa e Amanda Klein. E mesmo com uma história recente, o jornalismo da *AllTV* já obteve retorno. Em 2005, a emissora recebeu o Prêmio Esso na categoria “Melhor Contribuição ao Telejornalismo” (SILVA, 2006, p.21). E ao que se apresenta, neste pequeno histórico do telejornalismo tanto tradicional quanto on-line,

o ao vivo, tão presente no DNA da televisão, atrelado às redes sociais, é a grande novidade na intenção de dar alcance às programações. Optou-se, nesta breve revisão de literatura, apenas apresentar um ponto de partida para as discussões sobre o telejornalismo praticado, em momento de transição para as redes sociais.

Jornalismo, Cultura da Convergência e Redes Sociais

Para Marcondes Filho (2000), o jornalismo hoje vive a sua quarta fase. Neste momento, o agente humano jornalista é substituído pelos sistemas de comunicação eletrônica, pelas redes, pelas formas interativas. As chamadas novas tecnologias influenciam na relação do homem da redação, o ambiente de trabalho passa para a lógica imaterial da tecnologia. No período contemporâneo, a tecnologia imprime uma nova lógica nas relações de trabalho. Depois da revolução da rotativa, a inovação tecnológica da década de 1970 atinge o ambiente redacional, que sofre sérias mudanças: digitalização, informação facilmente manipulada, disseminada, transformada. A tecnologia digital é inevitável, quem se coloca à margem é tido como ultrapassado.

Neste cenário do jornalismo e da sociedade em que toda história é contada por um número infinito de processos digitais, a convergência dos meios é palavra-chave do contexto em que estamos inseridos. Jenkins (2009) explica detalhadamente:

Por convergência, refiro-me ao fluxo de conteúdos através de múltiplas plataformas de mídia, à cooperação de conteúdos através de múltiplas plataformas de mídia à cooperação entre múltiplos mercados midiáticos e ao comportamento migratório dos públicos dos meios de comunicação, que vão a quase qualquer lugar em busca das experiências de entretenimento que desejam. Convergência é uma palavra que consegue definir transformações tecnológicas, mercadológicas, culturais e sociais, dependendo de quem está falando e do que imaginam estar falando (JENKINS, 2009, p. 29).

De acordo com Jenkins (2009), não podemos limitar o pensamento sobre convergência exclusivamente ao desenvolvimento de tecnologias e *hardware* que unem diversos aparelhos num só, mas pensar também na mudança cultural que as tecnologias e as práticas da mídia provocam. O processo ocorre ainda dentro do cérebro das pessoas, no momento das interações sociais e na mudança de comportamento decorrentes desta convergência. As redes sociais aparecem como ferramentas importantes para alavancá-lo. De acordo com Recuero (2009, p. 24), a rede “é uma metáfora para observar os padrões de conexão de um grupo social, a partir das conexões

estabelecidas entre os diversos atores. A abordagem de rede tem, assim, seu foco na estrutura social, onde não é possível isolar os atores sociais e nem suas conexões”. As conexões oferecem aos agentes da rede social, a oportunidade de contar suas histórias na convivência entre formatos/linguagens tradicionais e as novas possibilidades ampliadas pelo contexto convergente.

Metodologia operacional da pesquisa

A abordagem desta pesquisa é qualitativa, bastante utilizada nas ciências sociais aplicadas. Segundo Marques *et al.* (2014, p. 38), ela identifica os mapas-mentais que explicam a história do sujeito, retratada do jeito que ela é, porém com uma visão mais apurada sobre o entendimento de determinada realidade. A coleta de dados para a pesquisa será desenvolvida por meio de revisão de literatura e análise de conteúdo.

Segundo Bardin (1977, p. 42), a análise de conteúdo é caracterizada por:

Um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos, sistemáticos e objectivos de descrição do conteúdo de mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens.

Outra metodologia utilizada nesta pesquisa foi o estudo de caso com técnicas empregadas pela pesquisa qualitativa, já que a ocorrência de transmissões ao vivo, via rede social, é recente, principalmente em Mato Grosso do Sul. Neste sentido, a escolha do estudo de caso como método foi determinante. De acordo com Tellis (1997, *apud* Leite. 2004):

[...] o estudo de caso é exploratório quando seu objetivo é explorar o fenômeno ou a situação de interesse em seu contexto, sob múltiplas perspectivas, visando formular proposições, hipóteses ou recomendações para futuros estudos.

No caso da utilização das técnicas da pesquisa qualitativa, Flick (2004, p.22) destaca:

Os métodos qualitativos consideram a comunicação do pesquisador com o campo e seus membros como parte do conhecimento, ao invés de excluí-la ao máximo como uma variável intermédia. As subjetividades do pesquisador e daqueles que estão sendo estudados são parte do processo de pesquisa. As reflexões dos pesquisadores sobre suas ações e observações no campo, suas impres-

sões, irritações, sentimentos, e assim por diante, tornam-se dados em si mesmos, constituindo parte da interpretação, sendo documentadas em diários de pesquisa ou em protocolos de contexto.

A ideia é partir desse referencial metodológico para investigar as experiências de transmissão ao vivo de conteúdos jornalísticos nas redes sociais realizadas pela imprensa de Campo Grande, Mato Grosso do Sul. Primeiro, conceituar, por meio de revisão de literatura, características do telejornalismo tradicional e do telejornalismo *on-line* transmitido ao vivo para as redes sociais, bem como as possibilidades que elas oferecem para estes formatos informativos. Paralelamente, a ação será de identificar essas experiências para descrever processos, produtos e linguagens dos conteúdos telejornalísticos, por meio de uma análise destes conteúdos.

Procedimento de Análise: Filtros de análise do cenário de transmissão ao vivo, no *Facebook*, de conteúdos jornalísticos em Campo Grande (MS)

Além das características do telejornalismo e do telejornalismo *on-line*, bem como dos contextos da cultura da convergência e das redes sociais, apresentados anteriormente, outros filtros de análise foram utilizados para avaliar o cenário das transmissões ao vivo de conteúdos jornalísticos nas redes sociais por emissoras/empresas da imprensa de Campo Grande (MS). A interatividade, descrita por Machado e Palácios (2003), como a capacidade de fazer com que o leitor/usuário se sinta mais diretamente parte do processo jornalístico (*e-mails*, opinião dos leitores, fóruns de discussão, *chats*, etc.). Outros filtros foram as narrativas comuns na *web* definidas por Nogueira Vivo (2015), especialmente as duas abaixo:

Narrativas de *timelines*: eixo central da história se apresenta a partir da união dos pontos cronológicos relevantes e que, por sua vez, atuam na forma de micro-histórias dentro da anterior (principal); são autônomas em relação ao significado, mas plenamente conectadas e relacionadas com todo o relato principal; normalmente ocorre em uma apresentação diferenciada com destaque para a linha do tempo. Narrativas *selfie*: individuais por definição. Aquelas pelas quais a marca pessoal do emissor cobra um papel determinante e a mensagem é recebida e consumida para ter o ponto de vista do emissor sobre um determinado tema; aparece, portanto, tanto a opinião quanto a informação em, sobretudo, formatos audiovisuais (NOGUERA VIVO, 2015, p. 71-73).

A partir destes filtros serão descritos, individualmente, a seguir, os conteúdos jornalísticos elencados para esta pesquisa e posteriormente as considerações sobre o cenário.

Emissoras/empresas que transmitem, ao vivo, conteúdos jornalísticos no Facebook em Campo Grande (MS)

Nesta parte do artigo são apresentadas as emissoras/empresas jornalísticas que transmitem ao vivo conteúdos jornalísticos pela rede social *Facebook* com regularidade diária em Campo Grande/MS. Primeiro será descrito um pequeno histórico das emissoras/empresas e depois os conteúdos jornalísticos analisados nesta pesquisa.

Rádio CBN Campo Grande

A *CBN Campo Grande* entrou no ar no dia 01 de dezembro de 2017⁴, com sede na cidade de Campo Grande/MS, na frequência FM 93,7 MHz, no processo de migração da AM 1120 KHz Concórdia para Frequência Modulada (FM). De acordo com Netto (2017), a emissora faz parte do grupo RCN de Comunicação, idealizado por Rosário Congro, que tem “68 anos de atuação nos mercados jornalístico e publicitário, na Costa Leste do Estado. [...] A CBN é a 12ª empresa de mídia do Grupo, entre o *Jornal do Povo*, rádios, mídia eletrônica, portal na internet, *outdoor*, *indoor* e a TVC - Canal 13”⁵.

A primeira transmissão de um programa (CBN Campo Grande) via rede social foi no dia 07 de dezembro de 2017. De segunda à sexta-feira são transmitidos o CBN Campo Grande das 8h30 às 11 horas e o RCN Notícias⁶ das 18 às 19 horas. Nos fins de semana são apresentados os programas *CBN Agro*, *CBN Motors* e *CBN Festas e Eventos* (também exibidos desde 23 de dezembro de 2017 na página da emissora no *Facebook*).

Jornal O Estado de Mato Grosso do Sul/ OE10

O *Jornal O Estado de Mato Grosso do Sul* foi fundado em 02 de dezembro de 2002 pelo empresário Jaime Vallér⁷. O portal *OE10* foi inaugurado no dia 03 de julho de 2017⁸ com a intenção de ampliar o conteúdo produzido pelo jornal impresso e também de colocar no ar uma TV on-line.

A primeira edição, ao vivo, do *Jornal da Tarde*, da TV on-line O

4 Esta pode ser considerada a segunda fase da emissora em Campo Grande (MS). Isso porque em 1995, a CBN Morena (e posteriormente CBN Pantanal) funcionou na cidade, ligada a outros grupos de comunicação do Estado. De acordo com Amarilha e Amorim (2006), “o último programa foi ouvido em outubro de 2004, com o fechamento definitivo em 31 de dezembro de mesmo ano”.

5 Disponível em: <https://www.jpnews.com.br/campo-grande/cbn-fm-lanca-modelo-inovador-de-jornalismo-em-campo-grande/104772/> Acesso em: 29 Abr. 2018

6 Por questões ligadas ao horário de transmissão da Voz do Brasil, o programa RCN Notícias foi tirado do ar no dia 05 de abril de 2018.

7 Disponível em <http://www.portaldemidia.ufms.br/place/o-estado-de-mato-grosso-do-sul/> Acesso em: 29 Abr. 2018

8 Disponível em http://www.oe10.com.br/noticiaDw4NDAsKCQgHBgUEAwIBANjOqbB2HY-p1eBjMJxqGYs,/convidados_prestigiam_lanaamento_do_novo_portal_o_e10.html Acesso em: 29 Abr. 2018

Estado de MS, foi ao ar das 13h30 às 14 horas de forma simultânea no portal e na página do *Facebook* da empresa no dia 12 de março de 2018. De acordo com Yafusso (2018)⁹, a TV é parte integrante dos veículos de comunicação do jornal impresso O Estado, que compreende além da televisão, a rádio *web*, o jornal impresso, *site* O Estado on-line e o Portal OE10.com.br: “inaugurada em outubro de 2017, e após um crescimento inesperado, foi necessário que houvesse uma readequação na estrutura do estúdio, que é pioneira em Mato Grosso do Sul”¹⁰.

SBT MS

De acordo Cancio (2005, p. 124 - 125), em 11 de outubro de 1980, começam as transmissões da TV Campo Grande (atual *SBTMS*), “a primeira emissora de televisão criada após a divisão do Estado. Desde o início firmou contrato com o Grupo Sílvio Santos e transmitiu primeiro os sinais da TVS e, posteriormente do SBT”. Ainda de acordo do autor, o telejornalismo nasceu nas primeiras transmissões. “O Jornal da Noite fez sua estreia às 18h45min” do mesmo dia. Nessa época a emissora fazia parte do Grupo Correio do Estado. Segundo o site¹¹ oficial da emissora, a TV Campo Grande, em 2009, passou a ser comandada pela Fundação Internacional de Comunicação (ligada ao missionário R.R. Soares). E dois anos depois, começou a ser chamada de *SBTMS*, portanto, sem ter uma data informada em 2011 começaram as transmissões do *SBTMS* 1ª e 2ª edições. Neste trabalho, por causa da regularidade de exibição, o *SBTMS* 1ª Edição será analisado.

O telejornal *SBTMS* 1ª Edição vai ao ar de segunda à sexta a partir das 12h40, tem duração média de 30 a 35 minutos na transmissão completa contando com os comerciais. A primeira transmissão ao vivo, via *Facebook*, foi realizada em 16 de janeiro de 2018, a regularidade semanal é mantida até o dia 14 de agosto do mesmo ano. Analisando os vídeos disponíveis na página da rede social, o primeiro disponibilizado foi em 10 de junho de 2015, no geral foram promoções, outros programas da grade e reportagens produzidas, nenhum desses conteúdos transmitidos ao vivo. O único no período analisado foi o *SBTMS* 1ª Edição.

Análises e Resultados

Descrição e análise dos conteúdos jornalísticos transmitidos ao vivo no *Facebook*

9 Disponível em http://www.oe10.com.br/noticia/17070/jornal_o_estado_ms_estreia_primeira_televisao_web_de_mato_grosso_do_sul.html Acesso em: 29 Abr. 2018

10 Apesar da informação de ser a primeira TV na internet do estado de MS, desde 06 de abril de 2009, data do primeiro vídeo disponível no canal do Youtube, está no ar a TV Via Morena, que informa ser a primeira webtv de Mato Grosso do Sul. A emissora foi idealizada pelo radialista Sérgio Cruz e ainda transmite programação ao vivo. Disponível em: <https://www.viamorena.com/> Acesso em: 29 Abr. 2018

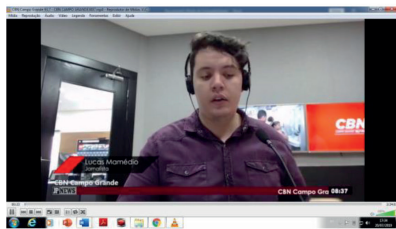
11 Disponível em <http://www.sbtms.com.br/sobre/nossa-historia> Acesso em: 29 Abr. 2018

CBN Campo Grande

O *CBN Campo Grande* é um radiojornal apresentado de segunda à sexta-feira das 8h30 às 11 horas, pelos jornalistas Otávio Neto e Lucas Mamedó¹². Os conteúdos em questão que foram avaliados são transmissões ao vivo via página da emissora CBN Campo Grande 93,7 no *Facebook* de 30 de julho a 3 de agosto de 2018 (de segunda à sexta-feira, cinco dias). O *CBN Campo Grande* ainda continua sendo transmitido ao vivo, via *Facebook*, diariamente pela emissora (julho de 2019). Foram analisadas 15h18min27seg de programação. Link de todos os conteúdos analisados (contém as imagens usadas também): <https://drive.google.com/open?id=1R4g8jgajIm0rYinqavpYSmojIuw9mPLJ> As retiradas do *Facebook* estão disponíveis em https://www.facebook.com/pg/CBNCampoGrande/videos/?ref=page_internal

A partir da descrição dos cinco conteúdos jornalísticos produzidos e realizados pela *CBN Campo Grande* transmitidos, ao vivo, pela *fanpage* do *Facebook* da emissora, é possível dizer que, mesmo sendo um radiojornal, as características de telejornal estão presentes, como os apresentadores olhando diretamente para as câmeras, tela com apresentadores e entrevistados em cena, etc. A utilização da marca da emissora e do gerador de caracteres identificando apresentadores e entrevistados também reforçam o formato de telejornal (imagens abaixo). As características do on-line também podem ser identificadas em todas as edições por conta do espaço digital em que os conteúdos são transmitidos ao vivo.

Figura 01- Apresentador



Fonte: Arquivo do *Google Drive* da pesquisa¹³

Figura 02- Apresentador



Fonte: Arquivo do *Google Drive* da pesquisa¹⁴

12 Os dois apresentadores não estão mais na emissora.

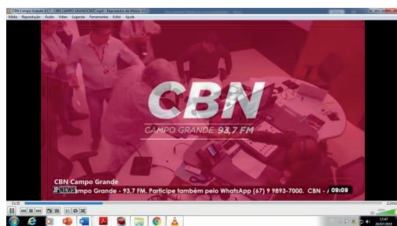
13 Disponível em: <https://drive.google.com/open?id=1R4g8jgajIm0rYinqavpYSmojIuw9mPLJ>
Acesso em: 09 Set. 2020

14 Disponível em: <https://drive.google.com/open?id=1R4g8jgajIm0rYinqavpYSmojIuw9mPLJ>
Acesso em: 09 Set. 2020

15 Disponível em: <https://drive.google.com/open?id=1R4g8jgajIm0rYinqavpYSmojIuw9mPLJ>
Acesso em: 09 Set. 2020

16 Disponível em: <https://drive.google.com/open?id=1R4g8jgajIm0rYinqavpYSmojIuw9mPLJ>
Acesso em: 09 Set. 2020

Figura 03 - Logo da emissora



Fonte: Arquivo do Google Drive da pesquisa¹⁵

Figura 04 - Entrevistado



Fonte: Arquivo do Google Drive da pesquisa¹⁶

Figura 05 - Link para página do Facebook



Fonte: Arquivo do Google Drive da pesquisa¹⁷

Figura 06 - Número de telefone da emissora



Fonte: Arquivo do Google Drive da pesquisa¹⁸

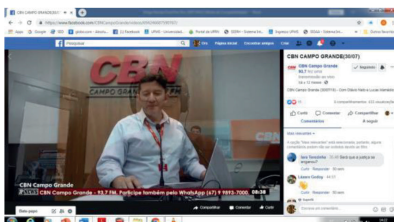
A emissora, nos materiais analisados, também explora as possibilidades de características da Cultura da Convergência, pois sendo originalmente um conteúdo sonoro, explora a audiovisualidade da informação e a oportunidade de oferecer imagens em movimento em outros canais, como uma rede social com o alcance do *Facebook*¹⁹. Quanto ao quesito interatividade, na semana de análise, mesmo sendo disponibilizados e indicados pelos apresentadores os números de *Whatsapp* e endereços eletrônicos do *site* da emissora e *fanpage*, em nenhum momento das mais 15 horas analisadas, não houve menção ou utilização das participações do *Facebook* ou de alguma do *Whatsapp*. Quanto às narrativas na *web*, a *timeline* é utilizada, pois faz parte do formato da rede social em que são transmitidos os conteúdos jornalísticos sonoros/audiovisuais. A *selfie* é acessada na transmissão, quando os apresentadores e entrevistados olham diretamente para as câmeras dispostas no estúdio da emissora (características bastante próximas das do telejornalismo tradicional). (Figuras a seguir).

17 Disponível em: <https://drive.google.com/open?id=1R4g8jgajIm0rYinqavpYSmojIuw9mPLJ>
Acesso em: 09 Set. 2020

18 Disponível em: <https://drive.google.com/open?id=1R4g8jgajIm0rYinqavpYSmojIuw9mPLJ>
Acesso em: 09 Set. 2020

19 A página CBN Campo Grande, até 25 de julho de 2019, tinha 6.041 pessoas seguindo (o menor alcance dos três conteúdos analisados nesta pesquisa). Disponível em: <https://www.facebook.com/CBNCampoGrande/> Acesso em: 25 Jul. 2019

Figura 07- Transmissão pelo Facebook



Fonte: Arquivo do Google Drive da pesquisa²⁰

Figura 08- Transmissão pelo Facebook



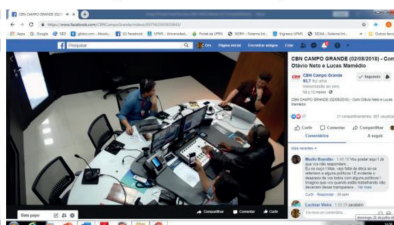
Fonte: Arquivo do Google Drive da pesquisa²¹

Figura 09- Transmissão pelo Facebook



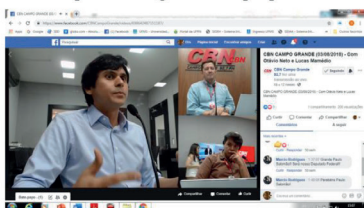
Fonte: Arquivo do Google Drive da pesquisa²²

Figura 10- Transmissão pelo Facebook



Fonte: Arquivo do Google Drive da pesquisa²³

Fonte: Arquivo do Google Drive da pesquisa²⁴



Fonte: Arquivo do Google Drive da pesquisa²⁵

Jornal da Tarde

O *Jornal da Tarde* é um telejornal exibido de segunda à sexta-feira das 13h30 às 14 horas pelo jornalista Ogg Ibrahim. A análise foi feita para este artigo refere-se aos programas transmitidos ao vivo pela página do Jornal *O Estado de Mato Grosso do Sul – OE10* no Facebook de 30 de julho

20 Disponível em: <https://drive.google.com/open?id=1R4g8jgajIm0rYinqavpYSmojIuw9mPLJ>
Acesso em: 09 Set. 2020

21 Disponível em: <https://drive.google.com/open?id=1R4g8jgajIm0rYinqavpYSmojIuw9mPLJ>
Acesso em: 09 Set. 2020

22 Disponível em: <https://drive.google.com/open?id=1R4g8jgajIm0rYinqavpYSmojIuw9mPLJ>
Acesso em: 09 Set. 2020

23 Disponível em: <https://drive.google.com/open?id=1R4g8jgajIm0rYinqavpYSmojIuw9mPLJ>
Acesso em: 09 Set. 2020

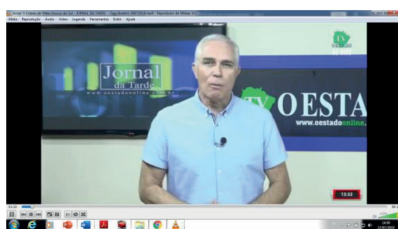
24 Disponível em: <https://drive.google.com/open?id=1R4g8jgajIm0rYinqavpYSmojIuw9mPLJ>
Acesso em: 09 Set. 2020

25 Disponível em: <https://drive.google.com/open?id=1R4g8jgajIm0rYinqavpYSmojIuw9mPLJ>
Acesso em: 09 Set. 2020

a 03 de agosto de 2018 (cinco dias - segunda à sexta-feira). O último Jornal da Tarde transmitido ao vivo, via *Facebook*, foi ao ar em 21 de dezembro de 2018. Foram analisadas 03h43min29seg de programação. Link de todos os conteúdos analisados (contém as imagens usadas também): <https://drive.google.com/open?id=1lznGl4w2J7mkeiFSk7E6avi8MTUrBba4> As retiradas do *Facebook* estão disponíveis em: https://www.facebook.com/pg/JornalOEstadoMS/videos/?ref=page_internal

A partir da descrição dos cinco conteúdos jornalísticos produzidos e realizados pela equipe do *Jornal da Tarde* transmitidos, ao vivo, pela *fanpage* do *Facebook* da emissora, é possível dizer que as características de um telejornal tradicional estão presentes (inclusive a escolha de um apresentador²⁶ de telejornal de emissora mais antiga da cidade remete a isso), como o apresentador olhando diretamente para as câmeras e chamando reportagens. A utilização da marca da emissora informando sobre a transmissão ao vivo e do gerador de caracteres identificando apresentadores e entrevistados também reforçam o formato de telejornal (importante destacar que, em alguns casos, o GC não é utilizado como na identificação do apresentador no início do jornal, padrão em todos os telejornais). Como o *Jornal da Tarde* é um conteúdo nativo da *web*, as características do on-line fazem parte de todas as edições por causa do espaço digital em que os conteúdos são transmitidos ao vivo (imagens a seguir).

Figura 12 – Apresentador



Fonte: Arquivo do *Google Drive* da pesquisa²⁷

Figura 13- Repórter



Fonte: Arquivo do *Google Drive* da pesquisa²⁸

26 O jornalista Ogg Ibrahim foi editor-chefe e apresentador de todos os telejornais da TV Morena (Campo Grande/MS) entre os anos de 1994 e 2003. Disponível em: <https://www.portaldosjornalistas.com.br/jornalista/ogg-ibrahim-2/> Acesso em: 25 Jul. 2019

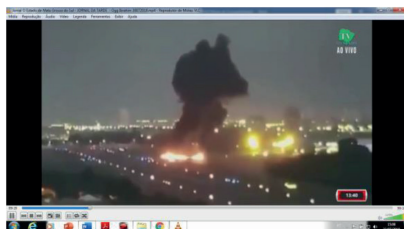
27 Disponível em: <https://drive.google.com/open?id=1R4g8jgajIm0rYinqavpYSmojIuw9mPLJ> Acesso em: 09 Set. 2020

28 Disponível em: <https://drive.google.com/open?id=1R4g8jgajIm0rYinqavpYSmojIuw9mPLJ> Acesso em: 09 Set. 2020

29 Disponível em: <https://drive.google.com/open?id=1R4g8jgajIm0rYinqavpYSmojIuw9mPLJ> Acesso em: 09 Set. 2020

30 Disponível em: <https://drive.google.com/open?id=1R4g8jgajIm0rYinqavpYSmojIuw9mPLJ> Acesso em: 09 Set. 2020

Figura 14 – Logo Ao Vivo



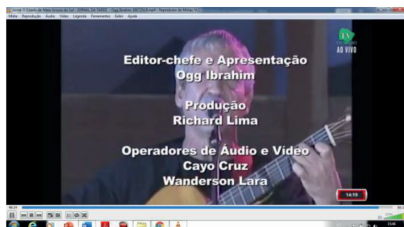
Fonte: Arquivo do Google Drive da pesquisa²⁹

Figura 15 – Apresentador e Entrevistado



Fonte: Arquivo do Google Drive da pesquisa³⁰

Figura 16 – Ficha técnica



Fonte: Arquivo do Google Drive da pesquisa³¹

Figura 17 – Imagem ilustrativa



Fonte: Arquivo do Google Drive da pesquisa³²

A empresa, nos materiais analisados que somados chegaram a mais de 3 horas e 40 minutos, também explora as possibilidades de características da Cultura da Convergência, pois, sendo originalmente nativo, explora, além do portal da internet, uma rede social com o alcance do Facebook³³. Quanto ao quesito interatividade, na semana de análise, mesmo sendo apenas uma resposta aos cumprimentos os usuários, em três dos cinco dias analisados, houve contato da equipe do Jornal da Tarde com a audiência deles (importante que a única menção aos contatos com o Jornal da Tarde vinha pela *fanpage* do Facebook, onde estava ocorrendo a transmissão – não houve indicação de outro tipo de contato com a equipe). Quanto às narrativas na *web*, a *timeline* é utilizada, pois faz parte do formato da rede social em que os conteúdos jornalísticos audiovisuais são transmitidos de forma nativa e no caso do Jornal da Tarde é a única disponível para se ter acesso ao conteúdo. A *selfie* é acessada na transmissão, quando o apresentador e entrevistados olham diretamente para as câmeras dispostas no estúdio da emissora (características bastante próximas das do telejornalismo tradicional) e quando nas matérias, os repórteres

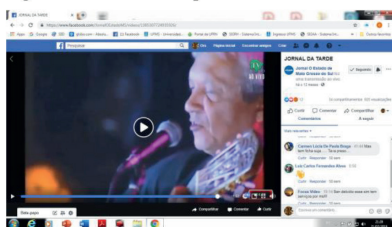
31 Disponível em: <https://drive.google.com/open?id=1R4g8jgajIm0rYinqavpYSmojIuw9mPLJ> Acesso em: 09 Set. 2020

32 Disponível em: <https://drive.google.com/open?id=1R4g8jgajIm0rYinqavpYSmojIuw9mPLJ> Acesso em: 09 Set. 2020

33 A página do Jornal O Estado de Mato Grosso do Sul, até 25 de julho de 2019, tinha 68.339 pessoas seguindo (o maior alcance de seguidores dos três conteúdos analisados nesta pesquisa). Disponível em: <https://www.facebook.com/JornalOEstadoMS/> Acesso em: 25 Jul. 2019

seguram os smartphones para fazer imagens, entrevistas e aparecerem no vídeo – o que ocorre em todas as transmissões analisadas nesta referida pesquisa (imagens a seguir).

Figura 18 – Transmissão pelo Facebook



Fonte: Arquivo do Google Drive da pesquisa³⁴

Figura 19 – Transmissão pelo Facebook



Fonte: Arquivo do Google Drive da pesquisa³⁵

Figura 20- Transmissão pelo Facebook



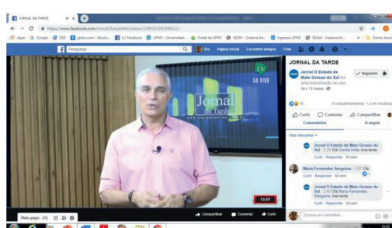
Fonte: Arquivo do Google Drive da pesquisa³⁶

Figura 21 – Transmissão pelo Facebook



Fonte: Arquivo do Google Drive da pesquisa³⁷

Figura 22 – Transmissão pelo Facebook



Fonte: Arquivo do Google Drive da pesquisa³⁸

34 Disponível em: <https://drive.google.com/open?id=1R4g8jgajIm0rYinqavpYSmojIuw9mPLJ>
Acesso em: 09 Set. 2020

35 Disponível em: <https://drive.google.com/open?id=1R4g8jgajIm0rYinqavpYSmojIuw9mPLJ>
Acesso em: 09 Set. 2020

36 Disponível em: <https://drive.google.com/open?id=1R4g8jgajIm0rYinqavpYSmojIuw9mPLJ>
Acesso em: 09 Set. 2020

37 Disponível em: <https://drive.google.com/open?id=1R4g8jgajIm0rYinqavpYSmojIuw9mPLJ>
Acesso em: 09 Set. 2020

38 Disponível em: <https://drive.google.com/open?id=1R4g8jgajIm0rYinqavpYSmojIuw9mPLJ>
Acesso em: 09 Set. 2020

SBTMS 1ª Edição

O *SBTMS 1ª Edição* é um telejornal apresentado de segunda à sexta a partir das 12h40 pela jornalista Emilia Chacon. As transmissões ao vivo analisadas neste artigo são de 30 de julho a 3 de agosto de 2018 (cinco dias). A última transmissão ao vivo do *SBT MS 1ª Edição* realizada no *Facebook* do canal é de 14 de agosto de 2018. Foram analisadas 2h46min16seg de programação. Link de todos os conteúdos analisados (contém as imagens usadas também): https://drive.google.com/open?id=15_1Keqw30M5zHkQcDLhD83gBBaswIr62 As retiradas do *Facebook* estão disponíveis em https://www.facebook.com/pg/sbtms/videos/?ref=page_internal

A partir da descrição dos cinco conteúdos jornalísticos produzidos e realizados pela equipe do *SBT MS 1ª Edição* transmitidos ao vivo pela *fanpage* do *Facebook* da emissora, é possível considerar que as características de um telejornal tradicional estão presentes, como o apresentador olhando diretamente para as câmeras e chamando reportagens. Por ser um jornal de uma emissora de TV, ele naturalmente vai responder a isso. A utilização da marca da emissora, como marca d'água, e do gerador de caracteres identificando apresentadores e entrevistados também reforçam o formato de telejornal, a previsão no tempo nas saídas de bloco reforçam a estrutura do formato. As características do on-line fazem parte apenas da transposição do conteúdo do telejornal transmitido ao vivo pelo *Facebook* (mesmo isso não sendo mencionado, nem em gerador de caracteres, nem pela apresentadora ou repórteres, ao longo das mais de 2 horas e 45 minutos analisadas durante a semana recordada por esta pesquisa). (Imagens a seguir).

Figura 23 – Apresentadora



Fonte: Arquivo do *Google Drive* da pesquisa³⁹

Figura 24 - Entrevistado



Fonte: Arquivo do *Google Drive* da pesquisa⁴⁰

39 Disponível em: <https://drive.google.com/open?id=1R4g8jgajIm0rYinqavpYSmojIuw9mPLJ>
Acesso em: 09 Set. 2020

40 Disponível em: <https://drive.google.com/open?id=1R4g8jgajIm0rYinqavpYSmojIuw9mPLJ>
Acesso em: 09 Set. 2020

41 Disponível em: <https://drive.google.com/open?id=1R4g8jgajIm0rYinqavpYSmojIuw9mPLJ>
Acesso em: 09 Set. 2020

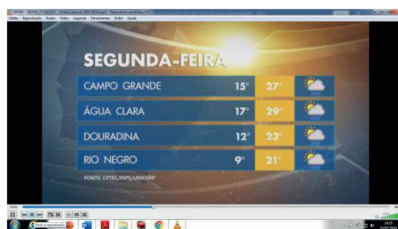
42 Disponível em: <https://drive.google.com/open?id=1R4g8jgajIm0rYinqavpYSmojIuw9mPLJ>

Figura 25 – Repórter



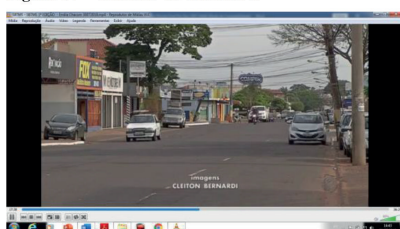
Fonte: Arquivo do Google Drive da pesquisa⁴¹

Figura 26 – Previsão do Tempo



Fonte: Arquivo do Google Drive da pesquisa⁴²

Figura 27 – Gerador de caracteres



Fonte: Arquivo do Google Drive da pesquisa⁴³

Figura 28 – Logo do telejornal



Fonte: Arquivo do Google Drive da pesquisa⁴⁴

A emissora explora pouco as possibilidades de características da Cultura da Convergência, pois apenas cita ao final dos telejornais, em gerador de caracteres, o portal da internet da emissora e não faz menção ao Facebook⁴⁴, mesmo com um alcance considerável de mais de 51 mil seguidores na página. Quanto ao quesito interatividade, na semana de análise, mesmo com cumprimentos, elogios e pessoas de outros estados informando que estavam na audiência, nenhum retorno foi dado pela equipe do telejornal aos usuários. Quanto às narrativas na web, a *timeline* é utilizada, pois faz parte do formato da rede social em que os conteúdos jornalísticos audiovisuais foram transmitidos. A *selfie* é usada na transmissão, quando o apresentador e entrevistados olham diretamente para as câmeras dispostas no estúdio da emissora e nas externas, uma delas ao vivo (característica bastante tradicional em telejornais, desde a criação deles). (Imagens a seguir).

Acesso em: 09 Set. 2020

43 Disponível em: <https://drive.google.com/open?id=1R4g8jgajIm0rYinqvapYSmojluw9mPLJ>
Acesso em: 09 Set. 2020

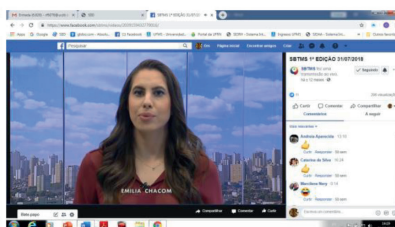
44 A página do SBT MS, até 25 de julho de 2019, tinha 51.520 pessoas seguindo (o segundo maior alcance de seguidores dos três conteúdos analisados nesta pesquisa). Disponível em: <https://www.facebook.com/sbtms/> Acesso em: 25 jul. 2019

Figura 29 – Transmissão pelo Facebook



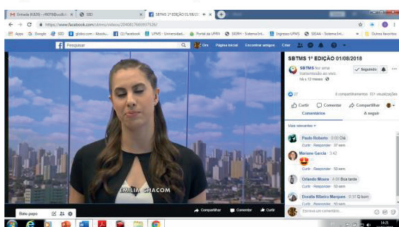
Fonte: Arquivo do *Google Drive* da pesquisa⁴⁶

Figura 30 – Transmissão pelo Facebook



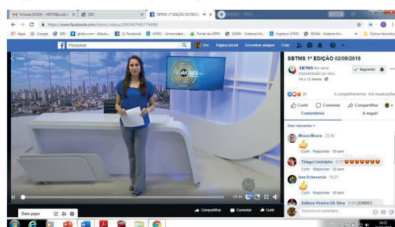
Fonte: Arquivo do *Google Drive* da pesquisa⁴⁷

Figura 31 – Transmissão pelo Facebook



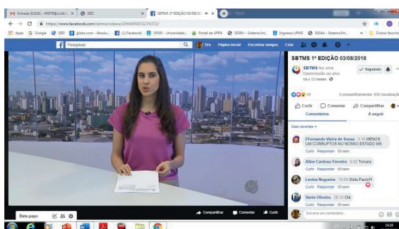
Fonte: Arquivo do *Google Drive* da pesquisa⁴⁸

Figura 32 – Transmissão pelo Facebook



Fonte: Arquivo do *Google Drive* da pesquisa⁴⁹

Figura 33 – Transmissão pelo Facebook



Fonte: Arquivo do *Google Drive* da pesquisa⁵⁰

Considerações Finais

Por meio da análise de mais de 21 horas e 48 minutos de conteúdos jornalísticos sonoros/audiovisuais, em cinco dias do ano de 2018, feita por meio dos filtros (telejornalismo, telejornalismo on-line, cultura da conver-

45 Disponível em: <https://drive.google.com/open?id=1R4g8jgajIm0rYinqavpYSmojIuw9mPLJ>
Acesso em: 09 Set. 2020

46 Disponível em: <https://drive.google.com/open?id=1R4g8jgajIm0rYinqavpYSmojIuw9mPLJ>
Acesso em: 09 Set. 2020

47 Disponível em: <https://drive.google.com/open?id=1R4g8jgajIm0rYinqavpYSmojIuw9mPLJ>
Acesso em: 09 Set. 2020

48 Disponível em: <https://drive.google.com/open?id=1R4g8jgajIm0rYinqavpYSmojIuw9mPLJ>
Acesso em: 09 Set. 2020

49 Disponível em: <https://drive.google.com/open?id=1R4g8jgajIm0rYinqavpYSmojIuw9mPLJ>
Acesso em: 09 Set. 2020

gência, interatividade e narrativas), é possível considerar que as transmissões ao vivo pelo *Facebook* na imprensa de Campo Grande (MS) não tem continuidade. Apenas uma, a *CBN Campo Grande*, das três emissoras/empresas analisadas nesta pesquisa, ainda está utilizando a possibilidade. As transmissões do *SBT MS 1ª Edição* e do *Jornal da Tarde* pararam no final do ano de 2018, respectivamente, nos meses de agosto e de dezembro.

A principal rede social utilizada pelas emissoras é o *Facebook* e o número de acessos é relativamente pequeno dado o número de seguidores das páginas, que somam juntas mais de 125 mil e 900 seguidores. Outra questão a se destacar é que pouco se utiliza, nos três casos analisados, a possibilidade de interação com os ouvintes/telespectadores/usuários da informação jornalística. A única utilização foi por parte do *Jornal da Tarde* apenas para cumprimentar quem estava na audiência, ainda assim as interações ocorreram em três das cinco edições analisadas. Os usuários até são estimulados a participar em um dos conteúdos verificados, o *CBN Campo Grande*, mas as participações não vão ao ar. No *Jornal da Tarde*, mesmo sendo nativo da *web*, nada das interações é citado na transmissão, apenas, em três delas, como já dito, a equipe respondeu aos cumprimentos da audiência. Já no *SBTMS*, eles nem são estimulados, mas um interage bastante com o conteúdo, embora os usuários não sejam citados na transmissão via televisão ou rede social.

Quanto aos quesitos do telejornalismo, o produto inicialmente sonoro (*CBN Campo Grande*) explora bem mais os elementos visuais da transmissão, usando de caracteres gráficos para ilustrar e reforçar a informação, do que o nativo televisual (*Jornal da Tarde*) que abusa da leitura de conteúdo, por meio de notas (ilustradas com fotos e poucas filmagens), e pouco se utiliza de recursos gráficos. Vemos em grande parte da transmissão apenas o apresentador e, quando há entrevista no estúdio, apresentador e entrevistado aparecem. Quando nas reportagens do *Jornal da Tarde* aparecem mais filmagens, normalmente elas são feitas pelos repórteres. O *SBTMS*, telejornal nativo, cumpre com todos os padrões do telejornalismo tradicional, mas ignora a *web*.

Com relação à Cultura da Convergência, os três conteúdos jornalísticos apresentam as possibilidades que se abrem pelas múltiplas plataformas de mídia, nas quais um telejornal nativo usa essa ferramenta para ampliar seu alcance (mesmo não citando em nenhum dos conteúdos analisados que está na rede social), uma emissora de rádio pode transmitir imagens em movimento do seu estúdio com a equipe responsável pela produção e um jornal impresso, por meio do seu portal digital, criar a própria emissora de TV e apresentar um telejornal. As redes sociais entram nesse cenário para ampliar as conexões das três empresas da imprensa de Campo Grande (MS) com o público que utiliza do *Facebook*, essencialmente para ter acesso aos conteúdos jornalísticos.

Na análise das narrativas, de acordo com Nogueira Vivo (2015), há que se destacar a narrativa *Timeline*, essência da estrutura das redes sociais como recurso dos três conteúdos analisados. Outro tipo de narrativa apresentada, que aparece também no DNA do jornalismo audiovisual, é a de *Selfie*, pois os apresentadores nos três casos olham diretamente para as câmeras do estúdio para se comunicar com os ouvintes/telespectadores/usuários do conteúdo jornalístico. No caso da transmissão ao vivo, via *Facebook*, da emissora de rádio, os olhares dos apresentadores em alguns momentos desviam para a leitura dos textos impressos nas folhas ou nos computadores e *notebooks*. O mesmo acontece com o apresentador do Jornal da Tarde durante a entrevista de estúdio, mas em grande parte da leitura das notas, o olhar dele é direto e em primeiro plano para o telespectador/usuário do conteúdo jornalístico, isso por causa do recurso do *teleprompter* (texto espelhado na tela, em frente às câmeras de estúdio). No Jornal da Tarde é importante destacar que a narrativa *Selfie* se aproxima mais do que estamos acostumados na contemporaneidade, principalmente quando os repórteres do telejornal filmam eles mesmos com os *smartphones*. No SBTMS, o padrão *Selfie* é mantido pela apresentadora, repórteres e apresentadores olhando diretamente para as câmeras de estúdio e externas.

No Brasil, o ao vivo faz parte do DNA, tanto das transmissões radiofônicas quanto das televisivas (o novo é, ao mesmo tempo, o velho revisitado pelas redes sociais, especificamente para esta pesquisa no *Facebook*), e esta análise de mais de 21 horas e 48 minutos de conteúdos jornalísticos demonstra que elas ainda oferecem possibilidades para os produtores de materiais sonoros e audiovisuais que têm utilizado essa ferramenta como conexão com o público nas redes sociais, mesmo sem explorar as potencialidades de estar ao vivo em dois momentos nos casos das emissoras de rádio e televisão analisadas e na possibilidade de o Jornal impresso ganhar imagens em movimento na *web*. Os movimentos indicam relações entre a essência da transmissão de radiodifusão com momentos de potencialidade de aspectos digitais, neste sentido os conteúdos informativos poderiam ganhar novos contornos com as experiências apresentadas, mas perdem as oportunidades, pois dois deles já não as utilizam.

Referências

- AMARILIA, Ana R.V.S., AMORIM, Eveline M. **CBN em Pauta**: resgate histórico do radiojornalismo *all news* em Campo Grande - MS. Estácio de Sá: Campo Grande, 2006.
- BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Ed. 70. 1977.
- CANCIO, Marcelo. **Telejornalismo Descoberto**: a origem da notícia no telejornalismo regional. Campo Grande: Ed. UFMS, 2005.
- FLICK, Uwe. **Uma introdução à pesquisa qualitativa**. Trad. Sandra Netz. Porto Alegre: Bookman, 2004.

JENKINS, Henry. **Cultura da Convergência**. São Paulo: Aleph, 2009.

LEITE, Francisco Carlos Trindade. **Aspectos de consistência metodológica em estudos em caso**. Campo Grande: Ed. UNIDERP, 2004.

MACHADO, Arlindo. **Televisão levada a sério**. São Paulo: SENAC, 2001.

MACHADO, Elias; PALACIOS, Marcos (Orgs.). **Modelos do Jornalismo Digital**. Editora Calandra, Salvador, 2003.

NOGUERA VIVO, José Manuel. **Todos, todo: Manual de periodismo, participación y tecnología**. Oberta UOC Publishing, Barcelona, 2015.

MARCONDES FILHO, Ciro. **Comunicação e Jornalismo: A saga dos cães perdidos**. São Paulo: Hacker, 2000.

MARQUES, Heitor Romero; MANFROI, José; CASTILHO, Maria Augusta de; NOAL, Mirian Lange (Org.) **Metodologia da pesquisa e do trabalho científico**. Campo Grande: UCDB, 2014.

NETO, Otávio. **Rádio CBN lança modelo inovador de jornalismo em Campo Grande**. JPNews. Três Lagoas. 02 Dez. 2017. Disponível em: <https://www.jpnews.com.br/campo-grande/cbn-fm-lanca-modelo-inovador-de-jornalismo-em-campo-grande/104772/> Acesso em: 29 Abr. 2018

PATERNOSTRO, Vera Íris. **O texto na TV: manual de telejornalismo**. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

RECUERO, Raquel. **Redes sociais na internet**. Porto Alegre: Sulina, 2009.

SILVA, Marco. **O que é interatividade**. [online] Disponível em: <http://www.senac.br/informativo/BTS/242/boltec242d.htm> . Acesso em: 20 jun. 2017.

SILVA, Oswaldo Ribeiro da. **A comunicação da informação jornalística no telejornalismo online: TV News**. Dissertação. Brasília: UnB, 2006. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/2890> Acesso em: 30 Abr. 2019.

SQUIRRA, Sebastião. **Aprender telejornalismo: produção e técnica**. São Paulo, ed. Brasiliense, 1995.

YAFUSSO, Fernanda. **Jornal O Estado estreia primeira televisão web de Mato Grosso do Sul**. O Estado de MS-OE10). Campo Grande. 13 Mar. 2018. Disponível em: http://www.oe10.com.br/noticia/17070/jornal_o_estado_ms_estreia_primeira_televisao_web_de_mato_grosso_do_sul.html Acesso em: 29 Abr. 2018

WhatsApp: mensageiro instantâneo móvel utilizado na rotina de produção em ciberjornais de Mato Grosso do Sul¹

Ângela Eveline Werdemberg dos SANTOS ²
Gerson Luiz MARTINS ³

Introdução

Acompanhando o crescimento de acesso à internet por *smartphone* e a utilização de aplicativos de mensagem instantânea móvel, em 2014, ciberjornais de Campo Grande, em Mato Grosso do Sul, começaram a usar o *WhatsApp* como meio de contato com a população e ficou configurado como importante ferramenta de conexão com fontes nos mais variados níveis. Os ciberjornais de Mato Grosso do Sul passaram a divulgar o número de contato e a incentivar que os leitores enviassem sugestões de pauta, fotos e vídeos para os jornalistas. Em poucos meses, passou a ser corriqueira a utilização do *WhatsApp* como ferramenta de trabalho para os jornalistas em Mato Grosso do Sul, seja para contato com leitores, fontes oficiais e não oficiais.

A divulgação intensa do número de contato via *WhatsApp*, por meio de anúncios nos ciberjornais e *outdoor* nas avenidas de Campo Grande - capital de Mato Grosso do Sul, e, conseqüentemente, o fluxo cada dia maior de mensagens recebidas nas redações via aplicativo foram os principais fatores que influenciaram na escolha do tema desta pesquisa.

Os leitores já participavam com opiniões e sugestões de pautas por meio de canais digitais, como e-mail, *Facebook* e *Twitter*, mas o *WhatsApp* tem a proposta de que o leitor mande, de qualquer lugar, a qualquer hora, uma mensagem diretamente de seu celular para o celular do ciberjornal, que tem ali um jornalista escalado para responder às mensagens.

1 Este capítulo é uma adaptação da dissertação intitulada *WhatsApp: mensageiro instantâneo móvel utilizado na rotina de produção em cibermeios jornalísticos em Mato Grosso do Sul*, de autoria de Ângela Eveline Werdemberg dos Santos, defendida em 08 de agosto de 2018 no Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (PPGCom/UFMS). A banca foi composta pelo orientador Prof. Dr. Gerson Luiz Martins, (UFMS), Prof. Dr. Marcos Paulo da Silva (UFMS) e Prof^a. Dr^a. Raquel da Cunha Recuero (UFPEL).

2 Doutoranda em Ciência da Informação – Jornalismo e Estudos Midiáticos pela Universidade Fernando Pessoa; integrante do Grupo de Pesquisa em Ciberjornalismo da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul e professora da Universidade Anhanguera-Uniderp. E-mail: angela.wsantos@anhanguera.com

3 Pesquisador e professor do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (PPGCOM-UFMS), doutor em Jornalismo pela Universidade de São Paulo (USP) e pós-doutorado em Ciberjornalismo pela Universidade Autônoma de Barcelona (UAB), Espanha; coordenador do Grupo de Pesquisa em Ciberjornalismo (CIBERJOR-UFMS); coordenador do Projeto “Primeira Notícia” do curso de graduação em Jornalismo da UFMS.

Neste contexto, informações enviadas por leitores pelo *WhatsApp* tiveram destaque nos noticiários, como a fraude de uma empresa prestadora de serviços para a Prefeitura de Campo Grande que simulava tapar buracos em pavimentos sem buracos, em janeiro de 2015. A operação foi denominada de “Tapa-buracos fantasma”⁴. Outro exemplo de denúncia enviada por *WhatsApp* foi o vazamento da informação da prisão do ex-governador de Mato Grosso do Sul, André Puccinelli⁵, em novembro de 2017, investigado por desvio de verba pública. Leitores, ao perceberem a movimentação da Polícia Federal em frente ao prédio em que morava Puccinelli, compartilharam com a imprensa as imagens. Em seguida, documentos sobre a Operação Lama Asfáltica⁶ também foram compartilhados por fontes oficiais com os jornalistas via *WhatsApp*.

Diante desse cenário, o objetivo desta pesquisa é entender como é utilizado o *WhatsApp* na rotina de produção jornalística dos três principais ciberjornais de Mato Grosso do Sul. São eles: *Campo Grande News*⁷, *Correio do Estado*⁸ e *Midiamax News*⁹. O recorte desta pesquisa teve como critério a audiência dos ciberjornais em Mato Grosso do Sul, medida por

4 Disponível em: <<http://www.midiamax.com.br/noticias/promotoria-investiga-tapa-buracos-feitos-em-ruas-centrais-de-campo-grande>>. Acessado em: 05 de janeiro de 2018.

5 André Puccinelli é médico, foi secretário estadual de saúde de Mato Grosso do Sul, de 1983 a 1985; deputado estadual por dois mandatos, de 1987 a 1991 e de 1991 a 1995; deputado federal, de 1995 a 1996; prefeito de Campo Grande por dois mandatos, de 1997 a 2000 e de 2001 a 2004; governador de Mato Grosso do Sul de 2007 a 2010 e de 2011 a 2014.

6 A Polícia Federal investiga o ex-governador de Mato Grosso do Sul, André Puccinelli, por integrar organização criminosa que desviou R\$ 235 milhões de verbas públicas por meio de fraudes em licitações e concessão de crédito tributário a grupos empresariais em troca de propinas. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2017/11/1935281-ex-governador-do-ms-e-alvo-de-operacao-contra-corruptcao.shtml>>. Acessado em: 05 de janeiro de 2018.

7 O *Campo Grande News* foi fundado em 4 de março de 1999, pelo empresário Miro Ceolim e o jornalista Lucimar Couto. Ceolim era proprietário do provedor de internet Zaz, em Campo Grande, e assim, o *Campo Grande News* nasceu vinculado ao portal. A proposta dos sócios era oferecer conteúdo regional ao público que acessava a internet em Mato Grosso do Sul (SILVA, 2012).

8 O jornal *Correio do Estado*, fundado em 1954, é integrante do grupo de comunicação de mesmo nome. O grupo é proprietário também do ciberjornal *Correio do Estado*, da Rádio Mega 94 FM, da Rádio H'ora 92.3 FM, além de uma produtora e da Fundação Barbosa Rodrigues. Além desses veículos, já foram de propriedade do Grupo Correio do Estado: a TV Guanandi (filiação à Rede Bandeirantes, vendida no final de 2000), a TV Dourados (repetidora do SBT, no município de Dourados, vendida no final de 2000), a Rádio Cultura AM (migrou em 2018 para Rádio H'ora 92,3 FM) e da Rede Centro Oeste de Rádio e Televisão: Rádio Canarinho FM e TV Campo Grande (repetidora do SBT, vendida em 2009). O grupo *Correio do Estado* é de propriedade da família Rodrigues, administrado até 2003 por José Barbosa Rodrigues, e desde então por Antônio João Hugo Rodrigues (que passou a administrar as empresas desde o falecimento do pai) e por Éster Figueiredo Gameiro, que possui cota de participação da empresa.

9 A ideia de aproveitar as potencialidades da internet como nicho de mercado surgiu em 2000, quando o empresário Carlos Naegele trabalhava com painéis eletrônicos de publicidade, instalados em pontos estratégicos da cidade, como a avenida Afonso Pena, principal avenida de Campo Grande. Inicialmente, notícias de vários veículos eram inseridas nos painéis. Em 2001, Carlos Naegele, optou por contratar jornalistas para apurar as informações e disponibilizá-las nos painéis. Ao mesmo tempo, Naegele analisou a possibilidade de publicar as notícias também na internet e, em 16 de maio de 2002, fundou o *Midiamax News* (FORTUNA, 2015).

meio da plataforma SimilarWeb¹⁰.

Para recolha das informações apresentadas neste artigo, foram entrevistados os jornalistas responsáveis pelos ciberjornais, nas respectivas redações com horário agendado, conforme disponibilidade dos entrevistados. Os dados foram coletados por meio de entrevistas em profundidade com questionários semiestruturados, que permite a liberdade de expressão do entrevistado e a manutenção do foco do entrevistador (LINDLOF; TAYLOR, 2002).

A entrevista em profundidade foi elaborada a partir de um roteiro de questões abertas, com possibilidade de inclusão de perguntas adicionais à medida que novos pensamentos e necessidades de entendimento de determinado tema fossem identificados durante a realização das entrevistas, ou seja, a flexibilidade observada na aplicação de entrevistas semiestruturadas permite ao pesquisador partir de perguntas centrais ao tema e adicionar novas questões a serem desvendadas.

A seguir serão apresentados os dados coletados, entre 2016 e 2018, e as análises feitas pelos pesquisadores pertencentes ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.

Inserção do *WhatsApp* à rotina produtiva dos ciberjornais

Antes do *WhatsApp*, o profissional que saía para a captação de imagens tinha que retornar à redação para fazer o *download* das imagens e somente depois publicá-las. O momento entre a ocorrência do fato e a publicação da notícia delongava. Com a utilização do aplicativo, o jornalista escalado para uma pauta pôde utilizar equipamento profissional fotográfico e, em seguida, retirar o cartão de memória da máquina fotográfica, acoplar ao *smartphone* e compartilhar o arquivo com a redação via *WhatsApp*. O processo, que demorava algumas horas, passou a demandar alguns minutos.

Nem sempre o jornalista que sai para a cobertura de pauta é quem escreve a notícia e a publica. Neste sentido, a inserção do *WhatsApp* à rotina de produção jornalística proporcionou agilidade e redução de custos.

A gente viu que é um meio muito fácil de propagar, da foto chegar à redação, de acionar o repórter. Então, [a utilização do *WhatsApp*] começou dessa forma, para a comunicação interna. Aí começamos a criar grupos. O grupo [de *WhatsApp*] hoje é a principal forma da redação interagir (FERREIRA, 2017, Informação Verbal¹¹).

10 Disponível em: <<https://www.similarweb.com/>>. Acessado em: 05 de janeiro de 2018.

11 Entrevista concedida por FERREIRA, Marta. *Entrevista I*. [novembro de 2017]. Entrevistadora: Ângela Eveline Werdemberg dos Santos. Campo Grande, 2017.

A editora-chefe do *Campo Grande News*, Marta Ferreira¹² (2017, Informação Verbal), narra que inicialmente teve resistência a utilizar o aplicativo na rotina de trabalho devido às novas demandas a serem geradas e à aceleração dos processos de captação de informações, checagem dos dados e resposta aos usuários. Segundo ela, conseqüentemente a tomada de decisões deveria ser mais rápida, com menos tempo para reflexão.

Entretanto, com a adesão dos jornalistas mais jovens ao aplicativo e a criação de grupos para a interação entre os membros da redação, Marta explica que foi inevitável utilizar o *WhatsApp*, principalmente, considerando os compromissos de editora-chefe perante à equipe. Ela expõe que foi dessa forma que começaram a utilizar o *WhatsApp*. “Individualmente, com os repórteres, colocando o aplicativo em seus celulares, e aí percebemos que era uma forma muito prática, barata e rápida da gente receber e enviar informações” (FERREIRA, 2017, Informação Verbal).

Com o mesmo intuito, o *Midiamax News* inseriu o *WhatsApp* à rotina de produção jornalística. “O boom do *WhatsApp* ainda não tinha acontecido e a gente achou muito prático, por unificar ali as plataformas. A gente pode mandar vídeo, áudio, imagem e texto” (CÁCERES, 2017, Informação Verbal¹³). O aplicativo passou, então, a ser utilizado como ferramenta de comunicação entre os jornalistas do *Midiamax*. O editor-chefe do *Midiamax News*, Éser Cáceres¹⁴, explica que todos os celulares da redação e dos jornalistas são conectados por meio de um grupo de *WhatsApp*, utilizado para conversa direta entre os profissionais, o que não é uma prática recente no ciberjornal. Segundo ele, há oito anos o *WhatsApp* é utilizado com esse intuito.

O *Correio do Estado* é o único veículo, entre as empresas que compõem o escopo desta pesquisa, que não foi constituído exclusivamente para cibermeio. A empresa, conforme dados coletados nesta pesquisa e que serão apresentados no decorrer deste capítulo, prioriza a ligação telefônica convencional para a apuração de informações e interação com as fontes. Embora adote linha editorial mais conservadora na utilização do *WhatsApp*, também inseriu o aplicativo à rotina de produção e como canal de comunicação entre jornalistas a partir de 2012.

Diante da facilidade de circulação de informações, possibilitada principalmente pela unificação da plataforma, e com a alta demanda de produção¹⁵,

12 Marta Ferreira é jornalista e foi presidente do Sindicato dos Jornalistas de Mato Grosso do Sul (Sindijor-MS), formada em 1996 pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). Nestes 24 anos de profissão, trabalhou em diversas empresas jornalísticas, entre elas: editora-chefe do *Midiamax News* e do *Campo Grande News*.

13 Entrevista concedida por CÁCERES, Éser. **Entrevista II**. [novembro de 2017]. Entrevistadora: Angela Eveline Werdemberg dos Santos. Campo Grande, 2017.

14 Éser Cáceres é formado em jornalismo pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, em 2000. Trabalha na imprensa sul-mato-grossense desde os 15 anos. Lecionou como professor substituto, na UFMS, e desde 2010 é editor-chefe do *Midiamax News*.

15 Um dos trabalhos a respeito do tema, considerado referência, foi desenvolvido por Moretzsohn

os ciberjornais estenderam a utilização do aplicativo para além da comunicação com a equipe, o que popularizou o *WhatsApp* como ferramenta de interação com fontes e leitores.

O *Midiamax News* foi o primeiro ciberjornal de Mato Grosso do Sul e um dos pioneiros do Brasil a disponibilizar um número de contato para o leitor interagir com a equipe jornalística, via *WhatsApp*. “O *Jornal Extra*¹⁶ já tinha uma experiência, no Rio de Janeiro, e a gente começou aqui, também, [...] e logo caiu no gosto popular” (CÁCERES, 2017, Informação Verbal).

Neste mesmo sentido, o subeditor-chefe do Portal *Correio do Estado*, Rodolfo César de Sousa¹⁷ (2017, Informação Verbal¹⁸), considera o *WhatsApp* como um canal de comunicação facilitador para o leitor:

As operadoras oferecem pacotes de dados em que a pessoa não paga para enviar mensagem no *Facebook* e no *WhatsApp*. Então, muitas vezes, o leitor não tem crédito e esse passou a ser o meio de contato mais direto com a redação. [...] Para o leitor, o *WhatsApp* serviu como esse meio de comunicação. Hoje, bem mais que o *Facebook* (SOUSA, 2017, Informação Verbal).

Em poucos meses de divulgação dos números telefônicos para contato, tanto do *Campo Grande News*, como do *Correio do Estado* e do *Midiamax News*, passou a ser corriqueira a utilização do *WhatsApp* como ferramenta de trabalho para os jornalistas e interação com os leitores e fontes. Consequentemente, o fluxo de mensagens recebidas nas redações via aplicativo aumentou significativamente, o que gerou novas demandas para os jornalistas: ler as inúmeras mensagens, responder a elas, filtrar as informações, checá-las, produzir a notícia e acompanhar os comentários, seja no próprio ciberjornal, seja nas redes sociais da empresa, além das devolutivas no *WhatsApp* referentes às críticas e aos elogios alusivos ao conteúdo publicado.

Apesar do aumento da demanda indicada pelos jornalistas, conforme explica Rodolfo César Sousa, a maioria das informações recebidas via *WhatsApp* e enviada por leitores não é utilizada. “Nem sempre aproveitamos as informações. São mensagens de bom dia, boa tarde, seu dia será ma-

(2014), em O Globo.

16 Com a popularização do *WhatsApp* no Brasil, empresas de comunicação inseriram o aplicativo à rotina de produção como forma de manter contato rápido com leitores. O *Extra* foi a primeira empresa de comunicação do Brasil a implantar o uso do aplicativo *WhatsApp* na redação. Segundo Carneiro (2016, p.10), em seguida diversos veículos brasileiros inseriram o aplicativo nas redações, entre eles, *Folha de S. Paulo*, *O Estado de S. Paulo*, *O Dia* e *Meia Hora*.

17 Rodolfo César de Sousa é formado em jornalismo pela Universidade de Franca, em 2004. Trabalhou na assessoria de imprensa da Prefeitura de Franca, atuou como repórter e analista de conteúdo durante três anos, em Dublin. Foi subeditor do ciberjornal *Correio do Estado* de 2015 a 2018.

18 Entrevista concedida por SOUSA, Rodolfo César de. **Entrevista III**. [outubro de 2017]. Entrevistadora: Angela Eveline Werdemberg dos Santos. Campo Grande, 2017.

ravilhoso” (SOUSA, 2018, Informação Verbal). Mesmo sendo mensagens sem valor-notícia, elas têm significado técnico, pois os jornalistas precisam responder aos participantes. Essas mensagens ocupam espaço de armazenamento - além de textos, os usuários enviam GIF e vídeos motivacionais - e demandam tempo para apagar. Ao todo, o *Correio do Estado* recebe cerca de dez mil mensagens, diariamente. Cerca de 25 a 30 pessoas enviam mensagens diariamente. Temos, também, entre 10 a 12 grupos. Alguns têm muitas mensagens, mas são do tipo: bom dia, boa tarde. [...] Dá uma média de mil mensagens por grupo” (SOUSA, 2017, Informação Verbal).

Também foi citada, espontaneamente, por Éser Cáceres esta mesma prática diária por parte dos leitores do *Midiamax News*. Segundo Éser Cáceres, cerca de 5% das interações são leitores que cumprimentam os jornalistas:

A gente tem situações de pessoas que enviam, todos os dias, todas as tardes e todas as noites: bom dia, boa tarde e boa noite e só. O cara está lá há três anos fazendo isso e é a única interação que ele mantém com o *Midiamax*. A gente, óbvio, segue um protocolo de atenção e responde, mas não tem relevância jornalística (CÁ-CERES, 2017, Informação Verbal).

O *Campo Grande News* manifestou nunca ter feito monitoramento relacionado à quantidade de mensagens recebidas, mas afirma receber grande fluxo de demanda, diariamente. “É o tempo todo recebendo mensagem. Não consigo precisar a quantidade. Até porque não é unificado. A redação toda recebe mensagem nos celulares” (FERREIRA, 2017, Informação verbal). A editora-chefe do *Campo Grande News* explica que, com o grande fluxo de mensagens, intensifica-se a prontidão dos jornalistas, que permanecem em estado de alerta o tempo todo, com os *smartphones* em mãos. As informações, portanto, chegam tanto via celular do ciberjornal quanto via aparelho privado dos jornalistas. Ela enfatiza que cada profissional tem a sua agenda, o seu *network*, e que também interage com as fontes via *WhatsApp* pessoal.

Protocolo de trabalho dos jornalistas para responder às mensagens via *WhatsApp*

Com a grande demanda de mensagens, os ciberjornais criaram protocolos para responder a elas e, em alguns casos, profissionais são encarregados especificamente de ler o conteúdo enviado pelos usuários, filtrar as informações e compartilhá-las com os editores e demais jornalistas.

O *Campo Grande News* incumbe dois estagiários de jornalismo - um no período da manhã e o outro no período da tarde -, e ao jornalista de

plantão¹⁹, no período da noite, a tarefa de ler as mensagens do *WhatsApp* oficial do ciberjornal. “Tem sempre alguém cuidando do celular, que é o *WhatsApp* oficial, e todo mundo recebe mensagem em seus celulares” (FERREIRA, 2017, Informação Verbal). O número oficial do jornal é utilizado, principalmente, para receber do leitor sugestão de pauta. É um canal aberto entre o usuário e o jornal. Normalmente, quando o jornalista entra em contato com as próprias fontes, que são pessoas com quem estabelecem relação ao longo da carreira, utiliza o aplicativo privado, instalado e identificado pelo jornalista, e não o *WhatsApp* oficial do ciberjornal.

As sugestões de pauta compartilhadas pelos usuários com o *Campo Grande News* são fatos relacionados ao cotidiano do leitor. Problemas nos bairros, como: buracos nas ruas, problemas no trânsito, lixo em vias públicas e terrenos baldios. “São fatos que têm relação com a vida e o dia a dia da pessoa. Assunto bem próximo dela” (FERREIRA, 2017, Informação Verbal). O período de maior fluxo de mensagem é durante o expediente, principalmente pela manhã e à tarde. Para identificar as notícias publicadas a partir de fatos compartilhados e sugeridos pelos leitores, o *Campo Grande News* criou a editoria Direto das Ruas.

No Portal *Correio do Estado*, antes das demissões e do processo de mudança na redação, em abril de 2017²⁰, quem interagiu com os usuários pelo aplicativo eram os estagiários.

O *WhatsApp* virou o rádio escuta de antigamente. O estagiário ficava com o *WhatsApp* e era responsável pela ronda por telefone. Com a diminuição de gente na redação, o estagiário teve que assumir mais funções e o *WhatsApp* ficou para o jornalista que tem mais afinidade (SOUSA, 2017, Informação Verbal).

Com isso, o *WhatsApp* oficial do ciberjornal ficou inativo por dois meses. Passado o período, mesmo sem serem delegados, jornalistas e estagiários, com afinidade, interagem com os leitores e repassam as informações para os demais membros da redação.

Quanto aos assuntos das mensagens, Rodolfo César de Sousa (2017, Informação Verbal) narra que são, basicamente, relacionados aos serviços públicos nos bairros de Campo Grande. Como, por exemplo: praça com mato alto, demora em atendimento médico nas unidades de saúde e problemas com a iluminação pública. O fluxo maior de mensagem é das 6 às 18 horas.

19 O jornalista de plantão atende a toda a demanda do ciberjornal no período da noite, o que incluiu responder às mensagens no *WhatsApp* oficial. O expediente do *Campo Grande News* é das 6h à meia-noite.

20 Em abril de 2017, o *Correio do Estado* demitiu 13 jornalistas e 7 profissionais que ocupavam outros cargos na empresa. Com isso, a redação, tanto do ciberjornal quanto do impresso, foi reformulada. Mais informações em: <<http://www.jornalistasms.org.br/2017/04/sobre-demissoes-e-atuacao-do-sindjor-ms.html>>; <<https://portal.comunique-se.com.br/jornal-de-maior-circulacao-ms-demite-mais-de-10-profissionais/>>.

O *Midiamax News* estabeleceu como prática o rodízio entres os jornalistas para ler e responder às mensagens:

Nós temos sempre um jornalista que é escalado a cada expediente, a cada plantão, para cuidar do trinta. Trinta porque o final do nosso *WhatsApp* é trinta: 99207-4330. Então, logo no começo do expediente a gente define: bom, hoje fulano cuida do trinta. E que tanto pode ser prazeroso, como também pode ser massacrante. Em dias que a gente tem uma demanda de contato maior, esse colega chega a gerenciar mais de trezentas interações com leitores num intervalo de cinco a seis horas (CÁCERES, 2017, Informação Verbal).

O conteúdo das mensagens enviadas ao *Midiamax News*, na maioria das vezes, trata de assuntos relacionados à saúde pública. “A gente brinca que todo campo-grandense quando vai para a unidade básica de saúde, primeira coisa que ele faz é saber qual o *WhatsApp* do *Midiamax*” (CÁCERES, 2017, Informação Verbal). O *Midiamax News*, assim como o Portal *Correio do Estado*, relatou receber denúncias referentes à administração pública em municípios do interior de Mato Grosso do Sul. “São denúncias de desrespeitos da gestão pública, principalmente reclamação na demora de atendimento nos serviços públicos básicos” (CÁCERES, 2017, Informação Verbal). Acidentes e condições do trânsito também estão entre as principais sugestões de pauta enviadas constantemente pelos leitores:

A gente recebe muitas informações de acidentes de trânsito. Muitas vezes, acidentes relevantes ou fotos terríveis, impublicáveis. Isso acontece muito e a gente tem um rigor grande para filtrar o que vai para o ar ou não. O leitor não tem muita noção, então ele manda corpo decepado, a vítima agonizando e esperando socorro. A gente faz um trabalho com o leitor, agradece e pergunta se tem mais informação. Pergunta se o trânsito está lento, tenta tirar conteúdo jornalístico e filtra o que não é (CÁCERES, 2017, Informação Verbal).

Outra característica relatada pelos editores é que alguns usuários encaminham com frequência sugestões relacionadas a assuntos específicos e, com isso, tornam-se referências para os jornalistas quando surgem pautas relacionadas aos mesmos temas. Para armazenar esses contatos, o *Midiamax News* criou um grupo secreto no *Facebook*. “Boa parte de quem entra em contato com a gente é convidado para integrar este grupo secreto de leitores [no *Facebook*” (CÁCERES, 2017, Informação Verbal). Paralelo a isso, o *Midiamax News* tem um banco de dados mantido no *WhatsApp*, prática adotada também pelo *Campo Grande News* e *Correio do Estado*.

Apuração das informações recebidas via aplicativo

Quanto ao processo de apuração das informações recebidas pelo *WhatsApp*, todos os ciberjornais disseram seguir o rito tradicional jornalístico²¹ de checagem das informações:

A gente checa da forma tradicional, como qualquer informação jornalística. A gente vai atrás da fonte oficial, a gente vai atrás do personagem daquela história, a gente vai em lugares, a gente procura documentação, a gente acessa processo. Então, a gente cerca dos caminhos tradicionais do jornalismo para checagem das informações (FERREIRA, 2017, Informação Verbal).

No *Midiamax News*, foi criado um protocolo para checagem das informações enviadas via *WhatsApp*. “Tudo que a gente recebe de informação a gente tem que verificar. Aconteceu um acidente em tal lugar. Perguntamos se o leitor tem foto ou vídeo” (CÁCERES, 2017, Informação Verbal). Mesmo com o compartilhamento de fotos e vídeos, Éser Cáceres explica que o ciberjornal tem como normativa aguardar confirmação oficial dos fatos para publicação, nos casos que necessitam de parecer das autoridades. No caso de acidentes, os jornalistas são orientados a esperarem a confirmação da Polícia de Trânsito e do Corpo de Bombeiros.

A contribuição do leitor, no *Midiamax News*, excedeu a sugestão de pauta e o compartilhamento de fotos e vídeos via *WhatsApp*. Em casos extraordinários, depois que o jornalista checou a informação recebida via *WhatsApp*, o usuário é convidado para fazer a transmissão ao vivo do evento, via *Facebook* do *Midiamax News*. Observa-se, nesse caso, que a captação da imagem e filtro das informações ficam sob responsabilidade do usuário presente ao evento ao qual transmite vinculado à *fan page* do *Midiamax News* no *Facebook*:

Em casos extremos, a gente já teve situação de leitor entrar ao vivo na nossa *fan page* no *Facebook*. Estava lá o fato acontecendo e leitor disse: ah, eu vou mandar para vocês o vídeo. Aí a gente conecta a conta dele com a nossa *fan page* e transmitimos ao vivo. Foram poucas as ocorrências, mas foram experiências interessantes. Então, essa questão do imediatismo de quem está nas ruas,

21 Tuchman (1972), Gans (1979), Shoemaker e Reese (1996), Sousa (2002), Schudson (2010), Pavlik (2000, 2014), Shoemaker e Vos (2011) e Canavilhas (2017) destacam a importância de estudar a rotina de produção jornalística, pois, segundo os autores, estas práticas afetam a realidade social retratada nas notícias e que para entender o que é notícia, é necessário entender as rotinas que as criam. Durante a produção da notícia, ao longo das fases de seleção, elaboração, edição e publicação da informação, o trabalho do jornalista é influenciado por vários fatores, que formam uma rede complexa de condicionamento. Estes condicionamentos envolvem atividades cotidianas, como rotinas de produção.

a gente tentou criar um protocolo de produção para se vacinar contra os erros que ela traz, os riscos que ela traz (CÁCERES, 2017, Informação Verbal).

Éser Cáceres explica que faz parte do protocolo de checagem do *Midiamax News* consultar, pelo menos, mais uma fonte, além de quem enviou as informações. “A confirmação dos fatos foi uma preocupação que o *Midiamax* teve desde o início do uso do *WhatsApp* e das redes sociais” (CÁCERES, 2017, Informação Verbal).

No *Correio do Estado*, a principal ferramenta de checagem das informações é a ligação telefônica. As sugestões de pauta enviadas por leitores também são avaliadas conforme procedimentos já estabelecidos:

Vamos supor que uma pessoa envia uma foto dizendo que a praça está ruim. A gente pega a foto e a história e manda para quem é responsável por aquela demanda que não foi atendida. Neste caso, a gente não fala o nome de quem enviou a informação, mas diz que é um morador da região e pergunta sobre a situação. Dependendo do caso, quando a gente suspeita da informação, a gente tenta fazer um filtro, muitas vezes, pesquisando no *Google Maps*. Se alguma coisa está muito diferente do que a pessoa apresentou, a gente vai ao lugar para confirmar. Mas é a menor parte que a gente faz isso, pois, no geral, são demandas do tipo: uma luz que não funciona, praça com mato alto. Agora, quando vem uma coisa da polícia militar e de alguma delegacia da polícia civil - elas usam muito o *WhatsApp* - é como se fosse a entrevista por telefone, a gente não confere (SOUSA 2017, Informação Verbal).

A checagem inicial das informações enviadas via *WhatsApp* por fontes não oficiais consiste em pedir aos usuários que enviem fotos, vídeos e a geolocalização do evento. Com imagens e a localização, o jornalista consulta outras fontes para confirmar os dados e elaborar a notícia.

Vamos supor: “parece que tem alguém aqui recebendo dinheiro errado. Alguém está jogando lixo errado”. Neste caso, a gente pede para mandar foto. Se não mandar foto, a gente já descarta (SOUSA, 2017, Informação Verbal).

Quando questionado a respeito do armazenamento das mensagens e das informações utilizadas nas notícias, o *Correio do Estado* informou que arquiva o material durante três meses. Depois disso, são guardadas “na nuvem”²² ou nos computadores apenas informações avaliadas pelos jornalistas

²² *Cloud Computing*: o armazenamento na nuvem é um modelo de computação em nuvem que armazena dados na internet por meio de um provedor de computação na nuvem, que gerencia e

como importantes e que possam gerar algum tipo de demanda judicial. Este armazenamento é de responsabilidade do jornalista que publicou a informação.

No *Midiamax News*, o armazenamento é restrito ao *WhatsApp*. “Paralelo a isso, nós temos um banco de dados, mantido no próprio aplicativo do *WhatsApp*, com todos os contatos que a gente recebe e que não são contatos efêmeros” (CÁCERES, 2017, Informação Verbal).

No *Campo Grande News*, a prática de armazenamento é semelhante aos demais ciberjornais pesquisados. São guardados documentos e informações que precisam passar pelo crivo dos jornalistas, que atestarão a legalidade e autenticidade da notícia:

Não existe o hábito de armazenar as mensagens, não. Só alguma coisa que a gente acha que pode dar algum problema. Assim, só algum conteúdo que a gente precisa ter claro que a pessoa autorizou ou alguma coisa assim. Em geral, não. A gente costuma fazer limpeza. A gente armazena documentos. Documentos que a gente recebeu a gente guarda, mas a mensagem em si não é comum armazenar (FERREIRA, 2017, Informação Verbal).

Já os contatos, habitualmente são armazenados pelos jornalistas no *smartphone*. “Aí precisou daquela história a gente vai atrás de novo e isso facilitou, também, as agendas. No próprio celular a gente já consegue fazer uma agenda de contatos” (FERREIRA, 2017, Informação Verbal).

Informações relevantes recebidas via *WhatsApp*

Segundo Éser Cáceres, o *Midiamax News* noticiou sobre a Operação tapa-buracos fantasma com base em denúncias que o ciberjornal recebeu por *WhatsApp*. Informações enviadas por leitores comprovaram a fraude de uma empresa prestadora de serviços para a Prefeitura de Campo Grande, que simulava tapar buracos em pavimentos sem buracos. A operação foi denominada pela Polícia Federal de “Tapa-buracos fantasma”²³. “Pessoas de vários bairros começaram a avisar o jornal. “Olha, tem uma equipe tapando buraco que não existe aqui” (CACÉRES, 2017, Informação Verbal). E a partir de fotos, vídeos e geolocalização compartilhada por leitores, o jornal escalou uma equipe de jornalistas, que, descaracterizada da identificação “Imprensa”, flagrou e comprovou a irregularidade na prestação de serviço.

opera o armazenamento físico de dados como serviço. O serviço é fornecido sob demanda, com capacidade e custos *just-in-time*, e elimina a compra e o gerenciamento de sua própria infraestrutura de armazenamento físico de dados. Assim, você obtém agilidade, escala global e resiliência, com acesso aos dados “a qualquer momento, em qualquer lugar”. Disponível em: <https://aws.amazon.com/pt/what-is-cloud-storage>. Acessado em: 07 de março de 2018.

23 Disponível em: <<http://www.midiamax.com.br/noticias/promotoria-investiga-tapa-buracos-feitos-em-ruas-centrais-de-campo-grande>>. Acessado em: 05 de janeiro de 2018.

O *Correio do Estado* também teve considerável audiência ao abordar um assunto, aparentemente sem grande relevância, sugerido por um leitor da periferia de Campo Grande. Por meio do *WhatsApp*, ele encaminhou para o ciberjornal fotos de uma caçamba de lixo, perto de uma escola, que não havia sido recolhida pela empresa responsável pela locação. A caçamba estava cheia de entulho havia semanas. Após a publicação da notícia, a prefeitura respondeu aos jornalistas que estava montando uma operação para fiscalizar as empresas que haviam abandonado as caçambas e que o fato ocorria devido a procedimentos ilegais das empresas no descarte do material:

A gente fez outra [matéria] sobre a operação que a prefeitura ia fazer sobre as caçambas. Aí foi uma matéria maior. E depois dessa matéria, moradores do bairro mandaram [mensagem] falando que tinham tirado a caçamba. Não sabem quem tirou. Parece que foi até a prefeitura. Só que o lixo, que estava na caçamba, jogaram na rua. E a resposta da Prefeitura foi que ela ia passar lá com caminhão para limpar (SOUSA, 2017, Informação Verbal).

Outra notícia que teve desdobramentos, ainda relacionada ao descarte de resíduos em Campo Grande, foi o incêndio no Aterro de Entulho do Bairro Jardim Noroeste, na madrugada de 16 de julho de 2016, local onde as empresas de caçambas depositavam os dejetos. O *Correio do Estado* utilizou fotos enviadas via *WhatsApp*, por moradores do bairro, para noticiar os fatos:

O fogo foi à noite e nós não temos equipe à noite e as pessoas fizeram foto do fogo, em si, e dá mais repercussão foto do momento do que você ir lá no dia seguinte e o fogo já ter apagado. Então, neste ponto, ele [as imagens enviadas por *WhatsApp*] ajudou para demonstrar como a coisa foi grande. Aí pelo *WhatsApp* tiveram pessoas falando do problema da fumaça, da fuligem e aí a gente fez matéria, também (SOUSA, 2017, Informação Verbal).

Em dezembro de 2016, o Poder Judiciário de Mato Grosso do Sul acatou o pedido do Ministério Público do Estado e determinou a interdição do Aterro de Entulho do Bairro Jardim Noroeste, porque estava operando sem Licença de Operação junto à Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano (Semadur).

Outro exemplo de denúncia enviada por *WhatsApp* foi a prisão do ex-governador de Mato Grosso do Sul, André Puccinelli, investigado por desvio de verba pública. Ao perceberem a movimentação da Polícia Federal em frente ao prédio onde morava Puccinelli, no dia 14 de novembro de 2017, leitores enviaram imagens à imprensa. Em seguida, documentos

relacionados à Operação Lama Asfáltica²⁴ também foram compartilhados por fontes oficiais com os jornalistas via *WhatsApp*:

Essas revelações, todas, de que a Polícia Federal estava na casa do governador chegou por *WhatsApp*. Esta semana, por exemplo, eu recebi a informação às seis da manhã de que a PF está na frente da casa do governador. Isso pelo meu *WhatsApp*. Esse tipo de informação chega mais pelo *WhatsApp* pessoal do que pelo *WhatsApp* do jornal. Eu tenho dois *WhatsApp* e trabalho com duas telas de computador. Um no *WhatsApp* pessoal e outro no meu *WhatsApp* corporativo. Então, informação desse tipo vem mais pelo *WhatsApp* pessoal. Cada jornalista tem suas fontes, tem seus contatos e a gente circula a informação. Quando eu recebi a informação da PF na casa do governador, algumas pessoas da redação já estavam sabendo, mas aí eu recebi um documento. Alguém me encaminhou a nota que a Polícia Federal ia distribuir. A jornalista que entra às seis horas recebeu a informação no caminho para o trabalho. “Olha, a Polícia Federal está lá na casa do governador”. Aí ela já nem veio para a redação e foi direto para a casa do ex-governador (FERREIRA, 2017, Informação Verbal).

Assim, pode-se concluir, a partir do que foi relatado pelos três editores que, embora grande parte do conteúdo que chega às redações via *WhatsApp* seja de informações irrelevantes, há dados precisos e que podem originar pautas de repercussão, inclusive, nacional.

Influência do *WhatsApp* na rotina de produção jornalística

Os editores consideraram o *WhatsApp* uma tecnologia que agregou à rotina de produção jornalística e que trouxe agilidade para a prática profissional. O *Correio do Estado* utiliza, principalmente, ligações telefônicas, e-mail e contato com assessorias de imprensa para obter informações. O *Midiamax* considera o aplicativo mais uma ferramenta agregada à utilização de dispositivos móveis à prática jornalística. O *Campo Grande News* considera o *WhatsApp* a principal ferramenta de circulação de informação e contato com a fonte.

Hoje, eu diria, que é o *WhatsApp* o principal meio de buscar e checar informação. É o meio pelo qual a pauta e a fonte circulam, tanto de chegada quanto de contato da gente. Mas ainda

24 A Polícia Federal investiga o ex-governador de Mato Grosso do Sul, André Puccinelli, por integrar organização criminosa que desviou R\$ 235 milhões de verbas públicas por meio de fraudes em licitações e concessão de crédito tributário a grupos empresariais em troca de propinas. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2017/11/1935281-ex-governador-do-ms-e-alvo-de-operacao-contra-corrupcao.shtml>>. Acessado em: 05 de janeiro de 2018.

se usa muito o e-mail e ainda se usa muito o telefone, também. E o ao vivo, ir aos lugares. Mas a circulação das informações, o *WhatsApp* é o principal. A foto, o texto - às vezes, o contato com a fonte. Nisso o *WhatsApp* é mais utilizado do que o telefone, a ligação em si. O *Facebook* é menos utilizado que o *WhatsApp* (FERREIRA, 2017, Informação Verbal).

Para o *Campo Grande News*, o *WhatsApp* é uma ferramenta transformadora e essencial. “Assim como o computador, o *WhatsApp* agregou uma nova tecnologia que facilita o contato com fontes e entre membros da redação” (FERREIRA, 2017, Informação Verbal). Do ponto de vista técnico, Marta Ferreira considera o *WhatsApp* um aplicativo transformador:

Ele facilita, as coisas chegam muito mais rápido. Saem muito mais rápido. Não precisa anexar foto no e-mail para mandar. É só dar um clique que a foto já está na redação, se tiver internet. No começo do *Campo Grande News*, a gente mandava o fotógrafo para a rua e ele tinha que voltar para a redação para descarregar a foto. Hoje não precisa mais. Ele pega o cartão e envia pelo celular via *WhatsApp*. Então, neste sentido transformou, sim (FERREIRA, 2017, Informação Verbal).

Segundo ela, as práticas jornalísticas, que consistem em buscar informação e checar os fatos, continuam as mesmas. “A atividade em si não mudou, o que mudou é a tecnologia para chegarmos até a fonte e para confeccionarmos o material que vai ao ar”. O jornalismo continua o mesmo. “É buscar boas histórias, é contar fatos” (FERREIRA, 2017, Informação Verbal).

O *Correio do Estado* utiliza-se de ligações telefônicas como principal meio de contato com as fontes. “Outra forma são informações que vêm pela assessoria de imprensa. A ligação telefônica ainda é referência” (SOUSA, 2017, Informação Verbal). Para o *Correio do Estado*, o *WhatsApp* é um canal que complementa e as informações recebidas pelo aplicativo, na maioria das vezes, não são relevantes:

Basicamente, vêm muitas histórias, muitos boatos e coisa pela metade. [...] Tem algumas pessoas que usam o *WhatsApp*, principalmente, quando têm algum assunto relacionado à política ou denúncia, por que é difícil monitorar. Então, o *WhatsApp* é um meio para escapar de alguma fiscalização. Se for para elencar, recebemos ligação, recebemos e-mail, contato dos jornalistas, *WhatsApp* e grupos de *WhatsApp* (SOUSA, 2017, Informação Verbal).

Mesmo com o baixo percentual de utilização de conteúdo, comparado ao volume de mensagens recebidas pelo *WhatsApp* oficial do ciberjor-

nal, Rodolfo Sousa considera que o aplicativo mudou a rotina de produção jornalística devido ao sentimento de urgência e de imediatismo, tanto por parte dos jornalistas quanto por parte de quem entra em contato com o *Correio do Estado*:

Sim, o *WhatsApp* mudou a rotina de produção, pois aumentou o volume de informação que chega na redação. É mais agradável mandar uma mensagem, talvez, do que um e-mail que você tem que clicar num lugar e depois clicar em outro. Então, o *WhatsApp* dá agilidade e cria urgência. O e-mail, não necessariamente, você vai confirmar para a pessoa que você leu. Agora, o *WhatsApp* apesar que tem recurso que você não precisa confirmar a visualização, no *WhatsApp* do *Correio* a pessoa vai ver que a mensagem foi visualizada. Então, cria uma urgência. A pessoa envia, aquilo está acontecendo e a pessoa espera que já vai ser resolvido, que já vai ser publicada a matéria e, beleza, já vamos para a outra. E, ao mesmo tempo, pelo lado do jornalista criou uma praticidade. Você sabe que pode mandar uma pergunta e que a fonte vai responder depois, não necessariamente no momento que você quer, mas ela vai responder depois e você pode ter contato com a fonte, muitas vezes, fora do horário comercial e ter contato com a fonte por *WhatsApp*, neste caso, aparenta ser menos invasivo. A pessoa pode responder ou não e você tem a alegação de que mandou a mensagem (SOUSA, 2017, Informação Verbal).

Para o *Midiamax News*, o jornalista ainda é o principal responsável pela procura de informação e checagem dos fatos. Quando questionado a respeito de qual o principal meio de busca de informação do ciberjornal, Éser Cáceres explica que é missão dos jornalistas do *Midiamax News* manter o olhar jornalístico, inclusive, fora do ambiente de trabalho:

Se não tiver um jornalista avaliando o que é pauta e o que não é pauta, não rende. Acho que é um engano gravíssimo a gente creditar as fontes às redes sociais. O jornalista tem que fazer nas redes sociais o que ele faz na vida. Quando eu comecei no jornal, eu ouvia muito: seja jornalista vinte quatro horas por dia ou você nunca será um jornalista. Isso é mais válido do que nunca. Enquanto você está correndo o seu *feed* do Instagram e do *Facebook*, você tem que ser jornalista. Tem que ter o olhar jornalístico e identificar o que pode render pauta, ali. Ou por estar alguma coisa fora da ordem ou por ter algum clamor público ou por ter algum interesse público, entreter o público. Basicamente, isso. Agora, entre as redes sociais se você for limitar, os brasileiros usam mais o *Facebook* do que os outros canais. Então, talvez por volume o *Facebook* participe mais, mas o dispositivo mais importante ainda é o jornalista (CÁCERES, 2017, Informação Verbal).

Assim como o *Correio do Estado*, o *Midiamax* afirma receber considerável demanda de trabalho via ligação telefônica, redes sociais e cobertura de agenda oficial. Éser Cáceres considera que o *WhatsApp* não mudou a rotina de produção do *Midiamax News*. Por se tratar de um ciberjornal, os jornalistas já trabalhavam com dispositivos móveis e aplicativos de redes sociais. O editor enfatiza que o *WhatsApp* aperfeiçoou o contato com o leitor, mas não mudou o rito jornalístico. O *Midiamax News* tinha como prática encaminhar SMS para o político que não atendia ligações e que, desde 2012, utiliza também o *WhatsApp* com a mesma finalidade. “O *WhatsApp* incrementou um canal de contato com o leitor. [...] O *smartphone* já fazia parte do rito jornalístico” (CÁCERES, 2017, Informação Verbal).

Considerações Finais

Esta pesquisa objetivou estudar quais os impactos da utilização do *WhatsApp* na rotina de produção da notícia em ciberjornais, perante o fluxo de informação recebida via aplicativo. Com os dados coletados nesta pesquisa, comprovou-se que o processo tradicional de seleção e produção de notícias foi ampliado pelas informações oriundas de mensageiro instantâneo móvel e sítios de redes sociais na internet. A utilização do *WhatsApp* na rotina de produção contribuiu para a reconfiguração do fazer jornalístico em cibermeios.

Diante dessa constatação, é possível observar também uma alteração comportamental dos profissionais, pois os jornalistas, em poucas ocasiões, saem das redações em busca de pauta e para checar as informações. Esta mudança foi proporcionada pela incorporação de novas ferramentas de trabalho, entre elas o *WhatsApp*, com o objetivo de reduzir o tempo e o custo de produção jornalística.

Erik Neveu (2006), ao descrever a sociologia do jornalismo, questionou a utilização da metáfora da fonte diante do novo fluxo de trabalho jornalístico. Ir à fonte sugere um comportamento ativo para se abastecer de informação, ou seja, remete ao jornalista curioso e investigador em busca de furo jornalístico. A metáfora da fonte induz ao erro, segundo Neveu (2006), não porque os jornalistas sejam desprovidos de iniciativa ou habilidades para buscar informação, mas porque as fontes são, fundamentalmente, ativas. Em um cenário de fluxo intenso de informação, é cada vez maior o peso atribuído à participação do leitor, sobretudo num contexto de enxugamento de redações e polivalência do jornalista.

Esta pesquisa comprova a participação do usuário no processo de produção da notícia e, conseqüentemente, apresenta novas demandas jornalísticas. Uma delas é interagir com o público que envia mensagens via *WhatsApp*. A utilização deste mensageiro instantâneo móvel promoveu aceleração do ritmo de trabalho e acúmulo de funções. Os jornalistas

foram pressionados a produzir mais conteúdo e abastecer os ciberjornais em intervalo cada vez mais curto e com informações fragmentadas. Este cenário segue a lógica capitalista de que quanto maior é a oferta de matéria-prima, provavelmente maior será a demanda de produção e a busca por consumidores, inclusive no jornalismo. Vale destacar que o aumento de matéria-prima não resultou em jornalismo contextualizado ou que tenha se beneficiado das possibilidades narrativas, disponibilizadas pelas características do cibermeio, entre elas: a multimidialidade e a hipertextualidade.

As causas do aceleração e fluxo mais concentrado de produção são, principalmente: a possibilidade de compartilhamento de mídias em diversos formatos - fotos, vídeos, áudio, texto, documentos, pois a facilidade de circulação de informações, possibilitada pela unificação de plataforma e pelo aumento ao acesso à internet, potencializa a instantaneidade e a demanda de produção exigidas pelos ciberjornais. As empresas jornalísticas ainda não conseguiram estabelecer uma rotina que evite a sobrecarga diante das características do cibermeio, como também foi constatada pela pesquisadora Sylvia Moretzsohn (2014).

Ferramentas tecnológicas, como o *WhatsApp*, limitam o desligamento dos jornalistas com o trabalho e, conforme observadas na entrevista com os editores, são utilizadas para reforçar o discurso de autolegitimação da profissão, cujas ideias são de que os jornalistas precisam estar à disposição e atentos aos acontecimentos, mesmo fora do expediente de serviço.

Essa prática profissional pode acarretar desequilíbrios e problemas, do ponto de vista sociológico. Agnes Heller (2008) aponta a alienação profissional como um dos problemas e contradições da vida social. Agnes Heller é estudiosa dos assuntos cotidianos e de como os indivíduos sociais se comportam diante da realidade social em seus enfrentamentos.

Embora nesta pesquisa não tenham sido analisadas as consequências na saúde física e mental do jornalista, causadas pelo aceleração no processo de produção, sem dúvida, esta é uma indicação para futuros estudos e que contribuirão para entender amplamente as implicações das mudanças, do campo de trabalho jornalístico, nos demais pilares que sustentam e equilibram a vida cotidiana desses profissionais.

Retomando a linha de pensamento de Eric Neveu (2006), o autor sugere que, se uma metáfora aquática pode fazer sentido perante a atual rotina de produção jornalística, esta metáfora é a de jornalistas submersos num dilúvio de informações oferecidas pelas fontes. Apesar do grande volume de mensagem que os ciberjornais recebem e, conseqüentemente, da demanda que gera para os jornalistas, as informações, na maioria delas, não têm valor-notícia. Então, por qual motivo seguir este modelo de produção que gera tencionamento para o jornalista e que não oferece notícias contextualizadas aos leitores? Este é um forte motivo para reflexão e discussão sobre

as práticas profissionais jornalísticas, diante das constatações desta pesquisa.

Outro ponto observado é a fragilidade na checagem das informações recebidas pelo *WhatsApp*. Embora os editores tenham afirmado que seguem o rito tradicional de apuração das informações recebidas via *WhatsApp*, a velocidade do processo de produção e a ausência de equipes jornalísticas que se deslocam para o local do acontecimento com o objetivo de averiguar o que foi compartilhado por leitores via aplicativo, compromete a veracidade do conteúdo publicado. Essas práticas podem afetar a autenticidade das notícias ainda que o jornalismo, ao longo de sua história, tenha convivido com este risco em virtude do imediatismo, conforme descreve Souza (2017).

Mesmo com as mudanças na rotina de produção, as empresas jornalísticas e os jornalistas não podem burlar as regras elementares do trabalho e os protocolos que compõem o rito jornalístico, como por exemplo, a verificação da informação, além de uma postura ética e deontológica.

Fazem parte do jornalismo o questionar, o indagar, o duvidar para que a informação seja noticiada para o público da melhor maneira possível, da forma mais completa e precisa. Para isso, é preciso beneficiar-se das características do cibermeio para a produção de um jornalismo contextualizado. É fundamental utilizar as tecnologias e os dados que já existem, para contextualizar a informação. Além disso, o ciberjornalismo trabalha com narrativa multimídia e é preciso saber trabalhar conteúdos multimídia para uma geração que nasceu em ambiente multimidiático e que tem cultura audiovisual.

A profissão deve manter-se atual, fiel aos códigos ético-deontológicos e acompanhar os avanços da tecnologia absorvidos pelas audiências, mas necessita, sobretudo, estar alinhada aos anseios da sociedade. Esta pesquisa mostra que a discussão não se encerra aqui e estimula a busca por mais conhecimento e estabelece um marco, no espaço e no tempo, que ajuda a compreender o jornalismo como processo em constante transformação, influenciado pela tecnologia.

Referências

CANAVILHAS, João. Novos atores na redação: como muda o jornalismo? In: MARTINS, Gerson Luiz; REINO, Lucas Santiago Arraes; BUENO, Thaísa (Orgs.) **Performance em ciberjornalismo: tecnologia, inovação e eficiência**. Campo Grande: UFMS, 2017, p.23-32.

CARNEIRO, Cristine Gerk Pinto. **Jornalismo e público: reconfigurações no contexto digital**. *WhatsApp do Extra como ferramenta histórico-tecnológica*. 206 páginas. Dissertação. Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura - UFRJ. Brasil, 2016.

FORTUNA, Fernanda França. **Trajetória do Ciberjornalismo em Mato Grosso do Sul**. SBPjor - Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo. 13º

Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo. Campo Grande: UFMS, novembro de 2015.

GANS, Hebert. **Deciding what's news**. Nova Iorque: Pantheon, 1979.

HELLER, Agnes. **O cotidiano e a história**. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

LINDLOF, Thomas.; TAYLOR, Bryan. **Qualitative Communication Research Methods**. CA: Sage Publications, 2002.

MORETZSOHN, Sylvia. O “novo ritmo da redação” de O Globo: a prioridade ao jornalismo digital e seus reflexos nas condições de trabalho e produção da notícia. **FIAM-FAAM**, n°2, volume 2, agosto/setembro de 2014, p. 59-79. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.fiamfaam.br/index.php/recicofi/article/view/234>>. Acessado em: 02 de abril de 2018.

NEVEU, Érik. **Sociologia do jornalismo**. São Paulo: Loyola, 2006.

PAVLIK, John. The impact of technology on journalism. In: *Journalism Studies*, 2000, p. 229-237.

PAVLIK, John. Ubiquidade: o 7º princípio do jornalismo na era digital. In: CANAVILHAS, João (Org). **Webjornalismo: 7 características que marcam a diferença**. Covilhã: LabCom, 2014.

SCHUDSON, Michael. **Descobrimos a notícia: uma história social dos jornais nos Estados Unidos**. São Paulo: Vozes, 2010.

SHOEMAKER, Pamela; REESE, Stephen. **Mediating the message: theories of influences on mass media content**. Longman Publishers, 1996.

SHOEMAKER, Pamela; VOS, Tim. **Teoria do gatekeeping: construção e seleção da notícia**. Porto Alegre: Penso, 2011.

SILVA, Inara Souza. **O pioneiro do ciberjornalismo no MS**. Campo Grande News, 04 de março de 2012. Disponível em: <<https://www.campograndenews.com.br/artigos/o-pioneiro-do-ciberjornalismo-no-ms>>. Acessado em: 10 de maio de 2018.

SOUSA, Jorge Pedro. **Teorias da notícia e do jornalismo**. Chapecó: Argos, 2002.

SOUZA, Rogério Martins de. **Investigando as fake news: análise das agências fiscalizadoras de notícias falsas no Brasil**. 2017. Disponível em: <<http://portalintercom.org.br/anais/sudeste2017/resumos/R58-0343-1.pdf>> Acessado em: 21 de maio de 2018.

TUCHMAN, Gaye. **Objectivity as strategic ritual: na examination of newsmen's notions of objectivity**. In: *American Journal of Sociology*, 77, 1972, 660-679. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/246988634_Objectivity_as_Strategic_Ritual_An_Examination_of_Newsmen%27s_Notions_of_Objectivity>. Acessado em: 04 de março de 2018.





